

Ano IX, n.º 1, Junho de 2014

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

*Publicação do corpo docente
do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto*

**BIOGRAFIA: REFLEXÕES E
EXPERIÊNCIAS DE ESCRITA**

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

Contatos

Revista Eletrônica Cadernos de História
www.ichs2.ufop.br/cadernosdehistoria
cadernosdehistoria.ichs@gmail.com
Rua do Seminário, s/n - centro
35420-000 - Mariana - Minas Gerais

Conselho Editorial

Danilo Souza Ferreira
Felipe Daniel do Lago Godoi
Isaias Gabiel Franco
Jussara Rodrigues da Silva
Michele Rosado de Lima Castro
Polliana Gerçossimo Vieira
Vinícius Paulo Gelape

Organizador convidado deste volume

Alexandre de Sá Avelar (UFU)

Conselho Consultivo

Álvaro Antunes, UFOP
Andréa Lisly Gonçalves, UFOP
Ângelo Alves Carrara, UFJF
António Manuel Hespanha, Universidade Nova de Lisboa
Cláudia Maria das Graças Chaves, UFOP
Christian Edward Cyril Lynch, IESP-UERJ
Cristina Meneguello, UNICAMP
Fábio Duarte Joly, UFOP
Fábio Faversoni, UFOP
Fernando Felizardo Nicolazzi, UFRGS
Helena Miranda Mollo, UFOP
Íris Kantor, USP
Jonas Marçal de Queiroz, UFV
João César de Castro Rocha, UERJ
João Fábio Bertonha, UEM
João Paulo Garrido Pimenta, USP
José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima, UFOP
Marco Antônio Silveira, UFOP
Moema Vergara, MAST
Pedro Spinola Pereira Caldas, UNIRIO
Renato Pinto Venâncio, UFMG
Ronaldo Pereira de Jesus, UFOP
Sérgio Ricardo da Mata, UFOP
Sidney Chalhoub, UNICAMP
Valdei Lopes de Araujo, UFOP
Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, UFOP
Wlamir José da Silva, UFSJ

Sumário

Dossiê Temático

Biografias: reflexões e experiências de escrita

Artigos

08

Apresentação ao dossiê. Biografias: reflexões e experiências de escrita
Alexandre de Sá Avelar

12

Um estudo sobre a trajetória de Guillermo Furlong SJ
Mariana Schossler

34

Reflexões sobre o indivíduo e suas ações na cidade - espaço biográfico e espaço da cidade
Rita Lages Rodrigues

56

Do regional ao nacional: o Pantheon Maranhense nos esforços de construção de uma identidade brasileira
Andréa Faria

75

A biografia e seu papel na imigração Sírio-libanesa
Renata Geraissati Castro de Almeida

96

Quando a experiência acadêmica se transforma em experiência de escrita: memoriais acadêmicos como autobiografias
Wilton C. L. Silva

115

O Casamento do Cardeal: notas sobre a trajetória e um possível matrimônio de D. Henrique, Rei de Portugal
Fernanda Paixão Pissurno

- 131** *Memórias perdidas e exílio histórico: o gênero biográfico como instrumento questionador das imposições do passado*
Marcus Vinícius Duque Neves
- 146** *De Amarante para o mundo: Clóvis Moura, memória e esboço biográfico*
Gustavo Orsolon de Souza
- 161** *Vida e obra entrelaçadas na constituição patrimonial: Salomão de Vasconcellos e a escrita da história*
Pollianna Gerçossimo Vieira
- 180** *José Pereira Arouca: de mestre de obras a ministro, sua participação na Ordem de São Francisco de Assis de Mariana*
Natalia Casagrande Salvador
- 191** *Estilos biográficos e a construção da história da juventude brasileira: a experiência da coleção juventudes da Editora Prospectiva*
Otavio Luiz Machado

Seção Livre

Artigos Livres

- 202** *Os sindicatos corporativistas no Brasil entre os anos de 1934 a 1939*
Pedro Paulo Lima Barbosa

- 221** *Sala de Visita: Analisando a cultura capitalista em Fortaleza através dos objetos domésticos (1871-1915)*
Luã Rodrigues Lopes
- 234** *Olhar de um viajante do século XIX: as vilas de Nova Olivença e São Jorge dos Ilhéus nos relatos do Príncipe Maximiliano de Wied-neuwied*
André Mariano Neri
- 266** *Entre a Astúcia e Vingança: a Inquisição e os colonos na América Portuguesa*
Diogo Tomaz Pereira
- 274** *Mulheres, Gênero e Patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica*
Mirela Marin Morgante

Resenha

- 295** *Judith, Holofernes, a Velha Serva e Carlo Ginzburg: diálogos sobre a escrita da história*
- GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.*
- Silvano Fidelis de Lira**

DOSSIÊ



Apresentação ao dossiê

Autor
convidado

Alexandre de Sá Avelar

alexandre.avelar@uol.com.br
Professor do Instituto de História
Universidade Federal de Uberlândia

8

A biografia histórica entrou em moda. Os historiadores, após negligenciarem por um longo tempo a relevância deste gênero, finalmente admitem que trajetórias individuais possam ser objetos legítimos de suas investigações e abordagens. A biografia insere-se no movimento de uma significativa renovação das práticas historiográficas, mais atentas às dimensões subjetivas dos processos sociais, e os seus usos têm se expandido para todos os campos das Humanidades, o que permitiria falarmos em um *boom* biográfico.

Afirmações como as feitas acima já se tornaram sentidos comuns e, de fato, revelam alguns movimentos geracionais significativos da historiografia recente. Escrever biografias não se associa mais ao criticado “ídolo individual” e tampouco se mostra uma tarefa exclusiva de edificação canônica de grandes homens e personagens, cujas magnitudes expressavam virtudes que deveriam ser transmitidas ao presente e ao futuro. De modo simétrico, as vidas não são mais estudadas de modo linear, como uma linha reta que vai da infância à vida adulta, em que as manifestações mais remotas desdobram-se nos traços da maturidade ou, em outras palavras, os historiadores não são mais ingênuos a ponto de acreditarem na propalada “ilusão biográfica”, tão veementemente denunciada por Bourdieu e que se estabilizou como uma espécie de “lição número um” do que não fazer em uma biografia.

A alusão a um retorno da biografia histórica deveria ser relativizada, a meu ver, sob dois aspectos. Em primeiro lugar, caberia a dúvida acerca da possibilidade de alguma biografia não ser, em alguma medida, histórica. Se o discurso historiográfico for compreendido como a trama enredada entre acontecimentos do passado, bem como a produção de sentidos para eles, o gênero biográfico poderia ser diferente dos procedimentos usuais de escrita da história? A biografia seria algo além da produção de narrativas sobre as relações entre os indivíduos e os sistemas

normativos historicamente constituídos? Ela não requereria ainda os mesmos procedimentos metódicos dos historiadores?

Em segundo lugar, o que está em jogo neste aclamado retorno do biográfico é a retomada da biografia como exercício de historiadores de ofício. Em um sentido mais amplo, escrever a vida sempre significou um dos mais estimulantes desafios à compreensão do outro e a aposta biográfica acompanhou sucessivas gerações, interessadas em perscrutar os caminhos da existência de personagens ilustres, de figuras emblemáticas ou mesmo de homens comuns que, em algum momento, pareceram desafiar os valores de suas épocas. A biografia, muito antes dos olhos atentos dos historiadores da atualidade, já despertava interesse em um público amplo que, por adoração moral ou simples interesse de *voyeur*, nunca deixou de consumir relatos sobre vidas.

Há uma extensa bibliografia que, com diferentes nuances e matizes, recompôs a fortuna historiográfica da biografia, sinalizando suas tendências mais contemporâneas, chamando a atenção para a variedade dos personagens biografados, para as tensões entre as ações individuais e as lógicas sociais ou, ainda, para as possibilidades de acessarmos o passado através da vida de um sujeito. Gostaria de chamar atenção para os títulos de três referências das mais citadas e comentadas entre nós. Trata-se de *O desafio biográfico*, livro de François Dosse (2009) e os artigos *A biografia como problema* (1998), e *a biografia como problema historiográfico* (2010), de Sabina Loriga e Jacques Revel, respectivamente. Se admitirmos que os títulos revelam algum grau de autoconsciência, podemos concluir que, para estes autores, a legitimidade do gênero biográfico na atualidade parece sempre estar acompanhada de incertezas e desconfiâncias, expressas nos termos “desafio” ou “problema”. O estudo de trajetórias singulares, deste modo, se caracteriza pela incessante reafirmação de suas virtudes e importância, como se esta recorrente ênfase fosse necessária para afastar os olhares ainda reticentes dos historiadores.

Um esboço que servisse a alguma resposta para essas incertezas certamente incluiria um olhar histórico sobre as relações entre biografia e história. Essa visão panorâmica revelaria que os dois gêneros estiveram mais em posições antagônicas do que em convergência. Poderíamos remontar aos gregos e lembrarmos que a escrita biográfica e a escrita da história estavam submetidas a distintos regimes de verdade. São bem conhecidas as palavras de Plutarco, quando no prefácio de “Vidas de Alexandre”, parte de sua conhecida *Vidas paralelas*, afirmava que “não escrevemos histórias, mas vidas”. Ao contrário dos historiadores, não era dever dos biógrafos a exatidão documental, a clareza do detalhe ou a precisão empírica. Sua escritura deveria se concentrar na produção de narrativas exemplares – mesmo desafiando as evidências – que pudessem instruir os homens do presente. Esta função pedagógica se estenderia ao longo do período medieval, no qual as hagiografias são exemplos concretos. No século XIX, conceitos coletivos como

classe, estado, nação ou raça pareciam seduzir mais os historiadores – às voltas com a transformação do seu ofício em atividade disciplinar e científica – do que as “mundanidades” típicas dos biógrafos. A força da história social em nossa época tenderia a privilegiar os movimentos conjunturais e estruturais do processo histórico, mais capazes de revelar as forças profundas que explicam as ações humanas. Como se vê, a reconciliação da história disciplinar com a biografia é um projeto intelectual recente.

Se as tensas e ambíguas relações entre história e biografia poderiam oferecer um vislumbre geral acerca das razões dos incômodos revelados por Dosse, Loriga e Revel, uma aproximação mais molecular ao nosso campo revelaria outro conjunto de questões. Os problemas e desafios da biografia não estão deslocados de uma percepção mais ampla de crise e transformação do conhecimento histórico disciplinar. Assim, a desconfiança em relação aos estruturalismos de todo tipo redimensionou o papel da agência humana, ao mesmo tempo em que os historiadores demonstravam uma crença cada vez menor em um modo de escrita realista que representaria, com poucas mediações, o que efetivamente aconteceu no passado. A biografia, situada epistemologicamente entre suas ambições de verdade e seu caráter inventivo e com sua aposta no papel do indivíduo, arrastaria para si todas as dúvidas epistemológicas que a história portava. O desafio de reflexão sobre a escrita biográfica é também um exercício de aproximação em relação a alguns dos debates mais recentes do campo historiográfico

10

Como as gerações anteriores, a nossa continua realizando a aposta biográfica, com o envolvimento cada vez mais ativo dos historiadores, já menos temerosos em admitir que o seu ofício não se esgota na pesquisa documental rigorosa, mas adquire sentidos e significados por meio de uma escrita destinada a organizar o passado. A biografia, não obstante sua difícil classificação e sua transitoriedade entre campos e seus usos variados, tem estimulado, tanto entre nós como no exterior, um volumoso conjunto de trabalhos e reflexões, bem como eventos, teses, dissertações e números especiais de revistas acadêmicas.

Os textos reunidos neste dossiê constituem um índice seguro da vitalidade da biografia como objeto de investigação historiográfica, evidenciando uma impressionante variedade de sujeitos, abordagens e horizontes de análise. Se a tonalidade “problemática” ou “desafiante” do gênero talvez seja uma questão incontornável, a escrita biográfica tem cada vez mais alertado o historiador para a ambivalência de sua disciplina, forçosamente tensionada entre suas pretensões de verdade e o polo imaginativo que subsiste em toda narrativa do passado. Seguimos narrando e lendo vidas, na expectativa – vã? – de compreendermos a nós mesmos e aos outros.

Boa leitura!

Referências Bibliográficas

- ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2010.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p.225-249.
- REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p.235-248.
- SANDOICA, Elena Hernández. “La escritura biográfica”. *Cercles: Revista D’Història Cultural*. Barcelona, n.10, p.10-25, 2007.

Um estudo sobre a trajetória de Guillermo Furlong SJ

Enviado em:

11/04/2014

Aprovado em:

22/07/2014

Mariana Schossler

marianaschossler@yahoo.com.br

Mestranda em História

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Resumo

O presente artigo tem por objetivo reconstituir a trajetória do historiador argentino Guillermo Furlong SJ, principalmente, no que tange à sua formação, às influências que recebeu, a partir de suas leituras e do contato com outros intelectuais, e à rede de colaboradores que formou e que possibilitaram a escrita e publicação de muitos de seus trabalhos. Procuraremos compreender o percurso intelectual de Furlong, pensando, especificamente, na bagagem cultural com a qual pode contar para a escrita das biografias de missionários que atuaram como profissionais da cura no Rio da Prata do século XVIII

12

Palavras-Chave

Guillermo Furlong SJ; Biografia; Percurso intelectual

Abstract

This article aims to reconstruct the trajectory of the Argentine historian Guillermo Furlong SJ, mainly in terms of his training, the influences he received from his readings and contact with other intellectuals, and the network of collaborators he formed and that enabled the writing and publication of many of his works. We will seek to understand the Furlong's intellectual development, thinking, specifically the cultural baggage which he used to write biographies of missionaries who acted as professional healers in the River Plate eighteenth century.

Keywords

Guillermo Furlong SJ; Biography; Intellectual development

Introdução

No ano de 1979, a revista *Archivum*, da Junta de Historia Eclesiastica Argentina¹, (JHEA), de Buenos Aires, lançou uma edição especial em homenagem ao historiador argentino Guillermo Furlong SJ. Trinta anos depois, a JHEA lançou uma obra inteira, intitulada apenas *Guillermo Furlong Cardiff*, dedicada ao mesmo, a partir de “*semiguardados textos biográficos de su larga vida, apuntes en hojas sueltas, borradores de cartas, artículos a medio empezar*” (JHEA, 2009: 5), a qual foi coordenada por Enrique Mario Mayocho, também historiador argentino, membro da associação. Furlong era membro da JHEA desde 1942, sendo seu primeiro vice-presidente² e diretor da revista que a Junta publicava, de 1959 até sua morte, em 1974. Os textos publicados na edição especial da *Archivum* são de autoria de colegas seus de Ordem, de ofício e de amigos, membros da associação ou não. Não há como especificar se estes autores foram convidados a escrever ou se ofereceram sua homenagem. Entretanto, foram escritos com o objetivo de oferecer aos leitores do periódico um testemunho sobre a vida de Furlong e são importantes, pois nos auxiliam a compreender qual a imagem que estes autores possuíam do jesuíta argentino.

Já a obra publicada pela associação é, em certa medida, uma nova edição de um texto que já havia sido divulgado no periódico *Archivum*. Este texto, segundo Mayocho (1979) havia sido escrito antes para uma homenagem ao jesuíta argentino e, por não ter sido publicado, foi adaptado à edição da revista. Ao ser editado em

13

1 Considerando-se o interesse pela história da Igreja na Argentina “*faltaba una institución cultural que orientara, ordenara y destacara la proyección histórica de estos estudios. Fue Monseñor José A. Verdaguer, primer obispo de Mendoza, quien propuso y logró que la Conferencia Episcopal Argentina, estableciera en la asamblea realizada en noviembre de 1938, la formación de una Junta de Historia Eclesiástica para fomentar el estudio de la historia de la Iglesia en la Argentina, y que tuviera a su cargo la conservación de los monumentos y objetos religiosos antiguos. La propuesta se hizo efectiva con la creación de un Comité que debía organizar dicha junta y preparar sus estatutos, y que integraron Monseñor Nicolás Fasolino, entonces obispo de Santa Fe (luego su arzobispo y más luego cardenal), los presbíteros Manuel J. Sanguinetti, párroco de San Pedro González Telmo y el sacerdote jesuita Guillermo Furlong. Poco después, el 11 de junio de 1942, la Junta de Historia Eclesiástica Argentina quedó establecida por decisión del Arzobispo de Buenos Aires, cardenal Santiago Luis Copello. [...] La Junta tenía por misión fundamental el estudio y la difusión de la obra realizada por la Iglesia Católica, asesorar a la Conferencia Episcopal en las consultas que se formularan y cooperar en la conservación y valoración de los monumentos y objetos artísticos religiosos*” (TANZI, 2012).

2 “*El 6 de julio [de 1742], quedaba constituida su primera Comisión Directiva: presidente Monseñor Nicolás Fasolino, el vicepresidente, Guillermo Furlong, el secretario el P. Francisco C. Actis y los demás integrantes: presbíteros Sanguinetti, Carlos Ruíz Santana, Miguel A. Vergara, Julio C. Vera Vallejo, Alfonso Hernández y frailes Buenaventura Oro, franciscano, Jacinto Carrasco, dominico (a cargo de las publicaciones), y el jesuita Pedro Grenón.*” (TANZI, 2012).

forma de livro, o texto foi modificado e apresenta diversas seções que abordam a vida de Furlong anterior ao ingresso na Companhia de Jesus, sua formação, sua atuação como professor e historiador, e, mais especificamente, seu trabalho sacerdotal, ressaltando o carisma do jesuíta e sua personalidade.

O presente artigo tem por objetivo reconstituir a trajetória³, a carreira de Guillermo Furlong SJ, principalmente, no que tange à sua formação, às influências que recebeu, a partir de suas leituras e do contato com outros intelectuais, e à rede de colaboradores que formou e que possibilitaram a escrita e publicação de muitos de seus trabalhos. Procuraremos compreender o percurso intelectual de Furlong, pensando, especificamente, na bagagem cultural com a qual pode contar para a escrita das biografias de missionários que atuaram como profissionais da cura no Rio da Prata do século XVIII.

Formação

Em 1903, às vésperas de completar quatorze anos de idade, Guillermo Furlong Cardiff ingressa no Noviciado da Companhia de Jesus, em Córdoba. Furlong possuía ascendência irlandesa, tinha sido educado em escolas que seguiam os métodos de ensino das ilhas britânicas e havia começado a aprender espanhol somente um ano antes, quando de seu ingresso em uma escola da Ordem em Santa Fé, sua cidade natal. Neste último ano, havia estabelecido boas relações com um jesuíta, Julián Hurley, que teria sido exemplo para o menino Guillermo e definido seu ingresso na Companhia (GEOGHEGAN, 1979; MAYOCHI, 2009). Contudo, os motivos para o ingresso na Ordem ou sua vocação parecem ainda um tanto obscuros. Nem mesmo nos textos de Mayochi (1979; 2009), onde é possível encontrar uma maior quantidade de dados, esta questão fica clara. Parece, no entanto, que Furlong via em Hurley – que conquistou a simpatia do menino e incentivou seu ingresso na Companhia – um exemplo a ser seguido.

Furlong permaneceu por cerca de dois anos ainda na Argentina, onde iniciou seus estudos. Em meados de 1905, foi enviado por seus superiores à Espanha para dar continuidade à sua formação. Contava, então, com cerca de dezesseis

3 Para Benito Schmidt, a trajetória de vida nada mais é do que o “curso da vida”, a “carreira” do indivíduo. Entretanto, não deve-se entender por carreira apenas a atuação profissional. É necessário que se considere, também, como carreira o viés pessoal e privado do indivíduo a que se deseja estudar, abarcando-se, assim, múltiplas facetas da trajetória de vida em uma mesma narrativa. Sobre a reconstituição de trajetórias de vida ver os trabalhos de Schmidt (1997, 2004).

anos de idade e estudou, primeiramente, em Gandía. O fato de ser enviado à Espanha não parece causar nenhum estranhamento aos autores das obras com as quais trabalhamos. Mayochi (2009) afirma que era prática comum aos Superiores enviar os noviços para continuar seus estudos no exterior. Entretanto, não há qualquer menção sobre as razões da escolha da Espanha para a formação. Assim, a proximidade linguística e cultural pode ter sido fator preponderante na escolha.

Após estudar por um ano em Gandía, o jesuíta argentino dirigiu-se ao antigo mosteiro de Veruela, na província de Aragão. Neste meio tempo já havia feito seus primeiros votos, sendo que agora já estava apto ao estudo dos clássicos, tanto da literatura quanto da filosofia. Encontramos referências aos mais diversos autores que, tendo sido lidos e estudados, eram considerados de grande importância para a formação não apenas do jesuíta em si, mas que, segundo Mayochi (2009: 18-19), eram apreciados por Furlong:

Fue durante esos años cuando el adolescente entró en íntimo contacto, mediante atentas y saboreadas lecturas, con Milton y Shakespeare, Dante y Petrarca, Goethe y Schiller, Corneille y Racine. También lo hizo con Homero y Sófocles, Eurípides y Esquilo, Virgilio y Cicerón, Horacio y Julio César, clásicos de todos los tiempos que pronto ganaron las más íntimas preferencias de su ser.⁴ (RUIZA et al., 2013)

15

Ao mesmo tempo em que lia e estudava os autores Clássicos, Furlong passou a ter algumas lições de metodologia⁵ e paleografia. As informações encontradas nas fontes que consultamos nos permitem presumir que este foi seu primeiro contato com o que podemos denominar de “operação historiográfica”. Segundo Geoghegan (1979) e Mayochi (1979; 2009), este primeiro contato com metodologia e paleografia foi realizado através de Ramón O’Callaghan (1834-1911), “arquivista, professor e cronista da cidade” (PÉREZ: tradução minha) no

4 John Milton (1608-1674): poeta inglês que chegou a se dedicar à política antimonarquista durante o governo de Oliver Cromwell. William Shakespeare (1564-1616): dramaturgo e poeta inglês. Dante Alighieri (1265-1321): Poeta italiano. Francesco Petrarca (1304-1374): poeta e humanista italiano. Johann Wolfgang Goethe (1749-1832): escritor alemão. Friedrich von Schiller (1759-1805): poeta e dramaturgo alemão. Pierre Corneille (1606-1684): dramaturgo francês. Jean Racine (1639-1699): dramaturgo francês. Homero (séc. VIII a.C.): poeta grego. Sófocles (495-406 a.C.): poeta trágico grego. Eurípides (480-406 a.C.): poeta trágico grego. Ésquilo (525-456 a.C.): trágico grego. Virgílio (70-19 a.C.): poeta latino. Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.): orador, político e filósofo latino. Horácio (65-8 a.C.): poeta latino. Caio Julio César (100-44 a.C.): militar e político cuja ditadura pôs fim à República em Roma.

5 Considerando o contexto dos textos de Mayochi (1979) e Geoghegan (1979) e o fato de O’Callaghan atuar como arquivista, pode-se afirmar que a palavra metodologia refere-se à forma de se lidar com documentos e manuscritos para a escrita de obras históricas.

arquivo da Colegiata de Tortosa. Não é possível dizer quais foram essas primeiras lições e o contato com a prática historiográfica, mas sabe-se que durante o período de estudos na Espanha, o jesuíta argentino realizou viagens pelo país, para visitar arquivos e, muito provavelmente, diferentes casas e Colégios da Companhia de Jesus na região.

Em 1910, Furlong inicia seus estudos de Filosofia, desta vez, em Tolosa (MAYOCHI, 2009) e, um ano mais tarde, é enviado aos Estados Unidos, para o Woodstock College, que funciona junto à Universidade de Georgetown, onde, em 1913 recebe seu PhD. Novamente sua transferência é tratada com total naturalidade por autores como Geoghegan (1979) e Mayoichi (1979; 2009). Entretanto, cabe aqui o questionamento sobre as razões de seu envio à América do Norte. Teria sido mais natural enviá-lo a alguma cidade europeia, especialmente a Roma, se levarmos em consideração a localização dos principais arquivos da Companhia de Jesus, e, principalmente, se o jesuíta argentino já tivesse, na ocasião, demonstrado inclinação para o trabalho com documentos históricos. Considerando-se as fontes consultadas, pode-se levantar duas hipóteses para a viagem de Furlong para os Estados Unidos.

16 Para a construção da primeira hipótese, devemos inserir o jesuíta argentino no contexto europeu do final do século XIX e do início do XX que, acreditamos, pode fornecer elementos para justificar esta opção. Desde a restauração da Companhia de Jesus no início do século XIX, a situação da ordem na Espanha era muito instável, em decorrência da própria instabilidade política do país. Ao longo do século XVIII e primeiras décadas do XIX, a monarquia foi deposta em diversos momentos, entrando em cena governos de influência liberal⁶ que se espelhavam nos acontecimentos da Revolução Francesa de 1789. Entretanto, a fragilidade destes governos fez com que, em poucos anos, a monarquia fosse restaurada, contando, muitas vezes, com apoio internacional. Neste ambiente de luta interna entre monarquistas e liberais, a Companhia de Jesus sempre foi muito mal vista, tendo sido expulsa mais de uma vez do país.⁷

Ao mesmo tempo, a situação europeia também era bastante instável. Após o

6 Os liberais impuseram uma Constituição entre os anos de 1820 e 1830, entre 1834 e 1851 após uma crise sucessória da monarquia e novamente entre 1868 e 1875, onde chegaram a formar a Primeira República em 1873.

7 Segundo Bangert (1972) a Companhia de Jesus foi expulsa do território espanhol em três ocasiões. A primeira ocorreu em 1820, sendo permitido o seu retorno em 1823. Em 1835 foi novamente dispersa, podendo regressar à Espanha em 1851 e, por último, em 1868 os jesuítas espanhóis foram novamente enviados ao exílio, sendo a Ordem restaurada no país em 1875.

Concílio Vaticano I, e com a Restauração Católica⁸, a Igreja procurou recuperar seu tradicionalismo, reafirmando a infalibilidade do papa⁹ e procurando restabelecer alguns princípios definidos por ocasião do Concílio de Trento¹⁰. A principal luta do catolicismo era conter o avanço liberal dentro da própria Igreja, não apenas na Europa, mas também no continente americano (PRIEN, 1985). Já no final do século XIX, a principal questão a ser enfrentada era o avanço cada vez maior do socialismo por toda a Europa. Segundo Hobsbawm (2011) e Perry (2002), por toda a Europa o crescimento do socialismo tornava a situação política pouco a pouco mais frágil, principalmente nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial e

8 O Concílio Vaticano I foi convocado pelo papa Pio IX e iniciou-se em 1869. Segundo Rambo (1998: 148-149) “Durante as sessões do Concílio, os padres conciliares, sob a orientação de Pio IX, empenharam-se em afirmar e a reafirmar as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares, tomando como referência principal o Concílio de Trento. A Restauração Católica nada mais significa do que a reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos impuseram e que finalmente foram formuladas nos documentos do Concílio. A Restauração Católica fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se, em princípio, a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado. Foi neste contexto que surgiu o conceito de Ultramontanismo. Ultramontanos (da expressão ‘ultra monte = além das montanhas) são ou foram os teólogos, o clero, os religiosos e o povo em geral, que combatiam o galicismo dos católicos franceses que desejavam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima aquela que tinha sua sede ‘ultra montes, além das montanhas’, o papa em Roma. Os princípios defendidos pela Restauração negavam qualquer tipo de ingerência do estado laico nos assuntos da Igreja e, por sua vez, a Igreja devia manter-se afastada do estado arreligioso, agnóstico ou ateu. A dinâmica da história, entretanto, não tardou em demonstrar que o poder civil e o poder religioso não podiam ignorar-se mutuamente ou simplesmente prescindir um do outro. Foi preciso encontrar uma fórmula aceitável de convivência. Esta fórmula, certamente, não consistia num passo para trás, retomando ou restaurando o regime de cristandade. Os saudosistas do regime passado somavam minoria e não existiam as mínimas chances de êxito. A saída para o impasse situava-se em outro lugar. O Estado, a sociedade civil e suas autoridades, a Igreja, a sociedade religiosa e suas autoridades têm obrigações para com os súditos. O Estado tem como obrigação garantir o bem-estar material do cidadão e à Igreja cabe zelar pelo bem-estar espiritual dos fiéis”.

9 “Com essas palavras está expresso o poder jurisdicional do papa sobre toda a Igreja. O papa é infalível em questões doutrinárias, quando fala *ex cathedra*, no exercício de sua função magisterial referente à fé e à moral. A decisão infalível do papa é válida para todo o mundo e tem sua base legal no poder decisório do papa, não no consentimento da Igreja. Assim, o catolicismo romano transformou-se em monarquia absoluta, sem restrição constitucional” (DREHER, 1999: 146).

10 De acordo com Dreher (1996: 124), “O Concílio de Trento é, segundo a contagem da Igreja Católica Apostólica Romana, o XIX Concílio Geral da Igreja. Seu significado histórico pode ser esquematizado nos seguintes aspectos: a) Com suas formulações antiprotestantes, o Concílio de Trento sacramentou definitivamente o cisma da igreja ocidental; b) Com a formulação de uma confissão de fé própria, a *Professio fidei Tridentinae*, em 1546, a qual deveria ser professada então por um sacerdote católico-romano, a igreja católico-romana passou a ser uma igreja confessional; c) Ao se tornar normativo para a reforma interna do catolicismo romano, superou o nominalismo, deu a seus adeptos uma doutrina clara (essa clareza se havia perdido em grande medida) e lançou as bases para uma igreja universal, ao reformar a administração e a vida eclesial”.

após a formação dos primeiros soviets na Rússia, em função dos acontecimentos de 1905.¹¹ Se tomarmos o caso específico da Espanha, temos a ascensão de grupos e sindicatos de trabalhadores que vão ganhando força e iniciam pressões sobre o governo, procurando melhorias nas condições de trabalho. Grande parte da Europa viu crescer os grupos socialistas, inclusive, no território do Reino Unido, com os fabianos.¹² (SCHUMPETER, 1961).

Em compensação, nos Estados Unidos, vemos uma situação inversa. No final do século XIX, a industrialização e a urbanização colocariam o país em uma situação bastante favorável no início da década de 1910 (PERRY, 2002). Embora existissem conflitos com o operariado, estes, segundo Schumpeter (1961), puderam ser logo contornados e os focos de partidários do socialismo foram sufocados pela grande maioria conservadora que buscava manter os altos índices de crescimento e de rentabilidade que o país alcançava. Ao mesmo tempo, a Companhia de Jesus já atuava em território norte-americano desde a primeira década do século XIX, contando com certa estabilidade e total liberdade para realizar seu trabalho, uma vez que a Constituição dos Estados Unidos garantia liberdade de culto a todos os cidadãos.

18 Pensando-se na situação de instabilidade vivida pela Europa e de seu contraponto na América do Norte, pode-se encontrar uma razão para o envio de Guillermo Furlong aos Estados Unidos. A estabilidade existente no outro lado do oceano Atlântico pode ter sido levada em consideração por seus superiores, tanto mais se levarmos em conta que a Universidade de Georgetown contava já com mais de um século de história em mãos jesuítas, sem contarmos sua tradição anterior, e que o Woodstock College, para onde, em 1869, foram transferidos os cursos de Filosofia e Teologia situava-se no reduto católico de Maryland (DEVITT, 1909). Entretanto, esta hipótese ainda possui suas lacunas, sendo que, possivelmente,

11 No ano de 1905, Nicolau II, czar russo, autoriza o assassinato de milhares de russos contrários ao regime, fato que ficou conhecido como “Domingo Sangrento”. Além disso, a revolta dos marinheiros do Encouraçado Potemkin, foi sufocada. A partir daí iniciou-se, sob o comando de Lênin, a articulação para a Revolução que culminará na tomada do poder pelos bolcheviques em 1917. (PERRY, 2002).

12 Os fabianos eram um grupo de intelectuais formado por pequenos burgueses que seguiam ideias de Bentham e Mill (SCHUMPETER, 1961).

apenas um estudo prosopográfico¹³ poderia responder se foi uma prática usual dos superiores da Companhia de Jesus à época o envio de jovens noviços jesuítas para a conclusão de seus estudos nos Estados Unidos devido a sua maior estabilidade política ou se tal fato ocorreu apenas com alguns poucos missionários, como no caso de Furlong.

Por outro lado, pode-se pensar o envio do jesuíta argentino para a continuidade de seus estudos nos Estados Unidos a partir daquilo que nos séculos XVI, XVII e XVIII era conhecido como a política de “repartição dos operários da vinha do Senhor”, tão brilhantemente estudada por Castelnau-L’Estoile (2006). Segundo a autora, a Companhia de Jesus, em cada uma das regiões onde atuava, procurava confeccionar Catálogos, os quais trariam informações sobre as habilidades e o temperamento de cada um dos missionários, ou seja, seus talentos¹⁴, segundo uma classificação prévia dos mesmos. A partir da identificação do talento de cada um dos missionários, estes eram enviados para estudar ou trabalhar em

13 A prosopografia, ou biografia coletiva, é um método largamente utilizado por pesquisadores que se propõem a esclarecer questões sobre determinado grupo utilizando-se, para isso, das trajetórias de vida dos vários personagens deste grupo. Ao contrário da biografia – que se preocupa em partir do indivíduo e, a partir daí, situá-lo em um contexto – a prosopografia preocupa-se em partir de um determinado objeto mais geral (como a cátedra de uma Universidade, a elite de uma determinada cidade, etc) e, a partir das reconstituições das trajetórias dos diferentes personagens envolvidos no processo, apurar como estes contribuíram para a história do objeto geral em questão. Segundo Stone (2011: 3) “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes - a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação”. Sobre o método em sua totalidade, ver os trabalhos de Heinz (2006) e Stone (2011).

14 Segundo Castelnau-L’Estoile (2006: 211), “Podem-se classificar os talentos em diferentes categorias: talentos para ensinar, seja em nível elementar (*ad docendum*), seja em nível superior (*ad legendas facultates*); para a administração, que são ou de governo (*ad gubernandum*), ou de conselho (*ad consultandum*); para as tarefas espirituais: a pregação (*ad condicionandum*), a confissão (*ad audiendas confessiones*), o cuidado dos outros (*ad agendum cum proximis*), enfim, talentos ligados à gestão dos bens e à organização da vida material da província (*ad negotia curanda, ad officia domestica*). Os talentos concernentes ao trabalho missionário junto aos índios são claramente especificados; trata-se do talento para converter os índios (*ad convertendos Indos*), para catequizar (*ad erudiendos Indos*), para instruir (*ad docendos Indos*), para confessar (*ad audiendas confessiones Indorum*), para tomar conta (*ad agendum cum Indis*). Os talentos junto aos índios são claramente identificados e isolados dos outros (*talentum ad agendum cum Indis* é diferente de *talentum ad agendum cum proximis*; *talentum ad docendos Indos* é diferente de *ad docendos*). O contato com eles é, assim, percebido praticamente como uma questão de distinção de categoria”.

locais predeterminados, onde suas habilidades e seu temperamento pudessem ser aproveitadas ao máximo e, também, pudessem servir da melhor maneira possível ao trabalho da Ordem.

O estudo da distribuição dos missionários implica fatalmente estudar a política de pessoal: designação dos jesuítas por seus superiores para residir em certos lugares, para exercer certas atividades; o fato de os superiores poderem levar em consideração desejos de seus subordinados, embora sejam aqueles que decidam. A existência dos Catálogos breves, que precisavam ser preenchidos todos os anos, e dos Catálogos completos, que deviam ser enviados a cada três anos, exigia que os superiores pensassem em termos de “política de pessoal”, ou seja, não somente em função dos indivíduos, mas também no nível da província inteira. O provincial deveria “preencher” os diferentes locais onde os jesuítas estavam implantados, deveriam cuidar para que as competências de cada um fossem utilizadas. O estudo da distribuição dos missionários permite observar a política dos superiores com relação ao pessoal. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006: 239).

Embora pudessem ser considerados os pedidos encaminhados por alguns dos missionários para atuarem em determinados locais ou em determinadas funções¹⁵, o ato de requerer ou de suplicar aos Superiores não significava que sua solicitação pudesse vir a ser atendida em algum momento. Em realidade, era tarefa dos Superiores, principalmente das Províncias, designar certa função a cada um dos membros, prestando atenção, principalmente, ao que de melhor esses missionários teriam para oferecer.

Os jesuítas não pensam em termos de carreira, mas de vocação; não pensam em termos de reivindicação, mas de necessidade de consolação. A obediência e a interiorização da obrigação são traços específicos da cultura jesuítica; da mesma forma, uma ordem vinda de um superior deve ser recebida como se fosse a expressão da vontade divina. Os superiores jesuítas estão encarregados não somente do desenvolvimento “profissional” de seus subordinados, mas de seu florescimento espiritual, e o cerne dessa política dos superiores frente a seus subordinados consiste em ajudá-los a buscar sua salvação. Os erros de escolhas na “política de pessoal” são gravíssimos, pois podem levar um homem a sua perda. (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006: 252-253).

Se considerarmos a política de “repartição de operários” trabalhada por

15 Era comum, nos séculos XVI, XVII e XVIII, que os missionários que estivessem por concluir seus estudos na Europa e tivessem interesse de atuar, por motivos diversos, nas missões da América ou da Ásia, enviassem cartas aos seus superiores informando sua vontade e suplicando para que esta fosse atendida e que pudessem atuar onde mais lhes aprobevesse.

Castelnuau-L'Estoile (2006) para os séculos XVI, XVII e XVIII, poderia-se, talvez, encontrar, juntamente com uma conjuntura internacional – que deve ser levada em conta – as razões para que os superiores de Furlong tenham optado por enviá-lo aos Estados Unidos. Segundo Bangert (1972), nos Estados Unidos, a Companhia de Jesus atuou, principalmente, na educação da população católica. Como a liberdade religiosa estava assegurada, durante o século XIX, o número de católicos cresceu bastante nos Estados Unidos por conta da intensa onda migratória de europeus para o país, fazendo com que, às vésperas do século XX, esta população chegasse a cerca de vinte por cento do total. Os jesuítas atuavam junto a essa população católica e também junto a todos – e de qualquer fé – que procurassem uma formação clássica através de escolas e universidades. Além disso, atuavam nos novos territórios anexados, principalmente nos do sul, na conversão dos indígenas nativos dessas regiões.

No final da década de 1910, um professor se destacaria no Woodstock College, para onde Furlong será enviado. Richard Tierney SJ era professor de pedagogia e havia escrito diversos artigos para a revista *America*, na qual expunha sua teoria pedagógica, os quais, posteriormente, viriam a ser publicados sob a forma de livro, intitulado *Teacher and Teaching* (1914). Tierney foi professor de Furlong durante sua estada nos Estados Unidos. Segundo Mayochi (2009), o jesuíta argentino escreveu uma monografia que versa sobre educação, intitulada *Popular education in the United States* (sem data definida), durante sua permanência na América do Norte e teria sofrido grande influência de Tierney ao escrevê-la.

Se levarmos em consideração a tradição jesuíta de atuação no ramo da educação nos Estados Unidos, juntamente com a influência exercida por Tierney e a política de “repartição de operários” da ordem, podemos presumir que os Superiores de Furlong podem ter encontrado no jesuíta argentino o talento para a docência, tanto que, posteriormente, depois de seu retorno à Argentina, atuará como professor, o que parece explicar seu envio aos Estados Unidos. Além disso, Furlong viveu durante seus primeiros treze anos de vida em um ambiente marcado pela fala inglesa, não havendo, assim, impedimento linguístico, o que poderia ser novamente aproveitado posteriormente em sua atuação. Sabe-se que, de fato, isto foi levado em conta, pois encontramos informações de que lecionou Língua Inglesa nos Colégios da Companhia de Jesus na Argentina (GEOGHEGAN, 1979; MAYOCHI, 2009). Mas as razões para o envio de Furlong aos Estados Unidos, onde concluiu os estudos em Filosofia demandam uma pesquisa de maior fôlego, que poderá confirmar ou refutar alguma das conjecturas acima expostas.

Quanto às leituras que fez e às atividades de que participou durante sua estada na América do Norte, e que podem ter contribuído para seus trabalhos futuros, recorremos ao texto de Ernesto Padilla (1979:73), inserido na revista *Archivum* e intitulado *Una especialidad: las biografías*, no qual podemos encontrar a seguinte informação:

Intima emulación le despierta la placentera lectura de la vida de Samuel Johnson por James Boswell realizada, en 1911, en la biblioteca de Woodstock College. La califica ‘un ideal de biografías, ya que no era el biógrafo sino el biografiado quien más intervenía en su composición’ y, desde entonces, formula la íntima aspiración de escribir la vida de algún ilustre compatriota en conformidad con esa técnica y con esa táctica.

Após sua chegada aos Estados Unidos, Furlong já toma contato com a escrita do gênero biográfico. Além disso, passa a visitar diversas bibliotecas e arquivos, como a Library of Congress (Washington), Peabody Library (Baltimore), New York Public Library (Nova York), Columbia University (Nova York) e a Hispanic Society (Nova York), além de conhecer cidades como Baltimore, Washington, Boston, Saint Louis, Filadélfia, Nova York e nova Jersey, frequentando centros culturais e conhecendo jesuítas que atuavam nestes locais diversos. Embora saibamos que o jesuíta argentino passou por estes arquivos e bibliotecas, não sabemos qual era seu objeto de pesquisa nesta época, nem encontramos notícias sobre documentos específicos que, muito possivelmente, estivesse procurando ou transcreveu.

Ainda durante seus estudos nos Estados Unidos, Furlong deu início a sua produção historiográfica com alguns ensaios, que chegaram a ser publicados. Embora não tenhamos encontrado qualquer data específica de publicação, Mayochi (2009) menciona os seguintes títulos: *Saint Francis Xavier's Sonet and its influence on English authors*, *Shakespeare in Spain*, *Fray Luis de León* e *The Spanish Lyries*. Sabe-se que escreveu uma *Brief History of Woodstock*, que não chegou a ser publicada, e, também, alguns artigos para a *Catholic Encyclopedia*, os quais também não foram publicados.

Furlong historiador

Em meados de 1913, Guillermo Furlong retorna à Argentina. Contava, então, com vinte e quatro anos de idade e, como titulação, seu PhD em Filosofia pela

Universidade de Georgetown. Foi, então, destinado ao Seminário Metropolitano de Buenos Aires¹⁶, situado no bairro Villa Devoto. Passou a atuar como professor, ficando responsável por lecionar latim, grego, castelhano, geografia e história argentina.

Ainda em 1913, o jesuíta argentino inicia seu trabalho como historiador. Segundo Geoghegan (1979), é neste ano que Furlong passa a frequentar o Archivo General de la Nación¹⁷, em Buenos Aires, onde conhece o historiador Enrique Peña.

El señor Peña fue quien orientó definitivamente al padre Furlong hacia la investigación histórica, brindándole el siguiente consejo: ‘No lea libro alguno de historia, pero trácese una línea de estudio, una serie de temas afines, y frecuente el Archivo General de la Nación en busca de materiales sobre dichos temas y le aseguro que, al cabo de diez o quince años, quedará asombrado del material que habrá reunido... (GEOGHEGAN, 1979: 36).

Sabe-se que, entre os anos de 1913 e 1920, o jesuíta argentino permaneceu em seu país de origem, atuando como professor – sendo, inclusive, transferido para o Colegio del Salvador, em 1916, local onde residirá até sua morte – e

16 Local de formação do clero arquidiocesano da região portenha.

17 O Archivo General de la Nación foi fundado em 1821 e tem por objetivo de “Reunir, conservar y tener disponible para su consulta o utilización la documentación escrita, fotográfica, fílmica, videográfica, sónica y legible por máquina, que interese al país como testimonio acerca de su ser y acontecer, sea ella producida en forma oficial, adquirida o donada por instituciones privadas o particulares.” (AGN, 2013: s/p).

realizando frequentes visitas ao Archivo General de la Nación, ao Museo Mitre¹⁸ e a bibliotecas pessoais, nas quais pôde realizar pesquisas (Geoghegan, 1979; Mayochi, 2009). Infelizmente, não encontramos quaisquer informações sobre os seus temas de pesquisa nesta época ou sobre os documentos que consultou durante as visitas aos arquivos. Ao que parece, entre 1913 e 1920, o jesuíta argentino não se ausentou por longos períodos de seu país, tendo realizado apenas viagens curtas, com o objetivo de visitar arquivos.

Em 1920, Furlong retorna à Espanha para concluir seus estudos de Teologia, que lhe permitiriam a ordenação sacerdotal, tendo sido enviado ao Colegio Máximo de Sarriá, em Barcelona. A partir deste período, temos notícias um pouco mais precisas sobre as pesquisas que Furlong fez na Espanha. Se levarmos em consideração que seus primeiros trabalhos escritos nos Estados Unidos versam sobre educação e literatura, é interessante constatar que, segundo Mayochi (2009:28):

Así lo hizo, en efecto, residiendo casi siempre en Barcelona; mas aprovechó las varias vacaciones estivales para visitar a Sevilla, Madrid, Simancas, París, Londres y Munich, cuyos archivos exploró y estudió ahincadamente en sus respectivas secciones americanas. Obviamente, centro de sus preferencias fue el sevillano Archivo General de Indias, donde pasó siete meses continuos y contó con la invalorable guía del padre Pablo Pastells y de don José Torre Revello, nuestro meritorio investigador histórico que por entonces revisaba pacientemente el

18 “Las gestiones del diputado nacional Dr. Manuel Carlés hicieron posible que unos meses después de la muerte de Bartolomé Mitre se sancionase la ley N° 4943 por la cual se autorizaba al Poder Ejecutivo comprar el inmueble donde vivió el patricio para formar el Museo Mitre (26 de junio de 1906). Como primer director fue nombrado Alejandro Rosa, quien había compartido con Mitre sus pasiones por los estudios históricos y numismáticos, plasmadas en su momento con la fundación de la Junta de Historia y Numismática Americana, institución que en 1938 cambió su nombre y hoy es la reconocida Academia Nacional de la Historia. Gracias a la celeridad en las tareas de organizar el museo sus puertas se abrieron al público el 3 de junio de 1907. Un primer objetivo fue editar numerosos volúmenes de documentación histórica y el Catálogo de lenguas americanas. Tras el deceso de Rosa, fue nombrado director honorario un nieto de Mitre, Luis Domingo Mitre. En dicho período fue muy importante la acción de Rómulo Zabala quien hizo editar los catálogos del museo y de numismática, prosiguiendo la transcripción y publicación de los papeles del archivo colonial. Cabe destacar que el 21 de mayo de 1942 el museo fue declarado monumento histórico nacional. Posteriormente le cupo a Juan Angel Fariní la conducción de la institución en dos períodos (1948-1956 y 1966-1973), época durante la cual se recuperaron elementos originales de la casa, como así también la adquisición de óleos y retratos de Mitre. Entre 1956 y 1966 otro nieto del patricio, Jorge Adolfo Mitre, ejerció como director honorario, procediéndose a realizar numerosas refacciones del edificio. A partir de 1973 ocupó la dirección del museo un bisnieto del general, Jorge Carlos Mitre, incrementándose sensiblemente su patrimonio gracias a un gran número de donaciones y adquisiciones. Desde 1978 el museo cuenta con la inestimable colaboración de la Asociación de Amigos del Museo cuya presidente es la señora Magdalena Sofía Narvaja. Desde 2002 el museo se encuentra bajo la conducción de la Lic. María Gowland.” (MUSEO MITRE, s/d:1).

cuatro veces secular repositorio.

De acordo com Mayochi (2009), neste período, Furlong manifestava um forte interesse pela história da América platina no período colonial:

Lanzado ya a la carrera de la investigación histórica, fue durante este lustro cuando Furlong descubrió y copió valiosos documentos que todavía hoy, a muchos años de distancia, continúan ofreciéndole novedades de base para los libros que da a la estampa con frecuencia. Así, en Barcelona halló, entre otros, un lote de cartas o memorias escritas por los misioneros jesuitas del Río de la Plata, compuestas para responder a preguntas concretas que sobre los indios de estas tierras las formulaba el padre Joaquín Camaño. En la parroquia del pueblo de Balbastro, al norte del monasterio de Veruela, encontró Furlong un baúl lleno de manuscritos de Félix de Azara. Pero por su juventud en esa época no pudo reconocer su importancia.

En el verano de 1921 copió a mano el ingente epistolario, movido por la convicción de que algún día le sería útil, como lo fue efectivamente [...]. Otro tanto hizo en Sevilla y en Madrid, en cuyo Archivo Histórico halló interesantísimos corpus documentales. En la Biblioteque National de Paris pudo examinar los muchos manuscritos americanos de lengua indígena que allí se conservan, mientras que en el British Museum vio y leyó numerosas obras tan raras como la Relación del padre Diego de Torres, de la que en la Argentina no hay ejemplar alguno conocido. Fue, finalmente, en la Biblioteca de los Bollandistas de Bruselas donde tuvo la satisfacción de ver, leer y extractar las Décadas de Techo, único ejemplar existente en repertorio alguno. (MAYOCHI, 2009: 29-30).

25

Em 1924, recebeu ordenação sacerdotal, tendo sido enviado ao Reino Unido para realizar sua terceira provação, na residência jesuíta de Mouth Street, em Londres (GEOGHEGAN, 1979) e em “*el 2 de febrero de 1926, hizo los [votos] correspondientes a coadjutor espiritual [...]. Pero muchos años después, a mediados de 1948, [...] el superior leyó una carta del General de la Compañía de Jesús en la que [...] se le concedía profesar solemnemente los cuatro votos*” (MAYOCHI, 2009: 30). Em 1925, retornou à Argentina e às aulas das disciplinas de literatura castelhana, apologética, história argentina, instrução cívica e inglês.

Em 1929, Furlong publicou seu primeiro livro sobre temas históricos, intitulado *Glorias Santafesinas*, que versa sobre a história da Argentina colonial. Desde seu retorno à Argentina, em 1913, a grande quantidade de documentos e informações que conseguiu reunir em suas visitas aos arquivos e bibliotecas argentinas e europeias possibilitou a escrita de diversos artigos, muitos deles, publicados na revista *Estudios*, da Academia Literaria del Plata e da Universidad del Salvador, em Buenos Aires.

Fato curioso em relação à publicação de seus trabalhos é que grande parte dos mesmos, cerca de 390, foram publicados com a utilização de pseudônimos¹⁹. Estes textos versam sobre os mais diversos temas, contemplando desde história da América colonial até a história política Argentina no século XIX, sendo que Furlong assinou alguns deles como Juan Cardiff, Francisco Talbot e, inclusive, como Guillermo Paucke, entre outros. Pode-se presumir que, dependendo da linha editorial da revista para a qual havia encaminhado o artigo ou do assunto que ele abordava, Furlong não utilizava seu verdadeiro nome, ocultando assim sua condição de membro da Companhia de Jesus.

Sus características personales, los temas de los cuales se ocupó y el tratamiento que dio a estos no contribuyeron a facilitar que Guillermo Furlong estableciera vínculos masivos; tampoco le dispensaron su favor los medios de difusión. Su condición de sacerdote jesuita le franqueó algunas puertas, pero por la misma razón le fueron cerradas otras y en las narices; no podía salvarse de sufrir las secuelas de los enfrentamientos entre filias y fobias, máximo cuanto tomó parte en ellos. (TESLER, 1994: 15).

26

Entre os anos de 1930 e 1935, Furlong foi destinado ao Colegio del Sagrado Corazón, em Montevideo, Uruguai. Ao retornar ao Colegio del Salvador, publicou o texto intitulado *Un médico colonial: Segismundo Asperger* (1936) na revista *Estudios*. Em 1937, participa do II Congresso Internacional de Historia de

19 “La seudonimia es, ante todo, una práctica autoral que viene de épocas remotas, de épocas clásicas, hoy transformada en un derecho incuestionable e internacionalmente aceptado. A veces este derecho es ejercido involuntariamente y hasta por compulsión de circunstancias ajenas al autor. Distinto es el empleo de nombre supuesto en la documentación o actuaciones públicas” (TESLER, 1994: 7).

América²⁰, realizado em Buenos Aires, atuando como relator da seção de História Religiosa. No mesmo ano, Enrique Udaondo apresenta o jesuíta argentino para a Academia Nacional de La Historia, para a qual foi nomeado membro, ocupando a cadeira de número 31, em 1939.

Em 1940, “se lo nombra asesor general de la Juventud de la Acción Católica Argentina. Pide a sus superiores que le permitan dejar la cátedra de historia argentina por entender que era desmoralizador para sus alumnos ‘el tener que contradecir, [...] los textos oficiales’” (GEOGHEGAN, 1979: 33). Pode-se presumir que sua nomeação para este cargo deu-se a partir de sua já reconhecida atuação como professor, o que corroboraria nossa hipótese sobre as razões para seu envio para os Estados Unidos, pois apresentava o carisma necessário para a o trabalho pastoral junto à juventude. Vale lembrar que a Acción Católica surgiu na Argentina na década de 1920 e foi responsável por expandir e fortalecer o catolicismo no país, alcançando as zonas rurais e as bases populares da sociedade. Durante boa parte do século XX, a Igreja argentina procurou se adaptar aos regimes de governo, procurando apoiá-los de alguma forma e alimentando o nacionalismo católico. Contudo, seu principal objetivo era a manutenção do *status quo*, negligenciando a justiça social, mantendo, assim, o tradicionalismo próprio da instituição.

27

Durante el período 1930-1943 la mentalidad predominante en la jerarquía estuvo caracterizada por el integrismo; es decir, que en un momento en que Argentina estaba dominada por regímenes autoritarios la Iglesia, partiendo de su tradicionalismo y de su inclinación antiliberal, alimentó el nacionalismo argentino con la idea de que el “reino de Dios” encontraba su expresión en la nación argentina [...]. (PRIEN, 1985: 567).

20 “El Congreso de Historia de América es una institución llamada a promover y relacionar las actividades superiores de Academias e historiadores del Nuevo Mundo. Es una institución científica, en primer término, al estimular las investigaciones originales en el dominio de la Historia Americana, desde la Conquista a nuestros días (las épocas Prehistórica y Protohistórica y el Descubrimiento son los temas propios del Congreso de Americanistas). Su consecuencia inmediata ha sido el intercambio de publicaciones históricas, documentales y bibliográficas, que editan las Academias, Institutos o Juntas de Historia y Universidades, así como también las que realizan los investigadores separadamente. Sobre estas bases objetivas se elaboran los juicios e interpretaciones históricas, influenciándose recíprocamente en el estudio de problemas comunes. El Congreso Internacional de Historia de América es también una institución cultural y patriótica para la difusión del saber histórico. La historia erudita es el laboratorio de trabajo del investigador, pero el historiador moderno está obligado a preparar la síntesis. Esta noción de la síntesis histórica – bandera de escuelas de historiadores en Europa – es la que estamos adoptando en la preparación de la historia de naciones de este Continente. Por último, el Congreso Internacional de Historia de América es una institución de orden pedagógico, porque a la luz de la verdad histórica defiende y preserva el patrimonio moral de sentimientos e ideales solidarios de los pueblos hermanos de América.” (LEVENE, 1937: 8-9).

Em 1942, Furlong passou a integrar a Junta de História Eclesiástica Argentina, tendo sido seu primeiro vice-presidente. Dirigiu a revista *Archivum*, desta instituição, entre os anos de 1959 e 1974. Durante a segunda metade da década de 1940, publicou uma série de obras da coleção *Cultura Colonial Argentina*. Por último, “em 1956 fundou a Sociedade de Geografia e tornou-se seu primeiro presidente. Em 1970, foi nomeado membro do Instituto de Cultura Hispânica de Madrid” (MURRAY, 2008: 357).

Cabe mencionar ainda que o jesuíta argentino recebeu diversos prêmios por seu trabalho como historiador, sendo os principais “o Prêmio Nacional de História (1952), a Ordem Espanhola de Isabel la Católica, e doutorados *honoris causa* pela Universidade del Salvador (1962) e Universidade de Buenos Aires (1971)” (MURRAY, 2008: 357).

Guillermo Furlong faleceu em vinte de maio de 1974, com a idade de 86 anos, quando regressava de metrô de uma conferência proferida em Villa Devoto.

Rede de colaboradores e financiamento para a publicação de obras: regime de mecenato

28

Apesar das viagens realizadas para a Europa e para os Estados Unidos, durante as quais, visitou e consultou diversos arquivos e bibliotecas, Furlong produziu seus trabalhos em território argentino. Além de utilizar a documentação existente no Archivo General de la Nación e no Museo Mitre, boa parte de suas pesquisas foi realizada em bibliotecas privadas, onde bibliófilos mantinham ricas coleções, as quais, ao que parece, contribuíram de forma considerável para os dados que Furlong divulgou em suas obras.

Sabe-se que a rede de colaboradores formada pelo jesuíta argentino ao longo de seus anos de pesquisa é bastante extensa. Entretanto, poucos são os dados disponíveis sobre os que compunham o círculo de relações de Furlong. Tentaremos aqui, na medida do possível, oferecer um panorama desta rede de colaboradores, sem o intuito de esgotar o tema, mas procurando compreender o ambiente em que se encontrava inserido e identificar os intelectuais com os quais o autor mantinha contato frequente.

A partir dos trabalhos de Geoghegan (1979) e de Mayochi (1979; 2009) podemos presumir que um dos primeiros intelectuais com quem Furlong teve contato foi Enrique Peña. Algumas páginas acima, transcrevemos um conselho

dado por Peña ao jovem jesuíta, sendo que, ao que tudo indica, o historiador Peña era “*varón de presencia aristocrática y poseedor de selectísima biblioteca*” (GEOGHEGAN, 1979: 36). Ao frequentar o acervo pessoal de Peña, o jesuíta argentino entrou em contato com Samuel Lafone y Quevedo e Luis María Torres, que também o consultavam para suas pesquisas. Sobre Torres não encontramos maiores informações. Contudo, sabemos que Lafone y Quevedo tinha origem inglesa e que Furlong visitava o amigo no Hotel Los Dos Mundos, onde residia e realizava seus estudos.

Posteriormente, no Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad de Buenos Aires, o jesuíta argentino conheceu a Emilio Ravignani e a Juan Canter. Segundo Furlong, Ravignani foi um notável estudioso, que dedicou boa parte de seu tempo às questões políticas (GEOGHEGAN, 1979). Já no caso de Canter, as relações com o jesuíta foram rompidas em função de apreciações divergentes.

Entre os anos de 1920 e 1930, outro bibliófilo cedeu sua biblioteca pessoal para que Furlong pudesse realizar seus estudos. Trata-se do médico Miguel Angel Fariní, que, em diversas ocasiões, deixou o jesuíta consultar seu acervo enquanto atendia a seus pacientes.

Ao realizar um levantamento, sobre os principais colaboradores de Furlong, aqueles que com certeza abriram seus arquivos e bibliotecas pessoais para que realizasse seus estudos, Geoghegan (1979) nos informa que o jesuíta argentino teve acesso aos acervos de Clemente Fregeiro, Félix F. Outes, Alejo Gonzáles Garaño, Antonio Dellepiane, Antonio Larrouy e Mario Belgrano, além dos já referidos.

Por fim, podemos citar a Pablo Cabrera, intelectual argentino que Furlong conheceu ao passar por Córdoba e Jose Torre Revelo, com quem trabalhou no Archivo General de Indias, no período em que esteve na Espanha estudando Teologia, além de intelectuais uruguaios com quem teve contato no período entre 1930 e 1935, quando atuou no Colegio del Sagrado Corazón, em Montevideo.

Uma outra categoria de colaboradores possibilitou a publicação dos trabalhos de Guillermo Furlong: os mecenas²¹, ou como prefere Geoghegan (1979),

21 Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, autor do dicionário *Aurélio* (2008: 554), mecenas significa “patrocinador das letras, ciências e artes, ou de artistas e sábios”. Este regime de colaboração é famoso por ter sido muito utilizado durante o Renascimento, onde nobres financiavam a execução de determinadas obras por parte de artistas, fossem eles escultores, pintores, cientistas ou escritores. Neste sentido, podemos considerar como mecenas, e não apenas como benfeitor – “aquele que faz o bem ou que faz benefícios” (FERREIRA, 2008: 173) – aos colaboradores de Furlong que financiaram algumas de suas publicações.

os *bienhechores*. Em diversos momentos, o jesuíta argentino contou com amigos e conhecidos, que se dispuseram a financiar a publicação de uma ou mais obras e também com editores que garantiram a impressão de seus livros e possibilitaram que estes viessem à público.

A obra *Glorias Santafesinas* (1929), assim como uma obra em homenagem a outro de seus colaboradores, intitulada *José Torre Revello “a self-made man”* (1968) foram publicadas com o auxílio de Francis B. O’Grady, cidadão estadunidense que já havia possibilitado a chegada à Argentina das congregações das Hermanas de la Pequeña Compañía de María e dos cistercienses Monjes Trapenses. Outro mecenas foi Reginald Doublet, “*caballero inglés y protestante, que estuvo muchos años entre nosotros [argentinos] y fue presidente del Banco de Londres y América del Sud*” (GEOGHEGAN, 1979: 39). Contudo, não nos foi possível encontrar informações sobre as obras de Furlong que ele tenha financiado. Foram também seus mecenas, Enrique Udaondo, que já o havia apresentado à Academia Nacional de la História e, também, Elisa Peña, filha do historiador Enrique Peña, que o conhecia desde o ano de 1913.

30 Alguns editores facilitaram o pagamento da impressão de algumas de suas obras, tornando assim mais fácil a divulgação dos trabalhos do jesuíta argentino. Segundo Geoghegan (1979), em alguns momentos, Furlong utilizou os rendimentos obtidos com a venda das obras já publicadas para financiar a publicação de outros trabalhos. Entretanto, quando não foi possível encontrar um mecenas que pudesse assumir as despesas de impressão, os editores tiveram grande tolerância em relação ao pagamento destes custos.

Entre os principais editores que colaboraram para a publicação das obras do jesuíta podemos encontrar seu “*ex alumno e impresor favorito, el Sr. José Alberto Fuselli, [...] en cuyos Talleres Gráficos San Pablo ha impreso el padre Furlong la mayoría de sus trabajos. [...]*”. Após a morte deste editor, seus colaboradores foram “*Dr. Pedro San Martín, de la Editorial TEA, y al Dr. Miquel Cullen, de quien son los talleres gráficos Crisol, en los que después del deceso del señor Fuselli publicó el padre Furlong no pocos de sus trabajos*” (GEOGHEGAN, 1979: 39).

Guillermo Furlong publicou cerca de dois mil trabalhos ao longo de sua vida, a maioria deles versando sobre a história da América platina colonial. Parte de sua obra reconstituiu trajetórias de vida, resgatando personagens da história argentina, principalmente, de missionários jesuítas que atuaram nas reduções da região platina. Textos como os supracitados *Un médico colonial: Segismundo Asperger* (1936) e os volumes sete e oito da coleção *Cultura colonial argentina*,

intitulados, respectivamente, *Médicos argentinos durante la dominación hispánica* (1947) e *Naturalistas argentinos durante la dominación hispánica* (1948), são apenas uma amostra de sua vastíssima obra, e que nos podem indicar qual foi sua metodologia de análise histórica e sua concepção de história.

Considerações finais

O presente artigo pretendeu apresentar a trajetória de Furlong, desde seu ingresso na Companhia de Jesus, passando pelos seus diferentes períodos de formação, destacando, ainda, algumas das influências que recebeu, como a que decorreu da leitura da *Life of Samuel Johnson* (1787), de autoria de James Boswell, e do conselho dado por Enrique Peña, em 1913, quando ainda era um jovem jesuíta e estava iniciando sua carreira de historiador da Companhia de Jesus. Além disso, pudemos reconstituir, pelo menos, em parte, a rede de colaboradores que formou, tanto para acessar acervos documentais, quanto para publicar seus trabalhos. Sabemos que ainda restam lacunas a serem preenchidas e hipóteses a serem confirmadas ou refutadas a partir de um estudo mais aprofundado. Mesmo assim, procuramos, neste trabalho, dar um primeiro passo na tentativa de recriar o contexto e as pessoas com quem Furlong se envolveu e as motivações que o levaram a escrever sobre a história da América e, em especial, sobre a história de seu país natal, a Argentina.

31

Referências Bibliográficas

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Funciones*. Disponível em: <http://www.mininterior.gov.ar/archivo/mision.php?idName=arc&idNameSubMenuDerPrincipl=arcMision&idNameSubMenu=&idNameSubMenuDer=arcMision>. Acesso em: 18/11/2013.

BANGERT, William V. *Historia da companhia de Jesus*. São Paulo: Loyola, 1972.

BARNADAS, Joseph M.. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: Volume I América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 521-551.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Bauru. SP: Edusc, 2006.

- DEVITT, Edward. Georgetown College in the early days, *Records of the Columbia Historical Society*, Washington D.C., v. 12, 1909, p. 21-37.
- DREHER, Martin. *A crise e a renovação da igreja no período da Reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Coleção História da Igreja; v. 3).
- _____. *A igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999. (Coleção História da Igreja; v. 4).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Editora Positivo, 2008.
- FURLONG, Guillermo. *Antonio Sepp y su 'gobierno temporal', 1732*. 1. ed. Buenos Aires: Theoria, 1962. 130 p. (Escritores coloniales rioplatenses; 12)
- HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- 32 MURRAY, Edmundo. Guillermo Furlong (1889-1974). In: BYRNE, James; COLEMAN, Philip; KING, Jason (Org.). *Ireland in the Americas*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2008.
- MUSEO MITRE. *Orígenes y creación*. Disponível em: <http://www.museomitre.gov.ar/historia.htm>. Acessado em 25/07/2013.
- PÈREZ, Óscar. *Historiadores de primera: Mn. Manuel Betí Bonfill*. Disponível em: http://www.bisbattortosa.org/index.php?option=com_content&view=article&id=527; Acessado em 23/07/2013.
- PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PRIEN, Hans-jürgen. *La historia del cristianismo en america latina*. Salamanca: Sígueme, 1985.
- RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto. *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST/São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- RUIZA, Miguel, et all. *Biografias y Vidas*. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/>. Acesado em: 22/07/2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*, Vol. 8, N° 10, Jul/ Dez, 2004, p. 131-142.

_____. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997, p. 3 - 21.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 19, N° 39, Curitiba, Junho, 2010

TANZI, Héctor J. *Historia de la Junta Eclesiástica Argentina*. Conferencia pronunciada el 11 de junio de 2012 al concluir la Asamblea de la Junta de Historia Eclesiástica Argentina. Disponível em: <http://www.jhea.org.ar/historia.html>. Acessado em: 24/07/2013.

TESLER, Mario. *La obra oculta del padre Furlong*. Buenos Aires: Ediciones Theoría, 1994.

VANCE, John. Introduction. In: VANCE, John (Org.). *Boswell's life of Johnson: new questions, new answers*. Georgia-USA: University of Georgia Press, 1985.

33

FURLONG, Guillermo. Un médico colonial: Segismundo Asperger. *Estudios*. N° 54, p. 117-148, 1936.

_____. *Médicos argentinos durante la dominación hispánica*. Buenos Aires: Editora Huarpes S.A., 1947.

_____. *Naturalistas argentinos durante la dominación hispánica*. Buenos Aires, Huarpes, 1948.

GEOGHEGAN, Abel Rodolfo. Apuntes para una biografía de Guillermo Furlong, *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 31-42.

MAYOCHI, Enrique Mario. El hombre, el sacerdote, el historiador, *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 43-56.

_____. *Guillermo Furlong Cardiff*. Buenos Aires: Junta de Historia Eclesiástica Argentina, 2009.

PADILLA, Ernesto E. Una especialidad: las biografías. *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 73-76.

Reflexões sobre o indivíduo e suas ações na cidade – espaço biográfico e espaço da cidade

Enviado em:
13/04/2014

Aprovado em:
07/10/2014

Rita Lages Rodrigues

ritalagesrodrigues@gmail.com
Professora Adjunta da Escola de Belas Artes
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O presente artigo analisa a relação entre as ações dos indivíduos na cidade e as possibilidades de escrita biográfica. Para tanto, pontua a questão da retomada da biografia no campo historiográfico e reflete sobre a cidade como palco da ação do indivíduo. A proposta é mostrar a necessidade de se observar as ações dos indivíduos na cidade, como habitantes e construtores, materiais e simbólicos, do espaço da cidade a partir de uma reflexão que englobe, também, a ideia de espaço biográfico.

34

Palavras-Chave

Biografia; Cidade; Espaço biográfico

Abstract

This article studies the relation between the individual actions in the city and the biography writing possibilities. Points the biography renewal in the historiographical field and analyses the city as the place where individuals act. The proposal is to show the need of observing the individual acts, as unhabitants and constructors, material and imaterial, the city space and also the idea of biographical space.

Keywords

Biography; City; Biographical space

O indivíduo e a história

Em um breve texto sobre biografia, Giovanni Levi (1989) diz que questões levantadas pela biografia são questões de fundo da própria teoria do conhecimento: as relações entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo

e liberdade ou mesmo entre racionalidade absoluta e racionalidade relativa. O objetivo deste artigo é pontuar reflexões acerca de uma biografia-problema, que não constitui simplesmente o relato nu e cru da existência de um indivíduo, nem tem pretensões de objetividade absoluta. A biografia é pensada a partir de uma possível relação com a cidade, efetivada pela existência de objetos, textos, vivências, produzidos por práticas e ações dos indivíduos habitantes e construtores das cidades. A cidade deve ser vista como um contexto, não rígido, que possibilita a existência e a sobrevivência de atores que atuam em seu palco.

A cidade

Que cidade é aqui buscada? Uma cidade que, assim como dito por Giovanni Levi sobre o contexto, não pode ser vista como um contexto rígido, absoluto, conformador da existência dos seus moradores. É uma cidade que se constrói pelos seus habitantes e não pelas suas pedras, que, quando analisadas, devem ser consideradas como objetos significativos de culturas, de homens, de tempos.

À luz de alguns autores que refletiram sobre o mundo urbano e outros que realizaram discussões historiográficas a respeito da emergência do sujeito na história, pode-se escrever sobre a vida de sujeitos e suas ações na cidade, com a consciência de que o fruto da ação do indivíduo ultrapassa, muitas vezes, como no caso de arquitetos e urbanistas que projetam casas e cidades, a sua existência mortal.

A micro-história e os indivíduos

O real precisa ser ficcionado para ser pensado. Essa proposição deve ser distinguida de todo discurso – positivo ou negativo – segundo o qual tudo seria “narrativa”, com alternâncias entre “grandes” e “pequenas” narrativas. A noção de narrativa nos aprisiona nas oposições do real e do artifício em que se perdem igualmente positivistas e desconstrucionistas. Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre a apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social. Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade. Isso não tem nada a ver com nenhuma tese de realidade ou irrealidade das coisas. (RANCIÈRE, 2005: 58).

Na Itália surge, em meados dos anos 1970, um movimento de renovação da História. A partir da produção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, sem se esquecer de Edoardo Grendi, aparece uma nova perspectiva, a da micro-história que, em linhas gerais, significa reduzir a escala, analisando pequenas realidades, muitas vezes a partir de um indivíduo, para melhor compreender o todo. Nesse sentido, a micro-história é “uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes.” (LEVI, 1992: 135). Os micro-historiadores trabalham com a relativa liberdade do indivíduo, mas sabendo que existem limitações do sistema normativo e prescritivo em relação à liberdade individual.

[...]o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também materiais. (LEVI, 1992: 136)

36

A micro-história nutre-se de determinadas fontes antropológicas, mas as critica e reelabora sob uma nova perspectiva, também a desta reflexão: deve-se sempre lembrar das perspectivas sociais, da forma como o grupo a que se pertence norteia os valores e ações, lembrando-se, ainda, da repartição desigual dos poderes existentes na sociedade.

Carlo Ginzburg, em *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*, vem nos mostrar como, a partir de fins do século XIX, surge uma nova perspectiva na ciência, preocupada não com o geral, o universal, mas sim com certos pequenos sinais, pequenos indícios. Tais sinais podem ser elucidativos para se compreender fatos importantes. Ou seja, o que importa é uma análise que lide com os diversos aspectos da realidade humana, e que estes aspectos possam servir para decifrar uma dada realidade, aspectos racionais e irracionais. As ciências humanas devem se utilizar de categorias não estáveis, devem estar atentas ao específico, ao local, ao anormal, que pode ser elucidativo para se chegar a uma maior compreensão da cultura humana. Os pesquisadores devem estar atentos aos pequenos indícios, passando não de uma realidade complexa para uma mais simples, mas antes passando de uma realidade simples para uma realidade complexa, mostrando como as teias de relações que se estabelecem nas diversas culturas (distintas por motivos temporais ou espaciais) são muito mais ricas do que se imaginava.

Sobre a biografia

O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica – pois, como nenhuma outra forma de expressão, suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as convivências existentes entre a literatura e as ciências humanas. (DOSSE, 2009: 18)

A escrita de vidas é, há tempos, objeto da história. No entanto, foi, ao longo do século XX, desprezada por grande parte dos pesquisadores que escreviam a história e pensavam a sociedade. De acordo com Sabina Loriga (2011), esse desinteresse foi obra de três forças presentes no mundo no século XIX: uma força política que passa a ver o povo como coletividade; uma força filosófica que percebe o caminhar do mundo em termos de uma teleologia e uma força científica que postula a objetividade, em detrimento da subjetividade, como princípio absoluto das ciências sociais nascentes. Em uma breve síntese histórica, podemos separar a forma da análise de vidas em momentos distintos ao longo da historiografia. François Dosse em seu livro “O Desafio Biográfico, Escrever uma Vida”, diz ser a biografia um gênero impuro e estabelece uma cronologia da forma de escrita de biografia, denominando o primeiro momento de Idade Heróica, o segundo momento de Idade Modal e o terceiro momento de Idade Hermenêutica (DOSSE, 2009).

37

Na Idade Heroica, que abarca da Antiguidade à Época Moderna, o gênero biográfico buscava identificar os grandes homens que serviam de modelo: “Prestou-se ao discurso das virtudes e serviu de modelo modal edificante para educar, transmitir os valores dominantes às gerações futuras. ” (DOSSE, 2009: 123). Nessa Idade, os homens biografados servem de modelo a serem reproduzidos, perpetuados. Esse momento abarca de séculos antes de Cristo até o século XX, sendo um modelo que ainda nos momentos atuais encontra espaço. Na Antiguidade eram considerados os valores heroicos, no cristianismo, os valores religiosos, as hagiografias, as vidas exemplares dos santos. Há também a biografia de heróis, cavaleiresca. E na época moderna aparece como forma de exaltar os heróis, os homens dignos de nota, que eram, até o século XVIII, semidivinos. Na entrada do Século das Luzes, o caráter divino ou semidivino dos homens não poderia mais ser considerado, substituiu-se o herói pelo grande homem. É nesse momento heroico que também podemos vislumbrar a escrita de vida de artistas.

O segundo momento é o da biografia modal, a Idade Modal em que a

singularidade do percurso do biografado é representativa de uma perspectiva mais ampla. “O indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo. O singular se torna uma entrada no geral, revelando ao leitor o comportamento médio das categorias sociais do momento.” (DOSSE, 2009: 195)

Já o terceiro momento é o da Idade Hermenêutica, um momento mais reflexivo da abordagem biográfica, momento mais atual da escrita biográfica: “A pergunta sobre o que é o sujeito e os processos de subjetivação alimenta essa renovação da escrita biográfica, que a nosso ver já entrou na era hermenêutica, a da reflexividade” (DOSSE, 2009: 229). Inicialmente, essa Idade Hermenêutica seria marcada pela unidade dominada pelo singular. No segundo momento, há uma pluralidade das identidades e, nessa pluralidade, “o fato de se considerar o homem como fundamentalmente plural, mantenedor de vínculos diversos, modifica a abordagem do gênero biográfico.” (DOSSE, 2009: 297).

Giovanni Levi (1989) realiza uma tipologia de biografias, baseada em modelos contemporâneos à escrita do seu texto. Partindo de uma constatação inicial de que não busca uma biografia que esgote a análise da vida de uma certa pessoa, e sim uma biografia que nos faça pensar sobre algumas questões mais amplas que perpassam a vida individual e enriquecem a compreensão de outros acontecimentos sociais, Levi divide em quatro os tipos de biografia.

38

Esses quatro tipos se encontram em alguns pontos com a divisão anterior de François Dosse, mas não fazem uma aproximação histórico-cronológica como a realizada pelo historiador francês. O primeiro tipo é denominado por Levi prosografia e biografia modal. Nesse caso, as biografias não oferecem outro interesse que o de ilustrar os comportamentos que se relacionam com as condições sociais mais frequentes. Não é uma biografia individual, mas uma biografia do indivíduo que traz em si as características do grupo.

O segundo tipo é pelo autor denominado biografia e contexto no qual a biografia conserva sua especificidade. O contexto aqui aparece para compreender o que parece inexplicável na primeira abordagem ou então para cobrir as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas ou acontecimentos. Nesse caso, o contexto aparece como algo rígido, coerente e que serve de pano de fundo para explicar a biografia. Os destinos individuais se entrelaçam em um contexto, mas eles não o modificam.

Já o terceiro tipo é denominado de biografia e casos limites. Nesse tipo de biografia o contexto não é perseguido em sua totalidade e em suas estatísticas, mas por meio de suas margens. Como exemplo maior dessas biografias temos o

da biografia do moleiro Menocchio feita por Carlo Ginzburg em *O Queijo e os Vermes* (1986). Ginzburg analisa a cultura popular através de um caso extremo, de nenhuma maneira modal. Mas mesmo dentro deste caso o contexto social adquire uma face rígida: falando das margens, os casos limite alargam a liberdade de movimento onde os atores podem agir, mas essa liberdade se perde com a ligação com a sociedade dita normal.

O quarto e último tipo estabelecido por Levi é por ele denominado biografia e hermenêutica. Neste caso o material biográfico se torna discursivo, mas não podemos com a biografia traduzir a natureza real, a totalidade de significações que a vida do biografado possui: ela pode somente ser interpretada. Essa aproximação hermenêutica parece mostrar a impossibilidade de se escrever uma biografia, mas, ao mesmo tempo, faz com que os historiadores reflitam sobre a utilização das formas narrativas em seu trabalho.

Os quatro tipos de biografia enumerados mostram novas maneiras de se realizarem biografias como instrumento de conhecimento histórico em substituição à biografia tradicional, linear e factual. Os problemas ao se abordar a questão da biografia dentro do conhecimento histórico passam por questões de fundo da própria teoria do conhecimento: as relações entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade ou mesmo entre racionalidade absoluta e racionalidade relativa. A própria consciência que o sujeito tem de sua ação encontra-se em jogo assim como o determinismo existente ou não do contexto em que esse sujeito vive.

Giovanni Levi encontra uma saída ao estabelecer uma relação permanente entre biografia e contexto: a mudança está justamente na soma infinita das inter-relações estabelecidas. Sem negar a repartição desigual de poder, grande e coercitiva, devemos considerar que as pessoas têm espaços, mesmo que reduzidos, para agir. Não se pode negar a existência de um *habitus* do grupo, mas, além dele, devemos considerar a existência de um espaço de liberdade para cada indivíduo, espaço este que nasce das incoerências sociais.

Pierre Bourdieu (2006), também se dedica à questão da biografia em seu texto “A ilusão biográfica”. Diz-nos acerca da escrita de vidas: “uma vida é, inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato nessa história” (BOURDIEU, 2006: 183). Para esse autor, a vida, no senso comum, é descrita como “um caminho, uma estrada, uma carreira com suas encruzilhadas” (BOURDIEU, 2006: 183). Assim, a vida seria percebida pelos que tecem a vida dos outros em textos biográficos como

um percurso linear, unidimensional, com um fim da história, o que seria aceitar a filosofia da história como uma sucessão de acontecimentos históricos, “*Geschichte*, que está implícita numa filosofia da história no sentido de relato histórico, Histoire, em suma, numa teoria do relato, relato de historiador ou romancista, indiscerníveis sob esse aspecto, notadamente biografia ou autobiografia.” (BOURDIEU, 2006: 183-84).

Bourdieu aborda a biografia constatando que a teoria biográfica considera que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção sartriana de projeto original. “O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada” (BOURDIEU, 2006: 184). Determinadas considerações realizadas por Bourdieu nos levam à reflexão acerca da escrita de uma biografia, desestabilizando a coerência existente na escrita biográfica e apontando para a real existência dos homens, e também à reflexão sobre o que seria produzir uma história de vida, ao se realizar um “relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (BOURDIEU, 2006: 185). Essa visão nos leva a entender a escrita como “uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 2006: 185).

40

Para Bourdieu, a abordagem do eu é questão sobre a qual devemos nos debruçar para a compreensão do relato biográfico, chamando a atenção sobre o nome próprio como uma instituição de totalização e de unificação do eu proporcionada pelo próprio mundo social. Esse nome próprio aparece

Como “designador rígido”, segundo a expressão de Kripke, “designa o mesmo objeto em qualquer universo possível”, isto é, concretamente, seja em estados diferentes do mesmo campo social (constância diacrônica), seja em campos diferentes no mesmo momento (unidade sincrônica além da multiplicidade das posições ocupadas) (BOURDIEU, 2006: 186).

Bourdieu sociologiza a existência do eu, mostrando essa existência como uma construção social, situando-a histórica e socialmente, sendo “o nome próprio o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais”, e aquele que totaliza as manifestações da identidade do seu portador em registros oficiais, “curriculum vitae, cursus honorum, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um

balanço provisório ou definitivo” (BOURDIEU, 2006: 187).

De acordo com Bourdieu, o nome próprio “só pode atestar a identidade da *personalidade*, como individualidade socialmente constituída, à custa de uma formidável abstração” (BOURDIEU, 2006: 187). Mas essa identidade totalizadora do eu já foi desconsiderada na literatura e por pensadores pós-estruturalistas. Basta nos lembrarmos de Proust e sua constituição de um sujeito fracionado e múltiplo.

O próprio Bourdieu nos indica como essa ideia de unidade biológica é construída sob a ótica social ao mostrar a “distinção entre o indivíduo concreto e o indivíduo construído”, este último visto como um agente eficiente. Frisa que essa distinção é duplicada pelo “agente, eficiente num campo, e a personalidade, como individualidade biológica socialmente instituída pela nomeação e dotada de propriedades e de poderes que lhe asseguram uma superfície social” (BOURDIEU, 2006: 190). Essa superfície social significa sua existência como agente em diferentes campos.

Bourdieu, ao final de sua abordagem, aproxima-se de Levi em relação à forma como se deve construir uma biografia:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um sujeito cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (BOURDIEU, 2006: 190).

41

O sujeito age, inserido em um grupo, relacionando-se socialmente. Na conformação do que se é, encontra-se a existência dos outros, na tensão entre valores e ações de indivíduos e de grupos, produz-se a história de um homem:

[...] a ênfase na redução da escala de análise – elemento central da micro-história – fazia sentido antes de tudo como afirmação da ação individual e das relações interpessoais como a dimensão geradora da mudança social. Parece-se bastante coerente que esta perspectiva – fortemente inspirada politicamente – implicasse também uma clara posição anti-relativista e antiirracionalista: a afirmação da história não apenas como um exercício de retórica, mas como uma disciplina capaz de compreender o mundo humano nas suas reais mediações, ligava-se de muitas maneiras a um programa de pesquisa que enfatizava a interrogação rigorosa sobre os instrumentos de análise dos historiadores e o enraizamento empírico de toda a indagação

histórica (ESPADA LIMA, 2006: 275).

A micro-história, ao reduzir a sua perspectiva ao sujeito, refletindo sobre a biografia e fazendo biografia, como é o caso do clássico texto de Ginzburg, *O Queijo e os Vermes*, atribui à ação uma grande importância em termos históricos. Ao não se pensar mais em grandes estruturas regentes da existência humana, a micro-história problematiza e tensiona a própria história. Espada Lima faz uma leitura parecida, especialmente de Giovanni Levi e sua aproximação com a História Social e a História Política, ao mostrar o cerne da compreensão da proposta de Levi como sendo a “ênfase na redução da escala de análise – elemento central na micro-história – fazia sentido antes de tudo como afirmação da ação individual e das relações interpessoais como a dimensão geradora da mudança social” (ESPADA LIMA, 2006: 275).

O espaço biográfico

42

Os homens podem ser abordados, individualmente, na tessitura da escrita de vida, em um espaço biográfico. O espaço biográfico serve para pensarmos sobre o lugar de produção do texto, do discurso sobre o biografado. A noção de espaço aqui não é a noção da geografia, do espaço físico. O espaço biográfico refere-se à produção do espaço que enuncia o biografado. O conceito aqui utilizado foi trabalhado por Leonor Arfuch¹ que, por sua vez, apropria-se do conceito de espaço biográfico de Phillipe Lejeune² para refletir sobre a biografia na atualidade. A denominação espaço biográfico em Lejeune, de acordo com Arfuch, remeteria a um passo à frente da intenção infrutífera de perceber a especificidade da autobiografia como centro de um sistema de gêneros literários similares:

Nesta reflexão a posteriori, o autor se pergunta se o estudo de um gênero, - ao menos em termos taxonômicos, estruturais - não se limitará em definitivo a dar conta de alguns espécimes ilustres ou exemplares, enquanto sua produtividade excede sempre as grandes obras. É assim que em prol da pluralidade, e tratando-se inclusive de apreender um excedente da literatura, chega-se ao conceito de espaço biográfico, para dar conta das diversas formas, ao logo dos séculos, que há assumido a narração das vidas, notáveis ou obscuras, entre as

1 Na obra *El espacio biografico*, os objetos de análise do espaço biográfico são entrevistas publicadas em periódicos, relatos de vida de escritores e entrevistas de relatos de vida realizadas pela autora e sua equipe com indivíduos dentro da metodologia de pesquisa em ciências sociais.

2 O texto de Lejeune citado por Arfuch é (LEJEUNE, 1980).

quais a autobiografia moderna não é senão um caso (ARFUCH, 2010: 22).

Arfuch (2010) desenvolve o conceito de espaço biográfico, adotando a ideia de espacialização:

[...] onde confluíam, em um certo momento, formas distintas, suscetíveis de serem consideradas em termos de uma interdiscursividade sintomática, por si significante, mas sem renunciar a uma temporalização, em busca de heranças e genealogias, postulando diversas relações na presença e na ausência.(ARFUCH, 2010: 22).

Para a autora, o espaço biográfico não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida, numa leitura de um fenômeno de época, com o traçado a ser definido ao longo da pesquisa. Assim, toma-se a ideia de espaço biográfico como ponto de partida, como um espaço interdiscursivo, no qual diversas formas de discurso se encontram na construção do relato da vida de alguém, relato este que serve para refletirmos sobre o indivíduo e seus espaços, conjugados no espaço biográfico, também, em sua temporalidade.

A relação público e privado também é considerada por Arfuch, que remete ao nascimento do Estado moderno, do sistema capitalista e do mundo burguês para o surgimento do “eu”, como garantia de um relato biográfico. A noção de vivência aparece junto à de narrativa na formulação do conceito de narrativa vivencial. O conceito de vivência é capturado da obra de Gadamer que, por sua vez, remete a Simmel, para falar acerca de uma unidade de sentido da vivência, “que se encontra numa relação imediata com o todo, com a totalidade da vida” (ARFUCH, 2010: 34). Aproxima-se, aqui, da ideia de partilha do sensível de Rancière (2005), atentando para aspectos da vida que fogem da objetividade racional e dão sentido ao mundo. E é em outro trecho que a ideia de vivência se aproxima à de estética. A vivência se encontraria entre a continuidade da vida e, ao mesmo tempo, refere-se ao todo. A vivência estética apresenta-se como forma essencial da vivência em geral.

Arfuch remete a uma genealogia das escritas de vida, buscando no período moderno sua origem. Volta-se para a obra do sociólogo Norbert Elias para mostrar que, com a criação do Estado Nacional, com suas formas civilizadas e coercitivas, funda-se uma nova economia psíquica, que “transformaria radicalmente as estruturas de personalidade” (ARFUCH, 2010: 36). Se observamos o nascimento

da ideia de indivíduo frente à cidade na obra de Simmel e na sociologia clássica,³ é interessante percebermos que essas propostas se encontram. Arfuch percebe nas “Confissões de Rousseau” o momento de surgimento da escrita sobre si, ainda que remeta também ao texto Confissões de Santo Agostinho no período medieval para dizer que existia a noção de eu, mas a preocupação de Santo Agostinho era menos com a vida terrena do que com a virtude piedosa da comunidade. O foco da obra de Arfuch é a escrita sobre si, não a escrita sobre outros, relatos autobiográficos, não relatos biográficos. Em busca da genealogia, abarca tanto textos que relatam diretamente o eu do autor em forma de diários quanto textos literários que começam a trabalhar com a escrita do texto em primeira pessoa, demonstrando a consciência da existência de um sujeito que fala e que tem suas próprias ideias e pratica suas ações. Essa ruptura vai muito além da literatura, questionando a verdade estabelecida pela razão no campo filosófico. Esse novo gênero “não só expressa o sentimento de defesa da intrusão do íntimo pelo social – na interpretação de Arendt – como introduz a convicção íntima e a intuição do eu como critérios de validade da razão” (ARFUCH, 2010: 44).

44

No livro “Vidas dos Artistas”, de Vasari, escrito no século XVI, escreve-se sobre outros, ainda não há uma consciência de si mesmo e dos outros, consciência essa que será adquirida somente no século XVIII, momento também de surgimento da disciplina estética.

Se a razão era capaz de conhecer o mundo inteligível, existiria provavelmente uma *analogon rationis*, uma faculdade análoga ao pensamento racional, destinada a perceber o mundo sensível, a apreender a realidade material. Baumgarten tornou, desse modo, o território da sensação vulnerável e permeável à análise racional. Mas a difícil tarefa da razão seria encontrar artificios para penetrar no mundo sensível, que expõe para investigação sua matéria visível e tátil, porém sempre equívoca e elusiva, obstáculo para toda cognição” (SCHULZ, 2008: 121).

A capacidade crítica será elaborada por Kant, contemporâneo de Baumgarten. Kant funda uma filosofia crítica que passou a subordinar o conhecimento ao sujeito humano, elaborando novo paradigma humanista que “implicou a secularização da

3 Mesmo em Durkheim percebemos esta preocupação com a análise do indivíduo em nossa sociedade, ainda que com uma visão bem distinta da de Simmel. Durkheim analisa a divisão de trabalho em nossa sociedade e divide as sociedades em sociedades possuidoras de uma solidariedade orgânica ou de solidariedade mecânica, sendo que naquelas em que há a prevalência do primeiro tipo, caso da sociedade europeia do XIX, os indivíduos passam a se ver enquanto tais.

figura divina e a revalorização da sensibilidade no âmbito da teoria do conhecimento, permitindo a Kant desvincular totalmente a estética do mundo inteligível e, assim, inaugurar a Modernidade filosófica” (SCHULZ, 2008: 122).

Foucault marca a diferença entre o pensamento renascentista e essa reflexão do século XVIII, ao dizer que “o humanismo do Renascimento, o racionalismo dos clássicos pode realmente ter conferido um lugar privilegiado aos humanos na ordem do mundo, mas não puderam pensar o homem” (FOUCAULT, 1990: 334).

No caso da pós-modernidade, verifica-se que a filosofia pós-moderna vai questionar a integridade do indivíduo, como uma unidade acabada e com sentido. A construção ou desconstrução desta integridade dá-se principalmente pelo discurso. A existência real desse indivíduo é questionada, e a linguagem é formadora da individualidade. E como são vários os discursos possíveis, estaríamos a falar de ficções? O retorno à micro-história, base teórica deste trabalho, torna-se necessário para falar da diferença entre história e literatura de ficção. Por mais que a ficção possa falar de verdades, a prática da escrita da história é distinta da literatura. Mesmo com a crítica à possibilidade real de se escrever uma história de vida, possível pelo que Giovanni Levi denomina biografia e hermenêutica, o lugar da história permanece como distinto do da ficção pura, mesmo que não retiremos da escrita da história determinados traços ficcionais. A consciência desses traços ficcionais nos permite aprofundar a prática de quem escreve a história. Essa crítica serve para elucidar a prática de quem escreve sobre a vida de outros, para a compreensão de que o relato de vida é uma forma discursiva possível sobre o outro.

As palavras sujeito e indivíduo são aqui utilizadas como sinônimos, percebendo-os como aquele que tem consciência e possuidor de uma existência real. Por mais que na crítica pós-moderna tenha-se frisado tanto a ideia de fragmentação do sujeito, forma como nós, sujeitos, percebemo-nos hoje, em inúmeras possibilidades de reconstruções, existe uma trajetória possível de cada um de nós, caracterizada biologicamente, ainda que culturalmente essa fragmentação seja real. A escrita da vida de uma pessoa mostra-se extremamente complexa, pois devemos passar pela existência multifacetada do sujeito enunciado pelo discurso do outro. A consciência não é somente a do sujeito retratado, mas a do sujeito que escreve, que é responsável pela construção, pelo discurso, da vida do outro. A ideia de subjetividade é essencial para compreendermos esta virada propiciada por uma consciência pós-moderna.

Partindo de princípios lacanianos, Arfuch define o sujeito de sua indagação,

Um sujeito não essencial, constitutivamente incompleto e portanto aberto a identifições múltiplas, em tensão com o outro, o diferente, através de posicionamentos contingentes, que é chamado a ocupar – neste ser chamado opera tanto o desejo como as determinações do social -, sujeito suscetível sem dúvida de autocriação. Nesta ótica, a dimensão simbólico/narrativa aparece como constituinte: mais que um simples devenir dos relatos, uma necessidade de subjetivação e identificação, uma busca consequente de aquele outro que permite articular, mesmo que temporariamente, uma imagem de autorreconhecimento (ARFUCH, 2010: 65).

Como já foi dito anteriormente, o objeto de análise de Arfuch é a autobiografia, em uma perspectiva mais psicanalítica de construção de si mesmo. No entanto, reflexões feitas por ela servem para abordarmos a própria construção do outro, que não seja essencial, que seja incompleto e aberto a identifições múltiplas, em tensão com o outro, o diferente.

Assim, na conceituação do espaço biográfico, no arco temporal que se trouxe desde o seu mítico ponto originário, se articulam o “momento” e a “totalidade”, a busca da identidade e identificação, o paradoxo da perda que conjuga a restauração, a lógica compensatória da falta, a investidura do valor biográfico. Traços que nos dissuadem de uma interpretação simplista ou causal da proliferação das narrativas do eu – e seus inúmeros deslocamentos -, somente em termos de voyeurismo ou narcisismo, para abrir caminho a leituras mais matizadas e também dar lugar a novos interrogantes. Assim, é possível se perguntar sobre o trânsito que leva do “eu” ao “nós” – o que permite revelar o “nós” no “eu” -, um “nós” não como simples somatória de individualidades ou como uma galeria de meros acidentes biográficos, e sim em articulações capazes de hegemonizar algum valor compartilhado a respeito do (eterno) imaginário da vida como plenitude e realização (ARFUCH, 2010: 65).

Dessa forma, para uma compreensão mais aprofundada, torna-se necessário conceituar o que se entende como sujeito, como indivíduo. Como a percepção de sujeito, indivíduo, encontra-se presente no cotidiano de nossa existência, ela também está presente nos diversos campos do saber. A história, enquanto disciplina, relacionou-se sempre com outros campos do saber, tomando de empréstimo conceitos e representações das ciências sociais, sociologia, antropologia e ciência

política,⁴ da filosofia e da psicologia, reelaborando-os na escrita da história. E os conceitos de indivíduo, sujeito, estão presentes em todos esses campos, o que demonstra a impossibilidade em se estabelecer uma definição completa, acabada, desses termos. A ideia do sujeito pós-moderno, polissêmico, cheio de possibilidades, torna-se interessante para a escrita sobre a vida do outro, em outro tempo e em outra realidade. Nesse caso, um sujeito que foi se construindo, se reelaborando, deixando existências de lado e construindo outras possibilidades, um sujeito que foi se tornando outros sujeitos, distintos da ideia de uma personalidade totalmente acabada, biologicamente instituída no momento de seu nascimento, um sujeito que foi sendo reelaborado ao longo do tempo, através de suas ações, de suas memórias, de suas existências temporal e espacial.

Edgar Morin (1996), em seu texto *A noção de sujeito*, elucida a forma como tratamos o sujeito em nosso cotidiano. Diz-nos Morin que a sociedade ocidental, a partir do século XVII, promove uma disjunção esquizofrênica: cotidianamente nos sentimos como sujeitos, vemos os outros como sujeitos, mas observamos as outras pessoas sob o ponto de vista do determinismo. Dessa maneira, pergunto: ao se pensar ser impossível a análise da vida individual, não nos tornamos esquizofrênicos?

47

Ação e história: presentes em andamento

O lugar central ocupado pela ação merece ser esmiuçado a partir de autores, pertencentes a tradições historiográficas e não historiográficas, que dialogam com dois objetos, o indivíduo e a cidade.

Tomando como ponto de partida a afirmativa de que o espaço relativo de liberdade pode se tornar o espaço de ação do sujeito, Bernard Lepetit é um autor extremamente rico para tratar da questão da ação do sujeito na história. Para Lepetit (2001), o historiador deve pensar o processo histórico como um presente em andamento. No momento da ação, ao realizarmos nossas funções sociais, entramos em conflito de ideias com outros, não possuímos certeza absoluta de

4 Em texto clássico, *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de eu*, Marcel Mauss retoma a ideia de constituição de individualidade ao longo dos tempos no Ocidente, tentando situar cultural e historicamente a emergência da individualidade no Ocidente. O texto serve-nos como um exercício reflexivo acerca das transformações que tiveram como palco o Ocidente em relação à noção de pessoa, de eu. Mais do que um rigor absoluto, esse exercício de conceituação serve-nos para percebermos as diferenças existentes na própria existência desse sujeito ao longo da história e em diversas culturas.

que tudo o que era pretendido será o que se efetivará. Não há como se prever o resultado, tantos são os fatores que contribuem para o produto de nossas ações, a começar pelo mais importante: são vários sujeitos, participantes de grupos sociais distintos, agindo.

A ação pode ser compreendida dentro de seu significado político, mas não se pode reduzir a isto. Somente a título de ilustração, podemos pensar na divisão em diversas ações proposta por Max Weber em princípios do século XX: ação afetiva, ação tradicional, ação racional com relação a fins e ação racional com relação a valores. Entretanto, percebe-se que Lepetit frisa muito mais a questão de uma ação política, neste caso, racional. Os indivíduos travam uma luta não por representação somente, mas a partir de comportamentos e atos para fazer com que estas representações sejam efetivadas.

Lepetit analisa a historiografia francesa após a Segunda Guerra Mundial, mostrando como o sujeito foi ignorado em duas grandes vertentes. A primeira vertente é exemplificada pelos trabalhos de Ernest Labrousse e Fernand Braudel, cujas análises são influenciadas pela Escola Sociológica de Durkheim e são realizadas por meio de um método quantitativo. O tempo é o responsável por explicar suas próprias rupturas, não há lugar para o autor. A segunda vertente, baseada em um método qualitativo, pode ser exemplificada por Jacques Le Goff e a segunda fase de Le Roy Ladurie: “Ela privilegia o coletivo em vez do individual, os processos culturais em vez da cultura dos atores e das obras, o psicológico em vez do intelectual, o automático em vez do refletido” (LEPETIT, 2001: 233).

A distinção estabelecida entre representação e ação também elucida a posição que assume ao defender o estudo da ação no campo da história: “Representação e ação pertencem a esferas separadas: de um lado há normas, valores, categorias que dão sentido ao mundo; e, de outro, comportamentos e atos que os instrumentalizam” (LEPETIT, 2001: 233). Para Lepetit, a história deve ser analisada em sua dinâmica. Não há mais explicação pela correlação nem pelas causas: “só resta dizer como as coisas aconteceram sucessivamente e assim renunciar a várias décadas de elaboração metodológica e de reivindicação de cientificidade, em nome de uma vantagem pouco significativa para um regime interpretativo particularmente fraco” (LEPETIT, 2001: 243). O autor propõe um modelo descritivo, que responde ao como e porquê, deixando de lado os grandes modelos de análise das duas tradições surgidas na França pós segunda guerra, a de Braudel e Labrousse e a de Le Goff e Le Roy Ladurie.

Em que medida esta análise pode modificar a forma como tratar o sujeito

na história? A partir da constatação de que não existe um contexto pré-definido de forma absoluta, a história deve ser compreendida a partir da ação dos sujeitos e deve ser analisada de forma a mostrar localmente e temporalmente cada episódio e cada ação humana. Este sujeito tampouco é absoluto, ele é um sujeito social. Aqui, as escolhas teóricas se encontram. Giovanni Levi e Carlo Ginzburg também se aproximariam destas reflexões, especialmente Levi, com a micro-história relacionada com o universo social e com a ação.

O estudo da ação do sujeito na cidade nos oferece pontos de partida interessantes para se pensar a existência dos atores, aqueles que agem na contemporaneidade de seu tempo. Deve-se pensar a cidade como um organismo de complexidade organizada (JACOBS, 2000), mas que se reorganiza na ação, no movimento da história.

O sujeito agente, com possibilidades de escolhas limitadas, com contato com tipos diversos de pessoas, é fruto e produtor da cidade, a ser considerada em sua multiplicidade, em sua complexidade e também visto sob a ótica da tentativa de homogeneização de vários agentes, que em relações de poder, especialmente do poder público e de outras formas de poder, tentam normatizar a existência humana. A cidade, construída por homens em ação, cotidianamente, se esvai por entre os dedos daqueles que desejam que ela tenha somente uma única e derradeira forma.

49

De estética e cidade

No início do século XX, Simmel (1979) mostrou-se sensível à estética urbana, sempre percebendo na vida moderna um problema central, o de que o indivíduo deve preservar a autonomia e individualidade de sua existência frente às esmagadoras forças sociais, à herança histórica, à cultura externa e à técnica de vida. De acordo com Simmel, no século XIX, o homem teria se libertado das dependências históricas quanto ao Estado, religião, moral e economia, tendo a sociedade passado por um processo de especialização funcional do homem e seu trabalho. Um dos aspectos perceptíveis da abordagem de Simmel é a sua aproximação com a psicologia, ao trabalhar o ser humano e sua condição na grande cidade, refletindo sobre explicações de ordem psicológica, mostrando que no novo palco, a grande cidade, há a intensificação de estímulos nervosos no homem.

A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai [...] É precisamente nesta conexão que o caráter

sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível – enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. (SIMMEL, 1979: 12).

A Metrópole é vista por Simmel como sede da economia monetária, interrelacionando economia e intelecto. Paradoxalmente, a pessoa intelectualmente sofisticada mostra-se indiferente a toda a individualidade genuína. A metrópole moderna, entretanto, é provida quase que inteiramente pela produção para o mercado, isto é, para compradores inteiramente desconhecidos, que nunca entram no campo de visão propriamente dito do produtor. (SIMMEL, 1979: 14).

Voltando à percepção que Simmel possui sobre as questões psíquicas, psiquicamente não se pode conhecer todas as pessoas na metrópole e tampouco ter o mesmo tipo de relação com elas que se tem nas pequenas cidades. Na cidade grande existe indiferença, aversão, repulsão, estranheza: “Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e as aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido” (SIMMEL, 1979: 18). Como fenômeno mais geral da metrópole, Simmel diz que essa “confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições” (SIMMEL, 1979: 18). E a característica mais significativa da metrópole seria sua extensão funcional para além de suas fronteiras físicas. Faz uma analogia com o homem: “não termina com os limites do seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente” (SIMMEL, 1979: 21).

As cidades representam a sede da mais alta divisão econômica do trabalho. Assim, o indivíduo tornou-se “um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva” (SIMMEL, 1979: 23). E o indivíduo tem que exagerar no elemento pessoal para permanecer perceptível a si mesmo. A metrópole vem a ser o local onde correntes opostas que encerram a vida se desdobram.

Os relatos de Simmel sobre três cidades específicas Roma, Florença e Veneza demonstram que ele escolhe a cidade como um objeto estético e não um objeto artístico clássico (FORTUNA, 2003). De acordo com Fortuna (2003), é a filosofia simmeliana

[...] que atribui ao espírito da cidade e à dimensão urbana um estatuto singular, arquetípico da excepcional riqueza e complexidade da vida humana. A cidade, como objecto artístico, só pode ser compreendida em sua totalidade. Mas sempre que aspira a enunciar a natureza estética da cidade enquanto totalidade, o modelo de Simmel engloba, além da obra de arte, também a própria sociedade, enquanto experiência estética (FORTUNA, 2003: 102).

A relação entre a forma da cidade e a existência dos sujeitos é uma preocupação real de Simmel. A cidade pode ser vista como obra de arte, pois “Simmel advoga o princípio do panteísmo estético, pelo qual a beleza da obra de arte brota apenas da sua totalidade, isto é, da configuração resultante do modo como se interrelacionam os diferentes elementos que a constituem” (FORTUNA, 2003: 102).

Se no texto “A metrópole e a vida do espírito” a marca de Simmel é sociológica e psicossociológica, com Berlin e Viena aparecendo sujeitas aos princípios ordenadores da racionalidade capitalista e do anonimato, nos textos sobre cidades italianas há uma lógica analítica de feição puramente estética e simbólica (FORTUNA, 2003). O interesse aqui não recai sobre a abordagem específica das cidades tratadas, cujas redenções se dariam pela arte: “Roma, dir-se-ia, é uma relíquia, é história em bruto, plena de memórias e de reencontros de diferentes épocas, estilos e personalidades. Florença e Veneza, ao contrário, destacam-se mais enquanto, digamos, cidades-museu” (FORTUNA, 2003: 104). Interessa-nos, antes, a ideia de que a cidade possui uma estética própria. E de que essa estética não se refere a uma forma artística acabada, refere-se, antes, a um sentimento, a sensações desencadeadas nos habitantes da urbe.

Para a análise desse aspecto estético da cidade, a definição do que vem a ser estética e, mais especificamente, do que vem a ser a estética da cidade, é essencial. E essa definição de estética não nos é oferecida por Simmel, mas por outro autor, Jacques Rancière, filósofo atento ao mundo contemporâneo, cujas reflexões servem para pensarmos sobre o sentimento estético frente à cidade e frente aos seres humanos.

Jacques Rancière se debruça sobre questões relacionadas à estética e ao sensível em duas obras “A Partilha do Sensível” e “O inconsciente estético”. Partilha do sensível é definida como:

O sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo

tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005: 15)

Ao considerarmos a partilha do sensível existente na comunidade, devemos pensar também sobre a partilha do sensível da forma da cidade. O sensível de Rancière encontra-se no campo político, de partilha dos significados, significados que se referem ao próprio objeto arquitetônico. A política para Rancière encontra-se atualmente no campo da estética. Rancière defende que após a crise da arte, a captação pelo discurso, a generalização do espetáculo ou a morte da imagem consistem em “indicações suficientes de que, hoje em dia, é no terreno estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas da emancipação e nas ilusões e desilusões da história” (RANCIÈRE, 2005: 12).

Qual a compreensão da estética por Rancière a ser utilizada? Por estética compreende-se:

52

Não a teoria da arte em geral ou uma teoria da arte que remeteria a seus efeitos sobre a sensibilidade, mas um regime específico de identificação e pensamento das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento. Definir as articulações desse regime estético das artes, os possíveis que elas determinam e seus modos de transformação... (RANCIÈRE, 2005: 13)

Em outra obra, complementa essa definição do regime estético atual: “trata-se de um regime histórico específico de pensamento da arte, de uma ideia do pensamento segundo a qual as coisas da arte são coisas do pensamento” (RANCIÈRE, 2009: 12).

Rancière remete a Kant e Foucault para dizer que se pode entender estética “num sentido kantiano – eventualmente revisitado por Foucault – como o sistema das formas *a priori* determinando o que se dá a sentir” (RANCIÈRE, 2005: 17). E remete também a Baumgarten, em outro texto, para se referir à estética no sentido defendido por ele, Rancière. Baumgarten não define estética como teoria da arte, “designa o domínio do conhecimento sensível, do conhecimento claro, mas ainda confuso que se opõe ao conhecimento claro e distinto da lógica” (RANCIÈRE, 2009: 12).

Papel central é dado às práticas estéticas, formas de visibilidade das práticas

da arte. “As práticas artísticas são maneiras de fazer que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade” (RANCIÈRE, 2005: 17). A relação entre estética e política é ponto de partida da análise das diversas manifestações artísticas.

Ao final de seu texto *A Partilha do sensível*, Rancière insere a arte de forma completa na vida humana:

O culto da arte supõe uma revalorização das capacidades ligadas à própria ideia de trabalho. Mas esta é menos a descoberta da essência da atividade humana do que uma recomposição da paisagem do visível, da relação entre o fazer, o ser, o ver e o dizer. Qualquer que seja a especificidade dos circuitos econômicos nos quais se inserem, as práticas artísticas não constituem “uma exceção” às outras práticas. Elas representam e reconfiguram as partilhas dessas atividades (RANCIÈRE, 2005: 68-9).

A estética, ressignificada por Rancière em um sentido político e positivo, retomada como estética urbana, promove a partilha do espaço urbano entre os habitantes da cidade. As cidades são partilhadas, divididas e compartilhadas entre os habitantes. E, nessa lógica, os habitantes agem, colocam em prática suas ações.

Para entender a cidade, é necessária a compreensão dos homens que a fizeram e, ao abordarmos os homens como indivíduos, que agem na cidade, ao nos lançarmos à compreensão das relações pontuadas por Giovanni Levi, entre sujeito e contexto, entre normas e práticas, lançamo-nos à busca de nossa relação com o mundo a nossa volta. A consciência da existência de um espaço biográfico, de relato de vida, serve também para refletirmos sobre os limites do relato biográfico e da relação entre o eu e o nós, entre o ele e o eles.

A compreensão da cidade, da construção do espaço urbano, da existência dos homens nos centros urbanos, da forma adquirida pela cidade, da estética urbana, do uso estético atual da cidade, deve ser ampliada por análises biográficas dos sujeitos que a construíram por meio de suas ações cotidianas.

Referência bibliográfica

ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico*. Dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 183-192.

CHARTIER, Roger. *A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas*. *Estudos Históricos*. 1994/13.

_____. Text, symbols and frenchness. *Journal of Modern History*. V. 57, number 4, 1987.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. 11 (5), 1991.

_____. *A História cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA, 1990.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana*. Escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

54 GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
_____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

IEPHA/MG. *Palacete Dantas. Solar Narbona*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, s/d.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEVI, Giovanni. *Les usages de la biographie*. *Annales ESC*. Paris: novembre-décembre 1989, nº 6, p 1325-1336.

_____. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MORIN, Edgard. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried. *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Cap. 02, pp. 45-55.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo; Ed 34, 2005.

_____. *O inconsciente estético*. São Paulo: Ed 34, 2009.

SCHULZ, Sonia Hilf. *Estéticas urbanas: da pólis grega à metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Do regional ao nacional: o Pantheon Maranhense nos esforços de construção de uma identidade brasileira

Enviado em:
13/04/2014

Aprovado em:
15/06/2014

Andréa Faria

andreamila@oi.com.br
Mestre em História- Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo procura identificar as relações entre a biografia de Gonçalves Dias escrita por Antonio Henriques em seu *Pantheon Maranhense* e a construção não só da memória do poeta, mas também da identidade brasileira. A análise da obra leva em conta o lugar ocupado pela biografia durante o século XIX, qual seja, o de auxiliar e complemento fundamental da história e parte dessa chave, recomendada pelos próprios biógrafos da época, para entender a contribuição que esse texto deixou para a formação e consolidação da memória do poeta maranhense e mais do que isso, na elaboração de uma identidade brasileira constituída a partir do elemento regional.

56

Palavras-Chave

Biografia; História do Brasil; Identidade nacional

Abstract

This article seeks to identify the relationship between Gonçalves Dias biography written by Antonio Henriques in his *Pantheon Maranhense* and construction not only the memory of the poet, but also of Brazilian identity. The analysis of the work takes into account the role played by biography in the nineteenth century, namely, to assist and complement the history and fundamental part of this key, recommended by the biographers of the time to understand the contribution that this text to the left formation and consolidation of memory of the poet from Maranhão and more than that, in developing a Brazilian identity formed from the regional element.

Keywords

Biography; History of Brazil; National identity

Por que apostar no biográfico?

Problematizar a biografia é pensar, ao mesmo tempo, a cultura histórica e também a cultura política, num duplo processo de entender as escolhas tanto de biógrafos quanto dos que são biografados e dos contextos nos quais estes se inserem. Isso porque a escrita de uma vida estabelece a preocupação com o registro das ações humanas, o que por si só traz uma dicotomia, uma vez que a própria ação de registrar uma vida pressupõe uma escolha entre o que será fixado e o que será esquecido, o que leva também a fixação – *sobrevida*, como no mundo grego clássico – de alguns indivíduos e não de outros. Ou seja, registram-se apenas aqueles que são julgados dignos de pertencerem à memória comum.

Essa perspectiva nos direciona para as possibilidades de análise dos usos políticos do biográfico, usos esses iniciados com a emergência da *polis* no mundo grego e que sofreram e sofrem variações segundo a temporalidade e segundo suas apropriações, mas estão sempre presentes. Nesse sentido, a escrita era (e é) uma maneira de monumentalizar o indivíduo, torná-lo lembrado, muitas vezes seguindo uma estratégia de heroicização e/ou de fonte pedagógica para uma sociedade, como complemento ou até ponto central aos brevíários da história nacional de qualquer país.

Como apontado por François Dosse, em 1989, Daniel Madelénat assim definia a função social da biografia:

A biografia gera uma parte da memória, liofilitiza o passado em módulos prontos para consumo, irriga docemente o hoje com os encantos do ontem [...] Desempenha uma função moral: tira as mônadas de sua solidão, abre veredas de pesquisa da identidade, escancara o santuário da personagem. Propõe modelos que suscitam a projeção e a introjeção formativas. (MADELENAT apud: DOSSE, 2009: 18)

Mas a escrita biográfica não se apresentou sob um modelo contínuo ao longo da história, e suas variações dialogam, embora não coincidam, com as variações na história da escrita da história. O processo de laicização interferiu na forma de conceber a natureza humana, interferindo, desta forma, na maneira de escrever as ações dos homens no mundo. Nesse sentido, os debates contemporâneos sobre a escrita biográfica contribuíram para o desenvolvimento de uma história do gênero, caminho percorrido, por exemplo, por Daniel Madelénat (MADELENAT, 1984).

Para ele, dizer que algo tem uma história significa relacioná-lo a uma tradição, nesse caso, uma tradição vinda da cultura escrita do ocidente europeu,

cujas heranças e desdobramentos estão ligados aos valores e práticas do mundo clássico, ou seja, da Antiguidade greco-romana. Ao dizer isso, Madelénat estabelece uma tradição, mas também determina a historicidade da escrita da vida individual, criando uma chave de leitura através da periodização da escrita biográfica segundo três paradigmas, a saber: o paradigma clássico, que perduraria da Antiguidade ao século XVIII; o paradigma romântico, em vigor na virada do século XVIII para o XIX; e o paradigma moderno, iniciado em finais século XIX e consolidado no XX.

Pensando nessa renovação do biográfico ocorrida no século XX, Aguirre Rojas nos aponta ainda que, dentro do âmbito da chamada história *innovadora* desenvolvida no período, o gênero biográfico não gozava de muito prestígio, o que se dava pelo fato de as historiografias renovadoras da Europa ocidental procurarem se afirmar em uma oposição direta à chamada historiografia positivista, dominante entre o final do século XIX e o início do XX. Oposição essa que levou a uma valorização dos processos coletivos em detrimento dos *grandes homens*, mas que isso, na esfera exterior a da historiografia, não significou, de maneira alguma, que o gênero tivesse caído em desuso. E é pensando sobre essa dicotomia, de gênero que desagrada aos historiadores, mas que possui público certo, que ele diz que:

58

El gran desafío para esta nueva historiografía del tercer milenio naciente, en lo que toca en particular al género de la biografía que *no* sea un simple relato apasionado, cronológico, de acontecimientos engrandecidos falsamente, de la historia y de la vida de un hombre, sino que, por el contrario, se afirme mas bien como una recuperación compleja de la curva de un determinado destino individual, desde las perspectivas que la historia social desarrolló lenta y sistemáticamente durante las últimas quince décadas vividas (ROJAS, 2000: 14-5).

Sabemos que hoje a resistência, se assim podemos chamar, ao gênero biográfico dentro do meio historiográfico está bem menos presente. Proliferaram nos programas de pós-graduação os trabalhos que tem por fim a construção de biografias ou a tematização delas enquanto fontes, inclusive como fontes historiográficas¹. Essa modificação não se deu ao acaso e nem de forma imediata. Foi fruto de décadas de debates nos centros acadêmicos brasileiros e também um reflexo dos debates sobre o biográfico comentados à cima.

Mas essa “abertura de espaço” para a biografia no Brasil abriu caminho também para que repensássemos seus usos como instrumento de criação e

1 Um levantamento inicial feito por mim no ano de 2010 na base de dados da Capes identificou cerca de 160 trabalhos que tematizam em alguma medida a escrita biográfica, seja como fonte ou metodologia.

consolidação da identidade brasileira, em especial durante o período imperial e as décadas iniciais da república.² Como dito, a prática de recuperar trajetórias individuais a fim de representar uma sociedade ou mostrar aos seus cidadãos os bons exemplos a serem seguidos é marca das escritas biográficas desde a antiguidade, da qual sem dúvida o maior exemplo são os livros de Plutarco, mas nos interessa em particular os usos dessas práticas no Brasil, em especial num momento em que o Estado consolidado precisava se firmar como nação e homogeneizar o povo e o território sob o designativo comum de *brasileiro*.

A biografia no oitocentos: o caso do Império do Brasil

Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações de honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causas de maior glória. (BARBOSA apud: GUIMARÃES, 2010: 29)

Durante o século XIX a escrita biográfica, em seus usos políticos, teve seus sentidos ampliados, em particular no que diz respeito ao seu uso, ao lado da história e da literatura, como contribuição para a fundação de uma identidade nacional. No caso particular do Brasil, cuja identidade nacional estava, em alguma medida, sendo formada após a constituição do Estado, as biografias serviram aos projetos de construção da identidade e ganharam uso pedagógico ao destacar e perpetuar na memória nacional a imagem daqueles que deveriam ser reconhecidos como filhos ilustres da pátria.

Em 1839 no discurso de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – o Cônego Januário da Cunha Barbosa deixava clara sua posição diante da função, social e histórica, da biografia: ela deveria ser um recurso de pedagogia moral nos esforços de construção da pátria. Mais do que isso, a biografia mostrava-se para ele como o complemento fundamental da história uma vez que esta seria “incompleta, descorada e árida” se apenas se ocupasse dos fatos gerais e deixasse de lado os homens, com o que sofreram, pensaram e viveram antes de nós (BARBOSA apud: GUIMARÃES, 2010: 26).

As ponderações de Januário mostravam assim que ao tomar para si a tarefa de escrever a História do Brasil, os sócios do IHGB deveriam também preservar a memória dos brasileiros, isto é, preservar a memória daqueles que deveriam ser lembrados por suas contribuições à pátria e que, principalmente, deveriam servir

² Entre os muitos trabalhos existentes destaco em especial os de Marcia de Almeida Gonçalves (2009, 2009b, 2009c) e de Maria da Glória de Oliveira (2009).

de estímulo e exemplo às futuras gerações, marcando assim a posição fundamental da biografia para a construção da História e da Identidade Nacional.³ Mas quem eram aqueles cujas memórias deveriam ser preservadas?

Marcia de Almeida Gonçalves afirma que “nas galerias de brasileiros e brasileiras distintos e ilustres, elegeram-se os indivíduos cujas vidas em seus sentidos e realizações deveriam confundir-se com os da própria nação” (GONÇALVES, 2009: 454), possibilitando assim que se efetivassem as estratégias da “expansão para dentro”⁴ através da criação de *retratos em papel e letras*⁵ daqueles que deveriam ser louvados e servir de exemplo a outros diletos filhos da pátria.

Ainda segundo Marcia Gonçalves, mas do que lembrar quem não deveria ser esquecido, nas biografias apresentava-se o exercício de *como* lembrar, elas eram, nesse sentido, um dos meios de construir a memória nacional (GONÇALVES, 2009: 454) e nesse *projeto* de construção de identidade, alguns conceitos apresentaram-se como norteadores das narrativas biográficas, numa tentativa de amenizar a fugacidade da condição humana, entre os quais se destacam em especial os de *gênio* e *herói*. Esses conceitos acabavam por demarcar então algumas das categorias de homens cujas “vidas” deveriam ser “preservadas”, entre as quais se destacavam, sobretudo, literatos e militares.

Em 1894, Tristão Alencar Araripe, ao publicar na Revista do Instituto suas *Indicações sobre a História Nacional*, reafirmava a posição fundamental da biografia como parte da história. Segundo ele, “Será um dos sagrados deveres do historiador brasileiro apresentar á veneração dos posterios a memória dos varões beneméritos, que engradeceram esta pátria com proezas generozas, invenções úteis, e obras excludentes” (ARARIPE apud: GUIMARÃES, 2010: 228). Ele ponderava, contudo, que era “erro fatal” dos biógrafos desde Plutarco, escolher seus heróis apenas entre os grandes homens militares ou políticos, sem considerar os feitos dos homens que contribuem para o engrandecimento de sua sociedade escondidos em

3 Vale destacar que nem sempre os brasileiros cujas memórias deveriam ser preservadas eram brasileiros de nascimento, mas também homens que haviam se comprometido de alguma forma com a causa brasileira, em especial durante o período colonial, como as biografias publicadas por João Manuel Pereira da Silva em seu *Plutarco Brasileiro (1847)* se encarregam de demonstrar.

4 Expressão cunhada por Ilmar Mattos no artigo “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política” publicado no *Almanack Braziliense* em maio de 2005 e recuperada aqui a partir do texto de Marcia Gonçalves (*Op. Cit.*).

5 Expressão cunhada por Marcia de Almeida Gonçalves para se referir as biografias num contexto de construção do imaginário nacional e que dá título ao projeto de pesquisa coordenado por ela na UERJ.

gabinetes de estudo ou laboratórios (ARARIPE apud: GUIMARÃES, 2010: 229). Com isso Araripe sinalizava certa mudança no reconhecimento do valor social da biografia, ela continuava sendo pedagógica e parte da história, era sobretudo, um meio eficaz de “salvar” os homens do esquecimento, mas ela deveria cuidar de guardar e exaltar a memória de todos aqueles que de alguma forma tivessem contribuído para o engrandecimento da pátria, não importando a área de atuação.

Assim, como aponta Maria da Glória de Oliveira, no século XIX, as biografias pertenciam ao projeto historiográfico do Império do Brasil, onde nem a biografia nem a história se configuravam como gêneros puros ou inalteráveis, mas sim “como formas discursivas historicamente condicionadas por diferentes práticas e tradições letradas” (OLIVEIRA, 2009: 25-6). Elas eram parte do esforço dos letrados brasileiros em associar, através de textos, os usos do passado às finalidades políticas do presente, servindo como modelos de conduta e estímulo à imitação (OLIVEIRA, 2009: 56), num momento em que era preciso que os brasileiros se identificassem como tal.

A biografia de Gonçalves Dias que Antônio Henriques Leal publica em seu *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos* (LEAL, 1987), está marcada por essas perspectivas. Obra referencial por ser fruto do trabalho de um biógrafo que foi um dos principais amigos do poeta maranhense, ela trás em si as marcas da(s) escrita(s) biográficas do XIX, onde se procurava destacar o valor de uma vida individual para a pátria, e é também, em alguma medida, obra de transição por atribuir valor fundamental às fontes documentais, tal como serão, depois, prescritas pelas chamadas biografias modernas no século XX.

61

O *Pantheon Maranhense*: um caso particular

Publicado originalmente em 1874, o *Pantheon Maranhense* reúne 19 biografias divididas em quatro tomos publicados entre 1873 e 1875 pela Imprensa Nacional de Lisboa.⁶ Entre os biografados por Antonio Henriques estão homens ilustres das mais diversas esferas: literatos, jornalistas, políticos e militares. Muitos contemporâneos entre si e em relação ao autor e com laços de amizade. Entre os biografados destacam-se para nós, além de Gonçalves Dias, Manuel Odorico

6 Esta é a organização original da obra, cuja ordem de publicação é: tomo I, em 1873; tomos II e III, em 1874; e tomo IV, em 1875. Aqui trabalhamos com a segunda edição, publicada em 1987, e que se encontra dividida em dois tomos, cada um deles reunindo o conteúdo integral de dois tomos da primeira edição, por isso a apresentação, nas referências, como tomos 1 e 2.

Mendes e Francisco Sotero dos Reis, João Duarte Lisboa Serra e João Francisco Lisboa, por terem convivido diretamente com o poeta maranhense.

Maranhense nascido em 24 de junho de 1828, Antônio Henriques Leal era filho de abastados senhores rurais e doutor em medicina pela faculdade da Corte Imperial. Ao longo de sua vida, ocupou cargos políticos no Maranhão entre 1865-1867, dos quais se viu afastado por problemas de saúde; foi regente do Colégio Pedro II e participou de várias sociedades literárias e culturais, inclusive como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além de ter colaborado com diversos periódicos e de ter publicado o *Pantheon*, foi autor ainda de uma “*Introdução*” para a *História da Independência do Maranhão*, de autoria do visconde de Vieira da Silva, das *Lucubrações* (pequenos ensaios sobre história, literatura e medicina) e da *Biografia de Antonio Marques Rodrigues*, entre outros escritos e edições.

Foi durante seu afastamento da política maranhense, após sofrer um derrame cerebral e embarcar para a Europa para tratar da saúde, que Antonio Henriques iniciou os trabalhos de elaboração do *Pantheon*. A essa época ele já iniciara os procedimentos para erguer em São Luis (MA) uma estátua em homenagem ao Gonçalves Dias, morto em novembro de 1864. Iniciadas as homenagens ao querido amigo, pareceu-lhe hora propícia para homenagear outros filhos de sua *pequena pátria*, como ele mesmo afirma em Advertência ao primeiro tomo do *Pantheon*:

Estava já em via de realização o monumento que havia projetado levantar à memória de Gonçalves Dias; não era, portanto, fora de propósito, ajuntar-lhe como complemento a comemoração dos principais lances das vidas dos beneméritos cidadãos que ilustraram minha província. Se não tem esta obra nenhum mérito, servirá ao menos de impedimento a que se oblitere de todo a memória das virtudes e feitos deles, ao mesmo tempo de espelho e incentivo às novas gerações. (LEAL, 1987: 5)

Como dito, para nós o que torna a obra referencial é o fato de ela ter sido escrita não apenas por alguém que foi contemporâneo e coprovinciano de Gonçalves Dias, mas que foi, principalmente, seu amigo íntimo. Antonio Henriques esteve presente, fisicamente ou não, nos momentos mais marcantes da vida de Gonçalves Dias, sendo um de seus principais correspondentes e apresentando-se para nós, nesse sentido, como uma testemunha ocular dos fatos narrados por ele e pelo próprio poeta, uma vez que compartilhou com ele seus projetos, angústias, alegrias e sofrimentos.

Mas o valor da obra está também no seu pertencimento a essa galeria de

ilustres que é o *Pantheon*. Ao escrevê-lo, reunindo “os traços biográficos de alguns ilustres filhos duma província de quarta ordem”, Antonio Henriques tinha em mente a ideia de que a obra poderia e deveria servir a uma espécie de pedagogia, como, aliás, era uso corrente nas biografias publicadas no século XIX, e dessa forma sinalizava sua intenção de, em alguma medida, participar dos projetos de construção da identidade brasileira. Ainda na *Advertência* ao primeiro tomo, ele afirmava:

Não passam minhas aspirações do simples intento de indicar a meus comprovincianos a senda que devem trilhar, tomando por norma tão bons exemplos de casa, e aprendendo neles a se desalentarem ante as agruras da vida e a persistirem desvelada e desinteressadamente no patriótico empenho de bem-servirem a nossa mãe comum [a pátria]. (LEAL, 1987: 6)

Pensava ele também em vingar a fama de alguns dos biografados, dentro da própria província, construindo um templo para guardar as cinzas “dos nossos homens eminentes por suas virtudes ou saber e letras”, tendo por fim último fornecer dados para que algum “abalizado escritor” construísse obra de maior vulto. Aliás, na *Advertência* ao segundo tomo ele reforça a ideia de que a obra deveria servir de exemplo para que outros trilhassem caminho parecido em suas províncias e possibilitassem por fim a construção/edição de um *Pantheon Brasileiro*.

Mais do que uma mera introdução ao segundo tomo, esta última *Advertência* era uma resposta a uma dura crítica recebida do então 1º secretário do IHGB, o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Segundo Antônio Henriques, Fernandes Pinheiro ao dar conta em sessão do Instituto do recebimento do primeiro tomo do *Pantheon* comentou que embora não tivesse tido tempo para “apreciar tão substancial obra”, havia se entristecido por encontrar no seu “simples título e exposição do plano [...] tendências autonômicas e um certo *particularismo* que muito desejava ver banido da recente literatura” (LEAL, 1987: 6).

É então, por ver-se diante de uma acusação de regionalismo, condenado num Império cuja maior obra era a própria consolidação da nação, que Antônio Henriques reforça a ideia de ser o seu *Pantheon* um primeiro passo para a construção de um *Pantheon Brasileiro*.

Mas para Mário Meireles, mais do que influenciada pelo *Pantheon*, a opinião de Fernandes Pinheiro estava baseada no fato de que na *Introdução da História da Independência do Maranhão*, do visconde de Vieira da Silva, Antônio Henriques havia explicado a adesão tardia do Maranhão à independência no

fato de a província ter sido durante quase todo o período colonial um Estado “independente” ao Brasil, muito mais ligado à antiga metrópole, e que, portanto não tinha por obrigação ter comprometimento com a causa brasileira (MEIRELES apud: LEAL, 1987: 14).

Sem nos debruçarmos sobre os motivos que levaram Fernandes Pinheiro a fazer tal consideração é relevante sinalizar que ao partir do regional para buscar exaltar o nacional, Antonio Henrique trilhava um caminho diferente do que vinha sendo seguido pelos biógrafos de então, e principalmente, um caminho diferente do esperado. Há que se ter em mente que desde a criação do Instituto em 1838 havia uma preocupação, ou antes, um objetivo, em torná-lo (e à corte) o centro receptor das informações das províncias para que a partir daí a História fosse escrita e disseminada para as diversas regiões do império. Partir de uma província para exaltar a pátria, em especial de uma província onde houvera grande resistência ao projeto de emancipação do Brasil era, no mínimo inesperado e podia criar, como de fato criou, alguma resistência o projeto.

Passemos então às especificidades do terceiro tomo, inteiramente dedicado a Gonçalves Dias.

64

Gonçalves Dias, o mais ilustre membro do Pantheon

Já apontamos como é significativo o fato desta primeira grande biografia do poeta ter sido escrita por um de seus amigos íntimos e apenas 10 anos após sua trágica morte. Mas não podemos deixar de demarcar também o simbolismo que cerca a publicação dedicada por Antônio Henriques a Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, seu primo e melhor amigo de Gonçalves Dias. A publicação é, nesse sentido, uma dupla homenagem; homenageia ao mesmo tempo ao primo e ao grande amigo que tinham em comum. Prova disto é que ao editar as *Obras Póstumas de Gonçalves Dias*, em 1868, Antonio Henriques compõe uma biografia (a título de introdução) e dedicando-a a Teófilo, escreve:

Consente, amigo, que inscreva aqui o teu nome para com elle apadrinhar este padrão, embora humilde e percedouro, emquanto [sic] não o erguemos de bronze ou marmore á memória d’aquelle, cujo verdadeiro e eterno monumento são as producções de seu genio transcendente. (LEAL apud: DIAS, 1868: 11)

Em 7 de setembro de 1873, era inaugurada em São Luiz (MA) a estátua do poeta. A publicação do terceiro tomo do *Pantheon* em 1874, integralmente

dedicado à biografia do poeta, viria, assim, a completar a homenagem, em letras e mármore, há muito pretendida por Antonio Henriques, que foi aliás o mentor e realizador do projeto de construção da estátua.

Mas tanto o projeto da estátua quanto o da biografia não queriam exaltar apenas o amigo querido e já célebre no cenário nacional. A intenção de Antonio Henriques era exaltar o gênio, exaltar o valor quase sobrenatural de Gonçalves Dias para, a partir daí, exaltar a pátria. Assim ele diz, “Bendita a hora em que nasce um gênio, aqui, ali, além, que importa se for luz benéfica que esclareça e guie a humanidade?” (LEAL, 1987: 7), e inicia sua biografia com um tom quase profético e que se manterá ao longo de toda a narrativa.

Convencido de que os versos de um poeta são influenciados pelo mundo que o rodeia e que dessa forma exprimem suas idéias e percepções, Antônio Henriques afirma que ao se rastrear seja as obras de Shakespeare, Goethe ou Lamartine encontramos nelas “encarnado o verbo e assinaladas as tendências e impressões que no seu tempo abalaram profundamente esses entes sobrenaturais, deixando transparentar em suas mais etéreas inspirações a parte que é da natureza humana” (LEAL, 1987: 8). Assim ele escolhe narrar a trajetória de vida de Gonçalves Dias “desde o berço até a sepultura” de maneira entremeada com a passagens de seus versos, de modo a deixá-lo falar através de sua poesia, como se os versos do poeta fossem parte de sua própria narrativa, tal a fluidez que consegue imprimir ao texto híbrido.

Preocupando-se em reafirmar a ligação entre o nascimento de Gonçalves Dias e o “nascimento do Brasil” que o próprio poeta havia feito ao escrever uma nota autobiográfica⁷, Antonio Henriques amplifica esta relação ao dizer “Nascia Gonçalves Dias com a nossa pátria, como Camões desaparecera com a sua” (LEAL, 1987: 9). Assim, Antônio Henriques ao mesmo tempo em que repete a ligação entre a independência do Brasil, no que se refere à rendição de Caxias em 1 de agosto de 1823 e o nascimento de Gonçalves Dias em 10 de agosto daquele ano, relaciona o “nascimento” do Brasil – corporificado no poeta – ao “fim” de Portugal, numa relação semelhante a que foi feita por Alexandre Herculano em

7 Ao escrever uma nota autobiográfica a pedido do francês Ferdinand Denis, Gonçalves Dias relacionara seu nascimento ao nascimento da pátria, uma vez que nascera poucos dias depois da rendição de Caxias. “As províncias do norte do Brasil foram as que mais tarde aderiram à independência do Império. Caxias, então chamada Aldeias Altas no Maranhão, foi a derradeira. A independência foi ali proclamada depois de uma luta sustentada com denodo por um bravo oficial português que ali se fizera forte. Isto teve lugar à (sic) 1º de Agosto de 1823. Nasci a 10 de Agosto desse ano”. Cf. Lúcia Miguel Pereira (1943)

artigo publicado na Revista Universal Lisboense.

Mas cabe-nos destacar que ao relacionar seu nascimento ao nascimento da pátria, Gonçalves Dias não criara um mero simbolismo, ele demonstrara um exercício em construir para si uma imagem e uma origem singular. Para Marcia Gonçalves, ao estabelecer esta relação, Gonçalves Dias, mais do que um pertencimento, firmava um compromisso de representar por meio de sua vida particular – e aqui entendemos também por meio de sua obra – a comunidade imaginada, sentida e significada como nação (GONÇALVES, 2009: 428), e seus biógrafos, a começar por Antonio Henriques, souberam explorar esta relação e usá-la como ponto de (re)afirmação da posição de Gonçalves Dias enquanto poeta nacional por excelência.

Aliás, para Antônio Henriques, Gonçalves Dias é aquele que liberta de uma vez por todas a literatura pátria, fundando uma literatura genuinamente brasileira. Sua biografia ajuda assim a reforçar a idéia de que o poeta maranhense foi o verdadeiro inaugurador de uma *literatura nacional*, recuperando os elogios que foram feitos a sua obra à época da publicação dos *Primeiros Cantos* (1846), especialmente aqueles que foram publicados na imprensa.

66 Não nos cabe discutir o talento de Gonçalves Dias. Certamente foi pela qualidade de seus versos e inovação no que tange ao desenvolvimento de uma poesia indianista de características tão próprias, que ele foi aclamado como maior poeta do Brasil já após a publicação de seus *Primeiros Cantos*. Mas será que o poeta teria hoje o mesmo reconhecimento se não fosse a produção de sua memória através das biografias? Será que ele seria tão aclamado se seu livro não tivesse chegado às mãos de Alexandre Herculano, impressionando-o a tal ponto de escrever um artigo exaltando a poesia de Gonçalves Dias e estabelecendo o fim da história literária portuguesa e o nascimento da brasileira? Parece-nos que não. Aliás, no artigo em questão, intitulado *Futuro Literário de Portugal e do Brasil*, publicado por Alexandre Herculano no tomo 7 da *Revista Universal Lisboense*, anos de 1847-1848, o escritor português afirmava que os “Primeiros Cantos” eram “inspiração de um grande poeta” e que o poema *Seus Olhos* eram as composições mais mimosas que já havia lido (HERCULANO apud: DIAS, 1998).

Nesse sentido, José Henrique de Paula Borralho afirma que

A repercussão do artigo de Alexandre Herculano nos jornais do império foi imediata e pesou decisivamente para a visibilidade e dizibilidade do cantor timbireense e de sua utilização pelo império brasileiro dentro do projeto criador da nação. (BORRALHO, 2009: 208)

Num momento em que a nação se construía e se afirmava, receber a declaração de independência literária pelas mãos de um dos mais aclamados homens de letras da antiga metrópole certamente que se revestia de um aspecto mais do que simbólico, pois era também político. Com a exaltação de Gonçalves Dias feita por Herculano, o Império Brasileiro não era mais apenas independente politicamente, ganhara o aval para ser autônomo em sua literatura e história, e não seriam justamente essas duas esferas entre as principais responsáveis pela construção da nação?

Mas as relações entre o pertencimento do Maranhão tanto com Portugal quanto com o Brasil podem ser ainda mais complexificadas. José Henrique que em sua tese busca compreender o alcance da idéia de *Athenas Brasileira* – epíteto criado para o Maranhão por alguns grupos locais – no cenário intelectual brasileiro, afirma que a relação de pertencimento entre Maranhão e Portugal foi se modificando com o passar do tempo. Para ele,

Logo no pós-independência, foi uma arma contra os novos rumos políticos porque passava a nação, momento de indefinição, cuja “segurança” do antigo império servia como entificação de um padrão civilizatório, portanto, político e social, porém, à medida que o Império brasileiro ia se consolidando, esse passado lusitano foi sendo ressignificado, encapsulando a herança lingüística e cultural de Portugal como argumento justificador de que, exatamente por possuir tal passado e herança portuguesa, o Maranhão estava apto não só a participar do Império brasileiro, leia-se formação da nação, como em alguns aspectos a dar o tom dos elementos constitutivos balizadores de uma nação, como política, literatura, jornalismo. (BORRALHO, 2009: 17)

67

Nesse sentido parece-nos que ao reforçar a posição de Gonçalves Dias enquanto criador da literatura brasileira, Antonio Henriques estava, ao mesmo tempo, destacando a contribuição da província maranhense para a construção da identidade nacional, afinal, ele mesmo afirmara que seu *Pantheon* tinha a função de vingar a fama de alguns dos biografados, dentro da própria província, e não seria de se estranhar por certo que ele quisesse também “vingar” a fama da própria província que a essa época já não possuía a prosperidade política que alcançara nos tempos coloniais.

E se, como havia afirmado Ernest Renan, “A nação é uma alma, um princípio espiritual” (RENAN, 1997: 39), formado pela posse comum de um rico legado de lembranças e pelo desejo de viver juntos, e também, “[...] o resultado

de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devoções” (RENAN, 1997: 39), era preciso então que nesse processo onde se configuravam os projetos de construção da nação, houvesse algo que fosse capaz de organizar (ou mesmo criar) esse rico legado de lembranças para, a partir daí, homogeneizar o território tão vasto e com características tão diversas. E aqui, como em outras partes do mundo, história, literatura e narrativas de vida exerceram essa função.

Biografo atencioso e com trabalho facilitado por ser amigo e contemporâneo Antônio Henriques escreve a vida de Gonçalves Dias expondo os mínimos detalhes, desde a infância sofrida por ter sido afastado da mãe ainda pequeno, passando por seus anos de estudo em Coimbra – de onde lhe ficaram, além da formação de bacharel em direito, as amizades mais queridas – até chegar a maturidade. Nesse caminho nos faz conhecer todos os problemas enfrentados por aquele que foi chamado “esperançoso menino do Maranhão”,⁸ desde a saúde frágil até os constantes problemas financeiros, mas nos mostra também o eterno apaixonado, o amigo mais que solícito, o apreciador de bailes e reuniões com seus queridos companheiros. E mais do que tudo, esmera-se em apresentar o *homem de letras*, em constante labor ressaltando a imagem de incansável “estudante” e a qualidade de todas as suas produções.

68

E é nessa busca por apresentar Gonçalves Dias como incansável *homem de letras* que Antonio Henriques vai construindo e reforçando sua imagem de *gênio transcendente*, como já o havia nomeado na dedicatória das *Obras Póstumas*. Para ele o indivíduo *nasce poeta*, quer manifeste o condão mais cedo ou mais tarde, e em Gonçalves Dias, “foi mui precoce o poetar”. Em sua descrição, Gonçalves Dias quando num momento de criação, apresentava-se como ente sobrenatural, de tal forma que em certa passagem ele diz:

Quando estava inflamado pelo fogo sagrado da poesia, parecia que se lhe transfigurava a fisionomia, os olhos chamejavam, o rosto iluminava-se e a voz surda, como que arrancada de dentro, soava palavras ininteligíveis, saídas entrecortadas e à medida que as ia transmitindo ao papel. Os áugures e as sibilas da Antiguidade, ou os *pajés* de que fala em seus poemas, haviam de ter alguma cousa de semelhante, quando evocavam os espíritos. Muitas vezes fui, quando morava em sua casa, surpreendê-lo nesses momentos supremos: era belo e terrível ver-se! (LEAL, 1987b: 109)

8 Apelido que, segundo Antonio Henriques, Gonçalves Dias recebeu, ao chegar aos 15 anos a Coimbra, dos outros estudantes maranhenses que lá residiam, por sua aparência de menino, condicionada principalmente pela baixa estatura e vivacidade com que falava de seus planos.

Mas apresentá-lo como gênio, para além de lhe atribuir feições quase sobrenaturais, permitia a Antonio Henriques (re)afirmar o valor literário dos trabalhos de Gonçalves Dias, afinal, o gênio era aquele, segundo Kant, “capaz de produzir sua obra com originalidade” (KANT apud GONÇALVES, 2009b: 456), e não de produzir imitações. Nesse sentido, Gonçalves Dias ao se destacar por sua originalidade literária e por sua qualidade poética, e alcançar reconhecimento dentro e fora da pátria era, por tanto, gênio.

Mas mais do que isso, ao exaltar o gênio, Antônio Henriques estava em alguma medida exaltando também a pátria que o criara, nesse sentido as *duas pátrias*, a pequena – o Maranhão – e o Brasil. Ele exaltava através do homem e da obra a nação que se consolidava e dava aos seus filhos um exemplo a seguir, e não era qualquer exemplo e sim o do homem que havia relacionado sua vida e seu nascimento ao de seu país e que o havia exaltado em sua obra e buscado estudá-lo e conhecê-lo ao longo de sua vida.

O *Pantheon* possui ainda o valor de apresentar ao final de cada biografia um *Apêndice*, sob a forma de notas, que no caso específico de Gonçalves Dias traz uma série de fontes preciosas, como o processo instaurado após o naufrágio do *Ville de Boulogne* (1864), do qual o poeta foi a única vítima, os documentos de construção e o discurso de inauguração da estátua erguida em sua homenagem em São Luiz (MA). Este recurso parece ser, como aponta Glória de Oliveira, uma tentativa de atribuir à biografia um caráter científico, baseando-a, assim como a história, no uso sistemático de fontes documentais (OLIVEIRA, 2009: 17-8). Aspectos como estes são o que fazem com que este trabalho de Antônio Henriques seja referencial não só para nós como para os biógrafos que se seguiram a ele. Na opinião de Antonio Candido, a biografia de Gonçalves Dias feita por Antonio Henriques é

A fonte básica sobre o poeta, não apenas pela riqueza de informações e o alicerce documentário, mas pelo esforço honesto de estudar criticamente a obra. Este biógrafo equilibrado – em cujo método deve ter influído Sotero dos Reis – combina a segurança dos dados com a apreciação crítica e a capacidade de retratar vivamente (a começar pela aparência física), resultando estudos ponderáveis, apesar do tom encômio, próprio dessa linha *plutarquiana*. (CÂNDIDO, 1993: 353)

Para nós, a biografia feita por Antonio Henriques participa não só dos esforços de construção e consolidação de uma memória de Gonçalves Dias, mas também dos esforços de construção e consolidação da memória e da identidade nacional, ao nos apresentar um dos expoentes dos projetos de construção daquilo que passou a ser entendido como nacionalidade brasileira. Mais do que o esforço

em favor da memória do amigo, o trabalho de Antonio Henriques era um esforço em favor da pátria.

Referências Bibliográficas

ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a história nacional”. In: GUIMARÃES, Manuel Salgado. *Livro de Fontes da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BANDEIRA, Manuel. *Gonçalves Dias: esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

_____. *Poesia e vida de Gonçalves Dias*. São Paulo: Editora das Américas, 1962.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: GUIMARÃES, Manuel Salgado. *Livro de Fontes da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

70 BORRALHO, José Henrique de P. *A Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. 2009. Tese (doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.v.2.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da historia no Brasil do século XIX. *Métis: historia & cultura, Caxias do Sul*, v.2, n.3, jan/jun, 2003.

CHIARAMONTE, José Carlos. “*Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.

- COELHO, Geraldo Mártires. “Onde fica a corte do senhor imperador?” In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- CORRESPONDENCIA ativa de Gonçalves Dias. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.84, 1964. (impressão de 1971).
- CORRESPONDENCIA passiva de Gonçalves Dias. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.91, 1971.
- DIAS, A. Gonçalves. *Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.
- DIAS, A. *Obras póstumas de A. Gonçalves Dias*. São Luiz do Maranhão: Belarmino de Mattos, 1868. v. 1.
- DIAS, A. *Gonçalves Dias na Amazônia: relatórios e diário da viagem ao rio negro: introdução de Josué Montello*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”. In: GOMES, A. de C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.
- _____. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- _____. “Introdução”. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Otávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

- GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro”. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). In: _____. *O Brasil imperial 1831-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.
- _____. “Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). *Memória e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009c.
- GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu”. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. 2006. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n.388, jul./set. 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JANCSÓ, István. “Este Livro”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João pulo G. “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC.
- JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

- LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*, t.1. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. “Gonçalves Dias”. In: *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- _____. Discurso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t.27, 1864.
- MADÉLÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MARQUES, Wilton José. “O poeta e o poder: favores e afrontas”. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.32, 2003.
- _____. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Paulo: EdUFSCar, 2010.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. In: *Almanack Braziliense*. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=forum&edicao=1&conteudo=1>. Acesso em: 10 out. 2008.
- _____. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.v.2.
- NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado) –

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2009.

PATO, Bulhão. *Sob os ciprestes: vida íntima de homens ilustres*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1877.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?” In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em Questão. Cadernos da Pós/Letras*, n.19, 1997.

RICCI, Magda. “O fim do grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840)”. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios: amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-180)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROJAS, Aguirre. “La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales”. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

74

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.

SILVA, Maria Odila. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. Editora Perspectiva, 1986.

SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro”. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1994. 2 v.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

A biografia e seu papel na imigração Sírio-libanesa

Enviado em:
13/04/2014
Aprovado em:
01/12/2014

Renata Geraissati Castro de Almeida

rgeraissati@gmail.com
Universidade Federal de São Paulo

Resumo

: Atualmente o gênero biográfico tem ocupado um papel central nas produções históricas, e a utilização de sua metodologia pode ser bastante benéfica para os estudos da imigração, pois estes geralmente tendem a considerar o imigrante como um ator coletivo sem conceber suas diferenças, tanto de nacionalidades, quanto de indivíduos dentro de um mesmo grupo, que tem reflexo em termos de decisões políticas, econômicas e de ação social. O artigo utiliza desta metodologia para analisar a trajetória de um imigrante da colônia sírio-libanesa, Rizkallah Jorge Tahan e sua posição frente a esta.

75

Palavras-Chave

Imigração; Sírio-Libanesa; Biografia

Abstract

Nowadays the biographical genre has occupied a central role in historical productions, and the use of its methodology can be quite beneficial to the immigration studies, because these tend to consider the immigrant as a collective actor regardless of their differences, both between different nationalities, as a individual in a same group, these differences will impact both in terms of political decisions, as in economic and social action. The article uses this methodology to analyze the trajectory of an immigrant from Syrian colony, Rizakallah Jorge Tahan, and his position related to it.

Keywords

Immigration; Syrian-Lebanese; Biography

Introdução

A biografia possibilita diversas possibilidades de análise e está permeada por uma série de ambiguidades, como destacado por Giovanni Levi (LEVI, 2001). Para este estudo é utilizada a metodologia de Carlos Roberto Monteiro de Andrade (ANDRADE, 2010), que consiste em: após ter foco em um determinado objeto, ao realizar um estudo de sua trajetória deve-se amarrar o contexto em que o profissional se insere, sua formação, seu meio e a cultura.

Para a análise da imigração sírio libanesa elegeu-se, portanto como ator social representativo desta Rizkallah Jorge Tahan, que em sua trajetória, tanto profissional quanto pessoal, atuou intensamente no mercado imobiliário, no ramo da construção civil salubre e higiênica e desempenhou uma série de atividades de urbanização na capital paulista. Procurou-se, dessa maneira, entender suas formas de viver na cidade e suas redes sociais, enxergando o homem que soube, diligentemente, construir um papel “positivo” junto às comunidades que frequentou e, conseqüentemente, criou representações de sua pessoa e negócios. Posto isto, convém frisar que o recorte temporal desta pesquisa foi de 1895, ano em que se estabeleceu no Brasil, aportando em Santos, até o ano de sua morte, em 1949.

Começamos conhecendo a trajetória de Rizkallah na capital, sua inserção no contexto migratório paulista, dos sírio-libaneses e os aspectos que propiciaram com que este pudesse deixar diversas marcas na cidade.

São Paulo e os imigrantes: sua afirmação no espaço

Ao se pensar as transformações pelas quais passou a cidade de São Paulo durante os séculos XIX e XX não se pode negar que um elemento foi imprescindível nesta conjuntura, o imigrante. Este que foi importante não apenas para a capital, mas para a América como um todo. Este continente recebeu só entre os anos de 1880 e 1915, cerca de 31 milhões de pessoas que saíram de seus locais de origem buscando melhores condições de vida. Dentro deste processo, o Brasil foi o terceiro país que mais recebeu imigrantes, com 2,9 milhões de pessoas (OLIVEIRA, 2001: 22). Diversas nacionalidades aportaram aqui, entre elas, as que mais se destacaram segundo dados do IBGE, foram, respectivamente, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães e sírios-turcos.

Do total de imigrantes que vieram ao Brasil, algo por volta de 57,7% foram acolhidos por São Paulo. Para o autor Boris Fausto a preferência por este local

pode estar vinculada às facilidades concedidas pelo Estado, tais como passagem e alojamento, somadas às oportunidades de trabalho de uma economia em expansão (FAUSTO, 2009: 156). Estes, em sua maioria, vieram para trabalhar na lavoura de café, algo em torno de dois terços, uma vez que esta demandava uma grande força de trabalho, porém os imigrantes não se restringiram a apenas este setor.

Os italianos foram o grupo mais numeroso no Estado, em sua grande maioria vieram para trabalhar nas plantações de café, pois teriam os custos da viagem subvencionados. Estes foram seguidos pelos portugueses que se concentraram majoritariamente na capital, tendo apenas alguns poucos se destinado à agricultura. Já os espanhóis e japoneses, preferiram se dirigir a pequenas cidades do interior e os sírio-libaneses, desde sua chegada, optaram majoritariamente por viver na capital, constituindo também uma imigração espontânea, já que o governo não subsidiava pessoas que não fossem trabalhar nas fazendas (FAUSTO, 2009: 162).

Os fatores que impulsionaram a maioria destas imigrações para São Paulo são na maioria das vezes, os mesmos: a pobreza do local de origem e a esperança da facilidade de obtenção de terras na América. Porém, os locais em que se instalaram e as atividades que exerceram no momento de sua chegada parecem em um primeiro momento indicar que estes preferiram se manter em setores com os quais estavam habituados em seus locais de origem. Percebe-se que a despeito do imigrante estar inserido também no meio urbano, a primeira imagem que temos deste é no meio rural. Atualmente, uma série de estudos têm tentado mudar estas características, realizando pesquisas sobre a presença destes “estrangeiros” no meio urbano.

No campo cultural muitas vezes a atuação do imigrante também é esquecida, uma vez que, amplamente, se privilegia seu impacto no campo econômico, por meio de estatísticas e de estudos de suas atividades no comércio e na indústria, mostrando, por este viés, sua importância para o desenvolvimento do país. Este fator é sim importante, porém não foi o único influenciado pela imigração, esta deixou marcas também no cotidiano da cidade.

A mistura dos povos se fez presente nos diversos sotaques paulistas, na gastronomia, na literatura e, notadamente, na arquitetura com novas formas de morar e construir, que irão gerar novas formas de apropriação da cidade. Não apenas o fator econômico é importante, mas também suas redes sociais formadas no local para onde migram, suas formas de viver e as transformações que exercem na paisagem urbana também. Alguns estudos que seguem por este caminho tratam a colônia italiana, porém outras comunidades que vieram para São Paulo não são

contempladas. Este estudo tem por objetivo mostrar uma destas colônias: a dos imigrantes sírio-libaneses e um pouco de sua contribuição à paisagem urbana da cidade de São Paulo.

O caso sírio-libanês

Passados 133 anos do considerado marco inicial da imigração sírio-libanesa ao Brasil, poucos trabalhos têm como tema a história deste povo. Apesar de serem menos expressivos numericamente que os italianos, portugueses, alemães e espanhóis, os sírio-libaneses contribuíram no desenvolvimento de algumas regiões de São Paulo, como, por exemplo, da área mais conhecida, conformada pelas ruas, 25 de Março, Cantareira e a Avenida do Estado. Um observador, em 1940, escreveu sobre a concentração desses imigrantes nesta região,

Onde o amendoim torrado cede lugar à semente de abóbora, e o quibe, sob todas as formas, sobrepuja o típico feijão com arroz brasileiro... O ambiente é francamente sírio. Há livrarias que só vendem livros escritos em árabe. Ouve-se, constantemente, música típica e canções dolentes e sentimentais pelas melhores vozes do Oriente. Nas confeitarias e nos cafês, os rádios, em geral estão ligados para as estações que irradiam músicas árabes e os fregueses falam mais em língua estrangeira do que na língua do País (ARAÚJO, 1997: 49).

78

Além disso, a imagem desta comunidade está marcada no imaginário da população por suas atividades comerciais, que foram exercidas ao longo de todo país. Existem diversos personagens da literatura que corroboram esta imagem, por exemplo, no romance de Jorge Amado, “Gabriela, Cravo e Canela”, o personagem Nacib, de origem sírio-libanesa, é um comerciante estabelecido em Ilhéus, Estado da Bahia, conhecido pela população como o turco que possui uma “lojinha que vende baratinho” (AMADO, 2001).

O romance mostra a profissão que a maioria dos imigrantes que vieram ao Brasil exerceu: a de mascates que futuramente se tornaram proprietários de comércios. Estes mascates se estabeleceram em todo o país, porém foi o Estado de São Paulo que atraiu a maior parte destes: 38,4% em 1920 e 49,2% em 1940, seguido do Distrito Federal e de Minas Gerais.

Apesar de terem se estabelecido no comércio, ao chegarem à capital, a maioria destes imigrantes eram agricultores no local de origem, porém o que explica esta diferença de profissões do local de origem para o local de chegada é que a forma de produção agrícola brasileira era em muito diferente da realizada no

Oriente Médio. Aqui, predominavam os latifúndios, enquanto lá, as propriedades familiares eram maioria. Outro fator que afastou estes imigrantes da agricultura foram as redes de informação que destacavam as condições precárias que os imigrantes eram submetidos no campo (KNOWLTON, 1961). Truzzi pontua que o fato de virem sem recursos fazia com que ser proprietário de terra fosse algo muito distante de sua situação, isto seria possível apenas duas gerações posteriores às suas (TRUZZI, 1997). Sendo assim, se estabelecer no comércio foi, em um primeiro momento, a escolha mais plausível a estes imigrantes que se estabeleceram na capital em fins do século XIX.

Não podemos dizer que o comércio fosse uma atividade distante destes uma vez que o território de onde vieram correspondia à localização da antiga Fenícia. A situação geográfica destas terras, cercadas pelo mar e pelas montanhas fizeram com que os fenícios se desenvolvessem no comércio em lugar da agricultura, portanto, verifica-se que a tradição comercial sírio-libanesa já existia antes de seu estabelecimento no Brasil. O fator geográfico não influenciou apenas no desenvolvimento do comércio. Para o antropólogo Jean Sallem, este elemento foi decisivo, também, para o processo migratório. Sua tese é de que os aspectos geográficos influenciaram no surgimento de características psicológicas como a flexibilidade e mobilidade, bem como a manutenção e permanência dos costumes (SALLEM, 1969).

Para além da tradição comercial, o investimento inicial na profissão de mascate era baixo já que começavam vendendo miudezas:

De início, operavam nas ruas da Capital, fornecendo objetos leves e baratos: pentes, colchetes, botões, agulhas, linhas, perfumes, sabonetes, fitas e roupas de baixo. Depois, com experiência e algum domínio da língua, expandiam suas atividades ao interior [...] (HALL, 2004: 141).

Houve também outros fatores que foram decisivos para o sucesso dos mascates: o aumento do mercado consumidor com o crescimento demográfico, a flexibilidade material, uma vez que podiam se locomover para diversos lugares vendendo seus produtos, que eram mercadorias não muito difíceis de transportar e a necessidade que as pessoas possuíam de seus produtos.

A maioria dos sírio-libaneses conseguiu acumular uma quantidade grande de capital já que desde o início preferiram adotar um sistema de vender barato para vender muito e eram bastante econômicos em seu cotidiano conseguindo acumular

capitais apreciáveis (DUOUN, 1944: 115). Por meio da acumulação de capital conseguiram adquirir capital para comprar propriedades e estabelecerem seu comércio, geralmente no ramo de armarinhos, em um local fixo. As propriedades adquiridas usualmente se concentraram em bairros de grande fluxo populacional em São Paulo, por exemplo, nos bairros centrais perto das estradas de ferro, local de desembarque de um grande fluxo de pessoas. Isto beneficiaria tanto a venda de seus produtos quanto facilitaria o recebimento das mercadorias.

Percebe-se que a atividade desenvolvida pelos imigrantes sírio-libaneses não ia ao encontro com os projetos que a sociedade possuía para a emigração, que era suprir a falta de mão-de-obra. Os imigrantes que haviam ido ao setor comercial não resolveriam: “o problema do braço agrícola, não era conveniente ao país. A imigração síria está nestas condições e é preciso dizê-lo sem reservas, pois as ideias não se misturam com interesses e conveniências” (AMARÍLIO JÚNIOR, 1935: 39). Como visto anteriormente, a imigração sírio-libanesa era contrária ao projeto de embranquecimento que desejavam as elites brasileiras defendendo a imigração de trabalhadores europeus, considerando os “árabes” como indesejáveis.

80

Logo ao contrário do que se desejava, uma imigração rural, a imigração sírio-libanesa foi majoritariamente destinada a ambientes urbanos e formada principalmente por homens solteiros. Os registros de entrada dos imigrantes pelo porto de Santos corroboram essa afirmação. Os sírio-libaneses são o grupo que apresenta maiores porcentagens de solteiros (63,58%), do sexo masculino (69,69%) e de avulsos (56,07% entrados sem família), comparando com as outras principais etnias no período de 1908-1939.

Alguns fatores impulsionaram a vinda destes homens ao Brasil. Em primeiro lugar está a precária condição econômica a que estavam submetidos no local de origem, mas também, elencam-se fatores políticos e religiosos.

Durante o século XX o governo turco tomará medidas impopulares incitando que as religiões ficassem umas contra as outras, ocasionando em 1861 o massacre de muitos libaneses cristãos. Não se pode esquecer que entre estas comunidades a religião possui um papel central, estando presente nas mais variadas dimensões da vida, ultrapassando a natureza espiritual. A perseguição religiosa levará muitas famílias cristãs libanesas e sírias a abandonar o Oriente e migrar.

Dessa maneira, pode-se expor que o uso da expressão sírio-libanês se dá pelo fato de que até 1926 quando a República do Líbano foi criada, tanto Síria quanto Líbano estavam em um mesmo território, a grande Síria. Como Rizkallah Jorge veio ao Brasil em 1895, sua origem ainda era “turca”, pois ainda faziam parte

do Império Turco-Otomano, depois da separação passaram a ser denominados sírio-libaneses. Segundo Gattaz, a imigração árabe, a rigor, engloba outras nacionalidades, como egípcios, palestinos, sauditas, iraquianos e outros, porém os libaneses respondem por cerca de 70% dos imigrantes árabes, no Brasil.¹

O impacto destes homens e mulheres na cidade de São Paulo será estudado por meio de um de seus representantes que até o presente momento não possui nenhum estudo acadêmico: Rizkallah Jorge Tahan. Nascido na cidade de Aleppo, norte da atual Síria, em 1867, assim como tantos outros conterrâneos, migrou para o Brasil por fatores econômicos-demográficos e sociais.

Assim, o objeto deste estudo pode colaborar com a tarefa de mostrar que, para além dos aspectos econômicos da atividade comercial de Rizkallah Jorge Tahan, sua contribuição se deu também na paisagem da cidade, por meio de construções, que, em alguns casos, se mantêm até hoje. Ao se propor um estudo sobre Rizkallah Jorge Tahan, procura-se estudar o empreendedor urbano, que se envolveu com negócios imobiliários, com empresas ligadas ao ramo da construção civil salubre e higiênica e que soube construir um papel “positivo” (BOURDIEU, 1992) junto às comunidades que frequentou. Com isso, percebe-se que para além do mito, estão aspectos de história social da arquitetura, do urbanismo e da imigração que se entrelaçam e tornam o ator social em questão foco privilegiado de investigações. Convém frisar que o recorte temporal desta pesquisa vai de 1895, ano em que se estabeleceu no Brasil, aportando em Santos, até o ano de sua morte, em 1949.

81

Atividade no Mundo dos Negócios: Casa da Boia, negócios imobiliários, benemerência

A face mais conhecida da figura de Rizkallah Jorge, sem dúvida, é a ligada ao comércio, como o proprietário da Casa da Boia. A história desta loja

1 As características da imigração de Rizkallah Jorge parecem bastante singulares, se analisadas em comparação com as características do processo migratório desta nacionalidade escritas em “Sírios e Libaneses e seu Descendentes na Sociedade Paulista”. Truzzi propõe que a decisão de migrar era tomada no seio familiar, esta se destinava a uma acumulação de capital que serviria para adquirir bens em sua terra de origem tendo assim um caráter temporário; por fim propõe que a maioria destes veio para ser mascate uma vez que é uma profissão que exige pouco investimento inicial. O caso de Rizkallah mostra que quando imigrou já era casado, portanto o padrão homens solteiros que são enviados pela família não se encaixa com seu caso e ao chegar a São Paulo este não se tornou mascate e, sim, trabalhou como funcionário em uma empresa. Com o dinheiro que acumulou neste período, não comprou propriedades em sua terra natal, mas adquiriu a Casa da Boia, trazendo, posteriormente, sua família ao Brasil, indicando possivelmente que sua migração não possuía um caráter temporário.

está intimamente ligada tanto ao seu fundador, quanto à história da própria cidade de São Paulo. Rizkallah, quando chegou ao Brasil, já era um artesão hábil e percebeu que sua habilidade como fundidor, não era comum na cidade, portanto viu a possibilidade de instalar uma pequena indústria para desenvolver o ofício que dominava perfeitamente desde sua terra natal. Após três anos juntando dinheiro foi fundada, inicialmente chamada, Rizkallah Jorge e Cia, local que vendia, principalmente, materiais hidráulicos, na grande maioria feitos em cobre e trazidos do exterior.

Além da habilidade artesanal de Rizkallah, outro fator propiciou o sucesso deste empreendimento: a situação sanitária e a importância dada a ela neste período. Os efeitos da falta de saneamento deixavam vítimas na cidade desde o século XIX, pela doença classificada pelos médicos da cidade como “febres paulistas”. Este problema, entretanto, não era somente paulista, mas nacional, e foi alvo de uma ação política mais enfática no país, a partir de 1918. No início dos anos 1920 houve um movimento sanitarista nacional que procurou, por meio do saneamento e da educação sanitária, a cura para as epidemias que assolavam a população.

82 A questão sanitária foi uma preocupação do Estado de São Paulo desde 1892, momento em que foi criado o órgão estadual da Diretoria de Higiene, que definiu quais seriam as prioridades de ação do governo nas questões sanitárias. Em decorrência desta preocupação o espaço urbano da capital e de algumas outras cidades foi reformado, buscando-se conter as epidemias e equipar as cidades com rede de água e de esgoto, drenagem de córregos, serviços de coleta de lixo, bem como com o estabelecimento de normas para a construção de casas e outros edifícios. Estas normas estavam sistematizadas nos Códigos de Posturas, já mencionados anteriormente, que estabeleciam normas para as construções, como as inerentes às alturas entre chão e teto, a necessidade de janelas em todos os cômodos, eliminação de alcovas etc., Todas estas medidas foram tomadas para evitar as epidemias que afetavam a saúde da população.

Apesar da melhoria na qualidade de vida com a riqueza do café em fins do século XIX, a situação precária do saneamento agia diretamente no aumento das epidemias, em especial daquelas cujas contaminações se dava pelos sistemas de água e esgoto. É possível ter uma dimensão do grau de afetação dessas epidemias sobre as cidades de São Paulo, por meio do relatório do Secretário do Interior, Vicente de Carvalho, datado de 7 de Abril de 1892. Enviado ao Vice-Presidente do Estado de São Paulo, o relatório dizia que:

Mesmo em circunstâncias ordinárias, no gozo do clima tradicionalmente bom com que a natureza favorecia a generalidade do território paulista, a higiene devia preocupar seriamente a atenção dos poderes públicos. Era um dever de previdência opor todas as resistências da higiene à invasão da imundície humana. Que acompanha a acumulação progressiva das populações, que vinga mesmo contra as melhores condições naturais. Desgraçadamente, não cabe já à nossa geração, o simples cumprimento dessa tarefa. É tarde para prevenir. A peste penetrou pelas portas escancaradas que o desleixo lhe facultou. Vimos encontrá-la vencendo na conquista do nosso território para a desolação e para a morte. Não nos criemos ilusões inúteis e perigosas. Não fechemos os olhos diante da evidência. A febre amarela transpôs a barreira da Serra do Mar, que parecia opôr-se-lhe, e revela-se domiciliada, senhora do terreno, no opulento Oeste do Estado. Acredito que um enérgico esforço nesse sentido não será desaproveitado. A eliminação dos focos de infecção, pelo saneamento, e o exercício constante de uma rigorosa polícia sanitária, defender-nos-ão sem dúvida das invasões da peste (TELAROLLI, 1996: 139).

Estas doenças afetavam a máquina administrativa, o setor cafeeiro e o cotidiano das cidades, não poupando, como visto, a capital. Sendo a febre amarela a principal, pode-se apontar outras doenças, como a febre tifoide, que também causaram morte de diversas parcelas da população. Adolpho Lutz advertiu que a imprensa deveria informar a população e a municipalidade deveria fornecer subsídios para a prevenção desta. Para este sanitarista, a principal questão que envolvia esta doença era a higiene:

Pelos jornais diários devemos advertir ao público de não usar senão água filtrada. ... Entre nós não se pode negar que temos uma epidemia. Prevenir a população seria o primeiro passo. Em segundo lugar, devemos influir sobre as autoridades, para colocar filtros em todas as casas. Para não embaraçar, neste caso, as classes mais pobres, o governo devia encomendar uma quantidade grande de filtros e vendê-los a preço de custo. Seria também de grande importância mandar examinar todas as fontes da Cantareira, se contêm bacilos de tifo, e não deviam ser usadas aquelas em que se encontrassem os mesmos. Devia-se nomear uma comissão de médicos da sociedade, encarregando-os da instrução do público, como também de fazer as propostas necessárias às autoridades competentes (TEIXEIRA, 2004: 17).

O que se observava é que os profissionais de saúde procuravam saídas para conter esses problemas que afetavam, sobretudo, as populações mais pobres. Os autores Paulo César Xavier Pereira e Maria Ruth Sampaio, chamam atenção para o fato de que os relatórios produzidos pelas autoridades que em fins do XIX apontavam para uma situação habitacional semelhante, que destacava a precariedade dos cortiços infectos e insalubres situados nos bairros centrais da

cidade. A principal preocupação era que uma possível epidemia afetasse toda a população.

Com foi abordado no capítulo anterior, o município realizou obras tentando modernizar a área central, porém, não se pode deixar de frisar o papel desempenhado, intencionalmente, pela iniciativa privada. A relação entre o setor público e privado foi uma faceta importante da modernização de São Paulo, levando, inclusive, a administração pública a oferecer incentivos para que o setor privado se dispusesse a colaborar na questão do higienismo. Portanto, permitiu que os empresários imobiliários atuassem conforme seu interesse segregando as pessoas, e empurrando as que viviam nos cortiços das áreas centrais para as áreas periféricas, pois estas representavam um “perigo” à situação sanitária. Para os autores será neste processo que haverá uma contradição, uma vez que o crescimento da cidade se deu em função de interesses dos empresários imobiliários do período, que usaram a terra como reserva de riqueza e realizaram uma expansão maior que a necessária para abrigar a população da capital (SAMPAIO, 2003: 167).

84

Apesar da preocupação com o saneamento e com as epidemias, esta questão não foi resolvida rapidamente. Em 1920, foram tomadas ações nacionais objetivando o combate às doenças endêmicas do país, como a malária e a doença de Chagas, para citar apenas as mais recorrentes. A população pressionava pela criação de um Ministério da Saúde Pública, por vislumbrar, nesta ação, um caráter nacional para o tratamento da saúde do brasileiro. Em fevereiro de 1918, representantes das elites política e intelectual fundaram a Liga Pró-Saneamento do Brasil, sob a direção de Belisário Pena. Este fato marcou a passagem de um período mais espontâneo da campanha sanitária para uma ação mais organizada. Em 1918, a epidemia de gripe espanhola deu visibilidade a esta campanha e, em dezembro de 1919, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que garantiu maior amplitude aos serviços sanitários federais. A partir de então, a participação e a intervenção do Estado na área de saúde pública só tendeu a se ampliar e se solidificar.

Portanto, é possível perceber que a questão sanitária era uma discussão latente tanto antes da fundação do comércio Rizkallah Jorge e Cia, quanto depois, e será por causa de uma destas epidemias que o comércio ganhou fama na capital paulista. Mario Rizkallah, neto de Rizkallah Jorge, conta que o lugar obteve grande fama principalmente depois de 1911, quando uma epidemia de febre amarela afetou a cidade e se alastrou rapidamente devido às condições sanitárias precárias. Aproveitando este contexto e o nicho de mercado que se criava em decorrência

da saúde pública, tendo em vista o predomínio do higienismo e do sanitarismo na virada do século, Rizkallah Jorge passou a comercializar as boias para caixa d'água que fizeram com que seu estabelecimento passasse a ser conhecido como “Casa da Boia”, e mudasse, conseqüentemente, sua razão social para “Casa da Boia S. A. Comércio e Indústria de Metais”.

Outro ponto fundamental para se compreender a trajetória deste comércio está relacionado às tradições da cultura de Rizkallah. Para os sírio-libaneses, assim como para outras nacionalidades que afluíram ao Brasil, a família assume um papel central, tanto na vida dentro da casa, como no mundo dos negócios. Logo, a economia familiar terá muita importância nas fases iniciais destas empresas, já que no primeiro momento os negócios dependem do trabalho familiar. Truzzi destaca que “organizar a família para cooperar e sobreviver moldou a entrada do imigrante na nova sociedade. A célula familiar permaneceu o modo tradicional de compreender e de ordenar a vida” (TRUZZI, 2000: 330). Logo, grande parte do sucesso dos empreendimentos da colônia sírio-libanesa se deu neste sentido, algo passível de ser verificado na administração da Casa da Boia. Os filhos de Rizkallah sempre trabalharam e frequentaram a loja, e se tornaram sócios em 1934.

Por todos os fatores mencionados anteriormente, tanto o fundador, como a Casa da Boia, enquanto lócus comercial adquiriram notoriedade na cidade de São Paulo. Um claro indicativo disto está presente em um recorte de jornal arquivado no acervo da Casa da Boia. A matéria aponta que:

85

Rizkallah Jorge [...] E' mais um grande luctador que São Paulo conta entre os seus industriaes. O sr.Rizkallah Jorge é perito em todos os artigos que sahem de suas bem montadas officinas. Tudo que diz respeito a fndição, tornearia e nickelaçãoelle executa com uma maestria inegualavel: alambiques, bombas, chuveiros, balanças, medidas, etc., são procurados de preferencia em sua casa e principalmente torneiras de qualquer feitio, pois é nesse artigo que elle revelou-se unico especialista em sua fabricação. Pelo bellomostruario que reproduzimos na página anterior vê-se que este dedicado industrial tambem concorreu ao grande certamen nacional expondo os magnificas trabalhos das suas correctasofficinas. Lá sem duvida saberão premiar com justiça a sua louvavel dedicação.

As publicações de divulgação do local também dão destaque a seu fundador, mesmo as que tratam do período posterior a sua morte e aos prêmios recebidos, os objetos produzidos e seus mostruários premiados tanto na Exposição Nacional Comemorativa do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil, quanto na Feira Internacional de Turim. Este é o caso da revista *Commercio e Industria* e de outro

recorte , cuja autoria e publicação não foram passíveis de identificação, mas que contém a foto de Rizkallah e faz menção ao prêmio de Turim. O texto é o seguinte:

Casa da Boia, [...] Grande fabrica de artefactos de metal para encanamentos de agua, gaz, exgostos; arandellas e lustres para luz electrica. Premiada com o grande premio na Exposição nacional de 1908 - Medalha de ouro - Exposição de Turim 1911.

Pelas premiações recebidas, pelos objetos produzidos na Casa da Boia, fica clara a preocupação que havia com a qualidade técnica e com o *design* de seus produtos. Esta preocupação fez com que Rizkallah contratasse dois funcionários europeus para modernizar, otimizar e ensinar a fabricação de alguns objetos em sua indústria. O artesão desejava que sua produção estivesse de acordo com o que era feito em outros lugares. Para tanto, contratou GroszeNipper por um período de dois anos, por doze mil réis por dia. Em contrapartida, este deveria se comprometer a não faltar ao trabalho e não trabalhar em nenhuma outra fábrica, caso isso ficasse comprovado seria imputada uma multa por rescisão do contrato. Nipper se comprometia, ainda, a cumprir com uma determinada produção diária, que compreendia “repuxar 12 boias e 50 chuveiros”, bem como “ensinar a um ajudante seu ofício”.

86

O outro funcionário contratado foi o alemão Wilhelm Lusting, contratado em 1912, para melhorar a parte de fundição, “tanto na moldagem como na preparação das ligas de metaes, fornecendo aos fundidores os respectivos modelos, conservando estes em boa ordem e concertando-os quando estiverem estragados”. Assim como Nipper, Lusting também se comprometeu a ensinar a outro funcionário os misteres referentes à fundição. Seu ordenado seria de 400\$00 no primeiro ano e 500\$000 no segundo. Descobriu-se que, Rizkallah também pagou as despesas de sua viagem.

A repercussão que os objetos vendidos pela Casa da Boia tiveram em São Paulo, pode ser identificada nas reportagens do jornal “O Estado de São Paulo”. Estas, tratam da venda de produtos da Casa da Boia para a municipalidade, mostrando que seu sucesso não se dava apenas com a iniciativa privada. As matérias de 1910 mostram que foram pagos “6\$000 a Rizkallah Jorge; [...] pelos materiaes fornecidos para as obras de quinta delegacia” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04 setembro 1910); “8\$000 a Rizkallah Jorge; [...] por fornecimentos á Repartição de Aguas e Exgottos” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 06 setembro 1910) e “28\$000 a Rizkallah Jorge; (...) por fornecimentos dados para obra do prédio n. 1 da rua do Carmo” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04 setembro 1910). Em seu acervo

também constam comprovantes de compra, por parte do município, de objetos tais como cano de chumbo, sifão de chumbo, torneiras de boia e ralos de cobre para obras do Ginásio do Estado, na rua Frederico Alvarenga, em 1931.

A Casa da Boia foi, sem dúvida, a principal atividade desenvolvida por Rizkallah e foi por meio do retorno financeiro que ela lhe forneceu, uma vez que o comércio passava por um momento de franca expansão em decorrência do aumento populacional, que Rizkallah pode diversificar suas aplicações para diversos setores, como atividades imobiliárias e importação e exportação de cargas. A escolha pelo investimento nesses ramos se deu pelo contexto urbano da capital paulista.

Rizkallah e sua inserção em diversos setores

O cenário urbano e cultural de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, será o de uma capital cosmopolita composta por mais de 40% de estrangeiros em sua população (LEMOS, 1987: 73). Como consequência desta nova composição da população e do processo de modernização pelo qual a cidade passava, novos costumes foram criados, novas formas de sociabilidade e de usos do espaço foram estabelecidas. A autora Sabrina Costa destaca que essa nova forma de vida se colocou de maneira profunda a todos os cidadãos da cidade. Estas modificações impactaram a todos, inclusive aqueles que não possuíam um poder aquisitivo que lhes propiciasse o conforto da modernidade, como, por exemplo, a aquisição de aparelhos domésticos que facilitavam a vida no lar, ou até mesmo, de gozar as “benesses” do lazer, como frequentar as diversas salas de cinemas existentes na cidade (COSTA, 2009: 17). Apesar de nem todos estes elementos serem acessíveis à plenitude da cidade, de fato, pode-se afirmar que todos foram afetados pelo novo ritmo que a cidade em franco processo de modernização estabelecia, quer seja pelas novas vias e rodovias que interligavam os espaços, pelas novas tecnologias que geravam uma nova concepção de espaço a respeito das distâncias (BAUMAN, 1999: 15).

Porém, não foram apenas as modificações de cunho social que influenciaram a vida dos cidadãos, surgiram, também, outras de caráter econômico. Três fatores serão primordiais para a nova forma de investimento que passará a ter grande popularidade na cidade. O primeiro fator, destacado por Antônio Egydio, é que após a falência do Banco Mauá, em 1875, a população passou a desconfiar dos estabelecimentos bancários, deslocando suas aplicações para outros ramos que consideravam mais seguros.

O segundo será pontuado por Carlos Lemos, que considera que as riquezas proporcionadas pelo café, pela indústria e, até mesmo, pelo capital estrangeiro foram atraídos para as atividades rentistas como consequência do esgotamento das concessões de ferrovias e de serviços públicos de eletricidade e transporte. As atividades imobiliárias, conseqüentemente, irão ganhar destaque frente aos outros investimentos que haviam sido populares até então. O autor ainda destaca o fato de que o aluguel, além de ser bastante rentável, em determinado momento casas de porte médio se igualaram aos juros pagos pelas ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Apesar da afirmação de Carlos Lemos a historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira, mostra que os ganhos com aluguel já era parte importante da vida econômica da cidade em meados do século XIX (OLIVEIRA, 2005).

O terceiro e último fator se dá no fato de a capital paulista, que se expandia com enorme rapidez, ter uma enorme demanda por moradias, que aumentava cada vez mais conforme as pessoas se deslocavam do campo para a cidade. Portanto, este processo estimulava a construção de habitações, e a escassez destas, que tornava a procura maior do que a oferta elevava o preço dos aluguéis, dando aos investidores do empreendimento imobiliário a garantia de uma rentabilidade elevada. A expansão no número de habitações está indicada em Lemos: “em 1900, a capital do café abriu o século com vinte e um mil prédios construídos no perímetro urbano. Em 1910, as construções chegaram a trinta e duas mil (LEMOS, 1987: 73).” Nota-se que houve um aumento mesmo se considerando as construções de taipa que foram substituídas.

A propriedade imobiliária passou a representar a principal forma de riqueza; ela era a manifestação exterior do *status* de seu proprietário, e por seus rendimentos era também a principal forma de ampliá-la. Paulo César Xavier Pereira coloca que a propriedade imobiliária substituía a riqueza antes representada pela propriedade de escravo (PEREIRA, 1998: 60).

Durante o processo de expansão urbana financiado e, em grande parte, realizado pela iniciativa privada, diversas parcelas da população irão empregar seus rendimentos na aquisição de terrenos e na construção (EGYDIO, 1973: 23). Investidores de diversos portes, desde pequenos comerciantes até grandes capitalistas que construíram bairros inteiros irão surgir neste ambiente econômico. Raquel Ronilk destaca que este processo não se trata apenas da expansão do número de construções, mas, sobretudo, da transformação das relações econômicas, nas relações entre proprietários e locatários e na figura do empreendedor imobiliário,

um “capitalista”, segundo termos da época (ROLNIK, 1997: 104).

Se inserindo neste período em que as atividades rentistas ganhavam força, podemos identificar em Rizkallah Jorge a característica do capitalista da época. Este realizou uma série de empreendimentos com o fim imobiliário, abordados detalhadamente no capítulo anterior. Estes empreendimentos - os edifícios Palacete São Jorge, Palacete Paraíso e Palacete Aleppo, na Rua Carlos de Souza Nazaré; um prédio, no número 1003, 279, 285 e 84, da Rua 25 de Março; 15 da Rua Florêncio de Abreu e uma casa na Senador Queiroz – permitem colocá-lo como um proeminente investidor nas “rendas de aluguel”, assim como foram outros paulistas de sua época, como José Paulino Nogueira, Nhonhô Magalhães e o próprio Comendador Martinelli (ATIQUÉ, 2004).

As construções de Rizkallah Jorge expressam uma característica do período: a verticalização. Seus palacetes Aleppo, São Jorge e Paraíso possuem cinco, seis e sete andares respectivamente. Para Fernando Atique, a verticalização, além de incrementar a produção rentista, também foi uma possibilidade de introduzir modificações no espaço que se tornaram marcantes na paisagem. Logo, o edifício coletivo e vertical mais do que apenas incrementar as riquezas, serviria para criar e representar uma projeção social de seus “promotores” (ATIQUÉ, 2004: 46).

89

Alguns contratos de locação presentes no acervo pessoal de Rizkallah mostram como esta atividade era desempenhada. Como exemplo, tomemos o contrato de 1939, que trata da locação do apartamento 308, do 3º andar, do prédio situado no número 829 da rua Anhangabahú, por parte de Dona Anita Sagre. Nele, fica estabelecido que esta senhora se compromete, por seis meses, a pagar a quantia de 330\$000 mil réis mensais. As cláusulas do contrato são as seguintes:

O locatário se obriga: a) a manter os soalhos encerados; b) a conservar com devido asseio os apartamentos; c) a não perturbar os socego dos vizinhos; d) a não espetar pregos ou guarnições que estraguem as paredes; e) a não ter cães ou quaisquer outros animais ou aves que possam incomodar os inquilinos do prédio; f) não andar em trajes menos decentes, no patamar das escadas e terraços; g) a manter em perfeito funcionamento as instalações conforme é entregue: de gaz, electricidade, esgotos, torneiras, fogão, fechaduras, aparelhos sanitários, conservar vidros e marmores, pinturas, para assim restituí-los quando findo ou recindido este contracto, e substituir, por igual qualquer estrago ou quebra a sua custa” (BOIA, Casa. Acervo).

O formato do contrato e suas cláusulas indicam que a atividade de locação possuía um aparato legal que a apoiava, não sendo apenas um trato verbal. Também em

seu acervo foram compulsados outros contratos, tais como o dos zeladores Sylvio Casari e sua esposa, que irão receber um ordenado de 300\$000 mil réis, para abrir as portas, retirar o lixo, limpar o hall, varrer os corredores, chamar atenção das pessoas que infringirem o regulamento.

Os palacetes e outros imóveis foram alugados tanto para residências, quanto para áreas comerciais em seus pisos térreos. O sírio-libanês também era proprietário de um local chamado Garage Rouge na Rua Florêncio de Abreu, e possui contratos de locação referente a este espaço, mostrando sua diversificação de propriedades e de classes sociais com quem tratava, já que o automóvel era, neste momento histórico, um produto de luxo, na capital. Em virtude da sua atuação no mercado imobiliário, o imigrante pode ser considerado como um típico capitalista do período, porém, suas atividades financeiras não se limitaram ao comércio e aos aluguéis. Entre a gama de negócios desenvolvidos por Rizkallah podemos identificar em seu acervo documental a importação e exportação de cargas, sendo que alguns episódios se destacam.

O primeiro, se refere a uma compra datada de 14 de setembro de 1916 por parte da *Wilson Sons & Cia Limited* de vinte toneladas de cartuchos vazios. Esta companhia pagou mil e cem réis pelo quilo dos cartuchos e estes deveriam estar acondicionados devidamente para serem embarcados no Porto de Santos. A Companhia Wilson Sons, exigiu que Rizkallah lhes fornecesse uma certidão atestando que as embalagens continham o mesmo conteúdo dos cartuchos.

Apesar de todas estas precauções tomadas pela companhia, esta transação não parece ter acontecido da forma esperada. No acervo, estão presentes diversas correspondências que irão tratar do desenlace das discussões a respeito desta carga. A primeira que introduz a questão segue a seguir:

Amigo e Senhor: Juntamos a presente copia da correspondencia de n/ Casa Matriz com diversos, a respeito dos cartuchos vazios que compramos de V. S. e por nós embarcados para a Inglaterra pelo vapor “Cardiganshire”. Conforme já tivemos occasião de lhe informar verbalmente, foi verificado na Inglaterra, que muitos desses cartuchos estavam carregados, em completo desacordo, portanto, com o que foi estipulado em n/ compra pela qual V. S nos deveria fornecer cartuchos vazios de latão. Alem disso, esse facto nos collocou em situação muitissimomelindrossa para com o Governo Ingles e para com a Mala Real que nos responsabilizaram pelos danos que fossem causados por estarem os cartuchos carregados. Felizmente nãohouve prejuizos apesar de ter havido diversas explosões, mas sobre o preço convencionado como o Governo Ingles tivemos que fazer uma reduçção de 5-0-0 por tonelada sobre doze toneladas ou seja uma differença total para menos de 60-0-0. Tendo sido obrigados a fazer

essa concessão unicamente devido ao facto de V. S. não nos terem fornecido material de accordo com o que foi estipulado, não estamos dispostos e nem podemos tomar com todo esse prejuízo. Não fazemos, porem, questão de perder a metade contanto que V.S. nos indemnisse pela outra metade ou seja Rs 600\$000 e esperamos sinceramente que V.S., verá a justiça do que acabamos de expor [...] (BOIA, Casa. Acervo)

A situação, como verificada na transcrição acima, se deu porque o carregamento de 232 barricadas de cartuchos enviadas para a Inglaterra não estava em conformidade com a amostra enviada. Quando a *Wilson Sons* recebeu a carga esta pode constatar que os cartuchos estavam muitos deles com balas e parcialmente enchidos com pólvora altamente explosiva, algo que poderia ter causado uma enorme explosão no vapor que a transportou. Portanto, as cartas da companhia chamam atenção para o fato de que esta descrição falsa poderia ter ocasionando a perda de vidas, além de outras consequências extremamente graves.

Em virtude de todos os transtornos causados, inclusive uma taxa de indenização em conformidade com o Decreto de Navegação Mercante de 1894 e 1905, a empresa inglesa exigiu que lhes fossem feito um abatimento no valor total da carga, minimizando, segundo alegava, os prejuízos.

91

Outro episódio que retrata a importação de cargas se refere a uma carga de oito fardos de tabaco em folha vindas pelo vapor *Benjamin*. Os documentos contidos no acervo tratam do seguro feito por Rizkallak sobre sua carga por meio da *La Italia*, companhia de seguros marítimos, fluviais e terrestres. O serviço contratado assegurava a carga contra incêndios no trajeto de Buenos Aires até Santos. Após chegar a Santos, segue o comprovante da São Paulo Railway Company com as taxas pagas para que a mercadoria fosse despachada na estação do Pari, em maio de 1915, bem como os comprovantes de pagamentos de impostos sobre o consumo estrangeiro.

Há também uma contenda a respeito de uma importação de tubos de cobre do vapor *Widewake* vindo de Nova York, em 1947. Esta durou 16 anos, sendo resolvida apenas em 1963, após a morte de Rizkallah. A questão se deu em torno do fato de que os impostos cobrados sobre os tubos de cobre se referiam não a seu aspecto e forma que apresentavam no momento do despacho, mas, sim, sobre o que poderiam ser transformados no futuro. Portanto, a quantia paga foi muito maior que a devida. Os filhos de Rizkallah tiveram ganho de causa pelo Conselho Superior de Tarifa e foram ressarcidos.

O maior volume documental do acervo é composto por recibos que

possibilitam compreender a inserção de Rizkallah Jorge dentro de uma rede de negócios internacional, que ultrapassavam as fronteiras brasileiras. Os recibos contam com o selo dos mais diversos bancos ao redor do mundo, como o *Nacional Bank of New York, London & River Plate Bank, The Royal Bank of Canada*, além de dezenas de outros bancos. Estes recibos tratam tanto do pagamento de dívidas, quanto da compra de moedas estrangeiras, como pesos, libras esterlinas para a realização de transações comerciais, como o caso a seguir:

N'esta data o Sr. Rizkalla Jorge, me comprou as seguintes cambias: Krs. 2.000.000 (dois milhões de coroas austriacas) saque sobre Vienna, a taxa de 2/90 9dois reis e noventa). Mks. Pol. 2.000.000 (dois milhões de morcos polacos) saque sobre Varsovia, a taxa de 4. (quatro reis) (BOIA, Casa. Acervo).

Este caráter internacional pode ser percebido também em suas ações de filantropia, pois além dos recibos de doações nacionais - tal como à Campanha de Solidariedade na Defesa contra a Lepra -, há, também, recibos de suas doações internacionais, como as feitas ao fundo britânico da Cruz Vermelha (FOLHA DA MANHÃ, 1932), à Campanha de Arrecadação aos feridos da Guerra Otomana do Consulado Otomano e aos *Frères & Soeurs de Guerre*, dentre outros.

92

Conclusão

Após estudar diversos aspectos que permearam a vida de Rizkallah Jorge Tahan ao longo dos tópicos anteriores, tornou-se evidente que estudar sua trajetória é também analisar: o momento de introdução de mudanças no espaço sanitário de São Paulo, que foi imprescindível para seu sucesso com sua indústria e que possibilitou seu enriquecimento; a imigração e os fatores que propiciaram sua vinda, relacionados à riqueza crescente na capital ligada ao café e à vinda de imigrantes sírio-libaneses que criaram redes de informação; e, por fim, tanto as suas relações de sociabilidade, quanto de identidade, que constituiu reafirmando seu poder simbólico.

Com este recorte específico, se torna evidente a riqueza que os estudos sobre as biografias revelam imbricando em si aspectos políticos, econômicos e sociais. Portanto, ao partir de suas iniciativas na capital se chega ao ator social que se envolveu com uma série de atividades que denotam o cosmopolitismo que passava a tomar conta do ambiente na virada do século XIX para o XX. Rizkallah Jorge teve um papel ativo neste contexto, e a pesquisa identificou sua relevância no

período, algo comprovado pela repercussão que seus atos filantrópicos, tanto para a comunidade paulista, quanto para a Síria, tiveram nos jornais e pela cobertura da imprensa a respeito de sua morte. Isto, somado a sua intensa atividade financeira fizeram com que Rizkallah Jorge mantivesse sua posição junto à comunidade que convivia.

Estes elementos ligados à sua trajetória contribuíram para o surgimento de uma imagem mítica a seu respeito, corroborada por sua família. Nos depoimentos é sempre repetida a visão de que Rizkallah foi um imigrante que veio sem dinheiro e estudo, mas por meio de sua habilidade artesanal e trabalho conseguiu enriquecer, indo morar na Avenida Paulista um dos locais de moradia das classes mais abastadas do período.

Por fim, Rizkallah Jorge foi muito mais cosmopolita - tanto em seus empreendimentos imobiliários quanto financeiros - do que um homem que procurava continuar uma tradição de um determinado grupo de imigrantes numa terra distante do Ocidente, onde, compatriotas aportaram.

Referências Bibliográficas

- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. 85. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- AMARÍLIO JÚNIOR. *As vantagens da imigração síria no Brasil*. Rio de Janeiro: Estab. Artes Gráficas, 1935.
- Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554 a 1910)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Depoimento* [abril de 2010]. Entrevistadora: FICHER, Sylvia.
- ATIQUE, Fernando. *Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther*. São Carlos: RiMa/ FAPESP, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992^a.
- COSTA, Sabrina F. S. *Visões da modernidade: análise de algumas representações artísticas sobre as transformações de São Paulo no início do século XX*. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v.10,

2009.

DUOUN, T. *A imigração sírio-libanesa às terras da promessa*. São Paulo: Árabe, 1944.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HALL, Michael. *Imigrantes na cidade de São Paulo*. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do Século XX*. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KNOWLTON, C. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anhembi, 1961.

LANNA, Ana Lucia Duarte; LIRA, José Tavares Correia de Lira; PEIXOTO, Fernanda Arêas; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. *São Paulo, os Estrangeiros e a Construção das Cidades*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

LEMONS, CARLOS. *Ecletismo em São Paulo*. In: *Arquitetura brasileira*, São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

94 LEVI, Giovanni Usos da biografia in: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*. São Paulo: Alameda, 2005.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *A modernização de São Paulo no final do século XIX – da demolição da cidade de taipa à sua reconstrução com tijolos*. In SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de, (coord.). *Habitação e cidade*. São Paulo: Fapesp, 1998.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997, p.104.

SALLEM Jean. *O Povo Libanês: ensaio de antropologia* (Tradução Antoine Boueri) São Paulo: Editora Van Grei, 1969.

SAMPAIO, M. R. A. ; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Habitação em São Paulo*. Usp Estudos Avançados 48, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. *As febres paulistas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: uma controvérsia entre porta-vozes de diferentes saberes*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento, 2004.

TELAROLLI Jr., Rodolpho: *'Immigration and epidemics in the State of São Paulo'*. *História, Ciências, Saúde —Manguinhos*, III (2):265-283 Jul.-Oct. 1996.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TRUZZI, Oswaldo M. S. *Sírios e Libaneses e seus descendentes na sociedade paulista*. In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

Quando a experiência acadêmica se transforma em experiência de escrita: memoriais acadêmicos como autobiografias

Enviado em:

16/04/2014

Aprovado em:

31/05/2014

Wilton C. L. Silva

wilton@assis.unesp.br

Universidade Estadual Paulista

Resumo

Na tradição acadêmica brasileira a escrita autobiográfica é uma raridade entre intelectuais de diversas áreas, inclusive historiadores, mas em algumas instituições exige-se na progressão de carreira a confecção de memoriais acadêmicos, um tipo de escrita de si na qual se mesclam as trajetórias pessoal e intelectual. Trata-se de material historiográfico rico e pouco explorado, que se oferece como fonte privilegiada para a compreensão de trajetórias individuais, para estudos prosopográficos, para a melhor compreensão dos processos histórico-sociais de formação da vida acadêmica no país, ou ainda para a identificação de mudanças teórico-metodológicas que se expressam nas formas narrativas do fazer historiográfico.

96

Palavras-Chave

Memorial acadêmico; Autobiografia; Escrita de si

Abstract

In the Brazil's academic tradition the autobiographical writing is very rare among intellectuals, including historians, but some institutions require for professional progress one academic memorial, like a type of self-writing which mixes the personal and intellectual trajectories. These texts are rich and unexplored historiographical sources, which are used for understanding individual trajectories, prosopographic studies, historical and social processes of formation in brazilian academic life, or to identify theoretical and methodological changes that are expressed in narrative forms of historiographical works.

Keywords

Academic memorial; Autobiography; Self-writing

O narrador literário e suas manifestações

“Tudo *que* não invento é falso.” (*Manoel de Barros*)

Na literatura os relatos nos quais autor e personagem são a mesma persona são uma recorrência estilística-literária que permitem múltiplas relações entre autor, personagem e narrador, e a literatura confessional tem um longo passado, tanto como manifestação artística quanto como objeto de análise.

Na literatura brasileira, a autobiografia surge como memorialismo na obra de José de Alencar, *Como e por que sou romancista* (escrita em 1873 e publicada, postumamente, em 1893), e tem na transição do século XIX para o XX o destaque de *Minhas recordações*, de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, *Minha vida de menina*, de Helena Morley, e *Minha formação* (1900), de Joaquim Nabuco (único dos três que foi publicado quando escrito, pois os outros dois somente vieram à público na década de 40, do século XX).

Inclusive, em *Como e por que sou romancista*, de José de Alencar, é explorado de forma pioneira a escrita de si na literatura brasileira, introduzindo temas que serão revisitados constantemente nos textos autobiográficos de autores posteriores:

A vida escolar, sua relação e também a de seus familiares com a política, seu trabalho como jornalista, a vida acadêmica, a concepção literária, o processo de escrita e publicação de seus livros, os primeiros contatos com a leitura (Balzac, Alexandre Dumas, Chateaubriand, Victor Hugo, etc), as histórias retratando a vida de homens importantes, entre outros. (BARROS, 2006: 42)

Já nas primeiras décadas do século XX, embora numericamente a produção autobiográfica não seja expressiva, destacam-se obras como *O meu próprio romance* (1931), de Graça Aranha, e *Memórias* (1933) de Humberto de Campos, que graças ao sucesso de seu livro se torna um grande popularizador do gênero.

A década de 40 assistiu à publicação dos textos de Helena Morley e Francisco de Paula Ferreira de Rezende, assim como *Infância* (1945) de Graciliano Ramos e de *Segredos da infância* (1949) de Augusto Meyer, e a década de 50 tem como destaques *Memórias do cárcere* (1953), também de Graciliano Ramos, *Um homem sem profissão* (1954) de Oswald de Andrade, *Itinerário de Pasárgada* (1954) de Manuel Bandeira, *História da minha infância* (1955), o primeiro de cinco volumes das memórias de Gilberto Amado, e *Meus verdes anos* (1956), de

José Lins do Rego.

As décadas de 70 e 80 vão ser o período de edição dos seis volumes das memórias de Pedro Nava (Baú de ossos, Balão cativo, Chão de ferro, Beira-mar, Galo das trevas e O círio perfeito), que vai se apresentar como a grande obra memorialista da literatura nacional, não só por revisitar todos os temas das obras nacionais anteriores no gênero como pela diversidade de recursos lingüísticos e discursivos utilizados pelo narrador.

Essa descrição não se pretende uma linha evolutiva, mas um indicador da manifestação do gênero autobiográfico em uma tradição cultural e intelectual, pois, como assinala Fávero (1999:29):

A presença gradativa dos textos de memórias demonstrou que, para uma tarefa dessa dimensão, a nossa literatura começava a voltar-se rumo a um gênero que apresentava potencial considerável de contribuição nesse campo. Parece, pois, procedente dizer que as memórias pessoais, na medida em que refletiam o meio em que se situava o autor, constituíam uma espécie de força auxiliar da ficção no intuito de mapear a realidade brasileira, mesmo que isto não representasse um projeto específico de atuação.

98

Maciel (2013), por exemplo, afirma a expressividade do gênero memorialístico na literatura enquanto narrativas que

Têm em comum tanto um autor renomado de extensa produção literária quanto as marcas da escrita em forma de memórias: longa cronologia de enredo, caráter auto-promocional, narrador autodiegético, aparente sinceridade e capacidade de apreensão de um entorno histórico. (2013: 552)

Na crítica literária, por sua vez, um exemplo original e pioneiro de experimentação da linguagem auto-reflexiva é o referenciado ensaio Roland Barthes por Roland Barthes, cuja primeira edição é de 1975, no qual o autor, em texto narrativo em primeira pessoa, com elementos confessionais e autobiográficos, subverte os limites entre esses modelos, sendo fragmentário em termos cronológicos e discursivos (mesclando vozes narrativas e desconstruindo o “efeito de realidade”) e iniciando sua narrativa com uma frase esclarecedora: “Tudo isto

deve ser considerado como dito por um personagem de romance.”¹

No entanto, atualmente ocorre uma inovação na teoria literária se dá pela transposição de elementos do estilo discursivo auto-reflexivo do objeto para a forma de análise, o que reforça a subjetividade da crítica e flexibiliza seus limites.

Exemplo desses exercícios de flexibilização de fronteiras na teoria literária podem ser colhidos em trabalhos como na coletânea de contos “Histórias mal contadas” ou no romance “O Falso Mentiroso” (2004), ambos de Silviano Santiago, nos quais, em diversos contos o autor ficcionaliza seus primeiros contatos com as sociedades francesas e norte-americanas, no romance a vida e a obra do personagem-narrador se confunde em alguns pontos com a vida de seu autor real, de forma proposital, como quando falando sobre seu nascimento o personagem afirma:

Já que voltei a tocar nas circunstâncias do meu nascimento, adianto. Corre ainda uma quinta versão sobre elas. Teria nascido em Formiga, cidade do interior de Minas Gerais. No dia 29 de setembro de 1936. Filho legítimo de Sebastião Santiago e Noêmia Farnese Santiago. A versão é tão inverossímil, que nunca quis explorá-la. Consistente só a data de nascimento. Cola-se à que foi declarada em cartório carioca pelo doutor Eucanaã e Donana. Diante de padrinhos e testemunhas. (SANTIAGO, 2004: 80).

99

Segundo Klinger (2007: 36-37) além do próprio Silviano Santiago também a crítica literária de Denílson Lopes (Nós, os mortos, 1999, e O homem que amava rapazes e outros ensaios, 2002), assim como Francisco Foot Hartman (Trem Fantasma, 1998), Nicolau Sevcenko (Orfeu extático na metrópole, 1998), Davi Arrigucci (Humildade, paixão e morte, 1992) Jomard Muniz de Brito (Atentados Poéticos, 2002) e Ítalo Moriconi (Ana Cristina César, sangue de uma poeta, 1996) seriam exemplos de ensaios que “fogem de uma cientificidade e da precisão metodológica”.

Klinger (2007: 39) referência o termo “ego-literatura” criado por Phillippe Forest, inserindo-a no campo da “escrita de si” que formaria uma constelação biográfica na qual se encontrariam memórias, diários, autobiografias e ficções sobre o eu.

1 Entre diversos textos de natureza autobiográfica produzidos por intelectuais do século XX em diante podemos citar, além do já citado Roland Barthes por Roland Barthes (1975), o Diário de Luto (2009) do mesmo autor; Rua de Mão Única, de Walter Benjamin (1928); Circunfissão (1991), de Jacques Derrida; Esboço de auto-análise (2001) de Pierre Bourdieu, o severo crítico das biografias, entre outros casos notáveis ou notórios.

De certa forma a maneira como o processo de subjetivação é incorporado pela crítica literária aproximando-se a todo o tempo da experiência pessoal como fonte de validação teórica não é algo unânime em todas as ciências humanas e em relação a História é quase um tabu.

Espelho de tinta: o historiador e a escrita de si

“Al cabo del tiempo, el historiador se convierte en historia.”
(Jorge Luis Borges, *Borges Verbal*)

Iglesias (2000) divide a historiografia brasileira em três fases: a primeira, de 1500 até 1838, toma como referências a produção histórica sobre o Brasil da descoberta até a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que incorporam em sua maior parte a reflexão sobre os processos de colonização, a segunda, de 1838 até 1931, abarca da formação do IHGB, enquanto sinal do esforço de construção de uma identidade nacional no interior do regime monárquico e depuração da pesquisa histórica, até a reforma educacional de Francisco Campos, e a terceira, de 1931 até 1980, mapeando as contribuições mais significativas desde a formação dos cursos superiores nas áreas de ciências humanas no país, inclusive o de História, que permitiram a profissionalização crescente da atividade de pesquisa histórica, até a consolidação dos programas de pós-graduação.

Sem dúvida a historiografia brasileira, quer pelo seu passado que em muitos momentos se propôs a fornecer uma consciência do mundo ou a oferecer um instrumento de transformação social, quer pelo seu presente em que convivem significativas inovações e grandes desafios, pode contribuir para a compreensão de uma realidade diversificada, dinâmica e contraditória que caracteriza a sociedade brasileira ao longo do tempo.

Curiosamente, no entanto, os agentes desse conhecimento nem sempre encontram legitimidade, quer pelas relações de origem de sua área, quer pela forma de desenvolvimento de seu ofício, para incorporar narrativas que contemplem maiores níveis de subjetividade, que não só se fazia ausente como era mesmo indesejado dentro das perspectivas de seus intelectuais e acadêmicos ao longo das décadas do século XIX e XX.

Assim, ao longo do século XX as particularidades da teoria da literatura permitem a discussão das relações entre os processos de subjetivação e a obra literária, desde da discussão sobre autoria até a afirmação crítica da dimensão sócio-

cultural não só da obra mas também de seu significado em diferentes contextos.

Por outro lado, na História, tal temática somente se legitima posteriormente, como nas seguidas reavaliações sobre a legitimidade da biografia e discussões sobre “a escrita da história” e temas afins.

No entanto, no campo historiográfico francês, com ampla penetração na historiografia brasileira, o surgimento do livro “Ensaio de Ego-história”, organizado por Pierre Nora - com a participação de Jacques Le Goff, Georges Duby, Michelle Perrot, René Remond, Maurice Agulhon, Raoul Girardet, Pierre Chaunu, Georges Duby e o próprio organizador – marca a afirmação de uma opção metodológica para explorar as memórias individuais dos autores na busca de cada um explicar a sua própria história e tentar aplicar a si próprio, com procedimentos que tantas vezes lançou sobre os outros.

Na contracapa do livro explica-se:

Que é ego-história? Não se trata de uma autobiografia pretensamente literária, nem de uma profissão de fé abstracta, nem de uma tentativa de psicanálise. O que está em causa é explicar a sua própria história como se fosse de outrem, tentar aplicar a si próprio, seguindo o estilo e os métodos que cada um escolheu, o olhar frio, englobante e explicativo que tantas vezes se lançou sobre os outros. Em resumo, tornar clara, como historiador, a ligação existente entre a história que cada um fez e a história de que cada um é produto. (NORA, 1989: 32)

101

O contraste entre o volume da produção, pelos membros do cânone das áreas de literatura e de história, de autobiografias parece oferecer diferenças significativas, que refletem tanto dinâmicas internas e externas das disciplinas como conjunturas locais.

A constatação da forma como a narrativa autobiográfica é utilizada na construção da memória interna de cada área² nos obriga, inevitavelmente, a reconhecer o processo “hagiográfico” na construção da história da historiografia e da teoria literária em geral, quando a idéia romântica do “gênio” sobrevive em diferentes orientações teóricas e metodológicas, ao mesmo tempo em que causam estranhamento, em relação aos historiadores, a ausência de “diários no sentido estreito do termo” e a dificuldade em se falar sobre si mesmo.

Os próprios fundamentos epistemológicos das duas áreas, teoria literária e

2 Fournier (2003) identifica a maior presença da biografia intelectual voltada à própria história das ciências sociais entre os anglo-saxões do que entre os franceses (o quer talvez seja um dos fatores que – por irradiação – explique a sua raridade entre os brasileiros também) que tendem somente a focar a história das idéias ou a releitura das obras.

história, situam o indivíduo e sua experiência particular de forma extremamente contrastante: para a teoria literária as características particulares de cada indivíduo enquanto autor se não explicam toda a sua obra são inevitavelmente determinantes em suas características, para a história o ideal do relato objetivo determinado pela proeminência da fonte sobre o narrador torna a questão do vivido quase ilegítima.

Se algumas dessas premissas são discutidas e reavaliadas nas últimas décadas do século XX isso se deve a uma série de questões, desde um diálogo interdisciplinar no qual ocorre a afirmação da dimensão social da obra literária e de seus processos de produção, mediação, recepção e análise crítica, o reconhecimento do teor subjetivo e culturalmente determinado de qualquer texto narrativo e dos processos de inclusão-exclusão que ele envolve, e, finalmente, o redimensionamento da categoria “indivíduo“ pela sua dimensão social e, portanto, ao mesmo tempo particular e representativa.

No entanto, no exercício de ego-história do historiador George Duby, intitulado “O prazer do historiador”, termina com uma confissão de desconforto do autor com o aspecto público dessa auto-reflexão e que resulta em uma exposição asséptica, com ênfase na trajetória pública e institucional, quase um curriculum vitae, mostrando uma dificuldade em se falar de si e uma forma de auto-preservação.

Escrever sobre si mesmo apresenta grandes problemas, e Guimarães (2002), aludindo ao texto de ego-história do autor aponta para o fato de que o historiador Duby

Manifesta o seu desconforto em escrever a sua história, confrontando-se com o dilema de escrever em primeira ou terceira pessoa, tornar a narrativa pessoal ou impessoal, terminando por optar por escrever em primeira pessoa mas decidindo por manter o seu afastamento. No texto, são narradas várias fases de sua vida pública, pois o autor prefere não falar da sua afetividade nem de seus gostos e atividades culturais. A sua trajetória intelectual torna-se a sua ego-história. O historiador, por ofício acostumado a estudar a vida do sujeito em seus vários aspectos e conhecer as diferentes relações sociais que o cercam, opta por ocultar uma significativa parcela de sua vida, resumindo-a à sua trajetória intelectual. [...] O desconforto do autor se explica em parte pela sua própria opção em não se expor, em não tornar pública a sua vida privada, a sua afetividade e outras relações travadas no próprio âmbito público, mas que foram cuidadosamente protegidas (GUIMARÃES, 2002: 2-3).

Roger Chartier (HERNANDEZ,1999: 151) em entrevista na qual foi perguntado sobre os fatores pessoais que lhe aproximaram do estudo da história

respondeu:

No sé si me gusta contestar preguntas demasiado personales. En ello pesan dos razones: en primer lugar, temo lo que Bourdieu llama 'la ilusión biográfica' que construye retrospectivamente una historia de vida coherente, lineal, justificada, olvidando as los azares que transforman la vida o, por el contrario, las determinaciones sociales o familiares que gobiernan las 'elecciones' aparentemente libres. En segundo lugar, pienso que los historiadores deben resistirse a la tentación y las seducciones de la 'ego-historia'. Somos artesanos, miembros de corporaciones o de la República de las Letras. Ni la una ni las otras separaron nunca a los individuos singulares del trabajo o del proyecto común. Es una lección que debemos entender.

E em outra entrevista Chartier vai além, questionando metodologicamente a utilização da ego-história:

Quando Pierre Nora inventou esse conceito de Ego-História, que conduz o historiador a se colocar como objeto do seu discurso, fez algo terrível porque todos os historiadores se precipitaram em contar suas vidas. De fato, a quem se permite fazê-lo? Aos astros do cinema. A grandes esportistas. Aos políticos. No entanto, todos os intelectuais ou todos os professores a quem se pediu para contar sua vida, ficaram contentes. Para eles, isso significava transformar seu status na sociedade. Mas seus textos são, salvo algumas exceções, absolutamente chatos. Como diz Bourdieu, por que pedimos aos historiadores para contar vidas em história? Fora existências como a de Jean-Pierre Vernant, herói da resistência francesa, os outros, os nossos, ordinários e banais, são insignificantes. Eles nos importam, mas não acho que mereçam ser contadas (DIAS, 2005: 267).³

103

No entanto, mudanças das perspectivas narrativas ao longo das últimas

3 Curiosamente Chartier (1994) reconhece como positiva a introdução da questão do indivíduo na historiografia a partir da micro-história, vertente historiográfica que tem em Carlo Ginzburg e Giovanni Levi alguns de seus maiores expoentes: "De um lado, sensíveis a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares. A "micro-história", inicialmente italiana, hoje espanhola, foi a tradução mais viva dessa transformação da abordagem histórica baseada no recurso a modelos interacionistas ou etnometodológicos. Radicalmente diferente da monografia tradicional, a *microstoria* pretende construir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos. (CHARTIER, 1994: 2)

décadas produziram amplas mudanças, como as que Aurell (2006) afirma terem ocorrido na produção da escrita autobiográfica de historiadores, pois novos paradigmas permitiram um “aumento significativo de escritos autoreflexivos (memórias e biografias) de historiadores”, tal qual “uma ‘onda autobiográfica’ entre os pesquisadores da área a partir de 1970, quando passam a utilizar-se de abordagens históricas e historiográficas mais complexas, e estabelecem uma abordagem mais subjetiva em relação a eventos que anteriormente eram analisados a partir de um claro distanciamento metodológico”.⁴

Popkin (2005), por exemplo, não só valoriza a escrita autobiográfica dos historiadores como propõe a utilização de tais relatos como elemento para compreensão dos processos de construção da historiografia, apresentando a partir da influência de Paul Ricoeur uma análise comparativa de textos autobiográficos de historiadores como Edward Gibbon, Henry Adams, Emmanuel Le Roy Ladurie, Peter Gay, Jill Ker Conway, entre outros, para discutir como essa forma de narrativa oferece elementos para a reflexão sobre o desenvolvimento da historiografia, o trabalho do historiador e o gênero narrativo da autobiografia.⁵

104

A tradição historiográfica brasileira, no entanto, se ressentiu de obras dessa natureza, exceto pelos livros de Nelson Werneck Sodré (*Memórias de um Soldado*, 1967, *Memórias de um Escritor*, 1970, *A Ofensiva Reacionária*, 1992, e *A Fúria de Calibã*, 1994) e de Boris Fausto (*Negócios e ócios: histórias da imigração*, 1997, e *Memórias de um historiador de domingo*, 2010).

A hora e a vez da escrita de si: o memorial acadêmico.

A escrita de si, “écriture de soi”, termo cunhado por Michel Foucault e

4 São exemplos desse tipo de publicação em distintas tradições historiográficas e de especialistas em diversos temas: Arthur R. M. Lower (*My First Seventy-Five Years*, 1967), Sir Keith Hancock (*Professing History*, 1976), Saul Friedländer (*When Memory Comes*, 1979), Pierre Nora (org.) (*Essais d'ego-histoire*, 1987), Hans A. Schmitt (*Lucky Victim: An Ordinary Life in Extraordinary Times, 1933–1946*, 1989), H. Stuart Hughes (*Gentleman Rebel*, 1990), Martin Duberman (*Cures: A Gay Man's Odyssey*, 1991), Georges DUBY (*L'histoire continue*, 1991), Howard Zinn (*You Can't Be Neutral on a Moving Train: A Personal History of Our Times*, 1994), Deirdre McCloskey (*Crossing: A Memoir*, 1999), George L. Mosse (*Confronting History*, 2000), Eric Hobsbawm, (*Interesting Times: a twentieth-Century life*, 2002), John Hope Franklin (*Mirror to America*, 2005), entre outros.

5 Aurell (2008) identifica alguns autores que buscam através da análise da escrita autobiográfica aumentar a compreensão da *escrita da história*, a partir de formulações estruturais que permitiriam interrelacionar história e escrita de si, como Weintraub (1975), Steedman (1992), Gossman (1994) e Hamilton (1994).

que se liga as suas pesquisas sobre a “cultura de si”, compreende uma forma de manifestação discursiva na qual o sujeito se coloca em relação consigo mesmo, englobando manifestações que se distribuem temporalmente desde do epistolário de Sêneca às Confissões de Jean Jacques Rousseau, passando pelas meditações estóicas do imperador Marco Aurélio e pelas Confissões de Santo Agostinho, entre outros, mantendo suas características de discurso construído na primeira pessoa, com ponto de vista totalizador e retrospectivo, no qual alguns eventos significam erro lamentável ou feliz conversão.

No caso dos historiadores o falar de si parece desafiar os referenciais acadêmicos clássicos, ciosos da objetividade narrativa, que estabelecem de forma clara os limites além dos quais se localizam o subjetivo, o impróprio, o inconfessável e o estigmatizado.

Uma manifestação privilegiada da escrita autobiográfica na carreira acadêmica é o memorial, que no labirinto da burocracia universitária é descrito como um documento no qual um professor universitário, com a finalidade de satisfazer exigências de progressão de carreira docente, descreve sua trajetória, com ênfase em suas atividades de pesquisa, com publicações em periódicos indexados, atividades em cursos de pós-graduação, palestras e material didático qualificado, cursos de extensão e demais atividades pertinentes à sua área de atuação.

105

Tal documento é utilizado como critério de avaliação do mérito acadêmico do candidato e na verdade apresenta-se como um dos raros momentos no qual é legítima a fala do intelectual sobre si mesmo.

O memorial acadêmico, nos parece, remete o acadêmico-autor-narrador a uma situação bastante particular ao situá-lo em uma escrita de si, mas que não é o gênero autobiográfico, nem o gênero diarístico, pois embora presente o objetivo de dar forma a uma história do autor entre um fundo histórico-cultural e uma subjetividade específica, sua proposta estabelece um recorte no qual a dimensão pública e profissional ocupa uma centralidade.

Queiroz (1991: 6) afirma que no relato do narrador sobre sua trajetória é possível delinear

As relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence.

Suas confissões, nem próximas de Santo Agostinho, nem de Jean Jacques Rousseau, não ambicionam funcionar como um dispositivo para substituir o olhar do outro como uma força disciplinadora de suas ações e pensamentos, assim como a exercida em uma comunidade pelo olhar do outro, ou como situação catártica que revela movimentos interiores da alma.

O autor-narrador reorganiza as instâncias dicotômicas sujeito-objeto através da inclusão explícita de sua persona como foco de análise, na qual ao mesmo tempo em que o sujeito produz uma manifestação discursiva em que se coloca em relação consigo mesmo esta é mediada pelas exigências de contratualidade, ou seja, as expectativas de um discurso em primeira pessoa como relato crítico de sua trajetória cultural e intelectual, assim como de suas expectativas profissionais e acadêmicas.

Uma das dimensões da escrita autobiográfica acadêmica é a afirmação dos aspectos micros e macros a partir de uma narrativa na qual se mesclam o pessoal e o institucional, em um espaço social de exposição e de compartilhamento da experiência, de forma escrita e documentada, muito distinto, por exemplo, de experiência similar mas distinta, como a entrevista.

106

Na tradição historiográfica brasileira as entrevistas são a forma mais comum de discurso autobiográfico, publicadas eventualmente em revistas acadêmicas, em suplementos culturais ou coletâneas específicas.

Embora possam ser vistas como situações correlatas, onde o acadêmico expõe parte de sua subjetividade, são condicionadas por diversos fatores externos⁶, distintos do memorial que se apresenta enquanto documento escrito e de natureza acadêmica, e com a possibilidade de abordar as vivências do narrador em uma multiplicidade de aspectos, desde os profissionais, enquanto docente, pesquisador, gestor e agente de extensão, até os pessoais, como nas relações cotidianas.

Teoricamente o memorial deve refletir não só os aspectos subjetivos do narrador-acadêmico, mas também os contextos intelectuais nos quais ele se insere, de modo tal que a crise paradigmática sofrida pelas ciências humanas nas últimas

6 Os processos de edição e editoração quanto a extensão e forma de transcrição, as nuances aos aspectos abordados ou que determinam quem é entrevistado ou não, a dimensão oral e espontânea da entrevista (em contraste com a dimensão escrita e formal da narrativa autobiográfica), os meios técnicos que pode oferecer diferentes suportes (escrita, som, imagem e audiovisual), a divulgação midiática ou acadêmica, entre outros. Exemplo desse tipo de material, publicado em livro, é Moraes e Rego (2000) que nos dá um exemplo de ego-história através de entrevistas com diversos historiadores brasileiros relatando e discutindo as suas origens, perspectivas teóricas e trajetórias institucionais.

décadas, que se expressam, entre outros aspectos pelo giro lingüístico e pelo retorno da narrativa, devem se fazer sentir na orientação discursiva desses documentos.⁷

Não é uma situação distinta da literatura:

No âmbito da cultura, a literatura é esse imenso reservatório da memória coletiva, canteiro em que ela se elabora com os materiais de que dispõe, arquivo em que ela se fixa e se institui como referência cultural. Ela é assim reconhecida como meio de transmissão dos conteúdos míticos e axiológicos, das maneiras de ser e das maneiras de fazer de uma comunidade, em parte fundadora de sua identidade; nela se depositam e se transformam tanto os modelos da ação (a narrativa) e da representação ('realismo', por exemplo) quanto os modelos das liturgias passionais (como os do amor cortês). Ela propõe – ou impõe, contra sua própria vontade – formas de organização discursiva do sentido e dos valores, interpretadas como hierarquias e exclusões (o 'bom' e o mau gosto). (BERTRAND, 2003: 25)

Em relação ao ambiente escolar, Suarez (2011: 390) percebe que é fundamental afirmação e conservação da memória dos professores sobre suas ações, decisões e itinerários, através da coleta de suas experiências de formação, enquanto conjunto de interpretações, práticas e relações que torna possível a percepção de suas transformações ao longo do tempo.

107

En efecto, las escuelas están cargadas de historias y los docentes muchas veces son a un mismo tiempo sus narradores, los personajes protagónicos de sus tramas y los autores de sus relatos. En ese narrar y ser narrados permanentes, recrean el sentido de la experiencia escolar y, en el mismo movimiento, reconstruyen su identidad como colectivo profesional y laboral. Al contar historias sobre *sus* propias prácticas pedagógicas, sobre los aprendizajes de *esos* alumnos y alumnas, sobre las vicisitudes a las que se enfrentan en *esa* escuela, sobre las estrategias de enseñanza que adoptan y los pensamientos que provocaron horas y horas de actividad escolar, los docentes hablan de sí mismos, de sus trayectorias profesionales y de las formas en que comprenden y llevan adelante su trabajo pedagógico. Y al hablar de sus sueños y realizaciones también nos están relatando aspectos centrales, definitorios y no documentados de la construcción escolar del currículum. Por eso, si conversamos con un grupo de docentes, podremos escuchar historias escolares que los posicionan como enseñantes que hacen escuela y la piensan en términos pedagógicos, que los interpelan como expertos del currículum en acción. Charlar

7 Aurell (2008) propõe uma rica relação entre as mudanças de referenciais teórico-metodológicos da historiografia contemporânea, que incorporam as mudanças na prática historiografia a partir dos paradigmas do pós-guerra ("basados en una historia socioeconómica de base cuantitativa y lenguaje científico"), passando pelas propostas pós-modernas (do "giro lingüístico"), e chegando a uma terceira via pela história cultural ("giro cultural"), a serem percebidas nas práticas autobiográficas dos historiadores.

con ellos puede significar una invitación a sumergirnos en relatos que narran experiencias escolares y las sutiles percepciones de quienes las vivieron. Puede ser, asimismo, una oportunidad para comprender el universo policromático de las prácticas individuales y colectivas que recrean vívidamente, en un determinado territorio, los mandatos públicos para la escuela. (SUAREZ, 2011: 392)

O memorial acadêmico apresenta uma dimensão subjetiva que transcende a linguagem dos documentos burocráticos e seus discursos formalizados, de maneira asséptica, cientificamente ponderada e tecnicamente equilibrada que caracterizam a escrita de viés administrativo, ao incorporar uma dimensão narrativa na qual a subjetivação tem maior centralidade.

Em meio ao relato formal de realizações profissionais se fazem visíveis, pela presença ou ausência, dimensões diversas no conjunto caótico de eventos e sentidos atribuídos que formam a existência de acadêmicos e não-acadêmicos, obtendo elementos não só para uma história de vida, mas para uma história profissional e institucional que estão ameaçadas de se perderem nos arquivos burocráticos da universidade.

108

Suarez (2011: 388) enfatiza as significativas particularidades da escola enquanto instituição: a multiplicidade de tarefas e intercâmbios de suas atividades, a sucessão de silêncios e ruídos, seus tempos e ritmos, assim como o convívio de diferentes gerações, sexos, culturas e poderes. Essa instituição, por sua vez, tem uma dimensão burocrática, desenvolve atividades assistencialistas, estabelece sistemas de controle e coerção de seus membros, envolve distintos sentimentos e referências de significados, e práticas de formação intelectual e recreação cultural de forma dinâmica e variada.

O mesmo se poderia dizer da universidade, com suas ambições de formação de mão de obra qualificada, transmissão de uma herança intelectual e espaço de convívio cosmopolita, em meio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Essas atividades, particularmente para o docente de instituições públicas, são vivenciadas em meio à expectativas produtivistas, disputas por prestígio, recursos e poder, relações hierárquicas entre os pares, a instituição, os funcionários, os alunos e os orientandos, trocas maiores ou menores com a comunidade em geral, afazeres burocráticos que se mostram necessários, inúteis ou irrelevantes, atividades docentes desenvolvidas com entusiasmo, resignação ou contrariedade, frequência, participação e/ou organização de eventos, debates, mesas-redondas,

congressos, simpósios temáticos, grupos de trabalho, e atividades outras que são uma mistura de vitrine profissional, turismo acadêmico, confraternização grupal, prazer pessoal e purgatório vivencial.⁸

ALBERTI (1991: 75) aponta o fato de que no discurso autobiográfico o autor-narrador-personagem é transformado em um “valor”, uma individualidade interiorizada que se torna única através de seu relato, em contraste com o indivíduo “fato”, signatário do contrato social, pois

A identidade entre autor, narrador e personagem é condição *sine qua non* de uma autobiografia, consubstanciada no pacto autobiográfico: a identidade entre o nome exposto na capa e na folha de rosto (um nome que equivale a uma assinatura) e o nome que o narrador se dá como personagem principal, acrescida, na maioria das vezes, da indicação na capa, na folha de rosto, nas orelhas e na contracapa de que se trata de uma autobiografia.

No caso de intelectuais o determinante bourdieusiano do “nome” ocupa uma centralidade que determina a descrição do percurso entre diversos campos, sistemas e configurações sociais nos quais um discurso profissional e acadêmico garante manter sob controle, ou mesmo afastadas, as dimensões sensíveis e afetivas.

No caso do memorial, esse nome próprio se mostra um designador rígido: o nome próprio é a forma por excelência da imposição arbitrária feita pelos ritos institucionais: a nomeação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferenciadas nas particularidades circunstanciais e nos acidentes individuais, no fluxo e na fluidez das realidades biológicas e sociais. (BOURDIEU, 1996: 79).

Se o nome próprio é para o cidadão a expressão de sua identidade, embora essa dimensão exista para o intelectual no sentido de ser algo universal, em relação ao mundo acadêmico esse nome se projeta como guardião de uma obra, que construída social e historicamente se mostra como reflexo de realizações, vínculos, simpatias, antipatias, apreciações e indiferenças em um espaço relacional bastante delimitado.

É, portanto, em relação ao nome próprio que devem ser situados os

⁸ Socialmente mais aceito é falar do mel dessas experiências, e o fel só aparece em conversas informais ou quando pelo conjunto da obra e pelos anos de experiência no ofício o professor pode ter o luxo de dar nomes aos bois. FAUSTO (2010: 264), em um dos parágrafos finais de suas memórias, faz um balanço sobre sua formação e sua produção intelectual como historiador no qual parece fazer clara referência aos momentos de desgaste ou tensão não relatados de sua vida acadêmica: “O convívio institucional com os professores me fez ver a preciosidade dos anos passados na reitoria. [...] (Onde havia) um ambiente de solidariedade sem paralelo entre os colegas de trabalho”.

problemas da autobiografia [...] É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos de autor: única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito (LEJEUNE, 2008: 23).⁹

Algumas questões a partir do predomínio do nome dizem respeito ao questionamento de que modo uma formação historiográfica seria capaz de modelar uma descrição ou auto-análise, que tipo de trânsito de fronteiras é possível se estabelecer entre o público e o privado, como o narrador administra suas incoerências, fracassos ou estigmas, ou ainda, que relações são possíveis estabelecer entre esses indivíduos e outros indivíduos e grupos de sua rede de relações?

(In)conclusões.

“As coisas tangíveis / tornam-se insensíveis / à palma da mão / Mas
as coisas findas / muito mais que lindas, / essas ficarão”
(Carlos Drummond de Andrade)

110

Os interessados em escrita de si, auto-biografismo, história intelectual e questões narrativas, entre outros temas, encontram nesses materiais uma fonte não só rica, mas praticamente inexplorada.

E tal fonte, pela sua extensão e profundidade exige a busca de uma ampliação de questões, perspectivas e métodos do historiador, em um diálogo interdisciplinar dinâmico capaz de traduções e transcrições teóricas e empíricas.

A narrativa do memorial, condicionada por diversos determinantes interiores e exteriores, individuais e coletivos, quer pelos temas que levanta ou omite, quer pelas referências nas quais se espelha, estabelece uma nova relação com a verdade, não pela factualidade, mas pelo seu significado.

Para o historiador a riqueza da análise do memorial está não só na vivência

9 LEJEUNE (2008) destaca na autobiografia as dimensões documental e contratual, a primeira derivada de sua temporalidade e representatividade, e a segunda do “contrato de leitura” que permite a fusão entre personagem/narrador/autor. O relato, ainda segundo LEJEUNE, se desenrola a partir de dois eixos, o cronológico e o temático, em que a auto-imagem é fragmentada em muitos aspectos, e na autobiografia, diferentemente do relato, o texto – enquanto ato de comunicação – é construído de forma modelar, na escolha de palavras, do ritmo narrativo e de conteúdos, de modo a criar um padrão delimitado por uma lógica do discurso.

subjetiva daquele que escreve, mas também pelo que representa como forma de comunicação entre individualidades, através da qual o “eu narrado” busca um máximo de significação.

Nesse contexto, a categoria “verdade” se desprende do rigor descritivo e se liga à uma rede intersubjetiva na qual a partir de momentos significativos, e da habilidade em selecioná-los e relacioná-los, estabelecendo-se significados culturalmente compartilhados.

Trata-se de um encontro entre um historiador-autor que aceitou o desafio de abordar suas memórias, e muitas vezes superar os limites do “currículo” pela incorporação da “vida” em sua narrativa, e um historiador-leitor que busca um dialogismo qualitativo, capaz de analisar além dos casos de narcisismo, expiação, costume ou ritual.

Os textos podem ser vistos ao mesmo tempo como um memorial (o exercício acadêmico), uma escrita de si (com o tom memorialista e confessional que a caracteriza) e uma ego-história (por ser uma reflexão a partir de uma perspectiva analítica teoricamente condicionada), sempre como objeto de análise privilegiado de formas de exposição historicamente construídas e instrumentalmente determinadas de certas experiências vivenciadas e compartilhadas.

111

Cada instituição maneja os arquivos onde se guardam os memoriais de uma forma específica, por exemplo, na UNICAMP, como regra geral o memorial era visto apenas como apenso do processo, sendo descartado após aprovação, ou sendo mantido pelo instituto onde se deu o concurso, enquanto na USP, por sua vez, a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas disponibiliza alguns dos memoriais de seus professores de todos os seus cursos que prestaram concursos de livre-docência e de titularidade no site da instituição (< <http://fflch.usp.br/memoriais> >).

Cabe ao pesquisador interessado localizar seus possíveis acervos documentais e encará-lo como fonte para a compreensão de dinâmicas pessoais e institucionais de memória e esquecimento, em meio as complexas relações entre a narrativa autobiográfica, a institucionalização da carreira acadêmica e os modelos narrativos consagrados ou em gestação, a delimitação de redes de relações intelectuais, a caracterização de formas de legitimação grupais e coletivas, e a dinâmica de trânsito teórico-metodológico entre as ciências humanas e a literatura, no que se refere à narrativa autobiográfica e sua dimensão no trabalho intelectual.

Eis um desafio, como já afirmado anteriormente, de um historiador-autor para um historiador-leitor conforme, como disse um poeta, “seu capricho, sua

ilusão, sua miopia”.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. “Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa”, In: *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, vol.4, n.7, p. 66-81, 1991.
- AURELL, Jaume. “Autobiographical Texts As Historiographical Sources: Rereading Fernand Braudel and Annie Kriegel”, In: *Biography*. Hawaii: Biographical Research Center, v. 29, n.3, p. 425-445, Summer, 2006.
- AURELL, Jaume. “Del logocentrismo a la textualidad: la autobiografía académica como intervención historiográfica”, In: *Edad Media Revista de Historia*. Valladolid: Universidad de Valladolid, n. 9, p. 193-222, 2008.
- BARROS, Mariana Luz Pessoa de. *A arquitetura das memórias: um estudo do tempo nos discursos autobiográficos*. 2006. Dissertação de Mestrado em Lingüística. São Paulo: USP, 2006.
- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: USC, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, p. 181-191, 1996.
- CHARTIER, Roger. “A História hoje: dúvidas, desafios, proposta”, In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Roger Chartier: Entrevista In: *Linguagens, Educação e Sociedade*. Teresina: UFPI, n. 13. jul./dez. p. 137-156, 2005.
- FÁVERO, Afonso Henrique. *Aspectos do memorialismo brasileiro*. 1999. Tese de Doutorado em Literatura Brasileira. FFLCH-USP, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si, In: *O que é um autor?* Portugal: Veja/Passagens, 1992.
- FOURNIER, Marcel. “Para reescrever a biografia de Marcel Mauss...”, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 18 n. 52, p. 5-13, junho/2003.
- GOSSMAN, Lionel. History as (Auto)Biography: A Revolution in Historiography,

In: DONALDSON-EVANS, Mary. FRAPPIER-MAZUR, Lucienne. PRINCE, Gerald. *Autobiography, Historiography, Rhetoric*. Amsterdam: Rodopi, 1994:103–129.

GUIMARÃES, Valéria Lima. “Em torno da biografia como um gênero histórico: apontamentos para uma reflexão epistemológica” In: *Anais Eletrônicos da X Encontro Regional de História - ANPUH-RJ*, 2002. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Comunicacoes/Guimaraes%20Valeria%20L.doc> visitado em 15/02/2009.

HAMILTON, Paula. The Knife Edge: Debates about Memory and History, In: DARIAN-SMITH, Kate. HAMILTON, Paula. *Memory and History in Twentieth Century Australia*. Melbourne: Oxford UP, 1994, p. 9–32.

HERNANDEZ, Juan José Marin. Roger Chartier: entrevista, In: *Revista de Historia de América*. n. 125m, p. 151-160, , Jul. - Dec., 1999. Published by: Pan American Institute of Geography and History Stable Disponível em < <http://www.jstor.org/stable/20140018> > Visitado em 25/09/2009.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

113

LEJEUNE, Phillipe. *O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MACIEL, Sheila Dias. “Sobre a tradição da escrita de memórias no Brasil”, In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 48, n. 4, p. 551-558, out./dez. 2013

MORAES, José Geraldo Vinci de. REGO, José Marcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NORA, Pierre. *Ensaio de Ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

PALLARES-BURKE, Maria. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

POPKIN, Jeremy D. “Ego-histoire and Beyond: Contemporary French Historian-Autobiographers”, In: *French Historical Studies*. n. 19, v. 4, p. 1139–1167, 1996.

POPKIN, Jeremy D. “Coordinated Lives: Between Autobiography and Scholarship”, In: *Biography: An Interdisciplinary Quarterly*. n. 24, v. 4, Fall, p. 781–806, 2001.

- POPKIN, Jeremy. *History, Historians and Autobiography*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, T A Queiroz, 1991.
- SANTIAGO, Silviano. *O falso mentiroso. Memórias*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- SILVA, Wilton C. L. *Vida póstuma de um ilustre e desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859-1944)*. 2014. Tese de Livre-Docência. Assis: UNESP, 2013.
- STEEDMAN, Caroline. History and Autobiography: Different Pasts, In: *Past Tense: Essays on Writing: Autobiography and History*. London: Rivers Oram, 1992:41–50.
- SUÁREZ, Daniel H. Relatos de experiencia, saber pedagógico y reconstrucción de la memoria escolar, In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 27, n.01, p. 387-416, abr. 2011.
- VAINFAS, Ronaldo. “História cultural e historiografia brasileira”, In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: UFPR, n. 50:217-235, jan./jun. 2009.
- WEINTRAUB, Karl J. Autobiography and Historical Consciousness, In: *Critical Inquiry*. June:821–848, 1975.

O Casamento do Cardeal: notas sobre a trajetória e um possível matrimônio de D. Henrique, Rei de Portugal

Enviado em:
22/04/2014
Aprovado em:
13/10/2014

Fernanda Paixão Pissurno

fernandapissurno@yahoo.com.br
Graduanda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Partindo de concepções teóricas de Levi e Bourdieu e adotando a perspectiva metodológica de Mozzarelli, este artigo tentará avançar na compreensão de algumas questões envolvendo a negociação de poderes políticos no Antigo Regime em Portugal. Para isto, analisaremos a trajetória de D. Henrique, Rei de Portugal, focando nas negociações de um possível casamento, apoiando-nos principalmente em autores como Sousa Costa, Rebelo da Silva, Queiroz Veloso e Jacqueline Hermann, além de fontes de época.

115

Palavras-Chave

Nova História Política; História de Portugal; D. Henrique

Abstract

Starting with Levi's and Bourdieu's theoretic conceptions and adopting Mozzarelli's methodological perspective, this article will try to advance into the comprehension of some questions evolving the negotiation of politic powers in Portugal's Ancien Régime. For that, we will analyze the trajectory of D. Henrique, King of Portugal, focusing in the negotiation of a possible marriage, backing up principally on authors like Sousa Costa, Rebelo da Silva, Queiroz Veloso and Jacqueline Hermann, besides sources of the times.

Keywords

New Politic History; History of Portugal; D. Henrique

Segundo Giovanni Levi em seu ensaio “Usos da biografia”, para compreender um sujeito histórico, é necessário “interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual se insere” (2006: 179). Da mesma forma, de acordo

com o autor, um trabalho biográfico deve sempre ter em consideração as relações entre o indivíduo e o grupo, assim como a relação entre normas e práticas, embora tendo também o discernimento de considerar a hipótese de escolha, manipulação ou negociação do indivíduo em questão.

Assim, a biografia não é considerada por Levi como sendo unicamente uma estrutura resultante de um conjunto de ações e reações fixas e bem determinadas; ao contrário, margens de possíveis manobras, ou tentativas destas, podem impor mudanças consideráveis. De fato, tal ideia é corroborada por Pierre Bourdieu. No texto “A ilusão biográfica”, inscrito no mesmo livro do que o ensaio de Levi, aquele autor reconhece que, mesmo reconhecendo a biografia uma tentativa retrospectiva de fornecer lógica, sentido e constância a estados sucessivos, esta de qualquer forma não pode ser construída sem a construção do conhecimento da relação do “agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo” (2006: 190).

No caso, Levi e Bourdieu se referiam mais a trajetórias normativas de estruturas de dominação e mudanças sociais, mas podemos seguramente utilizar suas reflexões para pensar e interpretar o trajeto de um indivíduo específico que teve influência considerável na sociedade de seu tempo. Não nos referimos aqui, claro, a um pensamento típico da dita historiografia metódica, que, imbuída de valores científicos, levou a história política ao auge no século XIX, diferenciando a “verdade histórica” de uma mera ficção ao narrar os fatos precisamente como ocorreram, uma perspectiva que permaneceu quase intacta nas primeiras décadas do século XIX.

Como reação a tal domínio, deve-se dizer que a escola dos *Annales* teve papel fundamental para diversificar o panorama historiográfico e contribuir decisivamente para o progressivo declínio da história política, conhecida desde então como *história tradicional*. De fato, ela esteve praticamente proscrita do horizonte acadêmico francês até aproximadamente a década de 70, segundo Francisco Falcon em seu texto “História e poder”; depois disso, teria começado a haver uma progressiva dificuldade por parte dos *Annales* para justificar sua posição omissa frente ao político, ao mesmo tempo em que começavam a ascender várias novas perspectivas e correntes de interpretação, que acabaram com uma possibilidade real da chamada *história total*. Foi neste contexto que a Nova História Política ganhou rumo e, afastando-se da confusão com a narrativa factual, produziu novas abordagens e elegeu novos objetos, podendo aproximar-se do estudo do poder, agora com novas facetas.

Portanto, tendo tudo isto em mente, podemos agora interpretar um possível casamento de um rei português por outra perspectiva além de uma simples curiosidade histórica; além disso, adotando e adaptando também a perspectiva de Mozzarelli no artigo *Príncipe e Corte. Porquê e Como Estudar, Hoje, a Corte?* Ao caso em questão, poderíamos tentar compreender através deste episódio algumas questões envolvendo a negociação de poderes políticos do Antigo Regime em Portugal – uma de suas características mais peculiares aos olhos modernos - procurando não separar o príncipe em questão de sua corte (MOZZARELLI, 1993). Então, seria necessário de fato orientar-se por Bourdieu e considerar os outros agentes envolvidos no fato, mesmo que estes estejam temporalmente distantes do agente considerado. Para isto, é necessário iniciar a análise aproximadamente seis décadas antes do ocorrido.

O personagem biografado em questão é o chamado Cardeal Rei de Portugal, D. Henrique, nascido um infante em 31 de janeiro de 1512, data confirmada por uma narrativa contemporânea da crise sucessória posterior, a *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, de Miguel de Moura. Sua mãe, Maria de Aragão, era a segunda esposa de seu pai, D. Manuel I de Portugal. A primeira esposa, Isabel de Aragão, fora irmã de Maria, e o segundo casamento do rei com a cunhada após o falecimento da primeira esposa tivera sua legitimidade garantida por uma dispensa papal. Por enquanto, o quinto filho homem do casal real seguia o caminho, de certa maneira esperado, de um varão real nascido tão embaixo na linha de sucessão: a carreira eclesiástica, mantendo a tradição real portuguesa que objetivava uma boa relação com a Igreja. Ainda de acordo com a *Chronica*, ele tornou-se clérigo aos 14 anos, assumindo primeiro o Priorado de Santa Cruz e depois, à medida que ascendia na hierarquia religiosa, o Arcebispado de Braga. Tornou-se também Inquisidor Geral de Portugal, o primeiro Arcebispo de Évora e, finalmente, em 16 de dezembro de 1545, aos 33 anos, Cardeal do Reino¹.

Àquela altura, os primeiros sinais da grande crise que atingiria a família real portuguesa em seu âmago já haviam começado a se manifestar: poucos meses antes, a infanta Maria, mais velha dos dois filhos sobreviventes do irmão de Henrique, D. João III, com sua rainha Habsburgo, D. Catarina, morrera após o parto do príncipe Carlos, seu único filho do casamento com Felipe, sobrinho da rainha portuguesa e herdeiro do império espanhol. O herdeiro do reino português,

¹ Todas as informações citadas encontram-se na *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, entre as páginas 1 e 4.

príncipe João, irmão mais novo de Maria, viria a falecer cerca de nove anos depois, quando sua esposa, uma irmã do citado Felipe, estava nas últimas semanas de gestação. Cerca de duas semanas depois de sua morte, ela deu à luz um menino, para a exaltação do reino; nascido em 20 de janeiro de 1554, o bebê recebeu o nome do santo do dia: Sebastião.

O alívio do povo português devia-se ao fato que, com o nascimento de um varão em linha direta masculina na sucessão do reino, Portugal via afastado o risco da perda da independência perante seu vizinho castelhano. Como já destacado acima, o herdeiro presuntivo ao trono espanhol era também filho de uma princesa portuguesa que estivera diretamente na linha de sucessão; supostamente, ele poderia ser o herdeiro de Portugal caso a linha masculina primogênita falhasse, exceto se o contrato de casamento entre a infanta Maria e o príncipe Felipe tivesse excluído tal hipótese em algum dos artigos do contrato de casamento. A questão é controversa na historiografia sobre o tema², mas de qualquer forma o nascimento de Sebastião afastou tais temores.

Após a morte do sobrinho, o príncipe João, o cardeal Henrique aumentou substancialmente seu capital político; mesmo sendo um eclesiástico, ele estava agora sensivelmente mais perto do trono. Muito mais importante, até mesmo para o futuro, foi que em breve a sua posição como um dos dois últimos sobreviventes varões e adultos da família real portuguesa seria estabelecida de forma definitiva, sendo o outro seu jovem sobrinho D. Duarte; um irmão mais velho, D. Luís, morreria no ano seguinte ao nascimento de D. Sebastião, e o próprio rei faleceria em 1557, deixando D. Sebastião como rei de Portugal com apenas 3 anos de idade. Em vista da pouca idade do monarca, uma regência seria necessária; tendo sido sua mãe, Joana, convocada de volta para a Espanha pouco depois do nascimento do bebê, anos antes, a questão fatalmente ficou entre a rainha viúva, D. Catarina, e o próprio Henrique. O conflito seria inevitável. Antes desta discussão, porém, outra questão se torna necessária para melhor compreensão dos eventos subsequentes: quem era, afinal, o futuro Cardeal Rei?

Antes de passar para a análise biográfica das características do próprio

2 De acordo com Hermann (1998), Queiroz Velloso considera como certa a não inserção deste artigo no contrato de casamento entre a Princesa Maria e o Príncipe Felipe, tornando os herdeiros da união, portanto, também possíveis herdeiros do trono português. Isto, evidentemente, beneficiava à D. Carlos, o único filho do casal. Por outro lado, existem autores de época mencionados por Hermann (D. Manuel de Meneses e fr. Manuel dos Santos) que fazem menção à existência de tal artigo em seus escritos, e à consequente ausência de direito de D. Carlos. A própria autora não opina sobre a polêmica.

personagem, cumpre prosseguir com a perspectiva de Mozzarelli e observar também a corte em que tal personagem se insere. Portugal, já no reinado do avô de D. Sebastião, D. João III, destacava-se dos restantes dos reinos europeus por seu pouco usual excesso de zelo religioso, mesmo no contexto do início da Idade Moderna. Como o padre jesuíta Baltasar Teles demonstra na sua *Crônica da Companhia de Jesus na Província de Portugal* em diversos momentos, a corte portuguesa parecia-se mais com uma escola de religiosos observantes do que um paço de cortesãos.³ D. Henrique, parecido com seu pai D. Manuel I, era segundo opinião contemporânea um infante estudioso e com bons princípios, mas também poderia ser severo e “temperado nas palavras”, como escreve Miguel de Moura, e também “manhoso”, “encolhido” e “vergonhoso”, sendo que suas características negativas se agravavam à medida que envelhecia.⁴ Ao mesmo tempo, se tornava veemente anti-castelhanista, o que o poderia ter colocado em direto confronto com sua cunhada viúva, D. Catarina.

Naquele momento inicial, porém, isso não aconteceria. Mesmo que os trabalhos sobre o tema sejam unânimes em apontar, naquele momento, a divisão da nobreza em dois blocos opostos na questão, como destaca Jacqueline Hermann em *O Reino do Desejado* (HERMANN, 1998), o choque entre eles não ocorreu. D. Catarina tornou-se regente sem maiores oposições por parte do cunhado, iniciando um padrão nos relacionamentos entre a rainha viúva e o cardeal. Estes eram marcados por disputas de poder, até mesmo prestígio, mas jamais pelo choque direto, que não ocorre sequer no tópico fundamental posterior da escolha dos tutores responsáveis pela educação do rei menino, onde o partido nacionalista do cardeal sai vencedor. Tomada esta abordagem, não podemos seguir a linha de raciocínio de Sousa Costa; julgando o Cardeal hesitante e indeciso, toma-o como não muito dotado em questões políticas (COSTA, 1958). Nem concordamos com a argumentação de Rebelo da Silva, que, apesar de julgá-lo mais habilidoso politicamente do Sousa Costa, o julga prioritariamente pelo suposto caráter ambicioso, mas também ressentido e vingativo, características que o prejudicariam quanto mais alto ascendia (SILVA, 1860). Tomando as características de sua personalidade observadas aqui pela

3 Como exemplo, podemos citar o encontro narrado entre D. João III e o Padre Diogo, nas páginas 6 e 7 de *Chronica da Companhia de IESV Nos Reynos de Portugal*.

4 As informações sobre a personalidade de D. Henrique se encontram nas mesmas páginas da *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique* mencionadas anteriormente. Já a conclusão final se baseia principalmente nas observações de Sousa Costa sobre o personagem (1958).

análise de sua trajetória, julgamos mais verossímil tomar D. Henrique como um político basicamente negociador, não agressivo, impedido até mesmo por sua educação e carreira para tomar medidas mais energéticas quando seria necessário.

Esta estratégia, porém, não era isenta de resultados. Após a renúncia de D. Catarina como regente,⁵ causada pela demora em socorrer a praça africana de Mazagão, cercada por mouros em 1562, a rainha viúva foi duramente criticada (mesmo com a vitória portuguesa posterior) e teve que se retirar do governo efetivo, retendo apenas a tutoria e curadoria de D. Sebastião, a essa altura com 8 anos de idade. D. Henrique assumiu a regência. O fato que seu capital político aumentara de maneira considerável pode ser averiguado pelo fato que as Cortes apenas concordaram em sua regência, segundo Sousa Costa, com seu juramento solene que entregaria o governo ao sobrinho-neto tão logo ele atingisse a maturidade (COSTA, 1958). Quaisquer que fossem os temores das Cortes ao exigir tal compromisso, eles se provaram infundados, uma vez que D. Henrique foi regente por apenas dois anos, entregando ao seu devido tempo o poder à D. Sebastião.

120

O início da temporária perda de poder do cardeal ocorre, segundo Hermann, exatamente neste ponto, quando o jovem rei procurou se libertar tanto da influência da avó quanto da do tio-avô, tanto para prosseguir suas próprias inspirações belicistas,⁶ quanto para afirmar sua própria independência. De qualquer forma, o governo de D. Sebastião como um geral é alvo de muitas interpretações distintas, que podem variar em ou simplesmente detratar a imagem do rei (como Antônio Sérgio e, em certa medida, Oliveira Martins, segundo Sousa Costa) sem considerar muito as questões complexas do período, ou tratá-lo como um jovem de personalidade difícil e, ao mesmo tempo, devota, características que determinaram a maioria de suas decisões heroicas (como o próprio Sousa Costa), ou considerar o monarca como líder de uma administração instável, mas não impopular, que pôs fim à transição de um país com características medievais (como Jacqueline Hermann). Como este trabalho não tem como foco esta personagem, não prosseguiremos

5 Mais uma vez concordamos com Hermann (1998) quando ela classifica como de pouco sentido o fato da rainha viúva não capitalizar a seu favor a eventual vitória portuguesa, apesar das dificuldades. De fato, as pressões políticas por sua origem castelhana parecem ter sido insuficientes para tal.

6 Após Mazagão, as Cortes aconselharam a fortificação e fortalecimento das praças africanas. Esta atmosfera belicista em Portugal provavelmente influenciou o caráter naturalmente guerreiro de D. Sebastião. Seu profundo senso religioso, contudo, foi o que o teria atraído para a luta contra os chamados infiéis, que assumiria um caráter trágico em Alcácer Quibir (HERMANN, 1998).

com uma análise mais aprofundada da questão, embora tenhamos de comentar brevemente uma questão muito importante para os eventos posteriores: a falta de casamento e a conseqüente ausência de descendência de D. Sebastião.

Tal questão já foi exaustivamente discutida pelos biógrafos de D. Sebastião, e não nos cabe aqui revisar toda a polêmica dos motivos do rei para se manter celibatário. Com uma linha sucessória frágil a mantê-lo separado das ambições espanholas, representadas por seu tio Felipe II após a morte de D. Carlos – seu primo, D. Duarte, ainda não se casara e D. Henrique, seu tio-avô, estava retido pelos votos eclesiásticos -, a necessidade do rei produzir descendência legítima poderia ser classificada como urgente para a política nacionalista portuguesa, e, de fato, o assunto assim foi tratado durante a vida do rei; quando D. Sebastião, aos 11 anos, manifestou sua vontade de ir conquistar a África, Miguel de Meneses, Marquês de Vila Real, comentou com prudência, segundo a *Crônica de D. Sebastião*, “não será, sem que Vossa Alteza nos deixe seis filhos machos”.⁷ O número exagerado de varões do desejo do Marquês pode ser analisado como sintoma da apreensão portuguesa para manter sua independência já em 1565. Isto provavelmente se devia aos problemas que o avô de D. Sebastião, D. João III, tivera para conseguir uma frágil descendência.

121

Não que tivessem deixado de existir propostas de matrimônio para o monarca. Para o partido nacionalista, liderado por D. Henrique, o ideal era o rei se casasse com uma princesa francesa, mais especificamente com Marguerite de Valois, poucos meses mais velha do que D. Sebastião. Já para o partido castelhanista, liderado por D. Catarina, a noiva ideal era a infanta criança Isabel Clara Eugênia, primogênita de Felipe II. Nenhum dos casamentos, porém, jamais ocorreu de fato, embora D. Sebastião tenha pedido a prima em casamento pouco tempo antes da batalha na qual morreria; tal pedido, porém, deve ser interpretado tendo-se em vista que o rei português queria o apoio militar do tio na campanha que faria em breve.⁸ Segundo Hermann, a demora para o matrimônio se deveria tanto a complicações políticas geradas pelo vizinho espanhol quanto a uma misoginia do próprio rei, derivada de sua criação religiosa e provavelmente agravada por uma doença crônica; a autora defende, apoiando-se em Queiroz Velloso, tratava-se de uma uretrite crônica (HERMANN, 1998); porém, segundo o controverso

7 Tal desejo de D. Sebastião pode ser visto em maiores detalhes no capítulo XX do referido texto.

8 De fato, ele também pediu em casamento a primogênita do Grão-Duque de Toscana, possivelmente visando propósitos bem similares (COSTA, 1958).

estudo de Harold Johnson, *A Pedophile in the Palace: or The Sexual Abuse of King Sebastian of Portugal (1554-1578) and its Consequences*, o rei teria de fato uma doença sexualmente transmissível devido ao abuso sexual perpetrado por um de seus tutores ainda na infância, que também causara a resistência de D. Sebastião para o casamento (JOHNSON, 2004).

Nesse contexto, a morte do herdeiro presuntivo D. Duarte foi um duro golpe para o partido nacionalista. Neto por via masculina legítima de D. Manuel I, ele seria o

herdeiro do trono português segundo a forma tradicional de sucessão – mas, após a sua morte sem filhos, a situação tornou-se consideravelmente confusa, antecipando o que seria a crise sucessória de 1580. Naquela época, porém, as atenções estavam voltadas para os preparativos para a partida do rei para a África, onde, tomando por pretexto desentendimentos entre os soberanos locais, começaria a realizar seu antigo desejo de expandir a fé cristã ao lutar contra os infiéis. Sousa Costa descreve os presságios que anteciparam sua partida, que incluíram uma tempestade que destruiu a esquadra portuguesa para a planejada cruzada, um terremoto em Lisboa e até uma explosão de pólvora que, ainda segundo ele, destruiu o quarto do rei enquanto este se encontrava ausente, além de diversas profecias feitas que previam a catástrofe (COSTA, 1958).

122

Nada disso, porém, impediu D. Sebastião, sequer a morte de sua avó e antiga tutora, D. Catarina. Partindo em julho de 1578, o exército português travou a fatídica batalha de Alcácer Quibir em 14 de agosto. Poucos dias depois, começaram a chegar a Lisboa as notícias da derrota fragorosa e rumores da morte do próprio El-Rei. Apenas no fim do mês, porém, com a chegada de uma carta de Belchior do Amaral, Corregedor da Corte, foi que a morte de D. Sebastião foi confirmada. D. Henrique, o último filho sobrevivente de D. Manuel I, era agora rei.

Provavelmente D. Henrique tinha pleno conhecimento das grandes dificuldades que teria pela frente. De fato, não apenas a população comum portuguesa se encontrava em choque com a morte trágica de D. Sebastião (SILVA, 1860), mas a nobreza do país também se encontrava politicamente destroçada; além dos vários mortos em Alcácer Quibir, também havia a questão delicada dos sobreviventes feitos reféns. Antônio, Prior do Crato, descendente em linha ilegítima de D. Manuel I,⁹ que ganhara recentemente maior destaque na questão sucessória após a morte

⁹ Ele era filho de D. Luís, segundo filho de D. Manuel I e D. Maria. Se fosse legítimo, teria vantagem na sucessão portuguesa tanto sobre a Duquesa de Bragança (filha do sexto filho de D. Manuel I) quanto sobre Felipe II (filho da primogênita).

de D. Duarte, era um deles, assim como D. Teodósio, filho e herdeiro do Duque e Duquesa de Bragança, cuja mãe, D. Catarina, era uma neta legítima de D. Manuel I e irmã do falecido D. Duarte, além de casada com a maior casa do reino após a dos próprios Avis, detentores do trono.

Eles eram indubitavelmente candidatos fortes a suceder o tio preso aos votos de celibato, mas não os únicos; além do sempre presente Felipe II, também havia Rainúncio, herdeiro do ducado de Parma, filho de outra irmã de D. Duarte, assim como

Emmanuel, Duque de Savóia e descendente de D. Manuel por uma de suas filhas. Tendo todos eles vantagens evidentes e desvantagens complicadoras, a sucessão por qualquer um seria problematizada tanto do ponto de vista político quando do jurídico, e até mesmo do militar, considerando-se as tropas espanholas que poderiam ajudar a apoiar o direito de seu rei mediante a força das armas.

Foi neste contexto confuso que a Câmara de Lisboa requisitou para que o Cardeal Rei contraísse matrimônio. Ele consentiu, embora com “horror e espanto”, segundo a *Chronica do Cardeal D. Henrique*, devido ao seu “zelo da pureza e castidade”.¹⁰ Visto isso, podemos concordar com Sousa Costa que os boatos subsequentes que a procura do casamento por parte do rei teria como objetivo legitimar um filho bastardo muito provavelmente não tem base nos fatos. De qualquer forma, mesmo num “grave tormento de alma” por parte do monarca, segundo a *Chronica*, a proposta foi em frente e negociações tiveram início. Ao mesmo tempo em que Felipe II começa a notificar D. Henrique mais insistentemente para reconhecer sua pretensão e concentrar mais tropas na fronteira de Portugal, um primeiro passo importantíssimo para o casamento é dado: é pedida ao Papa a dispensa do Cardeal Rei de seus votos de celibato para que possam se casar e ter descendência legítima. Enquanto isso, verdadeiras campanhas contra e a favor do matrimônio desenrolavam-se na atmosfera política.

A partir daqui nos basearemos principalmente na ampla pesquisa realizada por Sousa Costa no Real Arquivo de Simancas a respeito do assunto e nas anotações de Queiroz Veloso e Rebelo da Silva, além da supracitada narrativa contemporânea *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, de Miguel de Moura, para analisar os acontecimentos posteriores na ótica das ideias de Levi e Bourdieu. De fato, julgar a atitude do rei pelos padrões contemporâneos em notificar imediatamente seu

¹⁰ As reações do rei e suas justificativas para não contrair matrimônio podem ser vistas na *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, entre as páginas 67 e 70.

sobrinho castelhano de sua intenção de produzir descendência legítima pode parecer, no mínimo, inocência, visto que Felipe II era um dos interessados em impedir um matrimônio que poderia colocá-lo mais longe do trono português; isso seria, porém, ignorar as normas e práticas de um Portugal que em seus principais traços, ainda poderia ser considerado como tendo mal saído do período medieval.

Observando por este ângulo, a escolha de D. Henrique pode significar mesmo bom senso político, visto que qualquer princesa europeia que fosse desposá-lo teria necessariamente que passar por território espanhol; mesmo quando possível, uma viagem marítima era evitada nestas circunstâncias devido aos seus potenciais riscos. Desta forma, D. Henrique não apenas gostaria, mas necessitava na anuência de Felipe II para seu possível matrimônio. A resposta do rei espanhol, por meio de seus embaixadores em Portugal, não consistiu, porém, em nenhuma real surpresa: argumentando que tal ato atingiria a alma, consciência, estima e bom nome do El-Rei, tentou dissuadi-lo do ideal de matrimônio. Enquanto isso, em Portugal, segundo tanto Queiroz Veloso (1946) e Sousa Costa (1958), doutores eram da opinião que o rei era perfeitamente capaz de se casar e de ter filhos, sendo isto até mesmo o seu dever de consciência como soberano, gerando um herdeiro indiscutível e, assim, impedir os confrontos já previstos dos pretendentes.

124

Neste ponto, pode ser interessante observar a mudança da atitude do Cardeal Rei quanto ao casamento. Como já foi mencionado, ele deu seu consentimento à ideia com “horror e espanto”; segundo a *Chronica*, alegava que sua idade avançada e saúde prejudicada eram impeditivos o suficiente, mesmo considerando-se que a Cúria Romana concordaria em liberá-lo de seus votos de castidade. A essa altura, lembrar a hipótese da escolha mencionada por Levi no trabalho biográfico é de fundamental importância para procurar entender por que em um determinado momento D. Henrique tornou-se resoluto em “sacrificar-se pelo bem do Reino”, para usar suas próprias palavras em uma carta a Felipe II citada por Sousa Costa (1958: 192), e passou inclusive a comer “manjares apropriados para fortalecer a natureza”, mencionando agora o comentário sarcástico de Cristovão de Moura, embaixador espanhol em Portugal, em uma carta a seu mestre, também referida por Sousa Costa.

Podemos apenas imaginar e considerar as razões da mudança de atitude do rei para o casamento. O seu anti-castelhanismo dos tempos de relações com a falecida cunhada, a rainha viúva D. Catarina, pode ser visto como tendo sido fortificado naquele período de tensão em relação à perda da independência portuguesa diante da morte de D. Henrique, além do seu favorecimento claro à

Duquesa de Bragança no pleito sucessório, dita sua favorita. O próprio testamento do antecessor de D. Henrique, D. Sebastião, certamente teve sua importância, uma vez que este, embora não desconsiderasse o direito do rei da Espanha em também possuir o trono de Portugal, manifestava fortemente o desejo de que ambos os reinos não se unissem, já que, segundo Joaquim Veríssimo Serrão nas *Fontes de Direito Para A História da Sucessão de Portugal*, considerava que tal união era contrária aos desígnios da Providência e aos costumes dos dois reinos (SERRÃO, 1960). Provavelmente todas as razões citadas tiveram seu peso para a decisão do Cardeal Rei em afastar Felipe II da ascensão ao trono português pela via do matrimônio.

O rei espanhol, porém, não renunciaria a sua pretensão, mesmo que, segundo a tradicional forma de sucessão agnática utilizada nos reinos europeus, ele estivesse atrás dos descendentes legítimos dos filhos de D. Manuel I – isto é, Rainúncio, herdeiro de Parma e Catarina, Duquesa de Bragança.¹¹ Cumpre lembrar, porém, que Felipe era o neto varão mais velho, o que foi utilizado na defesa de que ele era o indisputável herdeiro português na falta de um herdeiro direto legítimo de D. Henrique. Neste contexto, podemos entender seus esforços diplomáticos e políticos para impedir a mera hipótese de matrimônio do Cardeal Rei, no caso do qual ele poderia sair grandemente prejudicado na questão da herança portuguesa; de fato, segundo carta de Cristovão de Moura, citada por Sousa Costa, o rei queria se casar principalmente porque “não lhe passa pelo pensamento que Portugal possa juntar-se a Castela”. Enxergamos aí um traço bem visível do anti-castelhanismo ainda forte em D. Henrique.

125

Os esforços de Felipe II para herdar o trono português, incluindo a campanha contra o matrimônio de D. Henrique, já foram mais detalhadamente expostos por Sousa Costa em seu livro sobre a candidatura da Duquesa de Bragança (COSTA, 1958), razão pela qual só resumiremos brevemente as teorias expostas por ele contra o casamento do tio neste artigo. Em suma, as primeiras alegações contra o casamento foram dirigidas ao próprio D. Henrique, tanto por cartas quanto por audiências com o frei Fernando del Castillo, aliado de Felipe II, e finalmente, pelo texto do *Memorial* (em grande parte presente na obra de Sousa Costa) entregue pouco depois, que continha as teses teológicas e jurídicas da impossibilidade

11 Evidentemente, desconsideramos D. Antônio nesta hipotética linha de sucessão devido à sua ilegitimidade, embora certamente sua condição de homem adulto e português tenha tido grande importância nos acontecimentos de 1580.

de qualquer matrimônio futuro de D. Henrique. Os argumentos são simples, utilizando-se em grande medida de menções bíblicas; começa citando a ausência de qualquer evento, no Novo Testamento, que mostre um bispo se casando após ter contraído seu voto de castidade, assim como a negativa retórica de todos os teólogos, incluindo São Tomás de Aquino, a tal pedido.

Continua mostrando como a legitimidade dos hipotéticos filhos de tal união seria duvidosa, senão nula, o que poderia colocar o país em novas guerras de sucessão. Então, o *Memorial* prossegue aludindo ao grave erro que seria, de qualquer forma, romper os votos sagrados, e como isso colocaria não só a Igreja, mas também a própria Coroa, em posição para ser humilhada e ridicularizada devido a um desejo do rei que, em idade avançada e doente, provavelmente não teria descendência do casamento... e termina assegurando que o rei espanhol, ao usar estes argumentos contra o matrimônio, nada objetivava além do bem da honra e alma de seu tio.

Estas são, em resumo, as teses mais importantes contra o casamento de D. Henrique, advogadas pelos embaixadores de Felipe II com sutileza e zelo religioso interessantes de se observar em tal contexto, principalmente tendo em vista que, àquela altura, ele era um dos prováveis sucessores ao trono português. Tratam-se, sem dúvida, de argumentos consideráveis, mas com tantos interesses em jogo, não ficaria sem resposta à altura rapidamente. De fato, poucos dias depois, D. Henrique, com o auxílio de seu Conselho Privado, responde às teses do *Memorial* com a elaboração da *Oposição* (também majoritariamente presente no livro de Sousa Costa), que defende o casamento do Cardeal Rei ao atacar muita da argumentação do *Memorial* em suas próprias bases, até mesmo na dita preocupação de Felipe II com a honra e alma de seu tio – afinal, nada faria melhor ao El-Rei do que cumprir a sua determinação de se casar e, assim, realizar o desejo do povo português que D. Henrique conservasse a Coroa em sua descendência. Os votos de castidade não o impediriam, prossegue o documento, listando a seguir tanto o caso de um rei húngaro, dispensado para que se casasse com a rainha viúva e continuasse a dinastia, e, ainda mais crucialmente, a dispensa do próprio D. João I, anteriormente Mestre de Avis e professo desta Ordem, primeiro rei desta dinastia e antepassado de D. Henrique, que se tornou rei em meio a um movimento para impedir a anexação de Portugal pela Espanha por meio do marido da herdeira presuntiva. E decerto que uma nova ocasião tão urgente e medida tão necessária não seria motivo de escárnio, já que dependeria unicamente de a vontade de Deus enviar filhos ou não ao matrimônio, como mostravam casos de homens mais velhos do que D.

Henrique gerando herdeiros que asseguraram a sobrevivência de suas famílias.

Enquanto todas estas negociações ocorriam entre Portugal e Espanha, prováveis noivas já eram sugeridas para D. Henrique. Rebelo da Silva, em *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, detalha os planos do casamento real (SILVA, 1860), que não deixavam de revelar um pouco das relações políticas da realeza: uma facção, liderada pelos jesuítas, defendia a união do rei com Maria, a primogênita do Duque e Duquesa de Bragança, que ainda não completara 14 anos, dando continuidade à ligação da casa real com seus súditos mais poderosos, como mostra Mafalda Soares da Cunha em um artigo sobre o tema, *Estratégias matrimoniais da casa de Bragança e o casamento do Duque D. João II*, a importância dinástica das mulheres da poderosa casa de Bragança seria ainda mais realçada no futuro quando em outras promessas de casamento cruciais (CUNHA, 2004). Os frades de Alcobaça, porém, lideravam outro grupo que tinha mais interesse em uma aliança estrangeira; no caso, com a rainha viúva da França, Isabel de Áustria, de 25 anos. Segundo Sousa Costa, o rei favorecia o casamento nacional com Maria, a despeito de sua juventude, para preservar a independência de Portugal.

Enquanto isso, embaixadores espanhóis em Roma exerciam sua pressão para que a dispensa do rei não fosse concedida. Eventualmente, mesmo com todos os argumentos dos enviados portugueses, o papa cede e envia a Lisboa o monsenhor Antônio Sauli para que convencesse D. Henrique a desistir da ideia do casamento. Segundo Sousa Costa, o alarmado rei tanto concedeu audiência ao enviado papal, apresentando seus argumentos a favor da dispensa e subsequente casamento (em muito réplica à sua defesa perante Felipe II), quanto enviou outra carta ao papa poucos dias depois. A força e interesses espanhóis, porém, mostram-se invencíveis – o papa não concede a dispensa, muito embora também não recuse. Neste meio tempo, de acordo com Sousa Costa, a doença do rei voltou a se agravar. Apesar disso, mesmo tendo conhecimento das desavenças entre os principais candidatos a sucessores do trono, D. Henrique hesita durante meses antes de, finalmente, atingir uma concórdia com Felipe II, passando-o à frente dos direitos superiores de sua sobrinha, a Duquesa de Bragança.¹²

A pergunta inevitável é: por que ele fez isto? Como já mencionado, a Duquesa de Bragança era sua sobrinha preferida, além de ter uma forte causa para a sucessão. Por qual razão o rei a privaria de seus direitos? Neste momento, devemos

12 Recordamos aqui que, como neta por via masculina legítima de D. Manuel I, D. Catarina tinha pela tradição portuguesa um direito ao trono superior ao de Felipe, que era descendente legítimo por via feminina.

ter em mente que o rei espanhol mantinha tropas militares em prontidão nas fronteiras com Portugal desde o início da contenda. Provavelmente, D. Henrique deve ter tido temores de conflitos sangrentos em território português, o que, aliado com os direitos duvidosos de sucessão feminina,¹³ devem tê-lo ajudado no sentido de favorecer Felipe II na concórdia. Além disso, segundo Rebelo da Silva, D. Henrique poderia amar a sobrinha, “mas amava mais a própria tranquilidade” (1860: 307). Devemos considerar, também, que este homem, já mencionado como sendo “encolhido” e “vergonhoso”, não tenha podido tomar a tempo a decisão derradeira devido ao agravamento de sua condição, que o acabou levando à morte no dia 31 de janeiro de 1580, exatos 68 anos após o seu nascimento. Porém, quando seu testamento foi aberto, foi verificado de forma bastante surpreendente, tendo em vista a concórdia com Felipe II, foi verificado que o rei nada deixara de definitivo sobre seu sucessor no trono.¹⁴

128

Este artigo não se propõe a entrar em detalhes nos acontecimentos subsequentes da morte do cardeal, mas deve ser ressaltado que, mais uma vez para Sousa Costa, Felipe II teria saído vitorioso da disputa mais pela dispersão das forças portuguesas (divididas entre a pretensão ilegítima do Prior do Crato e a reivindicação da Duquesa de Bragança) do que de sua ausência (COSTA, 1958). O direito superior de D. Catarina, de fato, seria provado quando seu neto, João IV, reivindicaria para a casa de Bragança o trono de Portugal em 1640, pondo fim aos 60 anos de União Ibérica. Procurando não cair na armadilha biográfica mencionada por Bourdieu no início do artigo, podemos ambicionar fazer mais uma tímida hipótese: D. Henrique, ao não nomear sucessor em seu testamento, pode ter sido mais influenciado em direção a tal decisão pela sua personalidade política naturalmente negociadora, avessa a decisões súbitas e enérgicas, do que pelo acordo hesitante feito com Felipe II. Neste sentido, a ausência de resolução pode até mesmo ter sido feita para facilitar a causa de sua sobrinha predileta, D. Catarina. De qualquer forma, porém, não impediria que ficasse conhecido por uma quadra popular portuguesa como o rei que deixou Portugal, em testamento, aos

13 O antepassado de D. Henrique, o Mestre de Avis, fundador da dinastia, o fizera ao despojar a herdeira presuntiva (sua sobrinha) da sucessão.

14 D. Henrique parece se preocupar mais com a salvação de sua alma, e pouco faz menção ao problema sucessório. O testamento em sua íntegra pode ser visto na *Historia genealógica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as Famílias ilustres, que procedem dos Reys, e dos Sereníssimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolável fé: e oferecida a El Rey D. João V*, entre as páginas 434 e 441.

castelhanos.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. IN: Janaína Amado e Marieta Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- COSTA, Alberto de Sousa. *Dona Catarina, Duquesa de Bragança – Rainha de Portugal à face do Direito*. Fundação da Casa de Bragança, 1958.
- CUNHA, Mafalda Soares de. *Estratégias matrimoniais da casa de Bragança e o casamento do Duque D. João II*. IN: Revista Hispania; edição 64/1, número 216, 2004.
- FALCON, Francisco. “História e Poder”. IN: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (coord.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOHNSON, Harold. *A Pedophile in the Palace: or The Sexual Abuse of King Sebastian of Portugal (1554-1578) and its Consequences*. Disponível online em: <http://people.virginia.edu/~hbj8n/pedophile.pdf>. Acessado em 13/02/2014.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. IN: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MOZZARELLI, Cesare. “Príncipe e Corte. Porquê e Como Estudar, Hoje, a Corte?”. IN: *Revista Penélope: Fazer e Desfazer a História*. No 9/10, 1993.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Fontes de Direito Para A História da Sucessão de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1960.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.
- VELLOSO, Queiroz. *O Reinado do Cardeal D. Henrique*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- BAIÃO, José Pereira. *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Sebastião, decimosexto rey de Portugal*. Disponível online em <https://archive.org/details/chronicadomuitoa00bayuoft>. Acessada em 12/02/14.

MOURA, Miguel de. *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840.

SOUSA, Antônio Caetano de. *Historia genealógica da Casa Real Portugueza: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolável fé: e oferecida a El Rey D. João V*. Disponível online em: <http://purl.pt/776>. Acessada em 06/01/14.

TELES, Baltasar. *Chronica da Companhia de IESV Nos Reynos de Portugal*. Disponível online em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01908110#page/1/mode/1up> (parte 1) e <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01908120#page/31/mode/1up> (parte 2). Acessada em 09/02/14.

Memórias perdidas e exílio histórico: o gênero biográfico como instrumento questionador das imposições do passado

Enviado em:

25/04/2014

Aprovado em:

09/05/2014

Marcus Vinícius Duque Neves

duqueneves@yahoo.com.br

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Minas Gerais conheceu diversas lutas políticas e sociais desde o período colonial e como resultado destas lutas, uma construção histórica se estabeleceu pela voz dos vencedores. Mesmo assim, mantêm-se os resquícios das memórias dos derrotados e daqueles que por motivos diversos ficaram esquecidos. A memória histórica pode ser seletiva por diversas motivações e o gênero biográfico torna possível descobrir algo sobre essa seletividade, entre outras possibilidades de seu uso. Tratando do período de transição da Monarquia à República, essas lutas produziram outros vencidos e derrotados. Entre aqueles cuja memória foi apagada está um industrial atuante entre os anos de 1880 e 1930: Carlos G. da Costa Wigg. O presente artigo pretende mostrar um caso de pesquisa biográfica pelo qual passam muitas das discussões mais atuais sobre os aspectos da memória e do esquecimento. Este é um caso singular na história mineira, cujos aspectos biográficos únicos podem certamente contribuir com novas releituras em diversas áreas da história de Minas Gerais.

131

Palavras-Chave

Biografia; Memória; Primeira República

Abstract

Minas Gerais has had several political and social fights since the colonial period and as a result of such events a historical construction has been established through the voices of the winners. Nevertheless, the remaining of memories of those defeated and forgotten has persisted. Historical memory can be selective due to different motivations and the biographical gender makes it possible to find out something about such selectivity, among other possibilities of its use. On dealing with the transition period between Monarchy and Republic, these fights produced other vanquished and defeated people. Among those whose memories have been erased, there is an active entrepreneur between 1880/1930: Carlos G. da Costa Wigg. This article intends to demonstrate a case of biographical research through which many

recent discussions about the aspects of memory and forgetness perpass. This is a unique event in the history of the state of Minas Gerais, whose biographical aspects can certainly contribute with new reading in several areas of the history of the state.

Keywords

Biography; Memory; First Republic

Introdução

Recentemente alguns historiadores têm reafirmado a necessidade de uma reabertura de discussões sobre a história de Minas Gerais no início do período republicano, que sofrera avanços na década de 1980 até inícios da década seguinte, mas que seguiu passos lentos depois disso. As leituras históricas do período são percebidas atualmente, e graças ao trabalho desses historiadores, como fortemente marcadas por construções ideológicas dos vencedores, além de dirigidas por considerações particulares de grupos e famílias importantes à época. Entre os diversos motivos para o aumento dessa percepção entre os historiadores acadêmicos estão motivos muito atuais assim como considerações acerca de metodologias e referenciais teóricos resgatados que se apresentavam secundariamente na historiografia recente, ou de elaboração detalhada mais recente, que os historiadores mais jovens estão aprendendo a manejar nos últimos anos. Os estudos de novos fundos que serviram de base para uma historiografia mais crítica também tiveram importante papel no estabelecimento dessa nova percepção. Nesse quadro, o que o resgate biográfico de uma personagem cujas memórias foram perdidas ou consideradas banais pela historiografia anterior pode trazer de contribuição às discussões que pedem novas releituras?

Considerando que possivelmente há mais que se conhecer do que o já foi exposto em muitos campos do saber histórico - principalmente se o enxergamos pelas atuais indistintas dimensões e tênues delimitações que lhe damos - toda nova forma ou meio útil de aprofundamento na pesquisa histórica pode render frutos inesperados. E entre esses muitos campos da história, grande parte, se não sua totalidade, é dependente da forma e dos meios pelos quais a memória se estabelece enquanto corpo de informações relacionais disponíveis aos indivíduos e sociedades. Assim, sob esse prisma, o resgate biográfico é técnica tão válida quanto qualquer outra nova pretensão teórico-metodológica.

Em alguns casos o resgate biográfico é o um eficiente meio de trazer a tona o que construções históricas já formalizadas não notaram, desconsideraram ou buscaram esconder. As formas que o resgate biográfico pode tomar são mais variadas do que se pode perceber à primeira vista.

Sem discutir aqui as questões levantadas por Bergson, Leroi-Gourham ou Halbwachs acerca da natureza da memória e seu sentido social, a precedência do social às percepções do indivíduo e outras questões tratadas em várias obras, interessa aqui as possibilidades para um resgate biográfico onde já não mais existem testemunhas oculares, não mais existem memórias viventes e onde não há ínfima documentação com conteúdo pessoal ou que toque assuntos particulares. O caso que abordamos é um problema biográfico intrincado. Ele gerou pesquisas difusas em torno de pistas fugidias acabando por ser extremamente revelador dos processos naturais e sociais de arruinamento da memória e cujas soluções encontradas se deram através de um cruzamento de dados incompletos, vindos de inúmeras fontes públicas e privadas. São informações de cunho direto e indireto e que são reveladoras das lacunas enormes provocadas por determinantes pessoais e de como o poder político pode direta e indiretamente provocar o esquecimento.

O biografado de que tratamos era Carlos Galigniano da Costa Wigg (1855-1931) nascido em Porto Alegre e falecido no Rio de Janeiro. Criado parcialmente nos arredores de Liverpool, cidade inglesa onde faleceu muito nova sua mãe, Maria Luísa, quando ele tinha apenas oito anos. Ele veio ao Brasil para trabalhar com o pai, que logo voltaria para a Inglaterra e se casaria de novo, deixando o jovem sob a guarda dos tios no Rio Grande. Depois de muitas peripécias como contratador de obras públicas em diversos lugares do Brasil, ele se tornaria um importante industrial em Minas Gerais entre a última década dos novecentos e as três primeiras do século XX. Não deixou descendência, seguidores e com a chegada de um desafeto seu a cargos chave para seu reconhecimento, lhe foi sistematicamente negado um lugar na história, ainda que não tenha sofrido algo que pudesse ser classificado como ‘perseguição’. Mudanças políticas e sociais rápidas e constantes contribuíram para arruinar a tênue memória coletiva acerca de suas ações, de sua pessoa e dos papéis sociais que preencheria, esvaziando todo o sentido simbólico de todas as obras erigidas por ele e por sua viúva. Retornaremos a estas personagens mais adiante.

Biografia e resgate

Usar a biografia como instrumento de correção de injustiças ou na forma de encontrar um passado onde os ‘derrotados’¹ ainda eram parte da sociedade, ativos personagens do jogo social e político, não é uma ideia propriamente nova. Ela apenas se tornou mais poderosa através de novas técnicas e novos instrumentos tecnológicos que potencializaram as ciências sociais como um todo nas últimas décadas.

Por outro lado, um ou mais poderosos relatos biográficos podem ser especialmente bem vindos para dar corpo às histórias regionais ou coletivas carentes de forma e registros. O que não seria da história de certas regiões e municípios de Minas Gerais se não fosse pela existência de substanciais narrativas da vida de estrangeiros como, por exemplo, Peter Wilhelm Lund para Lagoa Santa e seus arredores em meados do século XIX, ou então um Guido Marlière para pequenas cidades da região do Rio Doce na primeira metade do mesmo século XIX? Através das suas biografias vários historiadores, longe de enaltecer os feitos de grandes homens como faziam os positivistas, é que resgataram dados importantes da vida da região e das cidades, costumes de outros grupos, percepções de época e de onde surgem até hoje, em diversos momentos, novas interpretações e linhas de pesquisa sobre outras análises regionais.

Fortes biografias podem ‘fazer um rio retornar às montanhas’, no sentido que revertem o fluxo da memória coletiva que se esvai, trazendo-a de volta pela via da memória de um ou poucos indivíduos, seja pela via oral, pela recuperação do conteúdo de correspondências ou outro tipo de corpo documental de caráter pessoal ou familiar. Essa metáfora é especialmente interessante por sinalizar algo que volta ao seu lugar de origem, significativo quando se trata de retornar a memória de alguém importante em um contexto sociotemporal em determinado espaço que não era propriamente o seu. No caso da memória sobre o industrial Carlos G. da Costa Wigg, buscar seus dados biográficos e o contexto de sua existência é como trazer um exilado da história a ocupar um lugar que sempre foi potencialmente seu: um nome citado por todos que se tornava cada vez mais vazio de sentido político

¹ Coloco a palavra ‘derrotados’ entre parêntesis para salientar que, apesar do uso dos termos ‘justiça’ e ‘injustiça’ em diversos trechos desse artigo, não há juízo de valor em seu uso, que não àquele que se refere ao desaparecimento de registro histórico substancial e significativo das memórias, referências e contextos de personagens a quem se deveria ‘fazer justiça’ à sua importância para as narrativas e explicações concernentes à produção de significados históricos.

e social. Um gaúcho de trejeitos ingleses que viveu grande parte de sua existência viajando, e que, mesmo quando importante figura política e econômica em Minas Gerais residia mais de metade do ano na cidade do Rio de Janeiro, e cuja memória foi premeditadamente ou ‘colateralmente’ forçada ao esquecimento.

Seu resgate biográfico é de tal modo poderoso que tem o condão de resgatar outras importantes personagens que com ele conviveram e parte dos vínculos desses com a elite da o Rio de Janeiro, então capital da República. Traz também consigo boa parte da história do distrito de Miguel Burnier - pertencente à cidade de Ouro Preto, próximo a Congonhas e Ouro Branco – entre a última década do século XIX e a terceira década do século XX.

Para o historiador que se propõe a utilizar o resgate biográfico como método para contornar uma história de maiores contornos que se apresenta como uma confusa teia de contradições e lacunas, o primeiro dever é o de questionar qualquer tentativa de atribuição de valor moral que os vencedores tenham determinado sobre quais as personagens ‘mereceram’ ser biografadas. Parece óbvia tal assertiva para casos de personagens muito conhecidas, mas para aquelas relegadas para um segundo plano histórico é bem mais fácil ao pesquisador sucumbir à armadilha que se junta a pouca monta dos documentos que diretamente possam estar disponíveis facilmente.

135

O afastamento dos atributos morais da história ‘oficial’ não pode ser confundido, porém, com assumir uma tendência automática em ‘vitimizar’ o biografado, mas apenas de cobrar para a história as lacunas que seu desaparecimento produz na compreensão e no entendimento dos contextos em que ele viveu e produziu os sentidos e relações que compuseram seu viver em sociedade. Como advertência específica para o caso em questão, ainda que ‘injustiçado’ na construção histórica ‘oficial’ e tradicional que se perpetuou na análise das Minas Gerais da Primeira República, devemos lembrar que Carlos Wigg era uma personagem muito controvertida. Os registros sobreviventes corroboram traços soturnos da sua personalidade: chegara às ‘vias de fato’ com um funcionário nos primórdios de sua atuação como gerente nos negócios do pai, ainda no Rio Grande do Sul, fato registrado em um jornal de Porto Alegre;² era conhecido como rude negociador entre os trabalhadores, agindo com rigor tal contra os primeiros grevistas de sua empresa, na década de 1910, ameaçando fechar a Usina Metalúrgica de Miguel Burnier e demitir todos, fato que muito contribuiu para a raridade das reivindicações

2 MARUÍ. Rio Grande, Ano II, n.11, 13 de março de 1881.

e conversações entre trabalhadores e patrões nesse estabelecimento nas décadas seguintes; polido com engenheiros e pessoal qualificado, tinha fama de insensível com trabalhadores mais simples. (De fato, alguns filhos de trabalhadores que sobreviveram até meados do século XX afirmavam que Carlos Wigg era de origem alemã, justificando através desse engano o motivo de seu comportamento rigoroso, o que entrega o distanciamento do chefe com os subordinados de baixo escalão).

Mas há, na confusão de origem nacional presente na memória popular sobre Carlos Wigg algo de notável: ela permite ver a construção de uma versão conforme a lógica interna da memória social local. Há algo de uma reconstrução negativa de sua memória por usa dessa distorção. Para além dos mineradores de origem germânica ou nórdica que mantinham empreendimentos na região na mesma época de atuação de Carlos Wigg e que com este fizeram, inclusive, negócios (Schweber, Arn Thun e outros) a memória coletiva construiu algo em torno de referências dos períodos entre a primeira e a segunda guerra mundiais: resquícios da propaganda antigermânica ou pró-germânica (em cidades como Barbacena e Conselheiro Lafaiete estiveram no entre guerras sob forte influência dos Integralistas, os fascistas brasileiros);³ o estereótipo de um comportamento bruto relacionado à construção da imagem de um opositor, um inimigo; o distanciamento como sinal de inimizade latente, antipática.

136

Foi pela necessidade de articular memórias incompletas em um todo coerente – base da memória histórica, que é contextual - que a memória coletiva foi provocada a intercalar alguns relatos vagos da personalidade de Carlos Wigg, a partir de seu lugar social em Miguel Burnier, com as qualificações construídas na mentalidade popular e localmente atribuídas aos germânicos – principalmente depois de 1917 e 1942, ao se tornarem inimigos distantes e mal compreendidos - no contexto da primeira metade do século XX. Seriam os alemães estereotipados como tecnicamente aplicados, avançados tecnologicamente, mas frios, destituídos de empatia e inteligência para o trato social.

Figura culturalmente híbrida, mesmo estando em uma região que conheceu muitos estrangeiros, Carlos Wigg ainda assim conseguiu provocar estranhamentos. E se, em certos meios, o silêncio imposto por inimizades políticas - junto à falta de descendência ou de continuadores - jogou a memória de Carlos Wigg no esquecimento relativo de notas de rodapé da história do período inicial da

3 Em 1934, surgiu em Barbacena o jornal *O Rubicon*, “um órgão recreativo, noticioso [...] filosófico e teimoso”, de Inês Piacesi, imigrante italiana e usava *O Rubicon* para disseminar ideias pró-fascismo e pró-integralismo: PIMENTA, 2010.

República em Minas Gerais, por outro lado os ‘estranhamentos’ de sua imagem e comportamento entre os habitantes e trabalhadores locais construíram outro lugar de memória para aquela personagem. Tal memória coletiva é claramente marcada espacialmente. Mesmo que não tenhamos nos empenhado em averiguar se ainda existem resquícios da figura do biografado na memória coletiva em outras regiões de sua atuação profissional e das suas relações familiares, notadamente na sua terra natal, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e no Rio de Janeiro, com certeza não existe nessas paragens tais reconstruções de sua imagem.

Assim, percebemos também que o resgate biográfico pode passar por um resgate dos sentidos que memórias coletivas construíram posteriormente para a mesma personagem em diversos momentos e em diversos lugares, assim como as motivações para existirem tais diferenças e as causas de seletividade da memória. Tais divergências de interpretações em diversos lugares da história – o lugar oficial e os lugares múltiplos das memórias – nos faz perceber que a história política escrita pelos vencidos, caso tomado criticamente, se parece como a caricatura de um modelo de Pangloss,⁴ de eterno processo de ‘melhorias possíveis’, sendo o presente o resultado das possibilidades mais benéficas e ao alcance dos agentes que o construíram, através de ações passadas que atribuem o valor máximo a partir de si mesmas. Os derrotados apenas não teriam as melhores soluções ou adaptações nessa aventura histórica panglossiana, reafirmando sorrateiramente a história dos vencedores, sem levar em conta as diversas possibilidades, limitações e contradições sociais, os princípios spencerianos.⁵ Na falta de um lugar na história, as biografias de alguns dos perdedores se tornam, dentro do teatro das memórias, outras caricaturas.

As biografias que resgatam os sentidos presentes nas ações das personagens históricas que tiveram papel preponderante em contextos específicos, cuja construção da história e da memória coletiva as relegou para um segundo plano contestam essa interpretação da história panglossiana e spenceriana. Os vencedores, renegando a importância e o valor dos vencidos, buscam um sentido moral da

4 Pangloss é um personagem criado por Voltaire na sua obra *Cândido* (1758). Ele se apresenta como uma caricatura e uma crítica a um importante filósofo em voga à época: Leibniz. Este afirmava que ‘o mundo do presente sempre era o melhor dos mundos possíveis’.

5 Herbert Spencer foi o precursor do Darwinismo Social, que tentou trazer as noções darwinistas de competição e sobrevivência para o campo social, subvertendo à força as distinções entre as regras do mundo natural e do mundo social, sendo amplamente criticado nos meios intelectuais, mas, aceito por muitos liberais que viam nessa teoria híbrida e confusa uma reafirmação do funcionamento do mercado e explicação necessária para as desigualdades sociais.

história que em si, ela não possui como já apontamos. O processo de esquecimento determinado pela sobrevivência política dos vencedores por um longo prazo, deixar à sombra antigas reputações de inimigos dos quais se nega reconhecimento, mas que podem ter muito a dizer à história em seus outros aspectos simbólicos, interpretativos e regionais.

Do senso comum e do esquecimento coletivo

No caso de uma figura histórica que não produziu descendentes genéticos, adotivos ou seguidores, o peso do tempo criou um desafio que atinge a releitura da história para além de seu tempo e dos papéis que assumiu em vida. Impondo a transitoriedade de seus feitos impiedosamente, negando-lhe permanência de memória e justiça - pela impossibilidade de justificar-se por si ou por outros – esses fatos vão de encontro com monumentos voluntários e involuntários criados pelo biografado ou por outros, no caso de Carlos Wigg, principalmente pela manutenção da empresa que criou em Miguel Burnier e pela grande igreja do Coração de Jesus erguida pelo patrocínio de sua viúva junto às dependências dessa mesma empresa. Esses monumentos desafiam pela manutenção de seu nome a eles associado, o esquecimento geral que se produziu por outras vias. No embate, surgiu uma série de memórias imprecisas e recriadas, releituras de episódios truncadas pela sua passagem de geração em geração, e que se tornaram um tipo de memória pelo senso comum. Essa memória pelo senso comum não nega o esquecimento, antes, dele faz parte.

138

Se a falta de descendência ou seguidores nega a uma figura pública alguns importantes planos que constituem os lugares e os percursos das memórias, e a representação do passado fica livre para as mais mirabolantes reescritas da história, inclusive as de caráter folclórico, também pode abrir caminho outras operações mentais coletivas, entre elas a ruptura de todas as relações da personagem com o real, encurtando o tempo do esquecimento do que é realmente significativo, desaparecendo com os últimos vestígios que serviriam aos processos dialéticos comuns na construção de memórias de figuras públicas.

Porém, cabe à história - por se conformar como uma ciência interpretativa das evidências - tornar o historiador o intérprete da subjetividade perdida, ao levá-lo, no processo de destrinchar o passado, a obrigar-se a explicar e revelar os lugares e os papéis assumidos pelo eventual biografado cujas memórias não tiveram condições históricas propícias a sua sobrevivência por leituras e releituras

de terceiros. Assim o senso comum deverá ceder lugar ao trabalho do historiador em desnaturalizar o lugar até então ocupado pelo biografado na memória coletiva, revalorando as fontes e ações do sujeito sob a ótica histórica.

Nem tudo, porém, é nebuloso e controverso. Há algo de palpável em outros lugares, localizados pela mediação tecnológica das buscas virtuais que hoje permitem ao pesquisador acessar bibliotecas distantes e dados compartilhados. Assim, foi localizada a única nota biográfica conhecida de Carlos Wigg, organizada por um inglês, entre 1912 e 1913, em obra que visava fazer conhecer o Brasil. Reginald Lloyd, em seu *Impressões do Brasil no Século Vinte*, nos brindou com dados parciais, mas muito significativos, que possibilitou muitas entradas para novas pesquisas: (LLOYD, 1913: 329-331)

Carlos G. da Costa Wigg - É o quarto filho do sr. John Clayton Wigg, natural de Liverpool, e que tendo vindo para o Brasil em 1819, se estabeleceu com casa de negócio no Rio Grande do Sul. O sr. Carlos Wigg, de descendência brasileira pelo lado materno, nasceu em 1855 e foi educado no Rio Grande. Tendo entrado com 15 anos de idade para um escritório comercial, estabeleceu-se em 1878 por conta própria, com casa importadora e exportadora, em sua cidade natal.

Em 1881, foi para o Pará, como empreiteiro das obras públicas de melhoramento da cidade, e executou vários contratos estaduais e municipais, por conta própria e de sociedade com outros. Visitou depois as regiões do Alto Amazonas e, regressando ao Sul no ano seguinte, em 1882, começou a empregar os seus capitais no estado de Minas Gerais, ao qual, desde então, ficaram presos os seus interesses comerciais e industriais.

O sr. Wigg havia já começado a estudar seriamente os enormes recursos minerais de que dispõe este estado e com especialidade as vastas jazidas de ferro; e em 1886 iniciou a primeira usina de ferro no Brasil, na Estação de Esperança, empresa que foi mais tarde vendida a uma companhia organizada com esse intuito.

A usina Wigg, hoje em plena prosperidade, foi fundada em 1890, nas vizinhanças de Bournier, estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, onde o sr. Wigg instalou um alto-forno para 12 toneladas de minério, empregando como combustível carvão de madeira, produzido em sua propriedade. É interessante notar que, naquele tempo, podiam os fornos, nas Usinas Esperança e Wigg, suprir todo o ferro-gusa necessário ao consumo do Brasil; este estado de coisas, porém, mudou muito nos últimos 30 anos.

Depois de dois anos de esforços, o sr. Wigg convenceu-se de que a indústria do ferro, em pequena escala, não seria nunca remunerativa; apagou seus fornos e dedicou-se a uma indústria que se tem tornado de uma importância mundial e da qual foi praticamente o iniciador: a indústria do manganês.

Em sua grande propriedade Usina Wigg, na linha-tronco para Belo Horizonte, onde termina a bitola larga, perto da estação de Burnier, fundou o sr. Wigg três estações menores com bitola estreita; na sua mina trabalham cerca de 300 homens, enquanto que outros 2.000 vivem na

propriedade. Cerca de 50.000 toneladas de minério de manganês são extraídas anualmente, o que constitui cerca de um quarto da produção total do Brasil.

O minério embarcado na estrada de ferro é enviado para o Rio de Janeiro, onde o sr. Wigg tem na Ilha Mocanguê Grande, na baía, depósitos próprios, providos de guindastes e aparelhos automáticos para carga e descarga.

O sr. Wigg possui também rebocadores e saveiros, para o transporte do minério para os depósitos da ilha. O manganês é exportado para a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, e o minério da propriedade do sr. Wigg obtém o melhor preço para manganês de origem brasileira. Deve-se notar que a mina de B(o)urnier é a única mina de manganês no Brasil, explorada em níveis profundos. Na dragagem de rios para extração de ouro, tem o sr. Wigg feito, por vários anos, ensaios mais ou menos satisfatórios, nos rios do estado de Minas Gerais.

Em outra parte desta obra se encontra um artigo sobre uma indústria que talvez venha a tornar-se a mais importante do Brasil e para cujo triunfo o sr. Wigg emprega a sua admirável perseverança e firme convicção e a qual considera o mais alto ideal de sua vida; a indústria do aço e do ferro. Muito breve começará a trabalhar a grande Usina de Ferro e Aço montada de acordo com os melhores planos ingleses, próximo à cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. (LLOYD, 1913)

140

Esta nota biográfica dá interessantes dados gerais sobre o biografado, mas não informa muito sobre sua relação específica com Minas Gerais, com as elites mineiras do início da República, nem de uma série de aspectos biográficos que constantemente voltam à tona quando se busca reconstruir esse período histórico para a região do entorno do distrito de Miguel Burnier, dos aspectos complexos e nebulosos da história do trabalho e das concessões minerais ali.

Por outros meios e fontes, principalmente em documentação ainda em grande parte inédita existente no acervo da Usina Wigg, descobrimos uma das principais causas do desaparecimento relativo da figura de Carlos Wigg da história mineira: uma briga entre ele e o filho de um engenheiro e político associado aos seus negócios, nas dependências da Usina Wigg, ocorrida em meados de outubro de 1915.

O jovem era nada menos que Domingos Fleury da Rocha, filho de Domingos José da Rocha, político e engenheiro ligado à Escola de Minas de Ouro Preto. Sem entrara nos detalhes da contenda, que gerou inclusive um processo judicial, o fato é que este jovem se tornou um influente político e técnico cuja resistência à figura e à memória de Carlos Wigg era publicamente conhecida. Ao que tudo indica, grande parte das pessoas do círculo íntimo de Carlos Wigg dependiam ou dependeram da boa vontade de Domingos Fleury da Rocha posteriormente à morte daquele. Assim, não houve reconhecimento público de Carlos Wigg de nenhuma

espécie por longos anos, e depois de algumas décadas no limbo, quase ninguém vivo se lembrava bem dele, e sentido nenhum parece ter havido de resgatá-lo como personagem.

Para se ter uma ideia da barreira que se formou em torno da reiteração ou registro da posição de Carlos Wigg na história da sociedade e da política mineira, resta colocar uma outra breve biografia, a de seu desafeto: Domingos Fleury da Rocha. Ele fora diretor da EMOP entre 1927 e 1930 e aliado de Fernando de Melo Viana, o vice-presidente da República que, apesar de mineiro, se manteve governista na revolução de 1930 por não ter sido indicado para concorrer ao governo do Estado. Após a Revolução de 1930 Domingos Fleury da Rocha passou da Diretoria da EMOP para a subcomissão de engenharia da “Comissão de Reforma do Ensino Superior e Organização do Ensino Universitário”, de nível Federal, convidado por Francisco Campos, em 1931, mesmo ano da morte de Carlos Wigg. Logo a seguir, em 1933 foi chamado para dirigir o recém-criado DNPM, cargo que ocupou até 1938. Depois ocupou diversos cargos no Conselho Nacional do Petróleo, de 1938 a 1944. Quando voltou à Diretoria da EMOP em dezembro de 1944. Durante este longo período, que começou nos últimos anos de vida de Carlos e se estendeu por cerca de quinze anos após sua morte (tempo em que faleceram praticamente todos seus principais colaboradores) foi negado qualquer reconhecimento público a Carlos Wigg, que tinha, inclusive, sido um benfeitor da própria Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida por dois períodos por Domingos Fleury da Rocha. (UFOP,1976: 105-107; NEVES, 2012: 139-140; CARVALHO, 2001: 153-178; REIS, 2008: 121-124).

141

A resistência à figura de Carlos Wigg, porém, data de muito mais cedo, talvez até mesmo desde que chegou às Minas Gerais, despertando sentimentos negativos de grupos locais que esperavam usar os recursos minerais do estado apenas em seu próprio benefício. Indício claro disso é uma carta de 31 de dezembro de 1914, anterior, portanto, à briga com Domingos Fleury da Rocha, em que Carlos Wigg se manifestaria com um amigo sobre as dificuldades que alguns representantes do regionalismo mineiro e outros interesses impunham à sua empresa:

É desoladora a convicção a que vou chegando, de que, salvo alguns raros amigos pessoais, nem mesmo no município de minha atividade, se me reconhece, em Minas, algum valimento, as minhas mais justas pretensões, sendo constantemente preteridas pelo efeito do despeito (ou de outros motivos de igual pouca nobreza) de qualquer cidadão falto da precisa elevação moral. E por tal forma vão me ferindo e magoando estas desagradáveis experiências, que não vejo senão a alternativa de

recolher-me à vida privada; já que a conseqüente falta de tranquilidade de espírito me impede, aos 60 anos, da continuação do mesmo esforço, rigoroso, sob o qual tenho resistido até recentemente. Eu não quisera que o amigo visse nisto uma queixa, mas antes um desabafo, perante um amigo cujas manifestações benévolas, justificam-me. (Carta a Braguinha, , enviada do RJ).⁶

A construção de um senso comum que posicionava Carlos Wigg como um forasteiro nada bem vindo ao interior das Minas Gerais começara muito antes. Talvez sua condição de gaúcho filho de ingleses já predissesse os preconceitos que sofreria. O ramo que resolvera atuar – mineração e siderurgia - motivo de cobiçosos empreendedores locais que vinham de antigas famílias dos primeiros exploradores, se somaria para tornar o preconceito senso comum. A possibilidade de sobrevivência de sua memória estava em cheque antes de sua própria constituição.

Documentos e monumentos na memória de Carlos G. da Costa Wigg

Grande parte dos documentos existentes no acervo da Usina Wigg em Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto - hoje sob a guarda da empresa Gerdaul – está ainda por ser analisada. O que já é conhecido impõe diversas questões memorialísticas a serem analisadas em maior profundidade, todas podendo ainda gerar profundos impactos nas interpretações das informações biográficas de Carlos G. da Costa Wigg.

Para além das considerações arquivísticas e do sentido e caráter do fundo documental, onde documentos particulares despontam vez por outra em meio a uma massa enorme de documentos da própria empresa, fica claro que o lugar e a importância da memória não era algo longe das considerações do industrial Carlos Wigg e de sua esposa, Alice da Silveira Wigg. Eles demonstraram em diversos momentos preocupações com suas imagens públicas, inclusive porque transitavam pela alta roda política e intelectual do Rio de Janeiro. Com menor constância,

⁶ Custódio da Silva Braga, engenheiro, farmacêutico, literato, professor de geometria e trigonometria, química, física e eletrotécnica, além de historiador. Trabalhou em diversas explorações minerais em Ouro Preto, em prospecções e análises químicas publicando 28 trabalhos nos Anais da EMOP. Presidente da Câmara de Ouro Preto em 1912 cuidou dos transportes no município e da canalização de água de Cachoeira do Campo. (PAULA & FERREIRA, 1974: 150-151). Era filho de Vitorino da Silva Braga, considerado um dos fundadores de Juiz de Fora (MG), também amigo de Carlos Wigg. Amaro Lanari Júnior, sobrinho de Carlos Wigg, se formaria na Escola de Minas de Ouro Preto na mesma turma do filho de Custódio da Silva Braga, Custódio Braga Filho, em 1936. (UFOP, 1976: 180).

também se relacionavam com as elites mineiras.

Carlos e Alice participaram por anos de eventos beneficentes, fizeram diversas doações, e eram ativos participantes de uma instituição que atuava na alfabetização de jovens na cidade do Rio de Janeiro, e até mesmo uma escola da cidade foi batizada com o nome de Carlos da Costa Wigg após sua morte. Fizeram doações à Santa Casa de Caridade em Jaguarão, no Rio Grande do Sul e outras mais no Rio de Janeiro.⁷

Talvez o mais contundente monumento erigido para lembrar a importância de Carlos Wigg tenha sido a Igreja do Coração de Jesus, construída pela intervenção e com doações feitas por sua viúva, Alice Wigg, cujas obras se finalizaram por volta de meados da década de 1930, alguns anos após o falecimento de Carlos Wigg. Essa obra arquitetônica refinada, indiretamente, é um monumento de Alice Wigg em memória das obras do esposo falecido. Porém, perdeu sua eficácia simbólica.⁸ Igualmente, o trecho da carta transcrita no tópico precedente deve ser lida com vista a essa percepção dos Wigg sobre ao seu legado ao futuro.

Por fim, devemos nos lembrar de que o período da presença dos Wigg em Miguel Burnier coincide com reorganização incessante da política e das instituições públicas no Brasil, iniciando-se ainda nos anos finais da Monarquia até o movimento de 1930, e é um período rico de luta simbólica, onde entre toda uma gama de opções políticas e ideológicas. O emaranhado de relações simbólicas acaba por ser o objeto mais importante do resgate biográfico, maior em si do que a figura humana e social do próprio biografado, o que transcende o entendimento tradicional do papel metodológico das biografias.

143

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*. In: Mouseion, vol.3, n.5, Jan-Jul/2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

7 Há algumas referências entre os documentos da Usina Wigg; outras doações foram públicas, sendo anunciadas em O País, o jornal de maior circulação no Rio de Janeiro da Primeira República, por fim, o Arquivo Nacional, no fundo do Cartório do Ofício de Notas contém diversas referências a doações.

8 Como aponta claramente o pensador francês Pierre Bourdieu “a política é o lugar, por excelência da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos.” (BOURDIEU, 2006: 159)

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. pgs. 141-171. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LLOYD, Reginald. (org.) *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Londres. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd.; Rio de Janeiro. L. T. Delaney e Joaquim Eulalio, 1913.

MELO, Eduardo Rezende. *Nietzsche e a justiça: crítica e transvaloração*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2004.

144

PAULA, Almênio J. de & FERREIRA, Saturnino G.. *Figuras Notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Pioneiros e Expoentes Editorial Ltda., 1974.

PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora de. *Amaro Lanari Júnior: pensamento e ação de um siderurgista*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

PIMENTA, E. F. As Relações de Inês e Aroldo Piacesi com o Fascismo e o Integralismo, Barbacena-MG (1923-1945). Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahps/files/2010/11/Anais_do_III_Simposio_do_Laboratorio_de_Historia_PoliCatlica_e_Social.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

REIS, Milton. *A trajetória do Poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte. Armazém de Idéias, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. *A Escola de Minas: 1876-1976*. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da Universidade de Ouro Preto, 1976.

VOLTAIRE. *Cândido*. 3ª ed. São Paulo: Maritns Fontes, 2003.

APM – Arquivo Público Mineiro – AS 937: 6-7.

APMOP. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto - Atas das Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto.

AN – Fundo Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro. Livro 551, fl.53,
Rolo031.69-79.

BN – MAN – Memórias 7,3, 1002 – n. 096.

Carta 27/08/1906 – De Carlos Wigg para Domingos da Rocha

Carta 01/09/1906 - De Carlos Wigg para Domingos da Rocha

Carta 16/10/1914 – De Carlos Wigg para Domingos Fleury da Rocha

Carta 15/12/1914 - De Carlos Wigg para George Chalmers

Carta 31/12/1914 - De Carlos Wigg para Custódio Braga

Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1911.

MARUÍ. Rio Grande, Ano II, n.11, 13 de março de 1881.

O Paíz, sábado, 23 de abril de 1898.

O Paíz, segunda feira, 25 de abril de 1898 p.1.

145

O Paíz, domingo, 17 de maio de 1921.

O Paíz, várias edições.

De Amarante para o mundo: Clóvis Moura, memória e esboço biográfico

Enviado em:

25/05/2014

Aprovado em:

12/10/2014

Gustavo Orsolon de Souza

cliogustavo@bol.com.br

Mestre em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo tem o objetivo de fazer uma breve análise de parte da memória e da biografia do intelectual Clóvis Moura. Estamos considerando como uma pequena parte porque não é nossa pretensão fazer uma biografia no sentido pleno do termo, mas sim percorrer os primeiros passos da vida de Moura até a publicação de seu primeiro trabalho, o livro “Rebeliões da Senzala”.

146

Palavras-Chave

Clóvis Moura; Memória; Biografia

Abstract

This article aims to make a brief analysis of part of memory and intellectual biography Clóvis Moura. We are considering as a small part because it is not our intention to do a biography in the full sense of the term, but rather go through the first steps of life de Moura until the publication of his first work, the book “Rebeliões da Senzala”.

Keywords

Clóvis Moura; Memory; Biography

Segundo o sociólogo Fábio Oliveira, que fez um trabalho cuidadoso sobre parte da trajetória intelectual de Moura, é em Amarante, no Estado do Piauí, que em 10 de junho de 1925 nascia o segundo filho de Francisco de Assis Moura e Elvira Steiger Moura chamado Clóvis Steiger de Assis Moura, hoje mais conhecido como simplesmente Clóvis Moura (OLIVEIRA, 2009: 27-28).

Oliveira investiga a origem familiar e afirma que sua mãe, Elvira, era neta

do suíço Ferdinand Von Steiger-Münssingen, barão do império prussiano e homem bastante influente na Bahia, principalmente depois que se casa com Amélia Sá, também de família tradicional, que juntos desenvolvem a produção da Fazenda Vitória, em Ilhéus BA, a qual eram proprietários (OLIVEIRA, 2009: 27-28).

Elvira Steiger de Magalhães Castro, nasceu e foi criada nesta fazenda. A mesma conheceu seu futuro marido, Francisco de Assis Moura numa viagem que fez ao Rio de Janeiro para estudar. Após o casamento, Elvira passou a assinar o nome de casada, Elvira Steiger Moura (Entrevista: 2012).

Sobre a origem do pai de Moura, Oliveira teve poucas informações, tendo apenas como fonte o depoimento de Vivaldo da Costa Lima. Francisco de Assis Moura era negro e filho do maranhense Abidon Moura (OLIVEIRA, 2009: 29). Francisco formou-se farmacêutico na Bahia, mas acabou indo trabalhar como fiscal do imposto de renda (Entrevista: 2012).

Elvira e Francisco tiveram mais dois filhos, Carlos Assis Moura, apelidado de Carlitos e Maria do Rosário Moura Cunha, apelidada de Merita, sendo Carlos o mais velho e Merita a mais nova.

Em uma de suas poesias, Moura destacou um pouco de sua infância com os irmãos, na cidade de Amarante. Na poesia intitulada “Lendas”, Moura retrata o universo das lendas que ele e seus irmãos ouviam quando crianças:

“[...]”
Acordamos assustados
(somos apenas crianças)
e vemos pela janela
milhões de bichos na noite.
Vem o cabeça de Cuia
dançando de madrugada
vem a moça que morreu
no Parnaíba afogada:
com o seu vestido de noiva
que não pode ser usado.
[...]”. (MOURA, 1982 :26-27)

A cidade de Amarante também foi retratada por Moura em suas poesias. Localizada no interior, sem a agitação e o movimento das grandes centros urbanos, o autor destaca, por exemplo, na poesia “Evocação do Menino Perdido”, o tom bucólico e a simplicidade da cidade natal onde ele e seus irmãos nasceram:

“Naquele rio sem ponte
eu via a noite chegar
com seus punhais de tristeza

desdobrando devagar.
Naquela rua sem pedras
da cidade de Amarante
com bichos piando em frente
ao tronco escuro do monte
eu via a lua chegar [...]”
(MOURA, 1982 :18-19)

A família teria permanecido em Amarante até o ano de 1935 quando, então, se transferiram para Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Um dos motivos da transferência da família estaria ligado à decadência econômica da região, que teria se iniciado em 1920 (OLIVEIRA,2009: 29-30).

Entre o ano de 1935 até o ano 1941, Moura e sua família viveram em Natal. Na nova cidade, Moura e seu irmão foram estudar no Colégio Diocesano Santo Antônio, que desde 1929 era dirigido pelos irmãos Maristas, responsáveis por manter o ensino católico na instituição e preparar a elite política e intelectual (OLIVEIRA, 2009: 32-33).

Teria sido nesta instituição católica que Clóvis Moura deu o primeiro passo em sua carreira como intelectual. Ele inicia sua vida nesse universo quando, ainda no Colégio católico, cria o Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro e o jornal *O Potiguar*, onde teria publicado seu primeiro artigo (OLIVEIRA, 2009: 32, 33 e 36).

No poema “Definição”, do livro poético, “Argila da Memória”, de 1962, Moura deixa claro que o seu sonho não era seguir a profissão do pai - que como já afirmamos – trabalhava como fiscal do imposto de renda. Moura, tinha outras ambições:

“Meu pai queria que eu fosse
fiscal do Imposto de Renda,
advogado de banca,
noturno membro society
menino de muitas prendas.”
(MOURA, 1982: 32-34)

O trecho retrata o interesse preocupado de um pai para com a carreira de seu filho. Nesse caso, Clóvis Moura não acatou a vontade de seu pai, e foi em busca de um novo caminho que acreditava que poderia trilhar. Caminho este em que o infinito era o desejado:

“[...]”
Quero mais: quero as estrelas,
quero a sonata maior
quero o crepúsculo e o espaço
no bolso do paletó.”
(MOURA, 1982: 32-34)

Moura foi em busca desse sonho, desafiando os obstáculos – que não foram poucos –, para que seu lugar pudesse conquistar. Queria construir a sua carreira, sabia que não tinha talento, ou vocação, para trabalhar na profissão de seu pai. Em outro trecho do mesmo poema, Moura se considerava um “monarca”, possuidor do “mistério”, portanto, não queria ficar preso, como “pedra e cal”, na figura de um fiscal (MOURA, 1982: 32-34).

O Jovem Clóvis Moura

Em 1941 ocorreu a transferência de Moura e família para Salvador (BA), mesmo ano do falecimento de Carlos, irmão mais velho de Moura. É em Salvador que Moura começa a estreitar seus laços com a intelectualidade, criando seu círculo de amizade. Oliveira afirma que além de Vivaldo Costa Lima, Moura também teve Aluísio Sepúlveda, Rui Soledad e Otto Soledad como amigos. A reunião de Clóvis e seus amigos ocorria semanalmente para tratar de assuntos relacionados à política e a literatura (OLIVEIRA, 2009: 38).

O tempo que residiu em Salvador foi curto. Em 1942, Moura e a família já estavam residindo em Juazeiro (BA). Nesta época, Clóvis Moura não era mais um nome desconhecido. O mesmo foi convidado, por “colegas comunistas”, a criar em Juazeiro a seção local da Associação Brasileira de Escritores – ABDE (OLIVEIRA, 2009: 66). Não conseguimos apurar se Moura realmente criou a ABDE em Juazeiro, mas consideramos tal convite uma forma de projeção de seu nome dentro do universo intelectual. Ainda é preciso lembrar que nesta mesma época Moura não havia publicado ainda nenhum livro.

Ainda no período que residiu em Juazeiro, Moura criou o jornal *O Jacuba*, além de ter se filiado ao Partido Comunista. A socióloga Érika Mesquita indica por volta de 1945 o ano de sua filiação (MESQUITA, 2002: 176).

Em 1949, Moura muda-se para a cidade de São Paulo. Na nova cidade, Clóvis Moura começou a atuar na Frente Cultural do Partido Comunista, além de exercer a função de jornalista nos Diários Associados (MESQUITA, 2002:

176). Diários Associados foi uma instituição de mídia criada em 1924 por Assis Chateaubriand, um influente jornalista e político.

Em São Paulo, aos vinte e cinco anos de idade, Moura teria começado uma nova vida. Ligado ao Partido Comunista, Moura se firma como jornalista, trabalhando em diversos veículos de comunicação da época: *Jornal Última Hora* (1952-1958), *Revista Fundamentos* (1952-1955), *Revista Flama* (1952) (OLIVEIRA, 2009: 38 e 68).

Ainda na Bahia, Clóvis Moura, então jornalista, se lançou na tarefa de escrever um livro sobre as rebeliões escravas no Brasil. Esse livro só foi publicado sete anos depois de pronto, em 1959, como o título de “Rebeliões da Senzala”.

Moura se considerava negro. Em uma entrevista concedida ao *O Jornal de Alagoas*, em 1995, Moura afirma que seu interesse pela cultura negra se deve, primeiramente, por ser descendente de africanos, isso o teria motivado a querer entender o seu contexto na sociedade:

“[...] Porque, se eu não me localizo dentro do contexto da sociedade e etnicamente, eu sou aquilo o que Sartre chamava um ser-não situado, uma pessoa que boia dentro de um contexto sem saber onde se ancora”.¹

150

Ainda na entrevista para o mesmo jornal, Moura afirma que sua descendência europeia – Steiger – não poderia estar em primeiro plano, já que suas características físicas e mentais não tinham nenhuma ligação com essa descendência branca².

Clóvis Moura e o Livro “Rebeliões da Senzala”

Aos 34 anos de idade, no ano de 1959, após mais de sete anos tentando publicar seu primeiro livro, Moura conseguiu ver seu sonho transformado em realidade. Publicado pelas Edições Zumbi, uma pequena editora paulista, o livro “*Rebeliões da Senzala*” foi lançado, e dedicado aos seus pais Francisco e Elvira e a sua filha Soraya (MOURA, 1959).

Treze anos depois, em 1972, aos 47 anos de idade, Clóvis Moura

1 VALENÇA, Silvana. Clóvis Moura – O Preconceito Racial e o Branqueamento Brasileiro. In: *O Jornal*, 18/02/1995. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

2 VALENÇA, Silvana. Clóvis Moura – O Preconceito Racial e o Branqueamento Brasileiro. In: *O Jornal*, 18/02/1995. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

conseguiu reeditar o livro na coleção “Temas Brasileiros” da editora Conquista, uma coleção de prestígio dirigida pelo intelectual e político Arthur Cezar Ferreira Reis³. A nova edição tinha passado por uma completa reformulação, resultado de um grande investimento de Clóvis Moura, que voltou aos arquivos para poder incluir novos temas, não abordados na primeira edição, como por exemplo, a atuação dos escravos rebeldes na região de São Paulo. Se a primeira edição foi elaborada a partir de um arquivo, o Arquivo Público da Bahia, agora Clóvis Moura teve outros arquivos como referência. Dentre os arquivos que Moura circulou para complementar a sua obra destacam-se: em São Paulo, o Instituto Brasileiro de Filosofia de São Paulo, o Arquivo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de São Paulo (Departamento de Cultura); no Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional.

A primeira edição possui apenas “orelha” com comentários da própria editora. No comentário feito na “orelha” da primeira edição do livro, o trabalho de Moura é enaltecido, principalmente em relação ao seu pioneirismo em usar como fontes primárias os manuscritos do Arquivo Público da Bahia. Para além disso, a editora destacou, mesmo sem apontar nomes, que Moura rompeu com a interpretação de que o negro deveria ser visto através de um contexto “etnográfico” e “folclórico, defendendo o campo histórico como alternativa para explicar a situação do negro no Brasil (MOURA, 1959). Certamente o texto fazia referência aos trabalhos dos antropólogos que vinham se destacando entre as décadas de 1930 e 1940 nesse campo de pesquisa sobre negros como, por exemplo, Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

151

Já na segunda edição, também há uma “orelha” elaborada pela editora. Mas, diferentemente da primeira, em que o comentário é sobre o livro, nesta “orelha”, o comentário segue um padrão editorial, que caracteriza a coleção “Temas Brasileiros”. O texto apresenta o mapa que ilustra a capa, de autoria do cartógrafo francês Pierre Desceliers, de 1550, considerado o “criador da hidrografia francesa” (MOURA, 1972).

Mas, nesta segunda edição, a editora se preocupou em oferecer nas primeiras páginas um breve histórico da vida de Clóvis Moura, com dados sobre o local de nascimento, as cidades onde residiu e os primeiros trabalhos, a fim de apresentar e aproximar o autor de seu público leitor. Neste breve histórico, que não foi intitulado pela editora, afirma-se também que a intenção era fazer dois volumes

3 Pesquisamos trabalhos acadêmicos sobre a coleção “Temas Brasileiros”, assim como, trabalhos sobre a trajetória de Arthur Cezar Reis. Mas infelizmente, não localizamos sequer um trabalho.

de “*Rebeliões da Senzala*”, mas que, por motivos editoriais – não explicitados no texto – foi preciso condensar o livro em apenas um volume (MOURA, 1972: 13-14).

Arthur Reis, diretor da coleção, destacou nas páginas seguintes, numa apresentação, a importância do livro. Embora não explicitado o que distingue a segunda edição da primeira, Reis deixa claro que a edição de 1972 do livro “*Rebeliões da Senzala*” não é “uma edição que repita a primeira”. O que o coordenador da coleção procura deixar explícito é que o livro de Moura trouxe uma nova abordagem em relação aos demais trabalhos sobre o negro. Para ele, Moura trouxe uma “continuidade geográfica ou temporal” das revoltas negras, o que pouco se percebia nos estudos sobre o negro (MOURA, 1972: 16).

Vemos, então, que Reis ao destacar essa “continuidade geográfica ou temporal”, está evidenciando uma originalidade na obra de Moura, que não foi mencionada na primeira edição. Para além disso, Reis também destacou que a interpretação de Clóvis Moura é nova por trazer um “espírito de reação”, “da multidão negra”, que contraria as interpretações de um “escravo sossegado”, “conformado” e “incapaz de atos coletivos de rebeldia” (MOURA, 1972: 16).

152

Arthur Reis ainda afirmou que o livro de Moura ofereceu:

“[...] uma contribuição preciosa para o estudo e compreensão da sociedade brasileira nos quatrocentos anos de funcionamento do sistema sócio-econômico da mão-de-obra escrava. É, por isso, um livro que abre perspectivas, propõe, sugere, informa, sustenta posições a serem examinadas para a formulação de uma exegese não simplista nem prejudicada por pressões ideológicas” (MOURA, 1972: 16).

Fica bem claro neste posicionamento de Reis, que o mesmo está considerando o trabalho de Moura um estudo propositivo, que apresenta uma nova proposta de interpretação sobre a escravidão. Um livro que, para Reis, ultrapassa as expectativas de qualquer leitor, porque além de informar sobre um tema, ele também levanta hipóteses a serem pensadas.

Arthur Reis, ao adotar esse posicionamento em relação ao livro de Moura, estava certamente influenciado pelo contexto de mudança na historiografia, que começou por volta de 1960. Segundo as historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos foi em 1960 que começou uma grande revisão historiográfica. A partir desse momento, a escravidão passou a ser entendida pelos estudiosos como um sistema de violência e de luta, rompendo com uma certa visão harmoniosa produzida na década de 1930, e que teria orientado os trabalhos elaborados nas décadas de 1940

e 1950 (RIOS; MATTOS, 2005: 17-22).

A segunda edição do livro “*Rebeliões da Senzala*” sai justamente no bojo desse movimento revisionista, em 1972. Ou seja, quando essas críticas à produção da geração de 1930 já estão consolidadas. Como evidenciou Rios e Mattos, há uma inversão nos estudos sobre a escravidão neste momento. Antigos “paradigmas” são deixados para trás, e o escravo para a ser visto como um agente social dentro do sistema escravista (RIOS; MATTOS, 2005: 25-26).

O livro publicado pela Editora Conquista traz ainda uma introdução, o que não havia na primeira edição. Nesta introdução, Clóvis Moura fez algumas afirmações sobre o seu novo trabalho, por meio das quais reinventa seu próprio livro. Afirmou, por exemplo, que o material “não foi apenas revisto”, mas também “enriquecido”. Ressaltou que na segunda edição tentou corrigir algumas das “deficiências” existentes na primeira edição. Nesse ponto, destaca que iniciou a pesquisa em 1948, ainda bem jovem, e que esta ainda teria ficado guardada por vários anos por falta de uma editora que se interessasse em publicar o material (MOURA, 1972: 19). Em outras palavras, ela precisava ser reescrita, o que ele fez nessa segunda edição.

Moura também destacou nessa introdução as dificuldades encontradas para escrever “*Rebeliões da Senzala*”, principalmente devido ao que ele chamou de “barreiras históricas”. Uma dessas barreiras é marca de sua própria historicidade: à época, faltavam estudos que mostrassem o negro lutando contra a escravidão. Em seguida, faz uma crítica muito precisa aos trabalhos até então produzidos. Segundo ele, seus autores optaram por repetir “esteriótipos” sobre a interpretação dos negros ao invés de realizar uma investigação em arquivos, e procurar documentos para fazer uma análise mais substancial, que pudesse mostrar o outro lado da escravidão (MOURA, 1972: 19).

Essas críticas já apontam para um reposicionamento de Moura no campo temático sobre “escravidão”. Nessa introdução, de 1972, ele já se via como um escritor original e que tinha uma proposta nova em relação aos estudos sobre os negros no Brasil:

Nosso trabalho procura estudar a participação do escravo como forma dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico. A outra parte, do escravo como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo no processo social já foi por demais estudada. Há mesmo uma verdadeira indústria nesse sentido (MOURA, 1972: 22).

Essa proposta nova é, sem dúvida, resultado de treze anos de experiência intelectual. Depois da primeira publicação do “*Rebeliões da Senzala*”, em 1959, Clóvis Moura foi se afirmando como escritor, tendo publicado quatro títulos: “Espantalho na Feira”, em 1962; “Argila da Memória”, em 1962; “Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha”, em 1964; e “Âncora no Planalto”, em 1964. Três desses livros são de poesia - “Espantalho na Feira”, “Argila da Memória” e “Âncora do Planalto” -, já o livro “Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha”, é de crítica literária. Após treze anos da publicação da primeira edição de “*Rebeliões da Senzala*”, e com quarenta e sete anos de idade, Moura já era agora um intelectual.

Moura dialogou também com vários intelectuais durante esses anos, tendo participado de vários eventos acadêmicos; além de ter mantido seu trabalho como jornalista, ocupando os cargos de diretor e redator em jornais paulistas de grande circulação, tais como: *Diário da Noite*, *Diário de São Paulo* e a *Folha de São Carlos*. Foi ainda, entre 1954 e 1968, professor no curso de Literatura Brasileira na União Brasileira de Escritores, em parceria com o Conselho de Cultura de São Paulo e ministrou nessa mesma época o curso “O Escravo Negro: de escravo a marginalizado”, na Universidade Estadual de Londrina⁴. Tratava-se, portanto, de um intelectual mais maduro e já inserido nos debates políticos e intelectuais da época.

A terceira e quarta edição de “*Rebeliões da Senzala*” foram publicadas ainda na mesma década; uma em 1981 e a outra sete anos depois, em 1988, em plena comemoração do centenário da abolição. As duas edições mantiveram a mesma estrutura de capítulos da segunda edição, apresentando apenas mudanças pontuais. E é para essas edições que vamos direcionar nossa atenção a partir de agora.

Quando da publicação da terceira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”, pela editora Ciências Humanas de São Paulo, Moura tinha 56 anos de idade. (MOURA, 1981) Desde a época da segunda edição do livro até esta terceira edição, Clóvis Moura já havia publicado mais seis títulos: “O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel”, em 1976; “Sociologia de la Práxis”, em 1977; “O Negro: de bom escravo a mau cidadão?”, em 1977; “Manequins Corcundas”, em 1978; “A Sociologia Posta em Questão”, em 1978; “Saco e Vanzetti: o protesto brasileiro”,

4 Fábio Oliveira traz em sua dissertação de mestrado, na parte dos anexos, o currículo de Clóvis Moura cedido por sua segunda esposa, Griselda Moura. Neste currículo, é possível observar algumas atividades didáticas e culturais realizadas por Moura. Cf. OLIVEIRA, 2009: 136-142.

em 1979. E, ainda em 1981, além da terceira edição de *“Rebeliões da Senzala”*, foi publicado também *“Os Quilombos e a Rebelião Negra”* (Cf. MOURA, 1976; MOURA, 1977; MOURA, 1977; MOURA, 1978; MOURA, 1978; *Saco e Vanzetti*, 1979. MOURA, 1981).

Percebemos que diferentemente do início de sua carreira, quando a poesia estava em primerio plano, neste momento da publicação da terceira edição de *“Rebeliões da Senzala”*, Moura estava mais focado em temas que tinham como destaque o negro e a teoria sociológica.

Assim como aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, a década de 1980 também foi marcada por uma revisão historiográfica. Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, essa nova historiografia tinha começado a tomar forma em meados da década de 1970, através da influência teórica e metodológica internacional da História Política e da História Cultural. Ao mesmo tempo, ocorreu no Brasil uma expansão dos cursos de pós-graduação. Os pós graduandos começaram a trabalhar, segundo a historiadora, mais diretamente em temas que estavam ligados a movimentos sociais, como por exemplo, *“história do trabalho, na qual os protagonistas eram escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos, operários e assalariados em geral”* (GOMES, 2005: 22-23).

155

Ainda de acordo com Gomes, esse novo modelo interpretativo que marca a década de 1980, visa romper com as antigas interpretações em relação à questão da dominação. Ou seja, até então, era defendida a ideia de que as classes dominantes eram capazes de *“controlar e anular”* a ação dos dominados. Nesta nova historiografia, os estudos que têm como recorte os movimentos sociais sustentam a ideia de que os trabalhadores, inclusive os escravos, foram *“sujeitos de sua própria história”*. Os estudos, então produzidos a partir desse novo modelo interpretativo, tiveram alguns estudiosos como referência, como por exemplo, Edward Palmer Thompson, Robert Darnton e Carlo Ginzburg (GOMES, 2005: 24-25).

Vemos, então, que o livro *“Rebeliões da Senzala”* foi publicado por duas vezes, na mesma década, em momento de revisão historiográfica importante, em que antigas interpretações são questionadas e novos estudos sobre os movimentos sociais aparecem no meio acadêmico, dando um sentido maior aos *“protagonistas”* do trabalho.

Assim como na segunda edição, a terceira edição de *“Rebeliões da Senzala”* também faz parte de uma coleção. O título da coleção é *“A Questão Social no Brasil”*, idealizada pelo historiador e professor da USP, Reinaldo Xavier

Carneiro Pessoa⁵.

Na “orelha” dessa edição, observamos mais uma vez, assim como aconteceu na primeira edição, uma exaltação ao trabalho de Moura. A editora resumiu o trabalho do autor como um “obra de consulta obrigatória” para quem quer conhecer o problema do negro no país. Tratava-se de um trabalho “pioneiro”, leitura obrigatória para quem quer entender a formação da sociedade brasileira através da intervenção do negro ao longo do sistema escravista (MOURA, 1981).

Percebemos ainda nesta “orelha” que a editora destacou duas características na obra de Moura: a primeira é que o autor “oferece ao leitor uma brilhante descrição das condições das lutas negras no interior da nossa sociedade escravocrata”, e a segunda é que o autor traz em relação ao negro “uma convincente explicação do seu papel nas lutas sociais brasileiras até finais do século XIX” (MOURA, 1981: 298).

Entendemos que os dois pontos destacados pela editora, o potencial descritivo e explicativo da obra, são novas em relação à primeira e à segunda edições do livro. Portanto, são características que ajudaram a reinventar a terceira edição.

156

Na parte nova do livro que é um comentário do próprio Clóvis Moura nas primeiras páginas, intitulado “Duas Palavras Necessárias”, Moura reposiciona e reafirma sua originalidade. Segundo ele seu livro foi “solitário” e “pioneiro”. Ao assumir esse lugar de pioneiro na exploração da temática, Moura está, indiscutivelmente, começando a construir uma memória de si e de sua obra (MOURA, 1981: 11). O autor afirmou que “*Rebeliões da Senzala*” veio, na época, colocar em discussão o tema das relações entre senhores e escravos em questão e que, a partir de seu estudo, outros trabalhos surgiram interpretando o escravo como um agente “coletivo”, assim como ele fez no livro “*Rebeliões da Senzala*”. Dentre os autores que adotaram sua perspectiva de análise, Moura destacou: Décio Freitas, José Alípio Goulart, Ariosvaldo de Figueredo, Suely Robles Reis de Queiroz, Martiniano José da Silva e Luís Luna (MOURA, 1981: 12). Todos esses autores, de um modo geral, teriam feito - segundo Moura - trabalhos parecidos com o seu, dedicando-se a questão da atuação dos escravos rebeldes. Moura ainda acrescentou no tópico “Duas Palavras Necessárias” que seu livro “*Rebeliões da Senzala*” teve apenas um mérito:

⁵ Pesquisamos trabalhos acadêmicos sobre a coleção “A Questão Social no Brasil”, assim como, trabalhos sobre a trajetória de Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa. Mas infelizmente, não localizamos nenhum trabalho.

[...] haver despertado não apenas a inteligência, mas a comunidade negra para o debate de um assunto/problema que era considerado tabu pelos historiadores e sociólogos acadêmicos, especialmente em consequência da herança da obra de Gilberto Freyre que apontava o Brasil como o paraíso da democracia racial, fruto e decorrência da benignidade inicial do nosso escravismo patriarcal, e, depois, das relações inter-étnicas democráticas surgidas após o 13 de maio (MOURA, 1981: 11-12).

Esse é o primeiro momento em que Moura faz uma crítica direta e aberta a Gilberto Freyre e à tese da democracia racial. Antes disso, a crítica era sempre discreta, como ele fez na segunda edição de seu livro, quando afirmou que seu trabalho não teve a pretensão de “estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica partenalista ou filantrópica”, fugindo, dessa forma, de interpretações “românticas”, que considerava ser “deformada” e “desfigurada” (MOURA, 1972: 20). Portanto, na edição de 1981, a crítica ganhou contornos definidos, com a explicitação da herança interpretativa de Gilberto Freyre.

Já a quarta edição do livro “*Rebeliões da Senzala*” foi publicada pela editora Mercado Aberto, de Porto Alegre, em 1988 (MOURA, 1988). Ou seja, sete anos depois da terceira edição, quando Clóvis Moura completou sessenta e três anos de idade. Mais uma vez, o livro integrava uma coleção, intitulada “Série Novas Perspectivas”. Aqui vale dizer que o livro não sofreu mudanças significativas como na segunda edição, apresentando apenas uma nova introdução e alterações pontuais no corpo do texto.

A reedição aqui está certamente associada às comemorações do centenário da Abolição. Segundo o historiador Stuart B. Schwartz, neste período ocorreu uma grande mobilização por vários setores da sociedade no sentido de lembrar da abolição. Diversos eventos públicos e acadêmicos foram realizados, vários livros sobre a questão negra – com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) – foram publicados, e inúmeros “congressos” e “simpósios” ocorrem pelo país. (SCHWARTZ, 2001: 21)

Desde a publicação da terceira edição, Clóvis Moura já havia publicado mais sete títulos: “Argila da Memória” (2ª edição), em 1982; “Os Quilombos e a Rebelião Negra”, em 1981 (1ª e 2ª edição) e em 1983 (3ª edição); “Brasil: Raízes do Protesto Negro”, em 1983; “O Negro no Mercado de Trabalho”, em 1986; “História de João da Silva”, em 1986; “Sociologia do Negro Brasileiro”, em 1988

(Cf. MOURA, 1982; MOURA, 1983; MOURA, 1983; MOURA, 1986; MOURA, 1986; MOURA, 1988).

Com exceção de “Argila da Memória” e “História de João da Silva”, que são de poesia, todos os outros títulos têm como temática a questão negra. Na década de 1980, Moura já era uma referência importante sobre a situação do negro no Brasil.

A editora Mercado Aberto também afirmou, na “orelha”, que o livro “*Rebeliões da Senzala*” veio contestar uma visão “parcial” do negro que por muito tempo foi defendida pela historiografia. A editora destacou que o livro desconstruiu a interpretação “a-histórica” do negro na sociedade, assim como desfez a ideia de “convivência harmônica” entre senhor e escravo. (MOURA, 1988). Ao final, acrescentou ainda:

“Obra fundamental da historiografia brasileira sobre a escravidão, *Rebeliões da Senzala*, nesta edição revista e definitiva, restituiu ao escravo negro o seu papel como elemento dinâmico que contribuiu para solapar as bases econômicas da sociedade que o engendrou.” (MOURA, 1988: 308).

158

Vemos, então, que nesta quarta edição a editora teve a preocupação em reafirmar que o livro de Moura trouxe um escravo “dinâmico” que ajudou a “solapar”, ou seja, abalar as bases do sistema econômico ao qual estavam submetidos. Mas o que mais nos chamou atenção nesta quarta edição foi a inclusão de um novo elemento que reinventa e legitima Clóvis Moura e sua obra. Na folha de rosto, logo após o título, aparece: “Clóvis Moura-sociólogo”. Tal informação não aparece em nenhuma das três edições anteriores. Ou seja, nesta quarta edição há um reconhecimento de seu trabalho e de sua trajetória, que o reinventa e autentica Moura como sociólogo. Essa informação é bastante válida, já que Moura não tinha diploma universitário.

Essa quarta edição também traz uma introdução nova, onde o autor mais uma vez realiza uma crítica clara e direta aos trabalhos que antecederam à primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Segundo Moura, ainda quando estava fazendo sua pesquisa para construir o livro, percebia que o problema da luta dos escravos não era um assunto muito debatido, e quando evidenciado em algum trabalho, estava relacionado a movimentos “antiaculturativos”. Os movimentos eram vistos como “rejeição” do negro para com a cultura imposta pelo branco, e não como uma contestação do negro para com a sua condição de “escravo”, de

“homem desumanizado”, de “coisa”. (MOURA, 1988: 9-10)

A referência aqui é sem dúvida aos trabalhos da corrente “culturalista” da década de 1930. Dentre os autores que se destacaram nesta época, Flávio Gomes, apropriando-se de uma interpretação de João José Reis, chamou atenção para estudiosos como Arthur Ramos e Edison Carneiro. Esses intelectuais, seguiam a interpretação de Nina Rodrigues, defendendo a tese de que os quilombos eram um “fenômeno contra-aculturativo”, ou seja, que a resistência estava relacionada à necessidade de manter viva a cultura africana (GOMES, 2006: 10-11).

Moura quis chamar atenção com essa crítica para o fato de que esses estudiosos, que seguiram Nina Rodrigues, deixaram transparecer em seus trabalhos que o “comportamento do escravo” era resultado de sua diferença cultural em relação à “civilização ocidental”. Desta forma, os trabalhos produzidos por esta “corrente” deixaram de mostrar a “dinâmica social” e permitiram uma interpretação de que, superando os problemas culturais entre negros e brancos, tudo poderia “se ajustar” (MOURA, 1988: 10).

Por meio dessas reedições, e dos vários textos que as rerepresentavam, alguns de autoria do próprio Moura, “*Rebeliões da Senzala*” ia ganhando um lugar muito particular, o de pioneiro na produção de uma nova interpretação sobre o negro no Brasil, que objetivava entender o escravo como um “agente coletivo”, e não simplesmente como um “objeto histórico” (MOURA, 1988: 29).

159

Referências Bibliográficas:

Entrevista concedida por Soraya Moura em 10/04/2012.

GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.;

GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2002.

MOURA, Clóvis. *Argila da Memória*. 2. ed. Piauí: Editora Corisco, 1982.

_____. *Rebeliões da Senzala...* Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

_____. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972.

_____. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

_____. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*.
Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói – RJ:
Universidade Federal Fluminense - UFF, 2009.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Experiência e Narrativa – o “pós-abolição”
como problema histórico. In: *Memórias do Cativo: família, trabalho e
cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: Editora da
Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, 2001.

VALENÇA, Silvana. Clóvis Moura – O Preconceito Racial e o Branqueamento
Brasileiro. In: *O Jornal*, 18/02/1995. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura.
Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie:
reportagens.

Vida e obra entrelaçadas na constituição patrimonial: Salomão de Vasconcellos e a escrita da história

Enviado em:

25/05/2014

Aprovado em:

13/07/2014

Pollianna Gerçossimo Vieira

polligerçossimo@hotmail.com

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo

Salomão de Vasconcellos (1877-1965) é conhecido pelos estudos e discussões sobre a História de Minas Gerais, suas obras são de grande importância no cenário da produção historiográfica mineira. Foi colaborador e representante do SPHAN, hoje IPHAN, e teve, no IHGMG importante participação no tombamento da cidade de Mariana em Monumento Nacional. Este artigo almeja delinear, através da escrita historiográfica de tal autor, como este mobilizou o passado na constituição patrimonial mineira (principalmente marianense) baseando-se nos acontecimentos políticos, na arte e na religião, contribuindo também para a escrita de sua própria história familiar.

161

Palavras-Chave

Escrita historiográfica; Patrimônio; Família

Abstract

Salomão de Vasconcellos (1877-1965) is known for studies and discussions on the history of Minas Gerais, his works are so important for the mineira's historical production. He was representative of SPHAN, today, IPHAN, and had, in IHGMG important role in tipping the town of Mariana in National Monument. This article purpose study, through the historiographical writing of Vasconcellos, how he mobilized the past for a construction the marianense's heritage based on the political events, art and religion, contributing therefore for his own family history.

Keywords

Historiographical writing; Heritage; Family

Salomão de Vasconcellos nasceu no dia 2 de janeiro de 1877, na Fazenda S. João de Crasto, atual território da cidade de Mariana. Foi herdeiro de uma das famílias mais ilustres dos primórdios de Minas Gerais, pois é filho de Francisco Diogo de Vasconcellos (irmão do afamado historiador Diogo de Vasconcellos) com D. Maria Madalena Vasconcellos. Seu pai era neto do Tem. Cel. Joaquim José de Almeida e bisneto do Conselheiro José Joaquim da Rocha, um dos personagens mais destacados da História do Brasil, figura presente na Independência, e um dos artífices do “Fico”¹. Além destas figuras, destaca-se também Bernardo Pereira de Vasconcellos, outro parente ilustre do Salomão, eleito deputado geral por Minas Gerais em 1824. (cf. CARVALHO, 1999).

Esta genealogia mostra que Salomão de Vasconcellos nasceu em meio à uma família abastada e de grande participação na vida política da região e do Brasil e carregava consigo a mesma preocupação familiar com a política e com sua terra natal, isto explica o amor e o zelo que teve com a cidade de Mariana, à que dedicou grande parte das obras, algumas das quais nos deteremos nesse artigo.

O batismo do Salomão de Vasconcellos ocorreu na Paróquia de São Caetano de Mariana no dia 3 de junho de 1877, sendo o Padre Marcos de Oliveira Lopes responsável pelo ritual; teve como padrinhos os seus tios, Luiz Diogo de Almeida Vasconcellos e sua mulher D. Olímpia Etelvina Gomes, então moradores na Fazenda do Gualaxo, patrimônio da família Vasconcellos. Ainda jovem viu seu pai perder toda a fortuna da família em brigas políticas, motivo que o levou desde cedo ajudar na casa, fazendo todos os serviços próprios de sua idade. Vasconcellos era o terceiro filho, além dele, o casal tinha mais duas meninas. Com três filhos para criar e falidos, a mãe de Vasconcellos decidiu manda-lo à Ouro Preto para que pudesse estudar e assim garantir seu futuro. Então, aos 15 anos de idade Salomão de Vasconcellos foi morar com seu tio, Diogo de Vasconcellos, fato que viria a ser decisivo na sua carreira enquanto historiador. Segundo seu filho, Décio de Vasconcellos, Salomão “chegava a vender jornais velhos, conseguidos, por favor, de amigos, parentes e conhecidos, para, com o produto da venda, comprar velas que o permitissem estudar a noite”. (VASCONCELLOS, 1972: 13).

Entre os anos de 1892 e 1895, ele se dedicaria aos conhecimentos da gramática, matemática e de literatura, lendo com grande entusiasmo os livros de

1 O fico aconteceu em 22 de janeiro de 1822, e é conhecido pelo dia que D. Pedro I resolve que ficará no Brasil e não voltará à Portugal como queria seu pai. Tal ato é estudado e visto como a preparação para a independência do Brasil. Porém foi um evento complexo que envolveu uma trama de poderes. cf. SILVA, 2005.

José de Alencar e Cassimiro de Abreu (cf: VASCONCELLOS, 1961). Aprendeu também a arte da Taquigrafia, o que mais tarde (1895) lhe rendeu o trabalho de taquígrafo do Congresso (Senado e Câmara), tendo ele apenas 18 anos, fato este comentado em vários jornais mineiros². Em junho de 1895, o Congresso reabre seus trabalhos após um período de férias, e, a partir desse dia, Vasconcellos começou sua primeira profissão. Aproveitando dessa arte, a taquigrafia, se dispôs a praticá-la na Academia de Direito, onde começou a aprender lições de Filosofia do Direito, ministradas pelo Professor Dr. Antônio Augusto de Lima.

Em 1898 Salomão de Vasconcellos perde seu pai e passa a ser, então, o suporte de sua família, ajudando suas duas outras irmãs, uma que se voltou à devoção fazendo-se Dominicana e a outra professora.

Com a capital mineira já transferida para Belo Horizonte, ele continua seus trabalhos no senado, além de ingressar na Faculdade de Direito em Belo Horizonte. Viveu nesta fase da vida na famosa *República do Acre* e teve como companheiros: Francisco Diogo de Vasconcellos (seu primo); Thompson Flores, Vitorino Prates, Alberto Horta, Francisco Caracioli (o Borges) e o Juvenato Horta. Das vivências na república ele escreve *Memórias de uma República de Estudantes*.

No segundo ano de direito pede transferência para a Faculdade de São Paulo, e se forma no ano de 1905. Em 1915, conclui o curso de medicina, que lhe rendeu duas medalhas após sua participação na *Grande Guerra* (1914-1918). Sua formatura foi noticiada no jornal marianense, *O Germinal*.

Em 1906, casou-se com D. Branca Tereza de Carvalho, insigne violinista, (da tradicional família fluminense do Barão de Itambi e do Visconde de Itaboraí) tendo como padrinhos: Dr. João Pinheiro da Silva, eleito o presidente do Estado de Minas Gerais, o desembargador Rezende Costa, o Dr. Ernesto Von Sperling, e por último, o Dr. Augusto de Lima – pai de Augusto de Lima Júnior. Tais padrinhos já demonstram sua influência no meio político mineiro.

Depois de anos atuando na medicina e no direito foi nas letras que se reconfortou, “fazendo-se escritor, agora embalado por esta outra constante de todo homem culto – o amor ao passado”. (VASCONCELLOS, 1961: 365-366). Foi em sua terra natal, na cidade de Mariana, que ele se reencontrou e iniciou a nova carreira, a de historiador. Convidado pelo então Prefeito de Mariana, Dr. Josafá Macedo para organizar o arquivo municipal, Vasconcellos se encantou

² Foi comentado nos seguintes jornais: no *Farol* – de Juiz de Fora, no *Minas Gerais* e no *Jornal do Comércio*.

com o passado e suas nuances. Daí em diante, por mais de 25 anos, tornou-se um estudioso da história do Brasil e passou a ocupar um lugar de destaque entre os historiadores da época, ganhando o cognome, *Mestre*.

Após um ano de organização do arquivo municipal de Mariana, Vasconcellos foi convidado por Dr. Rodrigo Melo Franco, então diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para colaborar com as pesquisas do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e, foi também, representante do 3º distrito desta instituição em Minas Gerais no período de 1938 a 1945, cargo que passou a seu filho Sylvio de Vasconcellos. Neste órgão participou do tombamento da maioria dos monumentos da cidade de Mariana.

Foi nessa fase da vida que publicou a maior parte de suas obras, a maioria delas lembrando a importância de sua terra natal para com a nação, fazendo questão de colocar em papel preponderante os filhos de Mariana. Além de escrever suas obras, foi também neste período que Vasconcellos se filiou a diversas instituições, tais como: o Instituto Histórico de Ouro Preto; IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – no qual foi presidente e teve um papel preponderante no tombamento de Mariana a Monumento Nacional; Instituto Histórico de São Paulo; Instituto Histórico da Bahia; Instituto Histórico de Pernambuco; Instituto Histórico do Rio Grande do Norte; Instituto Histórico do Sergipe; Instituto Histórico de Petrópolis; Instituto Histórico Brasileiro de Estudos Sociais de São Paulo; Academia de Letras de Minas Gerais; Sociedade Mineira de Escritores; Ateneu Internacional de Cultura; Academia Americana de la Historia y de la Ciência de Buenos Aires. Neste sentido, vale ressaltar também, a adesão à *Revista de História e Arte*, criada em Belo Horizonte no ano de 1963, onde ocupou o cargo de revisor crítico, tendo uma seção especial no número prospecto intitulada *A Palavra do Mestre*. O próprio título faz referência ao posto que ele alcançara enquanto historiador, sendo respeitado por intelectuais de diversas vertentes. Tal revista foi um importante espaço de sociabilidade onde Vasconcellos travou intensas discussões patrimoniais.

Sua primeira obra é escrita em 1936, período de intensas mudanças que desaguaram na fase conhecida como o “Redescobrimento do Brasil”³, com a

3 O “Redescobrimento do Brasil” foi de grande fervor no que tange a produção historiográfica, pois, para organizar o presente dando sentido à nova fase era necessário um retorno ao passado para resgatar deste, símbolos que formassem uma identidade brasileira e servissem à construção da nação. Assim, o novo regime buscou nas origens do Brasil a verdadeira essência deste, sua herança cultural. Cf. MOTA, 1990.

instauração do Estado Novo e a criação mais tarde do SPHAN, uma das instituições responsáveis pela escrita da história brasileira através da composição patrimonial. Em concordância à este período a obra de Vasconcellos escrita em 1936, *Verdades Históricas*, se pauta na busca da verdade e na tentativa de emergir Minas no cenário nacional, pois foi em tais terras que se deram os primeiros gritos de liberdade contra o despotismo através da “[...] tradição de liberalismo que sempre animou e norteou o povo mineiro”. (VASCONCELLOS, 1937: 74). Tal localidade estava contra àqueles que queriam “anullar ousadamente a obra da Independencia [...]”. (VASCONCELLOS, 1937: 82). Para o autor, Minas têm grande carga de responsabilidade pelo presente e pelo futuro da pátria, pois emerge dessa província, ou, mais precisamente de Mariana, o “[...] protesto contra o esmagamento das idéas liberaes [...]” (VASCONCELLOS, 1937: 71), que mais tarde veio derrubar a monarquia.

Além de *Verdade Históricas*, Vasconcellos escreveu uma série de obras, todas de alguma forma, relacionando Minas Gerais à cidade de Mariana e o seu papel na construção da nação, a preservação patrimonial, e a história de sua família. Neste artigo nos deteremos nas seguintes obras: *O Palácio De Assumar – Estudo Crítico-Histórico* (1937); *Mariana E Seus Templos – Obras D’arte Do Tempo Colonial* (1938); *Ataide – Celebre Pintor Mineiro Do Século XVIII* (1941); *Os Sinos..(na simbologia e na história)* (1946) e *Breviário histórico e prático de mariana (guia para turista)* (1947).

165

Em suas obras pudemos perceber, através de sua escrita historiográfica, como Vasconcellos sentia o tempo e via a história, suas concepções patrimoniais e como escreveu a história de sua terra natal entrelaçada com a de sua família. Em todas as obras três elementos são essenciais para a construção da história e do patrimônio mineiro, principalmente marianense: os episódios de lutas pelas liberdade, a arte e a religião. Em todos eles, sua família é referência como sendo a pioneira e a mais importante articuladora. Em um movimento de busca e manutenção da tradição, paralelamente ao do progresso, sua escrita historiográfica é marcada por duas concepções temporais, a *Mestra da Vida* e o *Historicismo*.

Vamos começar com o historicismo, pois sua definição é uma tarefa complexa, uma vez que há uma polissemia em torno deste conceito. Para Karl Heusse, “o conceito de historicismo tem um espectro tão amplo que ninguém deveria usar o conceito sem acrescentar o que estava pretendendo dizer com ele”. (HEUSSE apud SCHOLTZ, 2011:43). É possível, contudo, identificar certas características comuns entre as várias definições deste, a fim de traçarmos um

panorama amplo desta prática na escrita da história. Este procedimento é útil tanto para entendermos um pouco mais sobre o que vem a ser o historicismo, quanto para analisarmos a historiografia praticada por Salomão de Vasconcellos, que apresenta traços marcantes deste em suas obras. Assim, faremos primeiramente um breve panorama sobre o surgimento deste conceito e, posteriormente, entraremos na análise das ferramentas do historicismo concomitantemente à escrita da história de Salomão de Vasconcellos.

O Historicismo surgiu como resposta aos princípios racionais do agir humano pregado pela tradição iluminista advinda da Revolução Francesa. Foi entendido como uma reação à crise geral e as profundas transformações que passavam as sociedades europeias da Revolução. Eram os intelectuais os principais disseminadores dessa concepção, em que através de uma nova consciência “absorver-se-iam as experiências contemporâneas de uma transformação fundamental de todas as condições humanas de vida em direção a uma forma nova de identidade cultural de todos [...]” (MARTINS, 2012: 3) por meio das singularidades do passado.

166

A presença do historicismo foi notável nas obras de 1920 a 1945 no Brasil, principalmente por ser esse um período de “reconstrução da nação”. (cf. MALHANO, 2002). Após a Primeira Guerra Mundial, a questão do nacionalismo é colocada em meio às discussões de cunho mundial e no Brasil, com a entrada do Estado Novo, em 1937, a tarefa é reescrever a história do país. Para isso volta-se ao passado buscando elementos que simbolizam a herança cultural, para fazer desta, certa continuidade de uma representação histórica. Nas obras de Salomão de Vasconcellos não foi diferente, pois, ele realiza um retorno ao passado em busca de um símbolo singular que solidifique a identidade do ser mineiro, tomando-o como uma metonímia da nação, a cidade de Mariana como um Patrimônio Histórico e sua família como a detentora da verdade.

Uma das primeiras chaves de leitura para entendermos o historicismo é a busca pela verdade histórica perseguida pelos historicistas, também presente em Salomão de Vasconcellos que procura trazer à tona a verdade contida nos episódios da história mineira. Tal procedimento é importante, pois, a veracidade dos fatos legitima o poder político⁴ de Minas, devido ao papel desempenhado por ela na história da nação. A perquirição da verdade requer um olhar profundo que leva

4 Para um melhor aprofundamento sobre a ideia de poder político ver: FOUCAULT, 1988: 13.

o historiador a remontar todo um cenário desde suas origens⁵. Tal olhar permite escrever uma história “suasória” (ou melhor, convincente), ao invés daquela “feita a retalhos” que, segundo o autor, vigorava entre muitos historiadores. A citação a seguir mostra exatamente a concepção que Vasconcellos tinha da História e de como ela era escrita:

“A historia do Brasil, como se sabe, além de feita a retalhos, está cheia de episodios como esse, muitos delles interessantes e que dariam para verdadeiras paginas atestadoras do civismo e da energia patriótica dos nosso maiores, mas infelizmente em grande parte mal contados, outros omitidos, e ainda alguns inteiramente desvirtuados. Dahi, já alguém ter dito, e com razão, que a historia quem a faz são os escritores e não os factos. Os factos, estes, só entram em cotejo ás mais das vezes como simples motivo, nem sempre, porém tomados a rigor, nas suas causas e effeitos. Quem, pois, como nós não é escrevedor de historia, mas lê as historias reunidas e os retalhos da historia, póde mais facilmente, pela reflexão, pelo confronto, por uma melhor apreciação, emfim, do que leu, tirar ás vezes conclusões, si não precisas e autorizadas, mais consentaneas, pelo menos com a verdade dos factos”. (VASCONCELLOS, 1936: 64).

Assim como os historicistas, Vasconcellos estava convencido que o elemento primordial de uma escrita da história é o historiador, pois cabe a ele com sua experiência e intuição recriar o passado tal como “realmente existiu”. Deste modo, para uma história verdadeira, a busca documental e a interpretação de um todo são funções de primeira ordem. A busca pela “verdade histórica” é pautada nos documentos deixados pelos “antepassados”. A obra de Vasconcellos intitulada *Verdades Históricas* já nos permite aludir, no título, o peso da verdade para esse historiador.

A importância dos arquivos e das fontes aparece de relance nas obras de Vasconcellos, mas demonstra o alinhamento às ideias historicistas. Ranke já havia destacado a atenção que deveria ser dada às fontes. (cf. HOLANDA, 1979). Para Estevão Martins, a elaboração teórica do historicismo rankeano, “não se concentrava na construção de quadros de referência explícitos de interpretação histórica, mas no destaque da especialização da ciência histórica através do pré-requisito (decerto teórico-metodológico) do estudo rigoroso das fontes” (MARTINS, 2008: 30).

5 Segundo Hartog, “Mas a história é efetivamente sempre o mesmo movimento de descida: o mais profundo é o mais verdadeiro. “Cada vez mais profundo”, [...] para ver o melhor possível quem “nós”somos e quais são “nossas”origens nacionais”. HARTOG, 2011

Ainda sobre a verdade, o autor preza o olhar de autópsia⁶, que o leva a reencontrar a vida através da reconstituição da realidade passada. A autópsia é uma metodologia antiga, utilizada por Tucídides, em que o olho funciona como um sinal de enunciação do “eu vi” que é a prova de uma verdade (cf. HARTOG, 2011); Vasconcellos sabe por que viu, e sua autópsia é a garantia da crença.

O historicismo tinha como ferramenta a combinação de uma metodologia de pesquisa rigorosa e de crítica às fontes com a compreensão destas. Através da crítica (ou seja, do olhar profundo e rigoroso) capturavam-se as ideias reveladoras do sentido de certa época; já a compreensão

“se dirige à experiência vivida íntima, interna [...] é um processo contínuo e aproximativo não tem um início e um fim bem definidos, mas, se ela é relativa não é apenas uma superposição de perspectivas e percepções, pois revela um refinamento progressivo em direção a uma validade geral.” (REIS, 2008: 65).

A compreensão seria um reviver a vida do outro, na qual José Carlos Reis chama de transposição do eu para o outro em que o historiador se transpõe emprestando ao outro sua vida e fazendo com que a vida do outro ressurgja. (REIS, 2008). Vasconcellos vai tão fundo que acaba se transformando em uma testemunha da verdade, se coloca no lugar do outro, quando diz, “Acabamos de percorrer esse edifício [...], e podemos por isso atestar a absoluta veracidade do facto” (VASCONCELLOS, 1936: 109). Quer dizer, quando se transpõe à vida do outro o “eu vi” é a marca que coloca um ponto final na questão. Afinado à crítica documental e ao aprofundamento no conhecimento do passado a ponto de reconstruí-lo de maneira tão minuciosa, ele deixa claro o tom historicista de suas obras.

“Batem, alegres, os sininhos do Rosario em manhã nevoenta de outubro. No largo da Capellinha espoucam os mosteiros. Afluem do arraial a escrevatura e toda a população dos morros. Pretos e brancos, paulistas e portuguezes. Chega o coronel Salvador Furtado. Seguem-n’o Frazão de Brito, Torquato de Carvalho, Antonio Pereira de Machado. Todos despídos dos gibões de couro, e mettidos em trajas domingueiros. Chapéos de abas largas, a fita a pender-lhes da cópa, as blusas abotoadas, largas botas de couro. Entram, em seguida, as damas, mulheres e filhas do maioraes, com suas mucambas. Surge, finalmente, todo risonho, com o sachristão ao lado, padre Manoel Braz. O adro está repleto. Estoura no ar um morteiro e bimbam os

6 A autópsia é o procedimento, segundo Hartog, “de ver por si mesmo”, e leva “a transcrever o real”.
 “”. HARTOG, 2011: 163.

sinos á *entradinha*. Começa a Missa. Não cabe na igreja a multidão e a mór parte joêlha cá mesmo, do lado de fora” (VASCONCELLOS, 1938: 91).

Na passagem acima ele reconstrói uma ação do período colonial como se realmente tivesse acontecido de tal maneira, a narração detalhada do tempo, das vestimentas e da ordem de entrada na igreja, como também, o modo ao qual a capela se encontrava, transmite veracidade ao evento corporificando-o em uma realidade. O reviver do passado é observado em todas as obras.

Vasconcellos estava alinhado ao pensamento de Dilthey⁷, apesar de não tê-lo citado ou dito que conhecia seus pressupostos, mas nos termos da compreensão podemos dizer que a linha de raciocínio era bem semelhante, quiçá idêntica. A compreensão em ambos era feita por um caminho de reconhecimento e conhecimento. Enquanto reconhecimento, a compreensão se baseava nas relações vividas e compartilhadas entre os sujeitos; já enquanto conhecimento se baseava entre o autoconhecimento da experiência vivida e as experiências vividas do passado. Portanto, em Vasconcellos esta compreensão vem à tona quando delinea a identidade do mineiro e de Minas Gerais, onde relaciona o autoconhecimento de sua experiência, como a mudança do estilo arquitetônico provocado pelos modernistas, com as experiências vividas dos homens do passado, a saber, os movimentos em prol à liberdade.

O historicismo vai sendo cada vez mais evidente quando o autor demonstra as singularidades existentes no passado mineiro, pois, segundo ele foi de tais terras que se deu o “primeiro grito de liberdade em nossa Pátria” (VASCONCELLOS, 1937: s/p). Afinal, as singularidades são a espinha dorsal desta teoria, são elas o aporte de toda a pesquisa histórica em busca do conhecimento do passado. Segundo Meinecke “a medula do historicismo fundamenta-se na substituição de uma perspectiva generalizante das forças humanas históricas por uma consideração individualizadora” (MEINECKE, 1982: 12). O resgate da singularidade perpassa todas as obras. Em algumas, são os movimentos em prol a liberdade, em outras, são as obras de arte e seus artífices, todos sempre sendo colocados na história como autênticos e pioneiros nas suas respectivas competências e em lugar de destaque

7 Dilthey (1833 – 1911) foi um historiador alemão da virada do século XIX para o XX que seguiu a teoria historicista para suas pesquisas, defendia para a história a condição de ciência e propôs como especificidade de tal teoria a compreensão. Cf. REIS, 2008.

sempre está um membro familiar. No entanto, a singularidade maior e responsável pelos movimentos de liberdade, pela arte e pela civilização fazem parte de um processo religioso, pois este é o disseminador da moral e dos bons costumes nas terras mineiras, além do progresso humano.

Em relação ao progresso, apesar do Historicismo surgir contra o aceleração das mudanças, a racionalização advindas do Iluminismo, ele não prega que não haja um progresso, ele é a favor do progresso do homem, e neste ponto está muito vinculado à religião, ou melhor, a uma fé.

“Cada época existe em relação imediata para com Deus e seu valor não repousa sobre o que ela decorre, mas em sua própria existência, em seu próprio ser. Destarte a consideração da história, ou seja, da vida individual da história, um impulso específico, na medida em que cada época deve ser vista como algo válido em si [...]” (RANKE apud MARTINS, 2008: 38).

Então, cada povo possui uma relação com Deus que a especifica perante outros povos. Em Vasconcellos o mesmo raciocínio é impresso quando relaciona o desenvolvimento da nação brasileira com a realização religiosa. Mariana, com isso, chega a ser qualificada uma quase Europa brasileira, ou melhor, um centro cultural onde o germe da civilização, da religião e dos bons costumes foi plantado. Cidade pronta, madura e exemplo para as gerações seguintes. “Athenas Mineira, pelo muito que prodigalisou, á cultura intellectual e moral” (VASCONCELLOS, 1938: 61).

Se o Historicismo criticava a aceleração temporal advinda de um mundo industrial burguês, eles viram no passado a alternativa para estimular um desenvolvimento lento e não corrosivo socialmente. É uma busca por um passado ideal a fim de transformá-lo adequando-o ao presente. E esta busca acaba gerando certa nostalgia daquele tempo que se foi e que é visto como melhor que o presente. O tom nostálgico em que Vasconcellos construiu algumas de suas obras nos faz perceber a contraface desse tom – a decadência – a mudança no ritmo da vida, das formas sociais e culturais. Esta nostalgia deriva muitas vezes do espírito religioso em que a moral é a chave de entrada no conhecimento do universo, “o religioso permite a comunhão do original com o todo” (RODRIGUES, 2008: 98). Neste ponto, o historicismo está bem próximo às ideias românticas do século XIX, na qual, ambas vinculam-se a uma experiência de perda e da clareza dolorosa de que o presente precisa resgatar certos valores essenciais que foram subvertidos pela aceleração temporal do novo. Em Vasconcellos isto transparece principalmente ao

tratar dos tipos arquitetônicos que estavam vigorando em sua época e o consequente abandono advindo do novo.

“Deixal-a ruir, para em seu lugar erguer-se outra Cathedral, seria, [...] um atentado imperdoável ao passado, porque, com o espírito da época e com a febre do urbanismo e do cimento armado, que é hoje a moda, o que fatalmente aconteceria era tirar-se a “avó” para pôr em seu lugar a “neta” encatada de rendilhados e florões argamassados, com suas lunetas multicôres e outros ademanos modernos, própria, sem dúvida, para as avenidas buliçosas, mas não para as calçadas coloniais e para o recinto augusto e evocativo da velha e amada Marianna de 1745”. (VASCONCELLOS, 1938: 24)

No ritmo nostálgico e espiritual o autor demonstra o desejo de contar sobre sua terra natal mostrando que, o que não existe no presente das grandes cidades, existe em Mariana, alma do passado brasileiro. Esta nostalgia está estritamente ligada ao que ele chama de “febre do urbanismo e do cimento armado”, mas também, no ritmo da vida, cantada pelos sinos.

“Que emoção há comparável a essa que sentimos, quando, ausentes da aldeiasinha onde nascemos, longe do berço natal, lá voltamos um dia e ouvimos o sininho da nossa paróquia bimbando como dantes, alegre e festivo, em manhã domingueira!” (VASCONCELLOS, 1946: 25).

171

Este olhar para o passado em tom nostálgico reabilita as forças para continuar a luta em prol as “cidades antigas” caindo sempre em uma “busca de valores no entorno mais próximo de suas origens” (RODRIGUES, 2008: 99).

Podemos perceber como estão imbricadas as ferramentas historicistas, uma levando à outra e vice-versa; e assim como o sentimento de nostalgia deságua na busca das origens, cada aporte historicista deságua em outro que deságua no anterior e no próximo, sendo por isso, difícil limitar o que é a teoria historicista.

Mas, ainda existe mais uma ferramenta utilizada por Vasconcellos, é a pedagogia historicista. Segundo Martins, “a pretensão pedagógica do historicismo se caracteriza por reivindicar [...] uma função essencial na orientação do agir contemporâneo” (MARTINS, 200: 40). Em todas as obras ele se coloca como o porta voz de um núcleo de cidades que precisava, naquele momento, de olhares especiais, portanto, mais uma vez é ressaltado a importância de sua família para com a pátria mineira, neste caso é ele mesmo o responsável por tal ato. Na obra *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*, o título já deixa claro o tom

de pedagogia requerida pelo autor. *Breviário* é segundo o *Dicionário Silveira Bueno* “livro de orações dos padres⁸”, ou seja, um livro de dogmas a serem seguidos. E é isto que Vasconcellos quer que o seu livro seja, um orientador da visão, uma obra feita para que todos possam dela usufruir, e que ela fique para a posteridade como referência, sendo assim um manual.

E, como dissemos em uma passagem acima, um aporte deságua em outro; os da pedagogia e da nostalgia deságuam em outra teoria, a *Magistra Vitae*. A pedagogia, nas obras estudadas, não se limita em apenas orientar, mas em resgatar o passado tal como foi. Ela carrega consigo uma concepção de exemplaridade na qual o tempo deve ser repetido, ou seja, não se deve abandonar a tradição. Isso se diferencia da concepção historicista de uma “ressignificação da tradição”, ou melhor, como aponta Velloso “apropriação crítica da tradição” (VELLOSO, 2010: 28).

Salomão de Vasconcellos escreve para um tempo marcado pelo advento do moderno, da urbanização. Nesse ponto, ele se utiliza do passado como um espaço de discussão do presente e do futuro, porém também era seu intuito preservar esse passado de ensinamentos e memórias, enfim, preservar sua “tradição”. Contudo, desejava preservar no sentido de dar continuidade repetindo as experiências. Um bom exemplo para essa discussão é o uso que o autor faz do sino das igrejas: participante da própria história do homem como um elemento de fundação, de memória e da temporalidade do cotidiano ele é uma exemplaridade que precisa ser conservado para as gerações futuras. Nele é identificada certa nostalgia, uma rememoração de um passado onde esse ditava o caminhar das cidades. Notamos aí, uma tendência à história *Mestra da Vida*. Ao mesmo tempo, ele retira o sino do passado trazendo-o ao presente como um símbolo comum entre todos os participantes da nova nação. Então, o sino sofre uma representação, o da Pátria, da nação. Portanto, ao sino o autor confere, na mesma medida, nas palavras de Burke, uma re-apresentação e uma representação (BURKE, 1995).

A um só tempo o Salomão de Vasconcellos trilha um caminho de singularidades e procura refundar um tempo passado. Nesse sentido, cremos não existir uma oposição, e sim uma sobreposição entre o *Historicismo* e a *Mestra da Vida*. Outro fato importante a salientar na sobreposição temporal, é que Vasconcellos é um homem da virada do século e viveu a transferência da capital em 1897 (já tinha

8 Esta passagem foi procurada em diversos dicionários, todos diziam o mesmo significado, e pelo ano mais retrógrado decidimos colocar como referência o dicionário constante no texto. *Dicionário Silveira Bueno*, São Paulo: Editora Lisa S/A, 1992: 115

20 anos de idade), assistindo de perto as intensas discussões entre mudancistas e não mudancistas⁹, bem como, os fundamentos para uma patrimonialização. Imerso em um duplo sentimento de perda, o da mudança da capital, e a perda advinda da urbanização e modernização das cidades, o que representou a dualidade moderno/antigo, Salomão de Vasconcellos materializa uma tradição que deve ser guardada para que o processo civilizacional iniciado com os europeus não se perca no curso da história. Para isto era preciso “patrimonializar” os monumentos de valor nacional e que possuíam funções na vida social e política.

Em se tratando de patrimônio, Salomão foi um dos principais homens no tombamento dos bens da cidade de Mariana, como também da própria cidade em Monumento Nacional em 1945. Neste sentido, suas obras serviram como pareceres técnicos onde constavam todos os detalhes, desde o ano de criação de um bem, seu arrematador, irmandade envolvida e o artista responsável pelas pinturas e esculturas. Com as obras, ele escreve a história de sua cidade natal, focalizando a importância desta para com a civilização, para isto, exalta três elementos, que são os acontecimentos políticos, a arte e a religião. Cada vértice desse tripé está totalmente envolto por outro, a ponto de não conseguirmos os separar; estão atados com fortes nós, emolados uns aos outros, assim como causa e a consequência. Portanto, tudo que diz respeito à essa tríade, Vasconcellos considera patrimônio, pois, foi nas terras mineiras da cidade de Mariana que os primeiros gritos de liberdade surgiram, esta terra foi a primeira vila mineira, primeira capital, primeira sede do bispado e primeira cidade.

173

Através de um olhar distanciado, ele mapeou e distinguiu os traços considerados universais – a religião e a luta pela liberdade – e os traços particulares – a prematuridade de consciência mineira e a arte como expressão política e religiosa. Neste duplo caminho, entre universal e particular, o autor constrói uma cidade referenciada como Patrimônio Histórico.

A religião é a primeira e mais importante base da constituição do patrimônio; nela detectamos um sentimento de devoção às relíquias, “apego aos bens simbólicos que evocam a ideia de pertencimento” (FONSECA, 2009: 55). A obra *Os Sinos... (na simbologia e na história)* retrata exatamente esse apego aos símbolos, sendo o sino um dos mais importantes para o autor. Eles são responsáveis, através do “seu som harmônico”, por ditar os passos das cidades que em volta deles

⁹ Para um melhor aprofundamento de tais discussões que desaguou mais tarde em um processo patrimonial ver: Ver: NATAL, 2007.

se formaram. Os sinos “falam” aos homens convidando-os a participarem da vida social e religiosa. Nesse sentido possui uma linguagem que tem por propósito unir as pessoas, informá-las dos acontecimentos, celebrarem com elas todos os passos da vida desde o nascimento, batismo, casamento até a sua morte. Eles possuem em seu tocar uma linguagem universal “falam a voz de Deus, a voz dos homens e a voz da pátria” (VASCONCELLOS, 1946: 15).

A arte que encerram as igrejas também são símbolos da religiosidade e da autenticidade mineira. O autor vê Mariana como o *locus* do alvorecer da pátria, pois foi em tais terras que se deu a continuidade dos princípios europeus, principalmente portugueses. A arte barroca juntamente com os valores católicos são testemunhas desta continuidade, ou melhor, da ligação do Brasil com o mundo “civilizado”. Nesse sentido, as igrejas demonstram a conexão direta entre Mariana, “[...] berço de tantas tradições e pioneira dos fastos mais culminantes da nossa História” (VASCONCELLOS, 1938: 26), e a civilização, e, sendo a cidade “[...] simbolo da nossa fé e expressão genuína do nosso passado [...]” (VASCONCELLOS, 1938: 15), selou uma união sólida entre arte e religião, dois fundamentos essências para a cultura nacional.

174

Com isso, podemos perceber que Vasconcellos “[...] vê a cultura a partir do Barroco e da identidade de Minas com Portugal, dando a essa concepção um caráter universal e à nação uma fisionomia através da tradição católica” (MALHANO, 2002: 36).

A arte como expressões da liberdade e da religiosidade faz das igrejas verdadeiros mananciais, onde os artistas da época imprimiam sua devoção e seus anseios por liberdade. Para ele, a arte Barroca, apesar de ter sido introduzida pelos portugueses, teve em Minas seu caráter singular e legítimo, e o pintor Manuel da Costa Ataíde foi o principal artífice dessa singularidade. Na obra *Ataíde: pintor mineiro do século XVIII*, publicada em 1941, o autor reforça as particularidades marianenses alinhadas às universais. Ataíde foi um artista pioneiro e responsável pela beleza patrimonial que fez das igrejas um recinto majestoso, desta forma, o autor coloca o artista em um lugar de destaque que até então não tinha ocupado. Todas as pinturas de Ataíde são estudadas por Vasconcellos mostrando a sutileza dos detalhes e seus significados para com a sociedade marianense da época, bem como o conhecimento que o artista tinha da *Bíblia* e dos dogmas da igreja. Neste caminho, Ataíde se torna um devoto e responsável por imprimir em suas telas, não somente sua devoção, mas, um exemplo para o povo.

Outro aspecto que liga arte, religião e política são os movimentos

de 1720, 1831 e 1889. Todos os movimentos visaram a liberdade de Minas e aconteceram em Mariana, e em alguns deles, um familiar foi o líder, o cabeça do movimento. Ele entrelaça a sua família à história de Mariana com um objetivo claro, colocá-los em posição de destaque na criação e desenvolvimento da cidade, além de patrimonializar, o que também justifica a posição de destaque, os bens que pertenceram a seus familiares. Portanto, tudo que dizia respeito a arte, religião, política e sua família, o autor acaba por considerar um patrimônio, e por isto trabalhou em prol à cidade de Mariana, sua terra natal, lugar onde se encontram todos os elementos importantes para ele.

A cidade de Mariana foi em 1937 tombada em seu conjunto arquitetônico e inscrita no *Livro de Tombos*, mesmo assim, Vasconcellos instigou o tombamento de cada monumento em separado – antigos e relevantes –, fazendo-a assim um Patrimônio Histórico. Os trabalhos no SPHAN e no IHGMG, também foram sempre devotos à cidade de Mariana como alude algumas cartas à Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN. E é importante notar que a partir do momento que Vasconcellos entra para o SPHAN e concomitantemente publica suas obras, vários monumentos foram tombados, como é o caso das igrejas de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário¹⁰.

175

Patrimônio Histórico para Vasconcellos é todo monumento e obra de arte que faz parte da história política e social da cidade de Mariana e conseqüentemente da história nacional. Tudo que envolvesse a tríade, religião, arte e política, entrelaçados sempre à sua família, era considerado pelo autor como parte do patrimônio. E por esse motivo a cidade de Mariana é o verdadeiro *locus* patrimonial, a legítima herança de toda uma nação.

Outro núcleo do qual participou e travou intensas disputas patrimoniais foi na *Revista História e Arte*, liderada por Augusto de Lima Júnior. Neste ambiente viveu claramente a patrimonialização no sentido da manutenção de um passado no presente, juntamente com o lento progresso, como alude Francisco Eduardo de Andrade sobre o polígrafo Augusto de Lima Júnior, que “em uma perspectiva conservadora de curvatura cíclica do tempo, [...] busca advertir, na Revista, que a Arte Moderna espalhava uma crise aguda do processo civilizador europeu, ou especificamente francês e brasileiro” (ANDRADE, 2013: 204).

Contudo, em meio a uma escrita historiográfica influenciada por “dois

10 As inscrições desde tombamentos como de outros encontra-se no *Guia de Bens tombados* do SPAHN.

tempos”, um que preconizava a exemplaridade de um tempo cíclico, outro alinhado ao pensamento intelectual da década de 1930 ele, através de suas obras e representações feitas no IHGGMG, tenta sacralizar a cidade de Mariana por meio do argumento que foi em tal *urbe* que se emanou o sentimento de liberdade e a pura arte, movimentos autênticos da cultura nacional, e costurada a isto, ele também escreve sua própria história.

Salomão de Vasconcellos faleceu em 1965 em Belo Horizonte, mas foi sepultado em sua terra natal, Mariana, e jaz no cemitério do Santana. Ao seu lado está Alphonsus de Guimarães, ambos “fazendo jus ao respeito da posteridade, o historiador e o poeta marianense” (VASCONCELLOS, 1972: 16).

Considerações finais

Neste artigo, reconstruímos alguns traços notórios da biografia e da vida intelectual do Salomão de Vasconcellos, procurando examinar como ele mobilizou o passado na constituição da identidade do mineiro, de um patrimônio e tentou escrever junto a isto sua própria história familiar e de vida.

Salomão de Vasconcellos, em meio a um novo tempo proposto pelo Estado Novo, escreveu suas obras referenciando sempre à constituição da cidade de Mariana como a origem, a pátria. Com isso, ele traça uma história brasileira que se adequa ao regime estado-novista, porém ele vai além, seus pensamentos estavam mais ligados à uma civilização ocidental cristã. Em suas obras, escancara sua religiosidade e a importância do catolicismo para com a evolução dos seres. Outro marco civilizacional é a veia política mineira demonstrada nos movimentos em prol a liberdade da nação, tendo como figuras principais, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Joaquim de Vasconcellos (ambos tios avô do Salomão), seus bisavôs (que participaram do Fico) e seu tio Diogo de Vasconcellos (chamado por ele de o “Mestre de nossas tradições”), importante historiador responsável por imprimir no jovem rapaz a ânsia de lutar por sua terra natal.

Cabe ressaltar que ele fora um homem coerente em seus ideais, prova disto é a sua saída do SPHAN devido a certa incompatibilidade de ideias no que tange ser e fazer parte do patrimônio, pois, ele já visualizava um patrimônio imaterial fundado nos rituais, essencialmente católicos, o que não ocorre no grupo do SPHAN, famoso pela constituição de um patrimônio de “pedra e cal”. Desta forma Vasconcellos vê em outras instituições o caminho para propagar suas ideias e se junta ao grupo da *Revista História e Arte*, núcleo de historiadores católicos,

encabeçado, principalmente, por Augusto de Lima Júnior.

Com relação à forma de sua escrita, é notável no discurso historiográfico de Salomão de Vasconcellos uma mistura de dois modelos historiográficos, estando o autor entre a *Magistra Vitae* e o *Historicismo*, ambos presentes em suas publicações até 1947.

Por fim, tal autor, apesar de ser muito citado por historiadores, arquitetos, geógrafos e artistas, ainda é pouco visitado nos estudos monográficos, o que faz com que a documentação utilizada para este artigo seja pouco explorada pelos historiadores, entretanto sua importância é sentida até os dias atuais, pois quando pisamos em Mariana percebemos que suas ações patrimoniais foram essenciais para a manutenção do centro histórico quase intacto.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Francisco Eduardo. Augusto de Lima Júnior entre o mito e a verdade histórica: Aleijadinho e Tiradentes. IN: PIRES, Maria do Carmo, ANDRADE, Francisco Eduardo e BOHRER, Alex Fernandes. *Poderes e Lugares de Minas Gerais Um quadro urbano no interior brasileiro, séculos XVIII – XX*. São Paulo: Scortecci Editora, 2013.

BURKE, Peter. História como alegoria. *Estudos avançados*, São Paulo, v.9, n.25, 1995.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. O limite do Historicismo: Johann Gustav Droysen e a *BILDUNG* na consciência histórica alemã do século XIX. *Revista Filosófica de Coimbra*. n°29, 2006, pp.139 – 160.

CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DICIONÁRIO *SILVEIRA BUENO*. São Paulo: Editora Lisa S/A, 1992.

FALCON, Francisco. “Historicismo: antigas e novas questões”. *História Revista*, v. 7, n.1/2, p. 23-54, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo, trajetória da política federal*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (R. Machado, Org. e trad.) Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GERTZ, René E. *O Historicismo e a moderna história social Alemã*. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a*

historiografia moderna. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.

GUIA *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938 – 2009*. IPHAN, 2009. Disponível em: www.iphan.gov.br.

HARTOG, François. *A evidencia da história: o que os historiadores vêem*. Tradução Guilherme João de Freitas com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *L. von Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920 – 1945*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.

_____, Estevão C. de Rezende. Historicismo: Tese, Legado, Fragilidade. *História Revista*, 7, Jan/dez 2002.

178

MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su génesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora Ática, 6ª edição, 1990.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto a construção de uma cidade histórica 1891-1933*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2007.

REIS, José Carlos. Sobre a “compreensão” em História: Dilthey (1833-1911) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920). IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Em busca de novos horizontes: Reflexões sobre a cultura romântica. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Identidades em construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831. *Almanack*

Brasiliense, n.1, maio de 2005.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n.6, março, 2011, 42-63.

VASCONCELLOS, Décio de. Alguns Antigos Vultos Ilustres Marianenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, n°VIII, 1961, p. 365-366.

_____, Décio de, Alguns dados biográficos de Salomão de Vasconcellos. IN: VASCONCELLOS, Salomão de. *O fisco: Minas e os mineiros na independência (edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2ªedição, 1972.

VASCONCELLOS, Salomão. *O Fisco: Minas e os Mineiros na Independência*. Edição comemorativa do sesquicentenário da Independência. 2ª Ed. Imprensa Oficial. 1972.

VASCONCELLOS, Salomão. *Verdades Históricas*. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1936. Bibliotheca Mineira de Cultura.

_____. *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner LTDA, 1937.

179

_____. *Marianna e seus Templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner LTDA, 1938.

_____. *Ataíde: Pintor do século XVIII*. Belo Horizonte: Editôra Paulo Bluhm, 1941.

_____. *Os Sinos... (na simbologia e na história)*. S/l: s/e, 1946.

_____. *Breviário Histórico e turístico da cidade de Mariana*. Biblioteca de Cultura, Vol. XVII, 1947.

VELLOSO, Monica Pimenta. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

José Pereira Arouca: de mestre de obras a ministro, sua participação na Ordem de São Francisco de Assis de Mariana

Enviado em:

25/05/2014

Aprovado em:

05/06/2014

Natalia Casagrande Salvador

naticsalvador@gmail.com

Mestranda em História

Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O português José Pereira Arouca, nascido em 1731, mudou-se ainda jovem para o Brasil acabando por sediar-se em Mariana, onde desenvolveu uma próspera reputação. Entre seus importantes cargos, além de mestre de obras, responsável inclusive por louvações, foi tesoureiro da câmara, alferes, juiz do ofício de pedreiro. Esse indivíduo setecentista, embora responsável por um grande número de obras arrematadas e construídas na região mineradora, não teve até hoje um estudo que abarcasse um dos principais cargos adotados por ele em sua destacável carreira: o de ministro da ordem Terceira de São Francisco de Assis. Por meio da análise da documentação franciscana exploraremos o percurso do mestre arouquense a partir da arrematação da obra da capela franciscana até conquistar um dos principais títulos dentro da ordem.

180

Palavras-Chave

Mestre-de-obras; Mesa administrativa; Prestígio social

Abstract

The Portuguese mason José Pereira Arouca, born in 1731, moved to Brazil still young eventually ending up in Mariana, where he developed a successful reputation. Among his important roles besides master of construction, responsible inclusive for valuating other masters works, he was accounting officer for the city chamber, lieutenant and mason craft judge. This eighteenth-century individual, although responsible for a large number of works in the mineral region, is yet to have a study that encompasses the most prominent position adopted by him in his remarkable career: Minister of the Third Order of St. Francis of Assisi. Through the analysis of the Franciscan documentation we intend to explore the path which this master took from the beginning of the Franciscan chapel construction to a major title within the order.

Keywords

Stone-mason; Brazilian colonial architecture; Social prestige

Analisando a documentação da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana (VOTSFM)¹, no que diz respeito à construção de sua capela, evidencia-se a constante participação de um membro desta ordem. José Pereira Arouca, português da região do Porto, foi citado no Livro de Termos² a partir de 1763 até o final desse século, mesmo depois de sua morte. O importante papel desempenhado pelo mestre na ereção da capela fica evidente e se torna ao longo dos anos cada vez mais destacável. No presente artigo discutiremos essa e outras questões relativas a um dos mais importantes - embora não suficientemente estudado - mestres de obras da região mineradora.

O cenário no qual José Pereira Arouca se insere começa a se formar a partir da descoberta de ouro no leito dos rios e do intenso afluxo populacional para a região das minas, com o qual surgiram as primeiras associações religiosas leigas na região. Essas associações foram as principais contratantes de mestres e artífices para a ereção de seus templos. Próximo à metade do século se instalaram as ordens terceiras, uma delas, a de São Francisco de Assis, que foi primeiramente instituída em Vila Rica e após o requerimento dos irmãos habitantes em Mariana conseguiu permissão para criação de um novo sodalício na cidade sede do bispado. A partir de 1758, juntamente com o começo das atividades desta Ordem, as reuniões realizadas foram registradas no Livro de Termos, documentando as decisões e atitudes tomadas pela mesa administrativa da Ordem Terceira. Por meio da minuciosa análise dos termos contidos em 208 folhas deste livro (de 1758 até o ano de 1870) pudemos acompanhar o desenvolvimento da construção da sua capela e, em especial, a atuação do mestre José Pereira Arouca no decorrer das obras.

Sobre aspectos da vida de Arouca anterior a sua participação ou não relacionado às obras da ordem franciscana nos baseamos em duas importantes fontes. A biografia escrita por Afonso Costa Santos da Veiga (1999), que apresenta a sua atuação nas diversas obras efetuadas em Mariana, e o levantamento documental de Ivo Porto de Menezes (1978), que também aborda essas obras, por meio de transcrições de documentos. Além destes pesquisadores, a historiografia concernente aos mestres de obra e em especial a José Pereira Arouca normalmente se baseiam em atas de arrematação e livros de receitas e despesas, nos quais os

1 Atualmente sob custódia do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM).

2 AHCSM,1758-1870.

contratos são confirmados pelos pagamentos realizados e condições estabelecidas. Observamos isso, por exemplo, na publicação de Judith Martins (1974) na qual ela examina e transcreve os pagamentos a variados artistas dos séculos XVIII e XIX, incluindo José Pereira Arouca. Tais fontes, embora importantíssimas ao trabalho do historiador que pretende reconstruir o percurso de um dado mestre de obras, tendem a focar em momentos específicos de uma construção, tais como arrematações, conclusões de etapas ou da totalidade da obra e louvações realizadas consolidando a completude da mesma. Diferentemente desses trabalhos, nossa abordagem, que busca explorar as variadas informações contidas nos Livros de Termos, permite uma visão mais ampla do cenário no qual se inseriu esse mestre de obras e das inter-relações estabelecidas entre ele e os e seus comitentes. Explorando tais facetas, torna-se inevitável uma percepção mais ampla da participação dos indivíduos diretamente ligados à construção da capela. A partir da nossa análise, pudemos interpretar os acordos e desacordos que ocorreram na duração da obra e a forma como se sucedeu o incremento de prestígio de Arouca dentro desta ordem terceira.

182

Mas antes de entrar para a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, nosso mestre veio de Portugal. José Pereira Arouca teria nascido no ano de 1731, filho do casal Manoel Pereira Flor e Mézia de Pinho. E, segundo a documentação (MENEZES, 1978: 81), foi batizado na freguesia de São Bartolomeu da Vila Arouca, em Portugal – daí o cognome. Ainda jovem, emigrou para o Brasil, e em 1753 ele já se encontrava trabalhando nas obras da Capela de São Pedro dos Clérigos de Mariana, ao lado de José Pereira dos Santos. Ao longo de sua vida trabalhou em diversas obras na região. Como arrematante e mestre de obras, podia assumir diversas empreitadas ao mesmo tempo colocando seus oficiais e seus subordinados (ALVES, 1997).

A primeira referência ao mestre na documentação franciscana ocorre em 11 de agosto de 1762 no livro de termos data na qual registram que “se tinha ajustado a obra de pedra e cal com nosso irmão José Pereira Arouca”³. Neste mesmo termo se estabeleceu que o mestre de obras ficara responsável por “conservar o risco [da capela] até o fim da obra para na entrega dela ser a dita obra examinada e louvada”. A partir deste momento, Arouca assume, como mestre de obras, o encargo de tomar todas as providências necessárias para a construção da nova capela. Foi acordado

3 AHCSM , Livro de Termos da VOTSFM, fl.33v

que para a completude da obra receberia a quantia de 41 mil cruzados⁴, a serem pagos em diversas parcelas. A primeira das quais, no valor de 666 oitavas e meia e seis vinténs de ouro, quantia que pode ser confirmada no Livro de Despesas⁵ da mesma Ordem Terceira.

Por algum período não se discute a atuação do mestre José Pereira Arouca no Livro de Termos, do que inferimos que a obra corria eficientemente e sem impasses. Uma confirmação dessa situação pode ser observada no Livro de Despesas que registra o segundo pagamento feito na gestão do ano de 1764 à 1765⁶. No ano seguinte, ocorre o terceiro pagamento no valor de 669 oitavas e meia e sete vinténs e meio de ouro.

Em 1767 Arouca reaparece no Livro de Termos do qual apresentamos o trecho abaixo:

“Aos três dias do mês de maio de mil e setecentos e sessenta e sete [...] apresentou o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca seu requerimento pedindo-lhe mandou pagar aquele pagamento, como também **os acréscimos que tinha feito** que constam do rol que apresentou[...] e vista a informação de Nossos Caríssimos Irmãos administradores da obra Miguel Teixeira Guimarães e Antônio Álvares Vieira, em que declaram estar nos termos de se fazer o dito pagamento, e **pela louvação que houve** dos acréscimos que uma e outra coisa faz a soma de um conto, seiscentos e vinte e dois mil e vinte e cinco reis [...]”⁷.

183

A partir desse excerto constatamos não apenas o pagamento de outra parcela do valor total prometido ao mestre, como a ocorrência de “acréscimos que tinha feito” nas obras da nova capela. Tal situação confirma a maleabilidade da aplicação do risco pelo qual, teoricamente, deveria seguir o mestre de obras, conforme vários autores já discutiram anteriormente. Dentre eles, Germain Bazin explica que:

“Era bem difícil acontecer que o autor do risco fosse também o arrematante; por isso, sempre o mestre-de-obras fazia alterações nas plantas do arquiteto, o que, aliás, é comum em todos os trabalhos de construções em todas as épocas, o que faz de tais construções obras coletivas [...] todas as modificações introduzidas nos riscos originais eram melhorias acrescentadas a estes, não porque apresentassem falhas, mas porque, em certos casos, **é somente na hora da execução**

4 Neste período, um cruzado equivalia a 400 reis. 1.200 reis equivaliam a 1/8 de onça de ouro. Portanto um cruzado = 1,19g de ouro.

5 Arquivo Histórico da Casa do Pilar de Ouro Preto (AHCP), Livro de Despesas da VOTSFM, fl.14

6 AHCP, Livro de Despesas da VOTSFM, fl.17.

7 AHCSM, Livro de Termos da VOTSFM, fl.70, grifo nosso.

que se constata a impossibilidade de realizá-los conforme o projeto.” (BAZIN,1983: 46, grifo nosso).

O último comentário da citação, destacado por nós, a respeito das modificações no risco original, encaixa perfeitamente no contexto das obras da Capela de São Francisco de Assis, fato que fica muito evidente ainda em outros termos dentre a documentação os quais apresentaremos mais adiante.

Porém, as tais modificações sugeridas pelo mestre não foram de início compreendidas pela mesa administrativa da Ordem. Em documento de seis de setembro de 1767:

se determinou uniformemente que o nosso irmão síndico não continuasse mais com pagamento algum que pertença a José Pereira Arouca, mestre da obra, [...] por não ter as paredes dos corredores na igualdade em que se acham as da capela, enquanto não constar o contrário pela escritura do ajuste e determinação individual dos nossos irmãos procuradores da mesma obra[...].⁸

Neste mesmo termo foi escrito que “o dito mestre temerariamente⁹ não ande publicando” que não havia recebido pagamento, pois já havia recebido “dinheiro demais” para as obras em questão. Consultando um dicionário da época, a expressão utilizada (temerariamente) tem nesse contexto uma conotação pejorativa, e indica-nos a avaliação negativa que a mesa tinha em relação ao mestre. Estes, porém, eram os primeiros anos da construção da capela e com o passar do tempo e o desenvolver das obras esta opinião iria se modificar drasticamente.

Apenas dois anos depois desse impasse são citadas outras modificações no risco original:

Foi proposto o requerimento do mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca a respeito de ser conveniente o acrescentamento na largura da sacristia e noviciado três palmos e fazer cunhal de pedra lavrada no canto que fica para a banda destas casas e no principio da parte do corpo da Igreja e juntamente deixar duas portas uma da parte da sacristia outra da parte do noviciado para estas casas terem comunicação com a nova igreja, o que ouvido pela mesa geral que para este efeito [...] foi dito era justo se fizesse o referido acrescentamento assim nas paredes da sacristia e noviciado como também as portas.¹⁰

8 AHCSM , Livro de Termos da VOTSMF, fl.70v.

9 Temerário: Arrojado, sem consideração nem reflexão no em que se mete. Temeridade: Excesso de atrevimento. Audácia sem juízo. In: Bluteau, 1712-1728: 70-1.

10 AHCSM , Livro de Termos da VOTSMF, fl. 75.

Além de obter resposta positiva, os procuradores da obra permitiram que as modificações fossem feitas “sem escritura e condições de toda a obra”.¹¹

Devemos destacar que o “acrescentamento” entendido por Arouca foi antes proposto à Mesa, a partir do que se acatou o pedido do mestre. Diferentemente da situação de 1767, Arouca soube então abordar a mesa de forma a conseguir uma resposta positiva. Isso poderia indicar um amadurecimento do artista para as relações sociais e melhor estratégia de interação com a Mesa Administrativa. Veremos essa habilidade do mestre se desenvolver cada vez mais.

Em termo de 1770 Arouca articula com a Mesa o valor a ser pago pelos referidos acréscimos feitos na obra:

Foi proposto que era preciso o ajustar com o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca na forma determinada no termo retro, o quanto lhe havia de dar pelo acrescentamento de três palmos na largura da sacristia e noviciado e ouvido o dito mestre disse que lhe haviam de dar noventa oitavas de ouro pelo dito acrescentamento e pelos dois cunhais de pedra lavrada da parte da rua e os dois da parte do quintal”.¹²

185

Pedido para qual: “se determinou na dita Mesa que o referido pagamento se fizesse”.¹³ Esse mesmo termo registra a elaboração de uma petição por parte do Mestre Arouca em relação ao feitio das paredes dos corredores, tema que havia antes sido questão de conflito entre as partes.

Nos anos que se seguiram observa-se o registro de outros pagamentos feitos ao mestre de obras, porém sem maiores detalhes. Como de praxe, a construção da capela começou pela capela-mor, sacristia e noviciado.¹⁴ Estas três dependências foram concluídas e entregues em 1777 para que a capela pudesse ser louvada e utilizada pela Ordem. O restante da obra, contudo, continuaria a ser construído por ainda muitos anos.

Conforme consta no “Termo de Mesa pelo qual se faz aceitação da capela-mor, sacristia e casa do noviciado ao mestre da mesma José Pereira Arouca” datado de 9 de dezembro de 1777:

11 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl.75.

12 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl. 76.

13 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl. 76.

14 Normalmente a capela começava a ser construída pela capela mor e adjacências. (BAZIN, 1983)

Pelo mestre da obra da nova capela Jose Pereira Arouca foi proposto que visto ter satisfeito as condições da fatura da capela-mor, sacristia e casa do noviciado, pelo que toca a sua perfeição interiormente, da mesma se lhe devia fazer aceitação, visto ter esta Venerável Ordem entrado para ela e estar se servindo da mesma: e que não tinha duvida a que se metessem louvados para estes averiguarem se estava ou não no que se acha feito conforme o risco e condições com o que ajustou a mesma obra e logo por todos uniformemente foi determinado que da mesma capela-mor sacristia e casa do noviciado pelo que toca internamente se davam por entregues independentes de louvações que não se convinham mais que a despesa por entenderem estar tudo feito com perfeição e ainda algumas coisas com acréscimo. E de como fizeram aceitação da dita obra independente de louvação sem embargo de qualquer determinação que tenha havido em contrário mandaram lavrar este termo em que assinou a mesa com o aceitante e o dito Mestre José Pereira Arouca como ‘entregante’.¹⁵

186

Observamos que neste documento de entrega parcial da obra, Arouca está satisfeito com seu trabalho e, pelo que aparenta, a Mesa da Ordem também, considerando as obras internas “entregues independentes de louvações”, ou seja, sem a necessidade de qualquer parecer de outro mestre de obras. Logicamente, devemos considerar a disposição da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em reduzir os custos o quanto possível (no caso com a contratação de louvados), algo inclusive destacado no termo. Porém, a louvação era considerada uma etapa fundamental da entrega da obra, o momento no qual o trabalho do artista seria julgado por seus pares e aprovado ou não.

O fato da Ordem ter renunciado esse passo demonstra, no mínimo, a aprovação e confiança que depositavam no trabalho do Mestre José Pereira Arouca.

Poucos anos depois, novo conflito ocorreria. Em documento de 20 de junho de 1781:

[...] se determinou que o Irmão Procurador Geral cuidasse logo em fazer descer os autos de Vila Rica contra o Mestre da obra José Pereira Arouca para obrigar a continuar com a mesma metendo oficiais a custa dele, quando não queira continuar[...].

Devemos considerar que um mestre podia arrematar mais de uma empreitada ao mesmo tempo, não precisando necessariamente estar todos os dias no canteiro de obras, pois colocava sob sua gerência oficiais que executavam o serviço. Este caso explicitado no trecho acima indica, contudo, que o Mestre Arouca não havia

15 AHCSM , Livro de Termos da VOTSFM, fl.92

sequer oficiais trabalhando na obra da capela franciscana, tendo sido por isso alvo de um auto que se mandou fazer contra ele. O pesquisador Célio Alves discute essa questão em sua dissertação, segundo ele:

Há, também, uma outra faceta deste relacionamento conflitante entre artistas e encomendantes que se desloca da questão da capacidade técnica do executante para a parte que atinge a sua conduta social e moral como indivíduo. As interferências de outras ligações do artista, provenientes de outras atividades cumpridas no seu dia-a-dia social, são bem contundentes no campo da produção das artes e, em muitos casos, refletem negativamente neste, a ponto da associação religiosa tomar medidas, algumas das vezes drásticas, que visem resguardar o bom andamento das obras. (ALVES, 1997:97).

Isso fica evidente no nosso caso, pois não era falta de habilidade do mestre que o impedia de continuar com a obra, mas falta de compromisso com ela.

A ação contra o mestre parece ter surtido efeito. Dois anos depois disso as obras estavam se desenvolvendo muito bem. O Mestre Arouca estava trabalhando com tamanha dedicação que inclusive percebeu a necessidade de algumas alterações no risco e condições originais, propondo que se fizesse um risco novo para melhor adequar a obra. O que podemos observar no termo transcrito abaixo:

187

Ao primeiro de junho de mil setecentos e oitenta e três no consistório da Venerável Ordem 3^a da Penitência do Senhor Patriarca São Francisco desta Cidade Mariana, junto o Definitório pleno a que presidiu o Reverendo Comissário Visitador Francisco Soares Bernardes o Irmão Ex-Ministro Miguel Teixeira Guimarães e mais Vice-ministros, sendo aí pelo Irmão José Pereira Arouca Mestre da capela, foi proposto que a empena constante do risco com que rematou a dita obra e mais frontispício e torres tinham bastantes defeitos, os quais se pediam agora emendar, o que sendo ouvido pelo definitório e visto o novo apontamento, que por isso se fez: pelo mesmo definitório foi uniformemente aprovado que se desse nova forma ao frontispício e torres, seguindo em tudo o dito apontamento ou novo risco, que para isso se fez, que logo se assinou[...].¹⁶

Um novo risco feito por José Pereira Arouca significaria uma mudança substancial no projeto inicial (que havia sido produzido por José Pereira dos Santos, outro importante mestre de obras). A Ordem demonstra com isso estar disposta a confirmar a nova feição do frontispício, inteiramente a Arouca. Conforme outros autores já explanaram, modificações no risco original eram comuns, pois adequações iam sendo realizadas no decorrer das obras, com a percepção de

16 AHCSM, Livro de Termos da VOTSFM, fl.102

incoerências ou descompassos nos planos iniciais. Segundo D'Ângelo:

[...] o projeto ou “risco” inicial era entendido como uma linha geral a ser seguida, mas não entendida como algo fechado que não pudesse ser adequado, modernizado, ou como se dizia na linguagem da época “emendado”[...] determinados elementos arquitetônicos e ornamentais eram decididos durante a obra, utilizando o repertório em voga na época da construção[...] (D'ANGELO,2006: 426-27).

Não se fala mais sobre o risco ou modificações nem no Livro de Termos nem no de Despesas da Ordem Terceira de São Francisco, podemos, portanto, apenas especular que de fato a reconfiguração tenha sido feita pelo Mestre José Pereira Arouca.

Seguindo a cronologia dos termos registrados, o próximo documento no qual aparece o nome de Arouca difere bastante dos anteriores no que concerne ao tratamento e ao motivo pelo qual ele é citado. Transcrevemos parte dele abaixo:

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil setecentos e noventa e três no consistório desta venerável ordem 3ª da Penitência em Mesa [...] o **Irmão Ministro o Alferes José Pereira Arouca** e mais definitório [...].¹⁷

188

Com esse documento constatamos que em 1793 Arouca não apenas passa a fazer parte da Mesa administrativa da Ordem Terceira – o que por si só representa um enorme prestígio diante da sociedade colonial – mas encabeça o principal cargo que um leigo poderia possuir dentro da ordem: o de Ministro. Tal informação é de fato gritante pois, de todos os historiadores que já leram esses documentos e que pesquisaram a Ordem Terceira de São Francisco de Assis e a construção de sua capela, esse fato ainda nunca havia sido revelado. O que reitera a importância de pesquisas mais amplas que abordem aspectos além dos pontuais marcos da obra da capela, como as pesquisas que foram conduzidas até o momento.

Tal descoberta muda completamente o contexto no qual se insere José Pereira Arouca. Ele deixa de ser um mestre de obras (o que já seria relevante em questões de arquitetura religiosa) e passa a ter também uma relação fulcral com os indivíduos mais elevados da Ordem Terceira, os outros membros da Mesa administrativa. Sua participação dentro da Ordem não é mais apenas como o responsável pela construção da nova capela, mas também como comandante de

17 AHCSM, Livro de Termos da VOTSEFM, fl.111, grifo nosso

todas as decisões da Ordem, pois, como ministro tinha a palavra final e o voto decisivo.

Segundo os Estatutos da VOTSFM¹⁸, o ministro deveria ser:

De exemplar procedimento, abastado, autorizado e inteligente, de forma que sempre se eleja o melhor e mais benemérito eclesiástico ou secular, pois para prelado da Ordem se deve escolher quem saiba encher esse cargo e possa a ele assistir sem falência.¹⁹

Se tomarmos como base tal definição dos Estatutos, percebemos o prestígio que o Mestre Arouca havia adquirido ao longo dos anos dentro da Ordem Terceira. De mestre de obras com comportamento “temerário” e autos contra sua pessoa a “cabeça de todo este corpo místico”.²⁰

De acordo com o pesquisador André D’Angelo: “a vida de José Pereira Arouca nas Minas é a mais bem documentada entre os grandes mestres-de-obras portugueses que aqui trabalharam” (2006: 354). Como pudemos observar com os trechos dos termos apresentados acima, muito se pode descobrir graças a essa farta documentação que ainda existe. Porém, com um suporte frágil como o papel, muito do que foi produzido já se perdeu e o que restou ainda sofre com o desgaste do tempo e do incorreto manuseio por parte dos pesquisadores. Resta-nos portanto agir em prol da conservação desse material²¹, para que em futuras pesquisas consigamos extrair ainda mais informações acerca desse contexto tão rico que foi a construção da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis e dos indivíduos que dela fizeram parte.

189

Referências Bibliográficas:

18 Documento que organizava e administrava os cargos e obrigações de cada membro da Ordem Terceira.

19 AHCSM, cópia dos ESTATUTOS MUNICIPAIS DA ORDEM TERCEIRA DO SERAFIM HUMANO GLORIOSO PATRIARCA SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE MARIANA, transcrita por Maria das Dôres Moraes Almeida. Mariana: 1957, p. 82

20 AHCSM, cópia dos ESTATUTOS MUNICIPAIS DA ORDEM TERCEIRA DO SERAFIM HUMANO GLORIOSO PATRIARCA SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE MARIANA, transcrita por Maria das Dôres Moraes Almeida. Mariana: 1957.p.30

21 Gostaria de aproveitar para destacar o importante trabalho realizado nesse intuito por Cássio Vinício Salles do Arquivo Histórico da Casa Setecentista que (com auxílio do bolsista Pedro Montebello Martins) prontamente aceitou a missão de desinfestar e higienizar todos os documentos que se encontravam na capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, no primeiro semestre de 2012.

ALVES, Célio Macedo. *Artistas e irmãos: o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro*. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, USP, 1997.

BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. São Paulo: Record, 1983.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 10/05/2014

BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro; Artes e Trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

D'ANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. 2006. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

190

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. 2v. (Publicações do IPHAN, 27).

MENEZES, Ivo Porto de. "José Pereira Arouca". In: *V Anuário do Museu da Inconfidência*. 1978. pp. 59-96

TRINDADE, Raimundo (Cônego). "A igreja de São Francisco de Assis de Mariana". In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. p.57-77

VEIGA, Afonso Costa Santos. *José Pereira Arouca; Mestre pedreiro e carpinteiro*. 2ª. Ed. Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999

Estilos biográficos e a construção da história da juventude brasileira: a experiência da coleção juventudes da Editora Prospectiva

Enviado em:

26/05/2014

Aprovado em:

21/06/2014

Otavio Luiz Machado

otaviomachado3@gmail.com
Professor de História e Sociologia
Faculdade Frutal

Resumo

ao trabalharmos com a história da juventude brasileira, cujo acervo construído envolveu a coleta de mais de quinhentas entrevistas e os mais diversos documentos sobre o tema, identificamos que a cada novo fonte obtida, a biografia dos nomes envolvidos na história tematizada se inseria cada vez mais numa história do próprio País, o que dava um significado especial de entrelaçamento e de pertencimento ao que foi construído em termos de pensamento social sobre a mudança necessária ao Brasil. Não se pode separar tais biografias de um fio histórico geral, nem se pode destituir as biografias, sejam elas produzidas por historiadores, sejam elas produzidas pelos próprios personagens ou a autores não-especialistas, considerando que o conhecimento histórico pertence à humanidade.

191

Palavras-Chave

Juventudes; Biografia; História

Abstract

To work with the history of Brazilian youth, whose collection built involved the collection of more than five hundred interviews and many more documents on the subject, we found that each new source obtained, the biography of the names involved in thematised story was part increasingly a history of the country itself, which gave a special meaning intertwining and belonging to what was built in terms of social thought about the change needed to Brazil. You can not separate such biographies of a general historical thread or you can remove the biographies, whether produced by historians, whether produced by the characters themselves or non- expert authors, considering that historical knowledge belongs to humanity.

Keywords

Youth; Biography, History.

Introdução

A coleção juventudes da Editora Prospectiva finalizou em 2013 o seu grande conjunto de publicações que marcaram a atuação dos pesquisadores envolvidos em diversos projetos desde o ano de 2000, que iniciou com os estudos sobre as repúblicas estudantis e o movimento estudantil na cidade de Ouro Preto-MG, passando em seguida aos seguintes temas: movimento estudantil nas escolas de engenharia do Brasil, história nacional do movimento estudantil brasileiro, memórias das juventudes pernambucanas, a pluralidade de novos movimentos juvenis em Recife nos anos 1970 e 1980, protestos públicos em Recife e fechou o seu ciclo com a publicação de documentos coletados ao longo de várias pesquisas que trataram desse tema.

A partir de 2008 incorporaram-se aos projetos novas questões que deveriam ser tratadas junto aos entrevistados, como o balanço da herança que sua geração deixou para a sociedade brasileira e que teria contribuído para o enfrentamento dos dilemas do presente, assim como quais mensagens eles deixavam aos jovens de hoje, no sentido de fazer a relação presente-passado na sua narrativa.

192

Biografia: reflexões e experiências da escrita

A experiência histórica não é algo exclusiva e poderosamente dada somente aos historiadores, mas a qualquer ser humano, cujo sentimento da história é dado a partir de sua própria existência, seja rememorando fatos de sua vida, seja projetando a sua vida ao tempo que supostamente lhe resta para terminar sua vida.

A biografia, por si só, é histórica, porque a noção de tempo histórico está envolvido nessa construção, embora a biografia deva ser pensada não só como um problema historiográfico, mas, sobretudo, humano.

Ao trabalharmos com tantas biografias nossa preocupação não foi a de fazer a “história oficial” dos movimentos juvenis, mas sim captar a impressão de alguém que vivenciou, aprendeu e contribuiu para o que hoje podemos chamar de “história da juventude no Brasil”.

O trabalho de entrevistas foi um ponto alto importante do projeto. Toda essa discussão sobre entrevistas trabalhos em Machado (2013). Quando entrevistamos os mais diversos personagens buscamos apreender suas visões de mundo,

lembranças e domínios do tema. As entrevistas tiveram caráter não-estruturado, ou seja, entrevistas em profundidade, quando realizamos uma conversação guiada – sem a exposição sistemática de perguntas pré-formuladas –, para a obtenção de informações detalhadas e propícias a uma análise qualitativa.

Foi estabelecido um ambiente favorável para entrevistar esse grupo de ex-militantes, ou seja, um “rapport” positivo entre pesquisador e cada depoente, o que permitirá a criação de uma relação de confiança, reforçada pelo fato de o contato ter sido feito ou mediado por pessoas que mantêm relações com os mesmos, conhecedores da realidade que eles próprios contracenaram.

Tratamos seus relatos como depoimentos, tendo em vista que eles narraram de forma livre sobre suas experiências do período em pauta. O uso de depoimentos pode fornecer ao pesquisador maior segurança no tratamento de questões obscuras nos documentos, além dos diversos arquivos particulares, alargando o conhecimento do universo em que elas estavam imersas e das possíveis interpretações a realizar. Vale dizer que muitos dos documentos foram produzidos pelos próprios entrevistados tempos atrás. Então, os depoimentos, no caso, auxiliam a reconstrução do contexto histórico, social, cultural e político em que o debate era posto.

Embora o uso de entrevistas ou depoimentos nas Ciências Sociais constitua uma técnica para se “registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não-conservado, o que desapareceria se não fosse anotado” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1991: 1-2), para o caso em estudo, o recurso a esta técnica visou a esclarecer os pontos que orientaram os projetos de formação então em debate.

Dessa forma, os registros orais uma vez transcritos tornam-se igualmente documento, e o seu aproveitamento na pesquisa depende de análise rigorosa, o que significa a devida decomposição do texto, a fragmentação de seus elementos fundamentais para que se possa utilizar o que é compatível com o problema estudado.

De todo modo, “é específico das ciências sociais necessitar sempre o pesquisador de dados colhidos de fontes as mais variadas, quando quer abarcar de forma ampla a realidade que estuda” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1991: 12). O pesquisador precisa ter a responsabilidade de que está construindo um documento, que inclusive será estudado por outros pesquisadores em suas pesquisas.

As narrativas não constituem por si uma forma de explicação da realidade, mas “um procedimento expressivo que visa a explicar uma mudança sucedida entre dois pontos terminais” (LIMA, 1988: 46). Aliás, a narrativa histórica, embora exija

um aparato documental (LIMA, 1988: 50), ultrapassa a análise do acontecido, e busca a sua significação.

Nesse tipo de narrativa são trazidos elementos históricos que têm significado nas experiências dos depoentes, o que pode ser observado nas falas, nos gestos, nos silêncios e na própria ênfase dada a cada questão levantada na relação entre pesquisador e entrevistado e própria relação estabelecida entre eles.

A memória é posição social do presente. A relação entre presente e passado em cada texto vai explicitando as marcas da própria vivência de quem vai narrar. Assim, certamente são inevitáveis anacronismos, pois ao se lembrar de determinados fatos ao mesmo tempo se apagam diversas trilhas da memória.

Outro aspecto a considerar é que os informantes narram aspectos ocorridos há mais de quarenta anos, que certamente são releituras e ressignificações de outras leituras que interferem na leitura daquele passado.

Ora, devemos considerar que aquilo que se torna uma marca, um registro na memória resulta de operações complexas, seletivas. Desde o momento inicial da percepção de algo, desencadeia-se uma construção em que as memórias que trazemos (que são de maneira indissociável individuais e coletivas) atuam reelaborando e ressignificando aquilo que se apresenta os sentidos. Em outros termos, não há percepção pura e não há também memória pura (MONTENEGRO, 2007: 273).

194

Mas como nos interessa apenas a compreensão dos discursos dos ex-militantes juvenis, pensamos inicialmente ser conveniente não citar o nome dos depoentes para resguardar a identidade daquele que narrou tão livremente as suas experiências, evitando gerar algum constrangimento, mas concluímos que também seria importante registrar os nomes para que outros pesquisadores do tema tenham a oportunidade de encontrar tais personagens e realizar novas entrevistas. Embora:

A identificação do narrador não seria muito importante. Fundamental, sim, é a da caracterização sócio-econômica do narrador e o delineamento do contexto em que se insere, pois se trata, para a Sociologia de apreender relações sociais, de através delas conhecer a sociedade. O indivíduo é portador da ideologia de sua classe social, apresentando características comuns a outros do mesmo grupo. Interessa, pois, a definição do grupo em que o indivíduo se insere e, em menor medida, sua identidade (LANG, 1998: 20).

As condições favoráveis à reflexão sobre a sua formação fizeram da entrevista um caminho para o acesso a documentos importantes para a análise da questão, complementando os parques arquivos universitários e públicos sobre

a temática das pesquisas. Desse modo, foi possível trabalhar com documentação oriunda de arquivos particulares, que se tornou fonte documental relevante.

Com o objetivo de conhecer como o debate empreendido pelos movimentos juvenis, com atenção ao movimento estudantil, trabalhamos também com boletins, panfletos, teses, discursos em formaturas ou em outros cerimoniais acadêmicos.

A busca da produção do conhecimento, que é uma busca na qual o pesquisador também acaba encontrando-se consigo mesmo, o pesquisador estará exposto às mais diversas experiências e transformações pessoais. E da qual não sai impune, pois na relação que é mantida com os mais diversos sujeitos envolvidos na produção do conhecimento é inevitável a presença da subjetividade:

Parece fundamental que o pesquisador esteja consciente de que respeitar as regras de cada jogo e a coerência do método é o que importa. Assim sendo, ao propor trabalhar com métodos nos quais a subjetividade é instrumento de conhecimento, devem ser levadas às últimas conseqüências as implicações dessa postura. Portanto, por mais que procure captar dados “reais” e “objetivos”, o resultado é sempre uma interpretação, uma versão dos fatos, que poderá ser confrontada com outras. Assim, os esforços não devem ser mobilizados no sentido de anular as “interferências” da subjetividade, mas sim de conhecê-las e transformá-las em instrumento de conhecimento. No limite, seria possível dizer que o compromisso com o conhecimento não implica necessariamente a anulação das crenças e emoções do pesquisador, mas sim a tomada de consciência de si, do outro e da própria interação. (BRIOSCHI; TRIGO, 1992: 31).

195

Portanto, o pesquisador não é apenas o meio do conhecimento, mas o fim. Em suma:

O conhecimento e o reconhecimento profundos de nossos próprios sentimentos, medos, invejas, fragilidades, amores, ódios, ambições, ambigüidades, ambivalências, entre tantos outros, é uma postura de abertura, de corpo e alma, para o Outro, sem antecipações ou preconceitos, podem tornar o Nós uma realidade. A ideia de invenção está ligada à de destruição da relação de dominação-subordinação. Simone de Beauvoir acreditava que era possível construir relações de amor e de amizade sem dominação. Nós acreditamos que é possível fazer pesquisas lutando constantemente, e conscientemente, para encontrar um caminho de reconhecer o eu-tu em todas as suas dimensões, sem adotar a postura de que é preciso dominar os nossos objetos de estudo, ou ter a única verdade sobre eles, para conquistar a legitimidade no campo científico. (GOLDENBERG; LEITHÄUSER, 2007: 24-25).

È fato que a atividade de ouvir, de conhecer aspectos narrados por

diversos entrevistados e de construir uma rede para facilitar o acesso aos depoentes foi fundamental para que pudéssemos constituir uma base de dados biográficos significativa, o que nos leva a afirmar que a experiência de entrevistar inúmeros personagens acerca de determinados períodos, temas, episódios ou contextos históricos acabou-se tornando um importante exercício de construção de biografias, pois as falas se complementavam sobre “quem foi quem”, como tais personagens se envolveram, como um acontecimento histórico foi captado por inúmeras narrativas, etc.

A cada narrativa devidamente trabalhada – considerando que foram coletadas entrevistas em profundidade – construiu-se uma biografia, o que envolveu a construção de um perfil, a revelação de informações relevantes e a compreensão do personagem na sua integridade, inclusive seus sonhos, as heranças herdadas e deixadas, a (s) trajetória (s), como a pessoal, profissional, política, acadêmica ou do grupo ou coletivo ao qual estava ligado.

A pesquisa que realizamos buscou entender os locais de aprendizado, de moradia, de participação política ou social, mas também continuar a traçar e a relacionar outras experiências em outros locais do País, pois desde 2000, quando o *projeto Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP* (PROJREP) abarcou praticamente boa parte da história estudantil de Ouro Preto, a proposta de continuidade da atividade tornava-se uma necessidade, pois o momento apontava para importância da construção de espaço institucional que pudesse promover a realização de debates teóricos e a efetivação e fortalecimento de pesquisas multidisciplinares sobre a juventude, bem como consolidar o trabalho profícuo que estava sendo realizado atualmente, incluindo a abertura de oportunidades para o envolvimento de estudantes e pesquisadores dos mais diversos níveis e áreas. A nacionalização da proposta de pesquisa aconteceu em 2004.

O esforço da Editora Prospectiva vai no sentido de divulgar tudo o que se coletou ao longo de diversas pesquisas produzidas pelo pesquisador Otávio Luiz Machado, cujas fontes primárias são fundamentais para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre as juventudes brasileiras.

Dois *links* são utilizados para o acesso aos livros e a realização de *downloads*:

- <http://www.slideshare.net/otavioluizmachado/documents>
- <http://www.slideshare.net/editorapropectiva/documents>

Os primeiros livros com depoimentos e documentos são os seguintes:

- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aquarius: A Maior República Estudantil das Américas, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1. 96p .
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Múltiplas juventudes: protestos públicos e as novas estratégias de mobilização juvenil em Recife. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Elementos Constitutivos para uma História a UFPE. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Cenas Cotidianas da UFPE 2011-2012. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Repúblicas e Estudantes em Ouro Preto - Volume 1. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 3.
- MACHADO, Otávio Luiz** . Repúblicas e Estudantes em Ouro Preto - Volume 2. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 3.
- **MACHADO, Otávio Luiz** (Org.) . Repúblicas e Estudantes em Ouro Preto - Volume 3. 1. ed. Recife-PE: Propejec, 2013. v. 3.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 1). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 2). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 3). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 4). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 5). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 6). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 7). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 8). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 9). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.

- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 10). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . República Aquarius de Ouro Preto: Cenas da irreverência, da generosidade, da aprendizagem e da vivência universitária. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Repúblicas de estudantes da cidade de Frutal-MG: Perspectivas e atualidades. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1.
- **MACHADO, Otávio Luiz** (Org.) . Universidade, estudantes e a questão social em Ouro Preto. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1. 150p .
- **MACHADO, Otávio Luiz** (Org.) . Repúblicas e entidades estudantis de Ouro Preto: trajetórias e importância. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1. 400p .
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da história dos jovens em Recife pós anos 1960. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1. 200p .
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da memória política de Recife em 2012: cenas de momentos marcantes. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1. 300p .
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Uma cidade rebelde: Recife, Pernambuco, Brasil (dos movimentos estudantis dos anos 1970 à cena Mangubeat. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1. 200p .
- **MACHADO, Otávio Luiz** . A Fundação Gorceix e o contexto da Expansão da Escola de Minas nos anos 1960. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. v. 1. 200p .
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 13). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Documentos Fundamentais para a História dos Jovens em Pernambuco: Apontamentos para a necessidade de comissões da verdade nas universidades pernambucanas. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 11). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Um pequeno guia sobre o movimento estudantil e o golpe de 1964 em Ouro Preto. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Protestos Públicos e outras Cenas de Cidadania. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Escola de Minas, Nacionalismo e a Engenharia Nacional. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz** . Contributos para o pensamento das Juventudes Brasileiras. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.
- **MACHADO, Otávio Luiz**. O Debate Sobre Educação e Sociedade na Escola

de Minas de Ouro Preto (na sua primeira década). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.

- **MACHADO, Otávio Luiz** . Escola de Minas de Ouro Preto: Memórias dos seus Ex-Alunos. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.

- **MACHADO, Otávio Luiz** . Aspectos da História das Juventudes Brasileiras (Volume 12). 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.

- **MACHADO, Otávio Luiz** . Experiências e Vivências Saídas de Ouro Preto. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.

Considerações finais

Um trabalho de tamanha dimensão não se faz sozinho. O trabalho com biografia é um demonstrativo de que tantas outras pessoas foram importantes para a sua plena realização, pois a relação não é somente entre autor e biografado, mas com o conjunto de pessoas que perpassaram por uma determinada experiência.

Não foi por acaso que construímos um trabalho que se configura como o mais vigoroso no resgate da história das juventudes brasileiras, sendo um esforço coletivo que conseguimos agrupar e expandir para todo o Brasil. Muito ainda precisa ser feito para que os brasileiros e brasileiras conheçam a história dos movimentos juvenis e das juventudes em tantas outras particularidades.

Ao evocar a observação de uma página sendo virada no momento em que estamos lendo um livro, quando falamos da virada da mesma em pleno movimento, o que a princípio é um movimento normal e rotineiro próprio do leitor, é que no campo biográfico é difícil determinar o limite de quando se deve ir para o próximo momento, pois ponto de saturação nem sempre é facilmente observável, considerando que o envolvimento do autor no aprofundamento de sua obra produz uma obra em eterna realização.

Não podemos descaracterizar o apoio das biografias feitas para a construção de um trabalho histórico academicamente fundamentado. Nem podemos ignorar que as biografias produzidas pelo pesquisador ou aquelas que ele utiliza produzida por terceiros como base de uma análise científica são essenciais para percorrer os caminhos fundamentais de apresentação de um importante trabalho de História. É preciso se despir de preconceitos, inclusive entendendo que os mais diversos estilos biográficos são válidos e merecem ser tratados com o devido valor, dando o seu adequado espaço nos estudos históricos.

Se como disse Alencastro (2007), que a centralidade do trabalho do

historiador é o de arbitrar o que ficou no esquecimento e que deve ser retomado, a partir desta reflexão podemos ressaltar que a exclusão das biografias na preocupação daqueles que buscam escrever a História seria no mínimo uma escolha que levará os estudos a se distanciar aquilo que interessa aos historiadores, que é o de identificar através de lacunas ou de fontes que aparentemente não teriam muito a informar os fios da história que levam à construção de relevantes narrativas.

Referência Bibliográfica.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Esquecimento e Memória . In: *O esquecimento da política*. BRASIL. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC): Site: <http://www2.minc.gov.br/scripts/Cgmi/InternetSaC/PronacCpronac.idc?Pronac=030926&UF=+&NomeProjeto=&Ano=>. Consultado em 03 de janeiro de 2007.

BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Brito. “Interação e comunicação no processo de pesquisa”. *Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica*, textos 3, 2ª série, 1992, p. 30-41.

200

LIMA, Luiz Costa. *Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

MACHADO, Otávio Luiz. *Movimentos estudantis, formação profissional e a construção de um projeto de país*. Frutal: Prospectiva, 2013.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “Trilhas metodológicas: outras ressonâncias”. In: Silke Weber e Thomas Leithäuser & (orgs.). *Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social*, Recife, Editora Universitária UFPE, 2007, p. 257-281.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SCHNAIDERMAN, Boris. “Bakhtin 40 graus (Uma experiência brasileira com a sua obra)”. In: Beth Brait (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 15-22.

WEBER, Silke & LEITHÄUSER, Thomas (orgs.). *Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

SEÇÃO LIVRE

Os sindicatos corporativistas no Brasil entre os anos de 1934 e 1939

Enviado em:

09/02/2014

Aprovado em:

18/06/2014

Pedro Paulo Lima Barbosa

pplbarbosa@gmail.com

Doutorando em História

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus de Assis)

Resumo

No presente texto, temos como propósito discutir a efetivação de um tipo de sindicato corporativo criado pelo Estado varguista entre os anos de 1934 e 1939. Para tanto, utilizamo-nos como fontes primárias artigos da seção Trabalho do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Enquanto fontes privilegiadas, encontramos nesta seção a formulação de um discurso trabalhista o qual fora implementado no país via a doutrina corporativista. Destarte, os sindicatos dos empregados teriam um papel essencial na consolidação do trabalhismo varguista: ao mesmo tempo em que dinamizava a economia nacional, o corporativismo teria o papel de afastar os trabalhadores brasileiros das alas mais radicais dos movimentos esquerdizantes no país.

202

Palavras-Chave

Era Vargas (1934-1939); Corporativismo; Sindicatos

Abstract

In this paper, our purpose is to discuss the effectiveness of a type of corporate union created by Vargas State between 1934 and 1939. As primary sources, we used the articles extracted from the Work section of the Ministry of Labor, Industry and Commerce Bulletin. While privileged sources, we found the formulation of a labor speech which had been implemented in the country by a corporatist doctrine. Thus, the employees 'unions took an important role in the consolidation of Vargas' labor: while it dynamized the national economy, corporatism attempted to keep Brazilian workers away from more radical left-wings movements.

Keywords

Vargas' Age (1934-1939); Corporatism; Trade Unions

Introdução

Muito debatido pelos historiadores e cientistas políticos, o corporativismo, na chamada Era Vargas (1930-1945) tornou-se fonte de amplos e importantes debates. Ora, estes estudos focam o corporativismo pensado pelos intelectuais da época, como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos, por exemplo. Ora, focam instituições e grupos sociais, como a igreja, a burguesia, os militares; ora ainda sindicatos, tanto patronais quanto dos trabalhadores.¹

Destarte, nosso texto tem o sentido de colaborar com este debate ao trazer à baila o corporativismo sindical varguista dos anos de 1934 a 1939 como foi apresentado e discutido junto ao *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Entendemos que nesses anos, o Estado varguista implantou seu corporativismo, principalmente junto aos sindicatos, cujo principal objetivo era afastar a classe dos trabalhadores dos movimentos radicais, como: anarquismo, socialismo e comunismo, trazendo-os à legalidade.

Ao mesmo tempo em que afastava via sindicalização os empregados de forma sistematizada de uma possível ‘contaminação’ com ideais esquerdizantes, o Estado varguista atuava no sentido de operar transformações econômicas junto ao Capital nacional, alavancando-o, pois esta era uma das necessidades que surgiu no país enquanto imposição do capitalismo industrial. (MARTINS, 1978: 27)

Como marcos iniciais do nosso trabalho, temos a publicação do Decreto 24.694 de 12 de julho de 1934, que dispõe sobre os sindicatos profissionais cujas funções eram: “defesa”, “coordenação” e “colaboração” sindicais junto ao Estado. Mediante este decreto, podemos observar a maneira pensada na efetivação do sindicato corporativo no país. Ademais, outros dois importantes fatores que nos serviram como referência temporal neste trabalho, enquanto marcos iniciais, foi a promulgação da Constituição de 1934 que modificava o antigo Decreto 19.770 de 19 de março de 1931, primeira lei sindical criada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). O segundo fator que corrobora com nossa pesquisa quanto ao estabelecimento do primeiro marco temporal é o início da publicação do *Boletim* do MTIC. O primeiro número de sua publicação ocorreu em setembro de

¹ Evidentemente não queremos aqui esgotar as referências sobre o tema, mas apenas apontar alguns textos que possam contribuir com os estudos nos campos citados a título de referência do corporativismo. Sobre estes atores sociais, podemos citar: (SOUZA,1999). Outra referência sobre o corporativismo, nas instituições e grupos sociais, à época é a tese de doutoramento de (ARAÚJO, 1994). Por fim, a referência sobre o corporativismo nos sindicatos é: (VIANNA, 1999).

1934, época em que o ministro do Trabalho era Agamenon Magalhães.

No primeiro volume ficava clara a finalidade a qual o *Boletim* foi criado.

Recebeu o Sr. Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, que o Departamento de Estatística e Publicidade, atendendo aos fins a que se destina, organizasse e fizesse editar, sob o título de Boletim do Ministério do Trabalho [...], uma publicação mensal capaz de reunir nas páginas que lhe formem o texto não só ensaios e estudos de natureza técnica ou especializada como também *notas e informações que possam concorrer para um entendimento entre a administração pública e os particulares* (BRASIL,1936)

Ao analisarmos as páginas do *Boletim* do MTIC, enquanto fonte oficial, observamos a construção do discurso da política trabalhista colocada em prática desde os instantes iniciais em que Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930. Veículo de comunicação e propaganda no Estado varguista, no “entendimento entre administração pública e os particulares”, o *Boletim* visava, entre outros pontos, organizar um discurso oficial trabalhista na defesa dos ideais varguistas.

O segundo marco refere-se à publicação de outro Decreto sindical, o de número 1.402 de 5 de julho de 1939. Neste, porém, temos a consolidação de um sindicato de caráter corporativo no país. Foi por meio deste decreto que o MTIC, junto com Getúlio Dornelles Vargas, alicerçou a obra de tornar os sindicatos enquanto um ‘braço’ do Estado na luta contra o radicalismo esquerdizante.

Enquanto fonte privilegiada na compreensão do discurso estatal varguista, utilizamo-nos dos *Boletins* do MTIC, mais especificamente sua seção ‘Trabalho’.² Nesta seção, encontramos os mentores das práticas corporativistas que publicavam com certa frequência artigos de opinião sobre sindicatos no Brasil e no mundo, tais como Oliveira Viana, Oscar Saraiva, Afonso Bandeira de Melo, Antônio Pereira de Sousa, Segadas Vianna, entre outros.

Uma nova maneira de se resolver as questões sociais e trabalhistas no Brasil

As leis sindicais da década de 1930 foram amplamente discutidas

2 Criado em Setembro de 1934, o *Boletim* do MTIC tratava-se de uma extensa publicação na qual contemplavas as seguintes seções: Trabalho, Indústria, Comércio, Atos Oficiais, Previdência e Assistência Social, Povoamento, Estatística, Notas e Informações. Sua circulação ocorreu até circulou até outubro de 1945, quando teve a sua periodicidade interrompida após a queda do Estado Novo e o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Foi relançado em 1951 quando Getúlio Dornelles Vargas voltou ao poder.

nas ciências humanas, principalmente entre cientistas sociais e historiadores. Entretanto, não quer dizer que este seja um reduto exclusivo destas áreas do conhecimento. Ao contrário, no campo do Direito encontramos vários trabalhos sobre sindicatos. A exemplo, podemos citar o catedrático em Direito Industrial e Legislação do Trabalho, José Pinto Antunes, em seu livro “Do sindicato operário”, que ao estudar os sindicatos fez o seguinte comentário acerca das leis sindicais criadas ao longo da década de 1930: “as leis posteriores a 1930 e anteriores a 1837, já faziam do sindicato um instrumento do poder público; representando, junto à administração, um interesse profissional, o sindicato valia ao mesmo tempo como instrumento da ação pública no meio trabalhista.” (ANTUNES, 1939: 104)

Para José Pinto Antunes a subordinação dos sindicatos ao Estado se devia ao fato de este conceder àqueles garantias que até então não foram conseguidas. O autor afirma:

Ora, sendo o sindicato no Brasil já possuidor de todas aquelas favores do poder discricionário, cabia a este, como contrapartida, na forma da doutrina oficial, o direito de *sujeitá-lo*, segundo a vontade do Poder discricionário ou legal [...]

Era o sonho do ‘Corporativismo de Estado’ que acalentavam, sem dúvida, os dirigentes brasileiros e que havia de ter na Constituição de 10 de Novembro de 1937 a sua manifestação legal, com o mesmo Chefe da revolução de 1930 e com o mesmo Ministro do Trabalho que, daquela forma, interpretava as relações entre o sindicato e o Estado, na vigência da Constituição democrático-social de 16 de julho de 1934. (ANTUNES, 1939: 107-108)

205

Na interpretação de Pinto Antunes, especificamente no momento histórico em que os sindicatos se submetiam ao Estado corporativista ocorria sua completa sujeição aos interesses do Estado varguista, o que, na visão do autor, levaria à decadência dos sindicatos no país.

Mas todos eles, além de tudo quanto vimos, são cautelosamente organizados e reconhecidos sob as vistas governamentais, que os reconhecerá, ou não permitirá a sua existência, se os houver por subversivos ou não solidários com o Estado.

O sindicato operário brasileiro, *como todos os demais Estados corporativos da experiência social contemporânea, é um sindicato ‘domesticado’ pelo Estado; inofensivo por natureza e criação...*

Ou, com mais precisão, ainda – *o sindicato operário, no Brasil, morreu impúbere* [...]

De fato, a crise de 1929 o gerou; os homens de 1930 o parturejaram, mas os de 1937 o trucidaram ainda inermes... (ANTUNES, 1939: 114) [grifo nosso]

Embora houvesse grupos sociais e indivíduos que aceitavam o corporativismo enquanto ‘solução’ aos problemas sociais vividos no Brasil, havia outros em que tal solução não se aplicaria. Mais ainda, desenlaces como o de tornar os sindicatos corporativos implicariam em sua desagregação dos sindicatos dos empregados.

Desde o início da Primeira República (1889-1930) o Estado brasileiro, imbuído de práticas liberais, apresentava uma conduta de não se imiscuir no Capital privado e nas relações capitalistas. Tais práticas, paulatinamente, foram se modificando dando lugar a uma ação sistematizada do Poder Público Federal frente à legislação social e trabalhista brasileira procurando, assim, organizar Capital e Trabalho como forma de alavancar a economia nacional.³

Destarte, para entendermos a ação corporativista do MTIC⁴ junto aos sindicatos operários da época, é necessário compreendermos a mudança do Estado brasileiro frente às questões sociais e trabalhistas no país.

Em artigo intitulado “Ministério da Revolução” o Deputado Federal Edgard Teixeira Leite, responsável pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, em 1934, fez o seguinte comentário sobre as novas condições vividas no país:

[...] há cinquenta anos atrás [sic] dado o sistema extensivo da agricultura nacional, com núcleos populacionais urbanos insignificantes, com uma indústria que se cifrava em raras fábricas, num regime de trabalho escravo, *os conflitos entre os interesses do patrão e do trabalhador praticamente não existiam*. Mas é preciso atentar nas condições atuais do país, bem diversas. A população cresceu, as condições de trabalho se modificaram; iniciou-se um período de vida industrial mercê da política protecionista e começaram a aparecer, inevitavelmente, os conflitos entre o capital e o trabalho. O Governo não podia ficar indiferente a este estado de coisas, perturbador da ordem social. Devia e cabia-lhe interferir. É que *a era do individualismo econômico estava definitivamente encerrada* [...] Era também justo que esta intervenção se operasse no sentido de amparar as classes trabalhadoras, regularizando

3 A historiadora Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins em seu livro “Estado e a burocratização do sindicato no Brasil” faz a seguinte afirmação sobre a ação do Estado sobre as questões sociais e trabalhistas ao longo da Primeira República: “paulatinamente, as camadas dominantes iam percebendo a importância de tratar de forma diferente a questão social”. (1978: 22)

4 Mediante o Decreto nº 19.433, de 26 de Novembro de 1930, Getúlio Dornelles Vargas criou o Ministério do Trabalho, cujo primeiro ministro a ocupar a chefia desta pasta foi Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor que embora tenha ficado pouco tempo à frente deste ministério, de dezembro de 1930 a março de 1932 deu o norte do como seria tratado as questões concernentes ao trabalho no país.

o mercado do trabalho, tanto mais quanto este, de acordo com o conceito moderno consagrado pelos tratados internacionais, *não pode ser considerado como simples mercadoria ou artigo de comércio, mas como colaboração livre e eficaz na produção das riquezas* (LEITE, 1934: 98-99) [Grifo nosso].

É importante observar que Edgard Teixeira Leite teve a sensibilidade de captar a atmosfera em transformação da época. Entretanto, dois pontos chamam a atenção no excerto supracitado: primeiro temos a negação do conflito existente entre Capital e Trabalho; segundo, a mudança das condições do Capital no Brasil. Em relação a este, o deputado percebeu que não se vivia mais uma época em que o liberalismo imperava em todos os campos, pois tal época “estava definitivamente encerrada”⁵.

Concernente ao primeiro ponto, Edgard Teixeira Leite negava por completo o antagonismo entre Capital e Trabalho existente no país. Este posicionamento sobre os conflitos entre classes foi relativamente comum ao longo da Primeira República, pois tal fato principalmente se observava com pessoas ligadas à burguesia industrial que tinham a tendência de negar a luta de classes ou quando não, criar empecilhos à sua efetivação.

A mudança em concepções estreitas acerca da questão social e trabalhista no Brasil não se modifica da noite para o dia. Várias foram as razões que contribuíram para tais mudanças. São elas: a luta dos operários, expansão do capitalismo, surgimento de partidos de esquerda, aumento populacional, o fortalecimento dos sindicatos operários, dentre outros. (SIMÃO, 1966: 131; MARTINS, 1978: 25)

Assim, mediante novas necessidades impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, bem como aos reclamos dos trabalhadores, surgiu a necessidade de um novo posicionamento por parte do Estado. Se durante a Primeira República havia uma conduta liberal do Estado, após 1930 tal postura não cabia mais. Tínhamos então a equação: valorização do capital somado a ação dos trabalhadores resultava na mudança de papel do Estado.

A evolução das questões sociais, na visão dos membros do MTIC passaria, forçosamente, pelas ‘mãos’ do Estado. Contudo, não era um Estado liberal, insensível aos reclamos dos empregadores ao reivindicarem proteção às

5 Sobre o liberalismo no campo social, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins comenta o seguinte: “[...] as relações de trabalho se davam norteadas pelo individualismo econômico que dominava todas as esferas do sistema. Não havia uma fiscalização efetiva que impusesse o cumprimento das leis e os empregadores que as punham em prática, o faziam porque assim o desejavam [...]” (1978: 24).

suas indústrias e comércio e, tampouco, um Estado possuidor de ‘ouvidos mocos’ às queixas dos empregados, mas ao contrário, que criassem leis em seu benefício e defesa contra a exploração do Capital.⁶

O presidente do Governo Provisório, Getúlio Vargas fez a seguinte afirmação sobre esta questão:

Examinando detidamente o fator de maior predominância na evolução social, penso não errar afirmando que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, *na falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar*. A racionalização, o taylorismo, a cartelização, os *dumpings* e outras soluções rotuladas com palavras mágicas, são, apenas, paliativas incapazes de resolver o problema econômico. Quando muito, possuem a virtude de provocar o advento de novo sistema, definitivo ou mais perfeito (VARGAS, 1938a: 116) [Grifo nosso].

208

Para Vargas, só haveria sucesso no avanço do Capital se as classes sociais estivessem organizadas. Para tanto, o êxito seria alcançado via organização dos grupos sociais laboriosos do país. As soluções até então apresentadas nas sociedades da época, taylorismo, fordismo, toyotismo ou *dumping* eram ineficientes, não resolvendo os problemas gerados mediante o desenvolvimento do Capital. Seu objetivo seria o de dirimir as desordens sociais geradas pelo capitalismo e que se davam entre empregados e empregadores.

Caso não houvesse a presença do Estado, poderiam ocorrer exageros de ambos os grupos. Por parte dos empregadores, estes explorariam seus empregados impondo-lhes condições desumanas de trabalho. Os trabalhadores, por seu turno, sofrendo a exploração por parte dos empregadores, tendiam à radicalização como greves e quebra-quebras o que geraria perdas ao Capital e à sociedade como um todo.

Com esta finalidade em mente, o MTIC foi criado e uma de suas primeiras leis foi a da sindicalização, cuja finalidade principal era conter o antagonismo

6 Sobre este novo papel do Estado, o historiador Kazumi Munakata faz a seguinte afirmação: “Se a melhoria da vida da população e, em particular, da classe operária, depende da industrialização, e esta do protecionismo estatal, o Estado jamais pode ser um Estado Liberal que assiste, impassível, ao livre jogo de correlação de forças políticas, ou que sob pressão destas acaba criando leis (por exemplo, as trabalhistas), as quais, além de frearem o desenvolvimento industrial, abrem brechas para a agitação da ordem e até mesmo a revolução” (MUNAKATA, 1984: 64).

da luta entre classes sociais disciplinando e organizando a força de trabalho via sindicatos, cuja feição principal seria, após 1934, o corporativismo.

Assim, organizar a sociedade e, principalmente, as relações de produção, era tarefa exigida de imediato “porque na desordem nada se constrói; porque, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade” (VARGAS, 1938b: 203).

Os sindicatos teriam um papel importante na nova maneira de organização e ordenação social, tornando-se órgãos de colaboração. Para tanto, suas características se modificaram no decorrer da década de 1930. Sua função política deixou de existir convertendo-se apenas em um órgão cujas funções eram primordialmente administrativas.

O Estado, porém, passava a ter um papel de defensor dos interesses e conciliador entre Capital e Trabalho.

Não basta, porém, *a tranquilidade e a harmonia entre empregados e empregadores*. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do congoçamento de todas as classes sociais. O movimento de 10 de novembro pode ser considerado, sob certos aspectos, como um reajustamento dos quadros da vida brasileira. Esse reajustamento terá de se realizar, e já se vem realizando, exatamente pela cooperação de todas as classes. *O Governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de umas sobre outras*. (VARGAS, 01/05/1938c: 205) [Grifo nosso]

209

Como observamos aqui, não é que o Estado varguista se recusava a aceitar a luta entre Capital e Trabalho. Ao contrário, ao realizar este discurso em ocasião da assinatura de Decretos Leis que beneficiariam os empregados, Getúlio Vargas não só reconhecia a existência de tais conflitos como também buscava erradicá-los, trazendo os empregados a uma luta legal.

Dias após ter realizado este discurso, em 23 de julho, na cidade de São Paulo, em ato de “agradecimento pela grande manifestação trabalhista na tarde deste dia, na Avenida São João”, Vargas proferiu as seguintes palavras:

O Estado Novo não reconhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! *O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses*, garante os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. *O Estado não quer, não reconhece luta de classes*. As leis trabalhistas são leis de harmonia social. (VARGAS, 23/07/1938c:

Embora este excerto supracitado possa parecer contraditório ao anterior, deve-se ficar claro que Vargas, ao afirmar que o Estado brasileiro “não quer, não reconhece a luta de classes”, ele fazia tal colocação no sentido de o Estado não aceitar/querer a existência da luta entre Capital e Trabalho. E, enquanto às exigências dos empregados, elas só seriam aceitas se fossem feitas dentro da ordem estabelecida, não reconhecendo a “luta de classes”. Observe, também, em 1937, com o Estado Novo, era mantido o posicionamento do Estado quanto “harmonizador” dos conflitos Capital/Trabalho.

Entretanto, leituras como esta feita neste trabalho não são unânimes. Interpretações distintas desta nossa apontaram no Estado Novo (1937-1945) a existência do fascismo.⁷ A partir de agora analisaremos artigos publicados no *Boletim* do MTIC. Nosso objetivo é mostrar: que esta documentação ainda não se esgotou e atribuir uma característica de um Estado europeu, no caso a Itália de Benito Mussolini, é de certa forma, realizarmos um reducionismo histórico, pois, ainda que pudesse ter uma ou outra semelhança entre o Estado Novo varguista e a Itália do *Dulce*, várias foram as referências utilizadas pelos intelectuais participantes do poder público do Estado brasileiro.

210

Os sindicatos corporativos nos discursos oficiais do *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Os temas desenvolvidos nos números do *Boletim*, na seção *Trabalho*, eram os mais variados, versavam desde a alimentação ‘adequada’ ao trabalhador passando por comportamento, organização do trabalho, salários, moradias e, obviamente, debatia sobre as principais leis que afetavam direta ou indiretamente o cotidiano do empregado brasileiro.

Algo que fica claro ao lermos os artigos sobre sindicato do *Boletim* é o fato

7 Em uma leitura completamente diferente da nossa, o sociólogo José Albertino Rodrigues sobre estas mesmas passagens argumentou o seguinte: “E assim como a República se recusava a reconhecer a questão social, o Estado Novo se recusa a reconhecer a luta de classes: ‘O Estado não quer, não reconhece a luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social’ – são palavras que, de improviso, Getúlio Vargas dirige aos trabalhadores paulistas. Como se explica ter a revolução de 1930 desembocado no fascismo? Como justificar o fato de que, partindo de uma atitude positiva diante do problema operário, venha a atingir finalmente uma atitude negativa diante do mesmo?” (1968: 75)

de a concepção de sindicato corporativo ter sido implementada no país no Governo Constitucional de Getúlio Dornelles Vargas (1934-1937) e os anos iniciais do Estado Novo. Entretanto, há de se destacar que, embora o corporativismo tivesse sido paulatinamente colocado em prática no Brasil, suas bases já existiam na Primeira República.⁸ Assim, o modelo empregado na década de 1930 e consolidado em 1943 com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi um entre tantos outros que poderia ter sido efetivado.

Em debate ocorrido entre Oliveira Vianna e Alceu Amoroso Lima sobre a lei sindical criada no Governo Provisório, gestão de Lindolfo Collor enquanto Ministro do Trabalho, Amoroso Lima realizava duras críticas à Lei 19.770/1931.⁹

Com uma linguagem clara, recheada de ironia e sarcasmos, em parecer do consultor jurídico do MTIC que foi publicado no *Boletim* em abril de 1935, Oliveira Vianna, ao responder às críticas feitas por Amoroso Lima sobre o Decreto 19.770, expressava a concepção de sindicato corporativista a qual foi implantada no país.

Neste parecer, Oliveira Vianna expressava os pontos centrais presentes nos debates sobre sindicato ao longo de todo o período Constitucional do governo varguista e que se consolidou no Estado Novo: unicidade, representação de classe, sindicato corporativo e colaboração entre classes. Tais questões, juntas, perfaziam a totalidade de um projeto maior: dirimir os embates existentes entre Capital e Trabalho ao mesmo tempo em que trazia à legalidade as reivindicações e lutas operárias.

Nos discursos oficiais dos membros do MTIC era uníssona a ideia de que os sindicatos teriam como principal função equilibrar as forças sociais no país, pois o “sindicalismo vigente é formação toda nossa, oriundo de condições próprias, equidistantes, equilibrando o Capital e Trabalho, servindo de contrapeso às forças dissolventes que se enraízam nos centros em que os problemas sociais se apresentam com agudeza que desconhecemos.” (FIGUEIREDO, 1937: 109)

Se os sindicatos, então, tinham a função de “equilibrar Capital e Trabalho”

8 Concordamos com o sociólogo Luiz Werneck Vianna ao defender a ideia de “[...] que tais elementos (do corporativismo) não foram apenas introduzidos pelo novo regime. Temos procurado demonstrar que, desde a primeira década do século, desenvolvia-se uma matriz de pensamento autoritário na sociedade civil brasileira, em particular nos setores de elite [...]” (1999: 264)

9 As críticas não só feitas por Alceu Amoroso Lima sobre sindicatos como também sobre a Legislação Social e Trabalhista no Brasil e ao então Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, podem ser encontradas no livro. (LIMA, 1956). A primeira edição deste livro data de 1932, ano em que Lindolfo Collor ainda ocupava o cargo de Ministro do Trabalho.

no país, caberia, desta maneira, ao Estado “disciplinar estas correntes, dar-lhes o curso que devem seguir, é a função do Estado.” (FIGUEIREDO, 1937: 109)

A partir de agora discutiremos estas questões em nosso texto. Para torná-lo mais didático, as trataremos em separado, todavia, elas não podem ser dissociadas umas das outras, pois do contrário poderíamos incorrer no equívoco de entendermos as práticas de conciliação entre classes do governo Vargas como simplesmente autoritárias ou fascistas.

A unidade sindical e representação de classe

Nos debates sobre a unicidade ou pluralidade sindical ao longo da década de 1930, Oliveira Vianna, consultor técnico jurista do MTIC, defendia a ideia de sindicato único para o país. “Sou pelo sindicato único” (VIANNA, 1935: 114) Este posicionamento, podemos afirmar com muita propriedade, não representava apenas a visão deste autor, mas a predominante do corpo técnico da Pasta do Trabalho.

Para este autor, os males intraclasse tinham como raiz a pluralidade sindical que ao invés de proporcionar uma harmonia dentro do seio de trabalhadores causava as dissensões “[...] a multiplicidade de sindicatos de uma mesma classe, coexistindo dentro de uma mesma região, localidade ou distrito, em vez de ser uma causa de desenvolvimento e harmonização da classe, é-lhe um fator de lutas, de anarquia, de enfraquecimento. ” (VIANNA, 1935: 118)

Na concepção de sindicato de Oliveira Vianna, a pluralidade sindical era sinônima de lutas e dissensões gerando, assim, a fragmentação sindical e, com isto, dificultaria a ação do MTIC de atuar no sentido de conciliar Capital e Trabalho. Na ação deste ministério com o fito de conciliar ambos, sua atuação ia, em princípio, no sentido de equacionar as divergências, primeiro intraclasse para que, em seguida, se pensasse nas questões entre classes.

Baseado em seu empirismo advindo da experiência adquirida como consultor técnico jurista do MTIC, Oliveira Vianna afirmava que os maiores problemas no campo sindical junto ao ministério vinham dos sindicatos múltiplos.

O duplo sindicato [...] tem trazido a este Ministério os casos mais árduos e difíceis de solução pela acrimônia, intolerância e irreconciliabilidade dos contendores. Minha experiência nesta consultoria é de que o sindicato múltiplo significa, em nosso país, *luta de sindicatos, cisão dentro da classe, conflito de grupos*. (VIANNA, 1935: 118) [Grifo nosso]

Atitudes como estas em que houvesse a criação de mais de um sindicato iam de encontro ao interesse estatal, eram na visão do consultor técnico do MTIC, contraproducentes. Estas afirmações, em caráter empírico conclusivo, para Oliveira Vianna era “um dado EXPERIMENTAL, uma VERDADE em relação a nós. Seria absurdo deixarmos de leva-la em conta ao esboçarmos o edifício da nossa organização sindicalista e corporativa.” (VIANNA, 1935: 118)

A tendência apresentada na pluralidade sindical tinha suas origens na formação social do brasileiro. Para Oliveira Vianna:

Somos – e eu tenho demonstrado isto em vários livros – um povo sem tradições, nem sentimentos de solidariedade. Não temos classes organizadas; as que existem são grupos de feitura atomística, meras somas de INDIVÍDUOS, destituídos de uma consciência comum [...] Em meio dessa dispersão, dessa insolidariedade geral, o que nos cumpre fazer para corrigi-la, é incentivarmos então a formação, dentro de casa classe, de centros de nucleação, em torno dos quais estes elementos, dissociados, pelo nosso excessivo individualismo, se irão congregando progressivamente e penetrando-se cada vez mais da consciência do seu interesse comum e do sentimento da sua unidade profissional. O meu entusiasmo pelo desenvolvimento do sindicato em nosso país vem justamente de que eu vejo nele o corretivo mais eficiente desse excessivo espírito individualista, ao mesmo tempo em que o instrumento mais poderoso que podemos utilizar para levarmos as nossas classes profissionais à consciência dos seus interesses comuns. (VIANNA, 1935: 119)

213

A origem social do povo brasileiro gerou determinadas características negativas à sociedade: falta de solidariedade, ausência de tradição, desorganização social e individualismo exacerbado. Entretanto, os sindicatos, tais quais organizados pelo Estado, cumpririam a função de contribuir na organização social como um todo e não apenas nas questões sindicais.

Os ‘desvios’ de comportamento social seriam, então, corrigidos mediante a implementação de sindicatos únicos.

Esta repulsa não se origina de um preconceito, de uma atitude apriorística contra a plenitude de liberdade sindical, mas do reconhecimento experimental de que esta plenitude de liberdade é nociva às próprias classes, senão no resto do mundo, pelo menos no Brasil. O mote da nossa organização profissional não pode ser: O SINDICATO LIVRE NA PROFISSÃO ORGANIZADA – e, sim: O SINDICATO UNO NA PROFISSÃO ORGANIZADA. (VIANNA, 1935: 121)

Caso o Estado tivesse a postura de aceitar o sindicato plural, para Oliveira

Vianna, incorreria nos seguintes inconvenientes: dificuldade na criação de órgãos de ligação intraclasse e impossibilidade de contratos coletivos de trabalhos.

É que, nas nossas classes, o ‘espírito de corpo’ é fraco, e os egoísmos pessoais facilmente vêm à tona – e dominam. Daí, se permitirmos que cada classe se possa organizar em vários sindicatos, ficaremos como se vê [...] na impossibilidade de impedir que a ação dissolvente do espírito de facção e de personalismo venha agravar ainda mais a sua desintegração e insolidariedade. (VIANNA, 1935: 120)

Nesta perspectiva, Oliveira Vianna lançava as bases do Estado corporativo varguista, formando um corpo sólido e coeso na conciliação entre Capital e Trabalho. Para este autor, o corporativismo, então teria um papel corretivo em que se visava transformar a sociedade dirimindo as desigualdades sociais e equilibrando as forças sociais que até então, pendia do lado do mais forte, isto é, o grupo dos empregadores.¹⁰

O sindicato corporativista

214

Em uma perspectiva centralizadora e intervencionista, sob a ‘batuta’ do Estado varguista, aos poucos, implantou-se o sindicato corporativista no Brasil cuja finalidade era aumentar o volume de Capital e, principalmente, organizar as forças de produção. Exigência das transformações sofridas no país após 1930 pelo capitalismo industrial.¹¹

10 Sobre o projeto sindical corporativista de Oliveira Vianna, a cientista política Vanda Maria Ribeiro Costa fez o seguinte comentário: “Sua utopia era acreditar na lei como instrumento desse projeto corretivo e no direito como força moral de mudança social. A tarefa dos juristas seria observar as transformações das sociedades contemporâneas e a partir delas construir os parâmetros legais para a correção das desigualdades e desequilíbrios produzidos pela industrialização.” (COSTA, 1991: 27-28)

11 Em uma visão distinta da apresentada neste trabalho, o sociólogo Ricardo Antunes argumenta: “Parece que o fato do Estado ter assumido o papel de agente no processo de acumulação não é suporte suficiente para justificar aquela conceituação. (a de que existiu um Estado corporativista no Brasil nos anos de 1930) Além de suas diferenças – em que pese algumas similitudes – com o corporativismo clássico italiano, é de se argumentar que o nível da luta de classes no Brasil estava aquém de propiciar o advento de um Estado corporativista, na sua essência dissimulador dos conflitos entre capital e o trabalho, visando a garantir o processo de monopolização dos países que integravam o que Lênin denominou de ‘elos débeis do imperialismo’ e que, ao fim de algumas décadas, atingiram a condição de países monopolistas. No caso do Brasil, com uma industrialização cujo processo somente agora se iniciava e já na condição de uma industrialização subordinada aos interesses do capital monopolista e, mais ainda, onde era ainda marcante a presença dos setores burgueses agrários, fortes ainda no aparelho do Estado, torna-se difícil aceitar a noção de um Estado corporativista.” (ANTUNES, 1982: 70-71)

Nos anos iniciais da década de 1930, sob os efeitos da Crise de 1929, o café que até então era a ‘locomotiva’ da atividade produtiva do Brasil foi, aos poucos, substituído pela indústria. Na época, a industrialização tornava-se uma solução viável à crise pela qual o Brasil passava. Contudo, devemos ressaltar que a reboque da produção cafeeira, ainda era grande a dependência de outros setores econômicos ao ‘ouro verde’ nacional.

Para termos uma ideia do campo industrial da época, basta observar o ritmo desta expansão ao longo da Era Vargas, sob o Estado corporativista. Como aponta a socióloga Eli Diniz, em seu livro “Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945)”, durante estes anos, pela primeira vez o crescimento industrial havia superado o agrícola.

Indicadores de modificações estruturais na economia brasileira

a) Estrutura de produto físico (a preços correntes):

	1907	1919	1939
Agricultura	79%	79%	57%
Indústria	21%	21%	43%
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	100%	100%	100%

b) Taxas Anuais de Crescimento:

	Agricultura	Indústria	Total
1920/1929	4,10%	2,80%	3,90%
1933/1939	1,70%	11,20%	4,90%
1939/1945	1,70%	5,40%	3,20%

Fonte: (DINIZ, 1978: 67)

Durante os anos de implantação e consolidação do corporativismo no Brasil, em que o Estado brasileiro capitaneou o desenvolvimento do capitalismo, o crescimento industrial foi seis vezes e meia maior do que o agrícola. Os dados da tabela acima nos auxiliam a compreender o destaque que a indústria esteve a partir de então e, principalmente, o elemento chave que a propiciou: o Estado corporativista varguista.

Como dissemos anteriormente, a implantação do corporativismo no Brasil não se deu da noite para o dia. Ela foi aos pouco inserida no país. Não ao acaso também; a escolha do sindicato corporativista ia ao encontro dos anseios de

varguistas¹² na organização e disciplinarização dos trabalhadores. Necessidades tão requeridas pelo novo industrialismo brasileiro. “Sobre este critério – dos sindicatos por ofícios e não dos sindicatos por indústria – é que estamos organizando a nossa estrutura sindicalista e preparando as bases para a futura articulação corporativa” (VIANNA, 1935: 122).

Considerado a ‘menina dos olhos’ na Era Vargas, os sindicatos corporativistas tiveram um grande papel no projeto governista ao procurar conciliar as forças produtivas do país. Em discurso realizado por Paulo Poppe de Figueiredo, funcionário do Departamento de Estatística e Publicidade, temos uma ideia do que os sindicatos representavam à época.

Disse Figueiredo: “disciplinados como estão, sólida e integralmente instituídos, os sindicatos são as pedras basilares da legislação social, obra, se falha em pormenores somemos, é algo que causa admiração pela grandiloquência do humanismo que a vitaliza” (FIGUEIREDO, 1937: 110).

Entretanto, para os sindicatos trabalhistas se tornarem “pedras basilares da legislação social”, era necessário atribuir-lhe funções maiores junto ao Estado. Em informações prestadas por Agamenon Magalhães ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a anulação da constituição de uma eleição na União dos Sindicatos dos Proletários de Belém, Pará, o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio dá-nos uma ideia da importância deste sindicato corporativo.

São precisamente essas funções públicas e políticas, que só os sindicatos possuem, que impedem e tornam absurda a equiparação deles às outras corporações privadas: às sociedades comerciais (firmas ou empresas) ou às associações de fins beneficentes, culturais ou recreativos. Desde que a Constituição dá às associações profissionais – e só a elas – funções de maior responsabilidade e transcendência na vida pública e política do país; desde que as faz colaboradoras – e só a elas – dos poderes públicos e da soberania nacional, é claro que o pensamento do legislador constituinte não poderia ser o da plena equiparação dos sindicatos àquelas instituições de puro interesse privado (MAGALHÃES, 1937: 11).

Enquanto tal, o sindicato corporativo passava, dia a dia, a se fazer mais e mais presente na vida do empregado, pois, este deveria ter como condição prévia ser sindicalizado.

12 Não queremos aqui passar a ideia de que o projeto corporativista de Oliveira Vianna era o mesmo do Governo. Entretanto, como lembrou a socióloga Vanda Maria Ribeiro Costa não é “correto pensar que o projeto do governo-Estado tenha sido o mesmo de Oliveira Vianna. Seria mais exato falar de pontos tangenciais” (COSTA, 1991: 6).

Em artigo publicado para o *Boletim* do MTIC, intitulado “Direito do sindicalizado”, o Ministro do Trabalho, deixava clara a orientação dos membros de seu ministério. Para este grupo, o empregado somente poderia reclamar às Juntas de Conciliação e Julgamento se fosse sindicalizado. Este requisito, na interpretação do Ministro, era mais importante do que ser possuidores da Carteira de Trabalho.

À época funcionários da *Companhia de Cimento Portland* que foram demitidos pelo superintendente da empresa tiveram decisão contrária às suas reivindicações devido a uma série de irregularidades de sua parte, segundo Agamenon Magalhães. A principal motivação de terem negado suas reivindicações foi porque “*mesmo que pudessem os reclamantes exhibir as suas respectivas carteiras profissionais*, esta fora de dúvida que na ocasião em que apresentaram as suas reclamações perante a Junta, não eram empregados sindicalizados, o que impedia a Junta de receber as suas reclamações [...]” (MAGALHÃES, 1935: 124) [Grifo nosso].

Se o empregado não fosse sindicalizado, ele deixaria de ter direitos enquanto trabalhador. Era, desta forma, constituída a pessoa de direito público em sua solidariedade social, ou seja, o indivíduo, enquanto tal, perderia sua individualidade ao mesmo tempo em que ganha na coletividade, isto é, estabelecia-se assim, a solidariedade social do direito de classe.

Destacamos, deste modo, que o Estado, ao organizar as relações coletivas de trabalho atreladas ao poder público, atribuindo à possibilidade (ou não) do empregado se sindicalizar, criou um sindicato corporativo, genuinamente brasileiro. Ao atribuir prerrogativas tanto aos sindicatos quanto aos trabalhadores, o número de sindicalizados teve um aumento significativo e, com um arcabouço de leis as quais buscavam dirimir os embates entre classes, o governo de Getúlio Vargas ia aniquilando as lutas sociais no país. Esta foi a maneira do Estado varguista evitar que o movimento operário pendesse à radicalização.

As leis criadas na década de 1930 levaram os empregados que possuíam tendências menos radicais bem como os mais radicais, a exceção dos anarquistas, a se sindicalizarem: comunistas e trotskistas para participarem das eleições de 1934. Já os trabalhadores menos radicais, simplesmente para terem seus direitos trabalhistas garantidos: oito horas de trabalho, férias, carteira de trabalho, enfim, ter direito a todo o aparato legal que versava o direito social e trabalhista da época.

Considerações finais

Ao longo de nosso texto procuramos demonstrar a forma pela qual o MTIC colocou em prática durante os anos de 1934 a 1937, um sindicato corporativista. Como procuramos deixar claro, o espectro do corporativismo não nasceu em 1930. Tampouco podemos afirmar que ele nasce com o Decreto 19.770 de março de 1931, criado por Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta.

Procuramos deixar claro ao longo do texto que o modelo de sindicato corporativo efetivado no país foi algo genuinamente brasileiro. Contudo, não queremos dizer que ele não teve inspiração do exterior. Entretanto, ao considerá-lo apenas ‘cópia’ pura e simples, da *Carta Del Lavoro*, incorremos em certos reducionismos históricos considerando a legislação social e trabalhista da Era Vargas como fascista, o que não é verdade.

O sindicato corporativista, no pensamento dos membros do MTIC apresentado entre os anos de 1934 e 1939 no Brasil, tinha a finalidade precípua de dirimir os embates entre classes. Na época, esta seria a melhor maneira de fazê-lo. Assim, mediante o fim dos embates sociais e o desenvolvimento do capital, desenvolver-se-ia, também, o país como um todo.

Destarte, as ações do Estado varguista em relação aos sindicatos, principalmente operários, eram para defender uma sociedade de caráter burguês. Conservando as relações de produção capitalista ao mesmo tempo em que atendia as demandas dos empregados criando leis e instituições que tinham como objetivo julgar e, mais ainda, *conciliar capital e trabalho no país*.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, José Pinto. *Do sindicato operário: apogeu e decadência*. São Paulo: Dissertação para o concurso ao magistério na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, 1939.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Origens do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1991. 73f.

COSTA, Sérgio Amad Costa. *Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre*

- três mecanismo de coerção (1960-1964)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- FIGUEIREDO, Paulo Poppe de. *Sindicalismo*. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 35, Julho de 1937. p. 104-129.
- LEITE, Edgard Teixeira. “*Ministério da Revolução*”. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 4, Dezembro de 1934. p. 97-106.
- LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Política*. 4ªed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1956.
- MAGALHÃES, Agamenon. “*Direito do sindicalizado*.” In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 9, Maio, 1935.
- MAGALHÃES, Agamenon. “*A tendência corporativa*.” In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 25, Setembro, 1936.
- MAGALHÃES, Agamenon. “*Informações do Sr. Ministro Agamenon Magalhães – Autonomia sindical; seu conceito na doutrina e em face da Constituição*.” In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 38, Outubro de 1937. p. III-XII.
- MANOÏLESCO, Mihaïl [1934]. *O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro*. Trad. Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1978.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

VARGAS, Getúlio Dornelles. *A nova política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de governo (1930-1931)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938a. (Vol. I).

VARGAS, Getúlio Dornelles. “*O Estado Novo e as classes trabalhadoras: discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos-leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara, à 1 de maio de 1938b.*” In: BRASIL, Presidência da República. Casa Civil, Secretaria de Administração. *Discursos presidenciais*. Rio de Janeiro, 1938b. p. 201-205. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/07.pdf/download>> Acessado em 07 de janeiro de 2014 às 0h53.

220

VARGAS, Getúlio Dornelles. “*Os trabalhadores de São Paulo e o Governo: improvisado, em agradecimento pela manifestação trabalhista da tarde de 23 de julho de 1938, na Avenida S. João*”. In: BRASIL, Presidência da República. Casa Civil, Secretaria de Administração. *Discursos presidenciais*. Rio de Janeiro, 1938c. p. 309-311. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/21.pdf/download>> Acessado em: 07 de janeiro de 2014 às 0h58.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. “*Organização sindical*”. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, nº 8, Abril de 1935. p. 108-124.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4ª ed., rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Sala de visita: analisando a cultura capitalista em Fortaleza através dos objetos domésticos (1871-1915)

Enviado em:
12/04/2014
Aprovado em:
15/05/2014

Luã Rodrigues Lopes

rodrigues.lu688@gmail.com
Universidade Estadual do Ceará

Resumo

A pesquisa aqui apresentada procura realizar uma reflexão a respeito de uma maior inserção da cidade de Fortaleza na cultura capitalista, através do consumo de objetos domésticos da sala de visita, entre o ano de 1871 a 1910. O contexto de um desenvolvimento capitalista e um processo civilizador que estava se perpetuando em todo o ocidente e as instalações de diversas casas comerciais estrangeiras acabaram estimulando o consumo de objetos referentes à sala de visitas que representavam uma cultura capitalista estrangeira entrando no estado cearense. Analisamos inventários, literatura e periódicos com o intuito de perceber essa cultura capitalista nos lares das famílias fortalezenses. No mais, refletimos as transformações ocorridas no cotidiano das famílias fortalezense devido à inserção no “modo de vida moderno” e a utilização desses artefatos pela a sociedade cearense da época.

221

Palavras-Chave

Capitalismo; Cultura Material; Sala de Visita

Abstract

The research presented here seeks to realize a reflection about greater integration of the city of Fortaleza in capitalist culture through the use of domestic objects of the living room , between the years 1871 to 1910. The context of capitalist development and a civilizing process that was perpetuated throughout the west and the premises of various foreign business houses just stimulating the consumption of objects relating to the living room that represented a foreign capitalist culture into the Ceará state. We analyze inventories , literature and periodicals in order to realize this capitalist culture in the homes of families fortalezenses . In most , reflect the changes occurring in the daily lives of families of Fortaleza due to the inclusion in the “modern way of life” and the use of these devices by the cearense society of the time.

Keywords

Capitalism; Material Culture; Business Room

Esse trabalho faz parte de um projeto maior intitulado “Processo Civilizador Capitalista e Tradução Civilizacional no Ceará” (1860-1930), do Grupo de pesquisa Práticas Urbanas. O objetivo do projeto é estudar uma possível tradução civilizacional, realizada pelas cidades do Ceará, de um processo civilizador capitalista. Esse projeto está dividido em 6 eixos: Governamentalidade e Controle Social, Práticas Letradas e Urbanidades, Hábitos e Costumes, Comida e Alimentação e Produção e Consumo de Objetos Domésticos. O presente artigo se insere nesse último eixo e nossa preocupação é perceber uma tradução civilizacional através do consumo de objetos domésticos.

Antes de tudo faz-se necessário definir os termos “Processo Civilizador Capitalista” e “Tradução Civilizacional no Ceará”. O primeiro termo citado nos indica que a província do Ceará durante a segunda metade do século XIX estava se inserindo em um processo civilizador capitalista. Este que desde a Idade Moderna europeia encontrava-se em constante expansão e que a partir do século XIX passava a penetrar em terras alencarinas através da circulação de mercadorias, de comportamentos, de representações e de estrangeiros que chegavam ao território cearense. A partir dessa inserção cultural da província cearense nesse processo e do encontro cultural local com o mundial é que começamos a utilizar o segundo termo “Tradução Civilizacional”, pois acreditamos que devido a esse encontro de culturas ocorreu à tradução desse processo global, embora estejamos cientes que também houve persistência colonial da população.

Entendemos que esses dois conceitos se aplicam para o Ceará da segunda metade do século XIX. Percebemos os elementos desse processo através das casas comerciais inglesas, francesas, alemãs entre outras. Então percebemos, através dessas casas comerciais e da chegada de muitos estrangeiros no estado do Ceará (especificamente em Fortaleza), uma mudança na mentalidade, na moralidade, na estrutura emocional e nos costumes da população fazendo com que fosse fácil de percebermos como o processo civilizador capitalista foi sendo adequado a Província do Ceará.

É necessário salientar o contexto histórico em que a província cearense estava inserida durante a segunda metade do século XIX. As cidades do Ceará (inclusive Fortaleza) durante esse período tornaram-se as principais produtoras e exportadoras de algodão. O motivo de ocorrer esse grande aumento na exportação de algodão, durante esse período, foi porque o principal concorrente do estado cearense nesse mercado, os Estados Unidos, estava envolvido em uma guerra civil, na qual fez com que a produção de algodão norte-americana sofresse uma queda.

Durante esse período em que o Ceará estava em ascensão econômica, a província passou a investir em sua capital. Fortaleza servia de ponto estratégico para as demais cidades que possuíam centros econômicos. O investimento na capital cearense ocorreu no âmbito da urbanização e que trouxe com ela a cultura, o lazer e com isso a modifica os comportamentos da população.

Se esse processo civilizador transformou a cidade de Fortaleza do ponto de vista econômico, urbano, arquitetônico, intelectual, seus impactos foram percebidos também no interior das residências. Se Roberto da Matta define a casa como sendo:

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DA MATTA, 1991: 8.)

Nossa perspectiva é que a casa é o lócus em que se deu e se dá a interiorização do processo civilizador capitalista. É no seu interior, com as relações com os indivíduos entre si (que fazem parte da família e os que fazem parte do círculo de amizades e interesses dela), entre os indivíduos e os objetos (móveis, aparelhos de toda a sorte para o uso pessoal, como escarradeiras, louças, vestimentas para os momentos adequados, as várias refeições etc.) que esse processo toma sua forma nos centros urbanos. É nesse sentido que estamos pensando a casa.

No entanto, a casa, com seus objetos e seus símbolos, não representa um conjunto uniforme, pois o capitalismo produz objetos para cada um de seus compartimentos: objetos para a cozinha, objetos para os quartos, objetos para o banheiro, objetos para sala de estar. A relação com cada objeto representa um comportamento. No nosso artigo não nos interessa nos remetermos a cada ritual e objetos específicos de cada compartimento. Por isso nossa análise se focará sobre a ritualística de interiorização, ou a distinção estabelecida através da posse dos objetos da sala de estar.

A sala de estar, o compartimento da casa que é responsável pela a ligação entre dois lugares tão antagônicos que são a casa e a rua. Esse compartimento não representa apenas um espaço geográfico, mas sim uma esfera social, cultural e econômica de uma família, ou até mesmo de uma sociedade. Os objetos inseridos

numa sala de estar nos permitem um estudo de uma cultura capitalista capaz de nos mostrar relações sociais, estilos de vidas e diferenciações sociais.

Os objetos domésticos inseridos na sala de estar, de uma determinada camada social fortalezense, eram na sua maioria objetos luxuosos e elegantes, pois esse compartimento era o responsável por receber e acomodar as visitas. A sala de estar durante o período estudado era composta por sofás de jacarandá (madeira muito utilizada na época), cadeiras de palhinha para todos os convidados, mesa de centro revestida de mármore, escarradeira e logo na entrada se encontrava um cabide, no qual era utilizado para colocar os chapéus, as bengalas e os guarda-chuvas dos convidados. Os artefatos que constituíam a sala de estar tinham que transmitir, para os visitantes, a riqueza que os anfitriões possuíam, pois, esses objetos também funcionavam como um diferenciador social. Era muito comum ver, através de leilões mostrados em periódicos, os objetos que estavam inseridos em uma sala de estar durante a segunda metade do século XIX:

Leilão de mobílias: constando sofás, cadeiras, consolos cobertos de mármore, mesa de meio de sala coberta de mármore, espelho grande, relógios, tapetes, escarradeiras, cômoda, banca de escrever, cadeira de dormir, mesa de jantar, aparadores, machina de costura e outros objetos de uso de casa. (Cearense, Anno XXII. 15 de julho de 1869: 4)

224

A mobília de uma sala de estar era arranjada tanto para fazer com que o proprietário tenha uma boa acomodação, conforto, bem-estar como para demonstrar luxo e distinção social. Ou seja, substituir as antigas formas utilizadas durante o período colonial. A vontade de querer ultrapassar um tempo, tempo dos antigos, um conforto e distinção na criação de um novo mundo, ou nova visão de mundo, pois quando analisamos a disposição dos objetos nas casas durante a segunda metade do século XIX, percebemos sua funcionalidade definindo uma sociedade.

Especificando nosso objeto de estudo são as diferentes salas de estar com seus objetos domésticos das casas de famílias mais abastadas de Fortaleza. O recorte temporal se situa entre os anos de 1871 a 1910. Foi escolhido o ano de 1871 como recorte temporal inicial, pois foi exatamente nesse ano em que foi fundada em Fortaleza a Casa Comercial Francesa Boris Frères, filial, na Rua da Palma (atual Major Facundo). A casa comercial francesa Boris Frères já havia se instalado em Fortaleza no ano de 1869 com o nome de Theodore Boris & Irmão, mas devido à guerra Franco-Prussiana os irmãos Boris tiveram que voltar ao seu país de origem. Assim nos conta o historiador Francisco Assis Sousa Mota “Em 1869

os dois irmãos, oriundos da província francesa da Lorena, fundam em Fortaleza a casa de comércio Theodore Boris & Irmão”. (MOTA, 1982: 12)

Devido à guerra franco-prussiana de 1870-71, Alphonse e Theodore retornam à França, e, juntamente com o irmão mais jovem, Isaie Boris, fundam em Paris a casa de comércio Boris Frères. Logo depois, Theodore e seus irmãos caçulas Achille e Adrien, retornam ao Ceará, instalando a Boris Frères, filial, à Rua da Palma (atual Major Facundo), no centro comercial de Fortaleza. (MOTA, 1982: 12)

O ano de 1915 foi escolhido como período final para o seguinte projeto em questão, pois foi exatamente nesse ano em que ocorreu uma grande seca e vários conflitos civis durante o governo Accioly. Não queremos dizer que a partir dessa data acabou ou entrou em profunda decadência a entrada de objetos importados através das casas comerciais e a compra desses pela a sociedade, mas é notório que houve um declínio, comparado com os 20 últimos anos do século XIX. A própria história da casa comercial Boris, contada pelo o historiador Francisco Assis Sousa Mota, nos afirma que o principal período de desenvolvimento da casa comercial foi durante os anos de 1878 a 1893 e que no ano de 1910 houve um declínio devido à suspensão da sua principal fonte de renda, ou seja, as importações “A primeira fase de rápido crescimento dos negócios da casa Boris Frères, tomou impulso desenvolvimentista ainda maior, quando estabeleceu residência na capital cearense por quinze anos (1878-1893)” (MOTA, 1982: 14):

225

Com a suspensão das importações (1910), que representavam uma das maiores fontes de renda da empresa, e das exportações (1920), advindas de crises regionais como as secas de 1888, 1891, 1898, 1900 e internacionais como a grande depressão de 1929 (MOTA, 1982: 10).

No que se refere à seca de 1915 e os conflitos civis durante o governo Accioly como um declínio das belas urbanizações da cidade de Fortaleza podemos afirmar que junto com isso ocorreu uma queda na economia do estado do Ceará. O próprio Sebastião Rogério Pontes ressalta esses dois “acontecimentos” como marco importante para se entender essa queda da “modernização” e logo uma queda econômica que vinha ocorrendo em Fortaleza:

Se a irrupção da Primeira Guerra Mundial (1914-1915), dizimando populações e devastando cidades em proporções nunca vista antes, é considerado o marco que decreta o fim do modo de viver florido e eufórico que caracterizou a belle époque europeia, podemos também considerar que os graves conflitos de 1912-1914 em Fortaleza

significaram o início do declínio da belle époque experimentada na capital. O pavor deixado pelas trincheiras, barricadas, saques, guerra civil e um sem-número de mortos, além das depredações, destruições e incêndios de ícones da modernidade detonados pela a fúria avassaladoras das massas, entranhou uma profunda apreensão no âmago das elites, arrefendo a fruição entusiástica com os “belos tempos” até então vividos na cidade (PONTE, 1989: 184).

Em 1915, uma nova seca despejou milhares de “flagelados” na capital: o medo do contágio e do retorno de epidemias de impeliu o governo estadual criar, na periferia, um campo de concentração, cercado (por isso mesmo alcunhado de “Curral dos Bárbaros” por Rodolfo Teófilo) para isolar os retirantes e mantê-los distantes do perímetro urbano central (PONTE, 1989 :184).

Então, é através de uma casa comercial e da análise de algumas salas de estar das famílias fortalezenses que tentaremos descobrir que objetos estavam inseridos nas salas de estar das famílias fortalezenses. Vamos analisar a chegada desses objetos importados, a comercialização desses objetos, a utilização desses objetos, tentar perceber como essa cultura capitalista foi cultivada em Fortaleza através de uma cultura material desses objetos e perceber a fundo os aspectos morais, mentais, emocionais e culturais do capitalismo na cidade.

226

Portanto, as transformações dos bens domésticos das salas de estar das residências da cidade de Fortaleza do período de 1871 a 1910 ocorreram devido à nova situação econômica que a província cearense experimentava, ao desenvolvimento e instalações de casas comerciais em Fortaleza e aos padrões ditados pela a cultura capitalista da Europa. Uma transformação que vai modificando substancialmente aspectos variados da vida cotidiana Da sociedade. Então como podemos ver ouve uma entrada maciça do capitalismo na capital cearense durante essa época, mas não uma entrada apenas no âmbito econômico, mas também no âmbito cultural e no cotidiano das pessoas.

Seguindo a linha de pesquisa do projeto “Processo Civilizador Capitalista e Tradução Civilizacional no Ceará” (1860-1930), do Grupo de pesquisa Práticas Urbanas, notadamente no eixo “Produção e Consumo de Bens Domésticos”, buscaremos realizar um trabalho que busque um diferencial das realizações acadêmicas antigas que sempre faziam uma análise de determinada sociedade em determinado tempo e espaço, mas sempre tentando ver ou dando mais relevância para o caráter econômico e político. É seguindo essa idéia que tentaremos analisar uma cultura capitalista, que vinha sendo exposta cada vez mais na cidade de Fortaleza, através dos objetos da sala de estar das famílias fortalezenses.

Nosso trabalho aborda a história de uma classe mais abastada, dos casarões, dos palácios, ou seja, da aristocracia cearense, mas mesmo assim estuda e analisa um Ceará plural, com várias historicidades e muitas temporalidades. Temos a plena convicção que esse trabalho abre caminho para outros que venham pluralizar cada vez mais a história cearense. O grande intuito da pesquisa é realizar uma abordagem diferente das já trabalhadas pela historiografia cearense. É pensando nisso que procuramos ver a história cearense através de uma cultura material. Acreditamos que a Vida Material estar intimamente ligada com o econômico e com o político. Essas esferas estão relacionadas e uma explica a outra e vice-versa. Assim como nos mostra Fernand Braudel:

Acontece que na zona de opacidade, muitas vezes difícil de observar por falta de documentação histórica suficiente, se estende sobre o mercado: é a atividade elementar de base que se encontra por toda parte e cujo volume é simplesmente fantástico. À falta de termo melhor, denominei essa zona espessa, rente ao chão, de vida material ou civilização material. É evidente a ambiguidade da expressão. Mas se a minha maneira de ver o passado for partilhada, como parece ser par ao presente, por certos economistas, imagino que mais dias menos dias acabaremos por encontrar uma etiqueta mais adequada para designar esta infra-economia, esta outra metade informal da atividade econômica, a da autossuficiência, da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto (BRAUDEL, 1995: 12).

227

Nessa passagem Fernand Braudel nos remete a ideia de que o estudo da cultura material está ligado com o do capitalismo. Para ele a vida material seria uma infraestrutura que dar suporte e também explica a superestrutura, ou seja, o capitalismo. Então é a partir dessa ideia que começamos nossa pesquisa, pois tentamos perceber a cidade de Fortaleza se inserindo em um processo civilizador capitalista através de um estudo da cultura material presente nos lares das famílias mais abastadas.

A justificativa dessa pesquisa está relacionada com a importância de perceber as transformações ocorridas na sociedade fortalezense, devido ao desenvolvimento econômico e capital, através de uma cultura material dos objetos da sala de estar, ou seja, diferente de muitos trabalhos do campo da história que embora tenham utilizados como objeto de estudo as duas últimas décadas do século XIX não se utilizaram do estudo de uma cultura material, mas sim de transformações apenas urbanas (PONTE, 1993). Os trabalhos que fazem um uso de uma cultura material que realizam a análise de objetos e de espaços geográficos

tentando ver todas as esferas além do espaço físico são em sua maioria trabalhos antropológicos ou sociológicos. (DA MATTA, 1991). Esse trabalho relaciona essas ciências, mais acima de tudo vai ter um caráter amplamente histórico na medida em que determinamos tempo e espaço e procuramos ver transformações ao longo de determinado tempo.

Nessa perspectiva, começamos a perceber que não existem trabalhos específicos sobre a sala de estar. Haja vista que os trabalhos acadêmicos que fazem relação ou uso de casas como objetos de estudo não procuram analisar a sala de estar de uma maneira específica e nem fazem referência ao espaço e ao tempo trabalhado no seguinte projeto.

Também temos referências de outros trabalhos acadêmicos que foram produzidos no resto do Brasil. Estes, embora seguissem uma corrente de pensamento que estuda uma cultura material dos artefatos das casas e que tenta ver transformações ocorridas nas residências e no cotidiano das pessoas através dos objetos domésticos, continuam construindo produções sem realizar uma análise específica e completa da sala de estar (GUIMARÃES, 2006).

228

Então, a nossa pesquisa se diferencia no que se refere a questão do espaço e do tempo, pois os dois trabalhos citados anteriormente nenhum fazem relação com a cidade de Fortaleza durante o ano de 1871 a 1915 e nem buscam ver construções e transformações na subjetividade do processo civilizador que esta sociedade estava se inserindo.

É de grande importância salientar que a seguinte pesquisa se diferencia dos demais (principalmente nos trabalhos que fazem relação à cidade de Fortaleza) pelo o simples motivo de fazer um estudo das modificações da cidade, durante o período já dito, através do consumo de bens domésticos importados utilizados na sala de estar, ou seja, é feito um estudo específico utilizando a sala de estar como um reflexo da inserção n processo civilizador capitalista na cidade de Fortaleza. Com isso pretendemos preencher varias lacunas que foram deixadas na História do Ceará e ver a realidade, da época em foco, por outro aspecto, ou seja, diferente dos paradigmas criados sobre esse período da história cearense.

No romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha, a sala de estar é retratada de uma maneira com que nos faz perceber que esse compartimento estava destinado aos anfitriões receberem e acomodarem suas visitas, percebe-se nessa obra literária que a sala de estar possuía os mais sofisticados e elegantes móveis da casa, pois estes deviam transmitir o valor social que o anfitrião possui:

Fazia gosto a sala de visita, forrada a papel-veludo claro com ramagens cinzentas, mobiliada com incedível graça, sem ostentação, sem luxo, mas onde se notava logo certa correção no arranjo dos móveis, na colocação dos quadros, na limpidez dos cristais.

Ao fundo entre as duas portas altas e esguias que diziam para interior da casa, ficava o piano, um Pleyel novo, muito lustroso, sempre mudo, sobre o qual assentavam estatuetas de biscuit. A direita, descansando sobre grandes pregos dourados, o retrato a óleo do coronel com sua barba em ponta, olhava para o piano, muito serio, em simetria com o da esposa (CAMINHA, 1999: 37).

Subentende-se por ai que a sala de estar representava o local onde são tratados negócios familiares, incorporados novidades, era local de medida da ascensão social e de mudança de costumes. É nesse espaço que se davam todos os filtros e é por isso que ele é fundamental na construção das subjetividades. Era o lugar do patriarca que reina definindo também o que se deve ou não deve consumir ou adotar como moral, valores etc.

Se a sala de estar é tudo isso, e se existem salas de estar segundo a mundialização da cultura capitalista, como se apreender as características específicas de cada sala de estar. Ou seja, o que seria a sala de estar no rio de Janeiro, o que seria a sala de estar em São Paulo, em Pernambuco, no Ceará. É obvio que não trataremos de todas as salas de estar envolvidas na cultura capitalista. Nossa perspectiva é mais humilde. Queremos então saber como a sala de estar em Fortaleza, sobretudo, de algumas residências de Fortaleza revela essa incorporação da subjetividade da cultura capitalista através do consumo de objetos. Como a evolução na compra de objetos é indicador de mudança de hábitos e costumes para a cultura capitalista. Por exemplo, o consumo de Fotografia, o desaparecimento das escarradeiras da sala de estar não seria indício de uma ruptura de um autocontrole colonial para uma etiqueta nos moldes da cultura capitalista, mostrando as novas sensibilidades burguesas com relação aos odores fétidos no interior das casas.

Pensando nessas problemáticas estabelecemos como objetivo geral estudar os objetos da sala de estar das famílias fortalezenses como instrumentos de autocontrole (ELIAS, 1994) e de inserção em um processo civilizador capitalista durante o período de 1871 a 1915. Os outros objetivos que circulam nossa pesquisa são: fazer um levantamento das origens de produção dos objetos domésticos da sala de estar e onde são vendidos em Fortaleza, estudar como as famílias consomem

e quais objetos consumidos retratam a inserção na Cultura Capitalista e analisar como ocorre a tradução dos costumes e comportamentos estrangeiros que entram em contato com a cultura local cearense fazendo com que se crie uma cultura híbrida.

Todo nosso esforço metodológico é de se averiguar os indícios do processo civilizador capitalista em Fortaleza através dos objetos domésticos. Isto requer, em primeiro lugar, definir quais famílias, ou residências representariam um modelo de consumo de objetos que refletisse realmente a inserção nesse processo capitalista em mundialização. Nesse caso como nossa pretensão é trabalhar com uma parte da sociedade, isto quer dizer que havia um consumo de objetos, de mercadorias que definiam, numa certa maneira, essa determinada camada social de Fortaleza. Então onde encontraríamos tais objetos? Não há dúvida de que o primeiro lugar são os inventários. Nesse aspecto, já fizemos várias prospecções no Arquivo Público do Ceará cujo objetivo é de selecionar famílias que, através de seus inventários, nos possam definir o que seria classe média através da compra de objetos e bens domésticos.

230

Os inventários terão grande importância na medida em que nos interessa saber quais os objetos que eram utilizados pelas as famílias fortalezenses durante o período de 1871-1915. Através das quantidades, dos valores, das origens e das funções dos objetos observados nos inventários poderemos responder em que determinada camada social o inventariado fazia parte e quais os objetos retratam a inserção de determinada família na cultura capitalista. Mas estamos cientes das dificuldades que essas fontes possuem, pois além de serem criadas para ressaltar os objetos da casa, os inventários em determinada época só eram produzidos por quem possuíssem um bom recurso econômico.

Por outro lado, estamos pesquisando nos jornais: O cearense e o Jornal do Ceará porque, numa primeira análise, constatamos que existiam colunas que retratavam as mercadorias vendidas pelas principais lojas de Fortaleza. Além de situarmos nos periódicos vendas de móveis, também foi possível encontrar anúncios de leilões, no qual era possível ver através destes, os artefatos domésticos que eram encontrados nas casas fortalezenses da época. Neles também, podemos observar a cartografia das lojas por onde circulavam, bem como estimar as origens dos objetos e mercadorias. Nessa perspectiva de apreender as origens dos produtos e objetos consumidos, tem grande importância os almanaques, Relatórios dos Presidentes de Província e enfim, os objetos museológicos, sobretudo do Museu

do Ceará.

Sabemos que analisar a relação entre indivíduos e objetos acaba sendo um desafio, já que não existem documentos específicos sobre a ritualística utilizada nas sociabilidades domésticas. Uma fonte interessante e que poderia nos apontar muito desses rituais domésticos em torno dos objetos, seria os romances. Nesse sentido, já levantamos um conjunto de autores que tiveram a preocupação de retratar o ambiente das salas de estar. Como por exemplo o autor cearense Adolfo Caminha que transmitir o interior do Ceará com todos os seus hábitos e costumes chegando até mesmo, em sua obra *A normalista*, fazer várias descrições da sala de estar das residências da época em foco.

Dos documentos demais poderemos acrescentar os seguintes; lista nominativa de habitantes, censos demográficos, a iconografia, entre outros.

Portanto, a nossa pesquisa utiliza periódicos, inventários, lista normativa de habitantes, censos demográficos e a iconografia com o intuito que esses documentos nos mostrem essas transformações que ocorreram durante o final do século XIX e o início do Século XX. Com esses documentos acreditamos que seja possível identificar quais pessoas estavam consumindo objetos importados da Europa, dividir a sociedade em camadas sociais e fazer o estudo de uma sociedade que estava, cada vez mais, se inserindo em cultura capitalista.

231

Em uma primeira fase dessa pesquisa identificaremos e relacionaremos as casas comerciais de origem estrangeira que se estabeleceram na cidade de Fortaleza, em especial a Boris Frères, pois esta teve uma atuação singular na vida econômica da província do Ceará, com a incorporação da sociedade cearense. Acreditamos que com a chegada dessas “firmas” ocorreu uma modificação no interior das salas de estar das famílias fortalezenses devido ao consumo de novos objetos importados. Com isso, modificou o cotidiano que nos dá indícios da influência da cultura capitalista no interior da casa.

Seguindo essa ideia realizamos pesquisas em periódicos da época com o intuito de sabermos quais eram as principais casas comerciais que se encontravam na parte dos anúncios desses jornais e que vendiam objetos importados.

No outro momento vamos analisar como as famílias consomem esses objetos da sala de estar que refletem a cultura capitalista. Procuraremos mostrar como era feito esse comércio da sociedade com as casas comerciais. Essa parte possui uma singularidade na medida em que vai mostrar também as relações

comerciais de objetos da sala de estar feito a partir dos leilões.

Também explanaremos quais os objetos da sala de estar refletiam essa cultura capitalista. Analisaremos fotos, imagens, nomes, o arranjo das mobílias, a origem desses artefatos e principalmente quais os móveis eram citados nos inventários das famílias do Ceará. (Antônio Franco Rabelo, Thomas Pompeu de Souza Brazil, Maria Julia Alves de Amaral e José Correia do Amaral, Visconde e Vicondesa de Cahype, Antonio Nunes Teixeira de Mello e Maria Firmina Teixeira de Mello e o Barão de Santo Amaro.)

Na última fase da pesquisa, a meta é conhecer a ritualística dos usos dos objetos da sala de estar. Através de suas funções vamos perceber a entrada da cultura capitalista no cotidiano das pessoas. É nessa parte que iremos salientar a importância da sala de estar como representante do local da casa onde é mostrado todo o poder dos anfitriões e são incorporadas novidades. Então utilizaremos essa parte da pesquisa para mostrar através da literatura cearense como um determinado objeto, sua função e repercussão sobre a sociedade determinava a inserção de famílias na cultura capitalista. Vale salientar que nesse capítulo também explanaremos a relação da literatura com a missão civilizadora e a relação desses autores naturalistas com esse processo civilizador vigente durante o período estudado. Com isso, a principal fonte dessa parte da pesquisa são as obras literárias cearenses que refletem o cotidiano da época. Alguns autores como Adolfo Caminha, Gustavo Barroso e Rodolfo Teófilo retratam bem o cotidiano e a relação das pessoas com essas mobílias importadas.

Portanto, as transformações dos bens domésticos das salas de estar das residências da cidade de Fortaleza do período de 1871 a 1915 ocorreram devido à nova situação econômica que a província do Ceará experimentava, ao desenvolvimento e instalações de casas comerciais em Fortaleza e aos padrões ditados pelo processo civilizador capitalista em expansão, uma transformação que vai modificando substancialmente aspectos variados da vida cotidiana de Fortaleza. Então nossa meta é notar e mostrar que houve uma entrada maciça do capitalismo na capital cearense durante essa época, mas não uma entrada apenas no âmbito econômico, mas também no âmbito cultural e no cotidiano das pessoas.

Referências Bibliográficas

BRAUDEL, Fernando. *Civilização Material e Capitalismo (séc. XV-XVIII)*. 1º edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1991.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume 1: Uma história dos Costumes*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As Casas e as Coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém, 1800-1850*. Dissertação (Mestrado) apresentada a Universidade Federal do Pará. Pará: UFP, 2006.

MOTA, Francisco Assis Sousa. *A Secular Casa Boris e a Importância de seu Arquivo*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

PONTE, S. R. *Fortaleza Belle Epoque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

SOUSA, S. (dir.). *Uma Nova História do Ceará*. 4ª edição. Fortaleza: UDC/FDR, 1989.

Olhar de um viajante do século XIX: as vilas de Nova Olivença e São Jorge dos Ilhéus nos relatos do Príncipe Maximiliano de Wied-neuwied

Enviado em:

13/04/2014

Aprovado em:

09/05/2014

André Mariano Neri

andreneri71@ig.com.br

Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo

Este trabalho busca perceber no discurso de um viajante do século XIX, o botânico e naturalista Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied (1782-1867), o cotidiano da Vila Nova de Olivença e da Vila de São Jorge dos Ilhéus situadas no litoral sul da Bahia no ano de 1815, período em que visitou as tidas terras. O estudo se aprofunda, principalmente na maneira como os povos indígenas são retratados no seu diário de viagem, que posteriormente resultou no livro Viagem ao Brasil. É interessante salientar que desde a década de 1960, os relatos de viagem vêm sendo analisados por historiadores, antropólogos e outras áreas das ciências humanas. Todavia, percebe-se que a visita a Olivença e Ilhéus quando ainda Vilas, pelo conspícuo príncipe de Wied-Neuwied, como por tantos outros estrangeiros têm sido pouco estudadas.

234

Palavras-Chave

Literatura de Viagem; Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied; Vilas de Índios

Abstract

This paper seeks to understand in the speech of a 19th century's traveler, the botanist and naturalist Maximilian, Prince of Wied-Neuwied (1782-1867), the daily life of the Nova de Olivença and São Jorge dos Ilhéus villages located on the southern coast of Bahia in 1815, period when he visited these lands. The study deepens mainly in the way indigenous peoples are portrayed in his travel diaries, which later resulted in the book Journey to Brazil. It is interesting to emphasize that since the 1960s, the travel reports have been analyzed for historians, anthropologists and other areas of the human sciences. However, it is noticed that the visit to Olivença and Ilhéus when they still were villages, for the conspicuous Prince of Wied-Neuwied, as for so many other foreigners have been little studied.

Keywords

Travel Literature; Prince Maximilian of Wied-Neuwied; Village of Indians

Introdução

Entre os anos de 1815 e 1817, o naturalista e também príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1782-1867) percorreu os territórios dos atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Durante a sua viagem, pelas então terras quase que desconhecidas dos europeus, o príncipe usou o pseudônimo de Max Von Braunsberg.

Maximiliano de Wied-Neuwied possuía o título de especialista em História Natural pela Universidade de Gottingen fundada em 1734, uma das instituições de ensino mais conceituadas da Europa naquele período. Nela, teve a oportunidade de estudar com o professor de medicina e antropólogo Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), e se tornou um dos principais seguidores. Foi um leitor assíduo dos diários de viajantes que na América percorreram como, por exemplo, John Mawe (1764-1829) e o inglês Henry Koster (1793-1820). Alexander Von Humboldt (1769-1859) despertou em Wied-Neuwied o interesse em conhecer as terras do Brasil. Para tal assertiva recorremos ao historiador Ernest Pijning, que afirma “foi este explorador [Humboldt] que fez despertar em Maximiliano o entusiasmo necessário para realizar uma viagem de exploração na América” (PIJNING, 1995: 27). Para Humboldt¹ a experiência in loco é de fundamental importância para as atividades científicas.

235

Em seu trabalho “Olhares Estrangeiros: Viajantes no Vale do rio Mucuri”, Regina Horta Duarte, salienta; que os relatos de viagem produziam representações sócio geográficas para europeus que, a partir daí, construíram sua identidade em oposição ao que passou a ser o ‘resto do mundo’. Num movimento de mão dupla da transculturação, a autorrepresentação europeia criou-se nesse confronto com a imagem do outro (DUARTE, 2002: 268).

Os relatos dos viajantes que vieram para o Brasil, ao longo de muitos séculos, em especial no Brasil Oitocentista, deixaram as impressões da descoberta de um “Novo Mundo” e do estranhamento dos europeus diante dos costumes dos homens que aqui habitavam. Impelidos pelo acaso ou pela inquietude, pela ciência, pela arte ou pela fé, pela ambição ou pelo fastio, os viajantes mantêm entre si o denominador comum de estrangeiro imersos numa realidade totalmente outra daquela de onde provieram (AUGEL, 1980: 10).

¹ A bibliografia sobre o viajante Alexander Von Humboldt é extensa e diversificada. Seria exaustivo, e fugiria às nossas finalidades imediatas, enumerá-las aqui.

Entre tantos visitantes, que por aqui passaram destacamos o ilustre Maximiliano de Wied-Neuwied, que esteve no Brasil na segunda década do século XIX, e percebemos que seus discursos estão impregnados de preconceitos raciais e culturais. Em seus relatos predominam conceitos de classe, civilização, raça e progresso. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz:

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado (SCHWARCZ, 1993: 57-58).

Em “As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX”, a historiadora Lorelai Kury, salienta que “as representações dos tipos humanos presentes na obra de diversos viajantes demonstram seu grau de vinculação aos princípios científicos que circulavam na época” (KURY, 2008: 327). Não devemos esquecer que o século XIX a ideologia da superioridade racial é algo marcante na Europa, neste momento se propagava a ideia da superioridade da “raça branca” e a inferioridade dos outros povos. Robert Slenes aponta que mesmo um viajante criterioso, dificilmente conseguiria livrar suas observações da influência de ideias preconcebidas, suas próprias e as de seus informantes (SLENES, 1988: 197).

É interessante salientar o momento histórico em que o Brasil estava inserido. Em 1808, a corte portuguesa se transfere de Lisboa para o Rio de Janeiro. A transmigração da elite da metrópole deu ao território uma nova condição, isto é, de colônia o Brasil passou a ser o centro principal das decisões do Império Português, tendo como Rei D. João VI. A transferência da família real para a América portuguesa ocorreu devido à invasão de Portugal pelo exército de Napoleão Bonaparte.² Tal evento é narrado pelo próprio Wied-Neuwied,

Acontecimentos por demais conhecidos para que se necessite narrá-los, levaram o monarca a transportar-se para este belo pedaço de seus domínios, por ele ainda não vistos, e onde se encontravam as fontes principais de suas riquezas, mudança de residência esta que deveria ter uma extraordinária influência sobre o Brasil. (WIED-NEUWIED, 1989: 6).

2 Vale aqui uma ressalva, estudos recentes demonstram que desde o final do século XVIII os olhos de Portugal viraram-se de suas colônias na Ásia e na África para a América Portuguesa.

A vinda de cientistas de diversas nacionalidades, ingleses, franceses, alemães, austríacos, suecos, holandeses, russos, às terras brasílicas, com a finalidade de percorrer o interior desse vasto território, tendo como objetivo conhecer a fauna, flora, as riquezas minerais, e principalmente os povos indígenas. A presença desses naturalistas e estudiosos ao território brasileiro só foi possível graças a uma das primeiras medidas que D. João tomou ao chegar às terras brasílicas que foi a criação do decreto de 28 de janeiro de 1808, sendo assinado ainda em Salvador, o que possibilitava a abertura dos portos da colônia a todas as nações amigas.

Antes disso, a presença dos viajantes nesse lado do Atlântico era marcada por um opressivo sistema de entraves, como foi narrado pelo próprio Maximiliano “como o atual governo, com essas medidas esclarecidas e liberais, se afasta honrosamente do antigo sistema, em que o viajante, chegado ao Brasil, logo se via cuidadosamente cercado de soldados e vigiado” (WIED-NEUWIED, 1989: 7). É interessante salientar que os índios eram vistos pelos europeus como algo exótico e pitoresco. O Monarca D. João VI acostumava acolher os viajantes estrangeiros com bastante assistência e generosidade. Tal atitude foi motivo de agradecimentos por parte do Príncipe de Wied-Neuwied, que enfatiza,

237

Em nome de meus compatriotas e de todos os viajantes europeus, desejo que esse solene testemunho exprima o reconhecimento de que me sinto possuído para com o monarca que tomou essas medidas liberais. Que inexprimível satisfação para o viajante longe de sua terra encontrar acolhida tão benévola e receber tratamento tão amistoso! Resulta também daí uma incalculável vantagem, de que participa todo o mundo civilizado e culto (WIED-NEUWIED, 1989: 7).

Nas palavras que se seguem fica perceptível como essa parte do Novo Mundo despertava o interesse dos viajantes europeus mesmo antes da abertura dos portos,

O olhar dos naturalistas por muitos anos, voltou-se principalmente para o Brasil, cuja feliz situação prometia rica messe às pesquisas, mas que, até agora, esteve tão rigorosamente fechado a quem quer que quisesse percorrê-lo e estudá-lo. (WIED-NEUWIED, 1989: 5).

Em terras da Vila Nova de Olivença

Embora os Botocudos³ fossem a preocupação central das análises do viajante, pois eram vistos como os mais temidos, classificados como a representação máxima da selvageria humana na literatura de viagem daquele período. Entretanto, nenhum viajante havia fornecido informações precisas sobre esses nativos e por isso lhe despertou tal interesse.

Nos primeiros tempos eram conhecidos pelos nomes de “Aimorés”, “Aimborés” ou “Amburés”. Dessa forma, havia uma indefinição no nome desse grupo “Os Aimorés e Botocudos continuam a despertar nos europeus sentimentos de horror e de repulsa, em virtude da crença de serem antropófagos” (WIED-NEUWIED, 1989: 284). Em estudos recentes Christina Rostworowski da Costa constatou que a maneira como os Botocudos são retratados pelo príncipe de Wied-Neuwied muda com o passar do tempo, principalmente depois do contato com o índio Botocudo Guäck⁴ e se diverge bastante dos escritos dos viajantes anteriores;

Maximiliano em relação aos Botocudos, e sua permanência entre eles, diferem radicalmente da maior parte dos viajantes que estiveram na região. Além disso, é através de Guäck que a opinião de Maximiliano sobre os Botocudos deixa de ser tão negativa pautada na vingança, e passa a ser cada vez mais passível de civilização e aberta para a influência da cultura europeia (COSTA, 2008: 91).

238

Os *Tupinikin* habitantes da vila Nova de Olivença, nas mediações da vila de Ilhéus, foram um dos grupos indígenas dos quais o naturalista teve contato, que mais lhe chamou a atenção. O Príncipe Maximiliano

destacou a semelhança física desses índios com seus ancestrais e o fato desses mil índios encontrarem-se totalmente descaracterizados em termos culturais e sociais, o que o fez defini-los como lastimáveis seres ambíguos. (FREITAS; PARAÍSO, 2001: 56).

3 “O nome de Botocudos lhes vem de usarem, no lábio e nas orelhas, uma grande cavilha de madeira, à semelhança de batoque, que é como chamam os portugueses as rolhas de barril. A natureza dotou esses índios de boa compleição, sendo eles mais conformados e mais belos do que as demais tribos. Perfuram as orelhas e os lábios inferiores introduzindo no orifício um pedaço cilíndrico de pau que vão substituindo por outros cada vez mais grossos, de modo a adquirirem um aspecto estranho e repulsivo” (WIED – NEUWIED, 1989: 285;286). Sobre os botocudos ver: (PARAÍSO, 1992: 413 – 430); (MATOS, 2004). (DUARTE, 1998: 35;53); (OTTONI, 1858: 173-213).

4 Para maiores informações sobre o encontro entre o índio Guäck e o príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied ver a entrevista do professor alemão de anatomia e biologia celular Karl Schilling concedida a Revista de História da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/a-vida-de-quaack>. Acesso em: 10 de Março de 2014.

Maximiliano segue do Rio Grande de Belmonte, em direção ao Rio Ilhéus. Ao chegar a Vila Nova de Olivença o viajante enfatiza que é um lugar onde a presença indígena é significativa “Depois de deixarmos o Una, chegamos, ao termo de 6 léguas, a Olivença, vila habitada por índios” (WIED-NEUWIED, 1989: 334). A localização geográfica de Olivença também não passa despercebida pelos olhares atentos do ilustre visitante, “Vila Nova de Olivença se acha aprazivelmente situada sobre colinas bastante elevadas, e é cercada de vegetação espessa. O convento dos jesuítas se ergue acima dessa muralha de verdura”. A plantação e o cultivo da piaçava também não deixaram de ser descritos, palmeira esta que o deixou muito interessado.

O coco de piaçaba, cresce aí em grande abundância. As suas folhas, que se elevam quase que perpendicularmente, lembram um penacho turco; seu caule, alto e forte, ergue-se altaneiro acima da vegetação, como uma soberba coluna encima de folhas” (WIED-NEUWIED, 1989: 334).

Por se tratar de um botânico a cada nova espécie de planta encontrada por onde passava era motivo de grande alegria a exemplo da piaçava.

239

O relato de viagens, em forma de diário, manteve, seu caráter de síntese, onde a preocupação com a descrição das paisagens, das regiões fisionômicas e das práticas culturais dos diferentes povos é fortemente marcada (KURY, 2008: 324).

A piaçava é uma palmeira nativa que fornece fibras que são vendidas, atualmente, pelos índios Tupinambá de Olivença principalmente para a fabricação de vassouras de uso caseiro e industrial e para coberturas de barracas de praia. Sendo tal prática, um dos principais meios de sobrevivência. Em 1815, Maximiliano já apontava que a extração e utilização desta planta era uma das bases econômicas dos moradores de Olivença, pois os frutos da palmeira eram utilizados na fabricação de rosários. E com as palhas da mesma planta faziam chapéus, redes, esteiras e cestos. As tartarugas eram abundantes na região, e com os cascos delas, confeccionavam pentes e pequenos enfeites para cabelo. O maquinismo, utilizado pelos moradores da Vila Nova de Olivença para toronar os cocos foi, descrito pelo príncipe Maximiliano, e pelo que tudo indica tal técnica foi herdada dos padres jesuítas. De acordo o naturalista:

O maquinismo com que se torneia os cocos é muito simples: uma corda, ligada a um arco de madeira fixo ao teto, tem preso na outra

ponta um pau que se põe em movimento com o pé, o que faz as vezes de roda. Divide-se a noz em gomos alongados e subdividem-se estes depois em pequenos pedaços de dimensões convenientes para as contas do rosário, que são depois furadas e arredondadas (WIED-NEUWIED, 1989: 336).

Em suas análises muito bem detalhadas Wied-Neuwied, relata quanto tempo durava para a construção e como eram comercializados tais objetos;

Um trabalhador pode fazer num dia uma dúzia de rosários que custam apenas 10 réis (7 centavos) cada um. Saindo das mãos desse operário, os rosários são amarelo pálido; mandados para a cidade da Bahia, aí são tintos de preto. Fui ver os índios em suas palhoças, e encontrei a maioria deles trabalhando na confecção de rosários (WIED-NEUWIED, 1989: 336).

De acordo com João da Silva Campos, os índios da Vila de Olivença tinham por ocupação diuturna o fabrico de contas de rosários, de púcaros e de ‘outras galanterias’ de coco. Destaca a prática presente do alcoolismo entre os indígenas que ali residiam e como faziam para obterem as bebidas “O produto de sua atividade, porém, não lhes esquentava nas mãos, pois, mal recebiam, corriam a deixa-lo nas tabernas, em câmbio de aguardente” (SILVA CAMPOS, 2006: 278).

240

Para os povos indígenas Tupinambá de Olivença, nos dias atuais, a fibra desta valiosa palmeira é um elemento de valor cultural. Produzem infinitos artefatos como peneiras, esteiras, cestos, cocares, colares, vestimentas próprias, principalmente, para os momentos dos rituais. Tal habilidade pelo que tudo indica é repassada por gerações. A terra em si é a base de todas as sociedades indígenas, e para os tupinambás não é diferente,

Para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – e tão importante quanto este – um recurso sociocultural (RAMOS, 1995: 13).

Ao encontrar alguns ameríndios na Vila de Olivença, observa-se nos relatos do príncipe certa decepção diante aqueles índios, são vistos como descaracterizados em termos culturais e sociais. Afinal, ele queria ver as características originais destes indígenas, um índio guerreiro, com ornamentos de pena, ou seja, um nativo com os mesmos traços étnicos e culturais, daqueles encontrados pelos europeus nos primórdios da colonização. Imaginário esse que perpassava a mente de muitos europeus, de modo que descreveu:

Índios vestidos de camisas brancas ocupavam-se em pescar na praia. Havia entre eles alguns tipos muito belos. O seu aspecto lembrava-me a descrição que fez Léry dos seus antepassados, os Tupinambás. [...] Infelizmente perderam as suas características originais. *Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo, o escudo de penas (“enduap”) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha na mão. Ao invés disso, os descendentes desses antropófagos me saudaram com um “adeus”, à moda portuguesa. Senti, com tristeza, quão efêmeras são as coisas deste mundo, que, fazendo essas gentes perder os seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos* [grifo nosso] (WIED-NEUWIED, 1989: 334-335).

Precisamos ressaltar que estes índios descendem daqueles que habitavam o antigo aldeamento de Nossa Senhora da Escada, que fora administrado pelos jesuítas e com o passar do tempo incorporaram muitas características dos não indígenas, todavia, não deixaram de lado a sua identidade indígena. Tal processo foi e continua sendo cunhado pela ideia de aculturação. De acordo com o historiador francês Nathan Watchel:

O conceito de aculturação é útil para o desenvolvimento de reflexões sobre as mudanças que podem acontecer em uma sociedade a partir da inclusão de elementos externos, ou seja, do contato com outras culturas. É todo fenômeno de interação social que resulta do contato entre duas culturas, e não simplesmente a sujeição de um povo por outro. (SILVA; SILVA, 2013: 15).

241

Enquanto os historiadores brasileiros Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, resumem “a aculturação como um processo de imposição ou assimilação de valores socioculturais de uma sociedade por outra. Processo possível principalmente em situações de colonização.” (SILVA, 2013: 17). Contrariando o que tradicionalmente se afirma Maria Regina Celestino de Almeida, aponta que até muito recentemente, imperou entre os antropólogos e historiadores a ideia de que os índios integrados à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e conseqüentemente a perda da identidade étnica. Compreendemos que, a ideia de cultura fixa e imutável não deve ser utilizada para analisar as relações de contato dos ameríndios com o colonizador. A interpretação da historiadora brasileira Maria Celestino de Almeida se assemelha com a do francês Nathan Watchel a autora salienta que:

Desde os anos 1970, esse conceito (aculturação) vem sendo problematizado e visto como processo de mão de dupla, no qual todos se transformam. Em nossos dias, as ideias de apropriação e ressignificação cultural têm sido mais utilizadas e realmente são mais adequadas ao estudo de situações nas quais se leva em conta os interesses e motivações dos próprios índios nos processos de mudança. Ao invés de vítimas passivas de imposições culturais que só lhes trazem prejuízos, os índios passam a ser vistos como agentes ativos desses processos. Incorporam elementos da cultura ocidental, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que vivem (ALMEIDA, 2010: 22).

Os relatos de viagem não se caracterizam apenas enquanto uma tentativa de apropriação da realidade observada, mas também de representar a sociedade local para a sociedade europeia que no período abordado enfrentava suas próprias crises e buscava uma posição de centralidade frente às outras culturas. Talvez por isso, muitas expedições foram financiadas por instituições científicas, além dos próprios governantes europeus, pois estavam à procura de novas descobertas tanto das riquezas que essas terras possuíam, quanto de sua gente. Isso, com o intuito de conhecer a real potencialidade de cada região que posteriormente poderia ser objeto de investimentos e ocupação territorial.

242

Todavia, é preciso salientar que ocupar as tidas terras desconhecidas não fosse uma tarefa tão fácil como parece. Para uma maior compreensão recorreremos ao conceito de transculturação utilizado por Mary Louise Pratt, para ela a transculturação é fenômeno da “zona de contacto”, sendo assim, esse termo é utilizado por ela para se

Referir ao espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto uma com as outras e estabelecem relações contínuas geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada (PRATT, 1999: 31).

A historiadora Lorelai Kury, ao discutir a atuação dos viajantes–naturalistas do século XIX, enfatiza que “a viagem e a grande maioria dos relatos e imagens publicadas buscavam dar conta não apenas dos detalhes morfológicos das espécies, mas descreviam o que viam, ouviam e sentiam” (KURY, 2008: 321). Muitas das informações de Wied-Neuwied é proveniente de terceiros, fruto de concepções provenientes da sociedade colonial.

Vale destacar, que Maximiliano passou poucos dias naquelas terras, conseqüentemente suas análises estão baseadas em breves relatos orais. Descrever a dinâmica da sociedade local meramente por aquilo que ouviu, sentiu e viu em

uma breve passagem pela vila é problemático e nos leva a falsas interpretações. Ainda cabe salientar que os viajantes que estiveram no Brasil no século XIX postularam seus comentários baseados em uma superioridade europeia, mas também apresentou seu modelo de sociedade como o único e realmente factível e propriamente humano.

Vila Nova de Olivença é descrita pelo viajante como, uma cidade habitada por índios e que fora fundada pelos padres jesuítas há muitos anos atrás. “Nessa época, buscaram-se índios do rio dos Ilhéus ou São Jorge para trazê-los para aqui” (WIED - NEUWIED,1989: 335). Vale ressaltar, que era uma prática bastante comum no período das autoridades coloniais e jesuítas ser promovido o que convencionalmente chamou-se de “descimentos”, isto é, a transferência de índios provenientes de outras localidades. Muitos índios foram trazidos, principalmente dos sertões.

Ao salientar que a Vila foi fundada pelos jesuítas, Maximiliano se referia ao Aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Olivença. De acordo com relatos de cronistas e viajantes do século XIX, a igreja de Nossa Senhora da Escada era a única construção de pedras que ali existia. Segundo a historiadora Teresinha Marcis “o referido aldeamento foi estabelecido em 1700 reunindo diferentes grupos étnicos de diferentes troncos linguísticos, como se deduz pelos documentos que informam sobre a composição da população, registrando-a como ‘Tupinikin’, ‘Tobajara’, ‘Camaca’, e, mais tarde, ‘Tabajara’, ‘Tupis ou ‘Tupinaguês” (MARCIS,2004: 38).

A inserção de diferentes etnias em um mesmo espaço era uma prática comum dos aldeamentos coloniais, sendo obrigados a conviver com grupos tradicionalmente inimigos. Este aldeamento, assim como os demais erguidos no Brasil Colônia tinha por objetivos de acordo a premissa do colonizador “amansar o gentio bravo” e trazê-lo para o “Grêmio da Civilização”.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil na segunda metade do século XVIII, pelo Marques de Pombal, o antigo aldeamento foi elevado à categoria de Vila, por Provisão do Conselho Ultramarino em 22 de novembro de 1758, e passou a se chamar Vila Nova de Olivença, topográfico importado da então metrópole - Portugal. A composição dos moradores de Olivença no momento que Neuwied, por ali passou é descrito no seu relato:

A vila possui agora cerca de 180 fogos e todo o seu território conta com cerca de 1.000 habitantes. *Com exceção do padre, do escrivão e de dois negociantes, Olivença não conta quase com portugueses [grifo nosso]. Todos os demais habitantes são índios, que conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza* (WIED-NEUWIED,

1989: 335).

Cabe aqui atentar para a contradição das informações trazidas pelo Maximiliano, pois em relatos anteriores, ele afirma que os índios de Olivença haviam perdido as suas características originais e isso o deixou muito decepcionado, em outro momento diz que tais ameríndios conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza.

No relato acima exposto pelo viajante conclui-se ainda que, mesmo com o fim do aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Olivença, os índios continuaram a residir naquela localidade, a ponto de constituírem a maioria dos habitantes, porém, não mais sob a tutela dos jesuítas. Francisco Cancela, ao estudar a criação das vilas de índios na antiga Capitania de Porto Seguro, nos alerta para encarar tais povoamentos como uma arena de conflitos e mediações, resultantes na emergência de vivências históricas que, foram capazes de materializar novas povoações consoantes com as condições existentes, inclusive definindo-as como territórios que, além de coloniais eram também indígenas.

Diante das discussões e hipóteses levantadas até o presente momento, trabalhamos com o pressuposto de que muitos desses indivíduos não se deslocaram do antigo aldeamento para outras localidades, por ter criado vínculos com a terra e certo sentimento de pertencimento aquele lugar. Conseqüentemente, não se adentraram as matas a procura de novas condições de vida. Corroborando tais hipóteses, vejamos o que diz Cancela:

Nesse sentido, ao se engajarem na criação das vilas, as populações indígenas não atuaram de forma passiva. Conforme as possibilidades existentes imprimiram no processo de ocupação territorial seus próprios ritmos, signos e sentidos, demarcando através da construção das casas, das rotinas diárias, do calendário festivo, da especificidade da fala e dos costumes e de outros inúmeros traços distintivos que, em verdade, aquelas novas vilas eram bastante diferentes (CANCELA, 2012: 161).

Nos dias atuais, aquelas pessoas que não conhecem a história do distrito de Olivença terão dificuldades em compreender que ali, durante muitos séculos, os povos ameríndios foram a maioria da população. É interessante ressaltar que a presença indígena em Olivença ainda é marcante, embora seja minoria, muitos são confundidos com os não indígenas, residentes na zona rural e urbana. Os moradores não índios da região, e principalmente os grandes proprietários de terras são os principais a afirmarem que ali, já não existem mais índios e sim, ”caboclos

preguiçosos”, “ladrões” “agressivos”, etc., termos estes inadequados e de caráter pejorativo. Isso se deve basicamente, aos constantes conflitos de terras que tem ocorrido na área.

A salubridade de Olivença é um dos aspectos que chama a atenção do ilustre visitante. Podemos considerar que a localização geográfica, os recursos naturais e o clima eram benéficos a saúde dos moradores, e isto, acabava prolongando o tempo de vida dos índios. Como pode se comprovar nas palavras do naturalista:

Vi, entre eles, várias pessoas muito idosas, cujo aspecto provava a salubridade do lugar, entre outras um homem que se lembrava ter visto fundar a cidade e construir a igreja, havia cento e sete anos (WIED-NEUWIED, 1989: 335).

Ao analisar a tonalidade do cabelo dos ameríndios mais velhos observa-se que, a maioria dos índios de Olivença se encontrava ainda não miscigenados com outras etnias, tal constatação não passa despercebida do olhar do conspícuo naturalista

Os seus cabelos ainda eram de um negro azeviche, o que, aliás, é muito comum entre os índios velhos. Entretanto, o cabelo de alguns deles embranquece com a idade; mas isso não se dá com frequência nos indivíduos de raça pura e isentos de mistura com o sangue preto (WIED-NEUWIED, 1989: 335).

245

Ainda confirma tal assertiva com o seguinte fragmento “conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza” (WIED-NEUWIED, 1989: 335). Os ameríndios de Olivença são descritos pelo naturalista como, pobres e indolentes, todavia precisamos destacar que a noção de pobreza e trabalho para as sociedades indígenas não é a mesma das sociedades ditas complexas, ou ocidentais.

Segundo João da Silva Campos os nativos que habitavam Olivença eram “robustos, membrudos, ágeis para qualquer gênero de trabalho, - serradores e falquejadores de primeira ordem, como todos os demais índios da comarca e torneiros exímios” (SILVA CAMPOS, 2006: 278). Com base nos dados trazidos por Silva Campos, tudo indica que era comum o uso da força de trabalho destes índios em diversas atividades, pelos moradores locais em suas propriedades, haja vista que tinham grande agilidade para todos os serviços.

Percebemos que há certa contradição na interpretação de Wied-Neuwied, pois ao mesmo tempo em que ele enfatiza que a ociosidade é algo presente entre os indígenas o mesmo salienta “cultivam as plantas necessárias ao seu sustento,

tecem eles mesmos os panos leves de algodão de que fazem as suas vestimentas” (WIED-NEUWIED, 1989: 335). Segundo Ramos, “Só quem participou de uma caçada, ou de uma expedição de coleta, ou do cuidado de uma roça, sabe avaliar o grau de exaustão física de tais atividades” (RAMOS, 1995: 26).

Os índios não se ocupavam absolutamente com a caça “pois não têm pólvora nem chumbo, coisas que raramente se podem comprar na Vila de Ilhéus, e que, por conseguinte, se têm que comprar por alto preço” (WIED-NEUWIED, 1989: 335) alimentavam de peixes, caranguejos, tartarugas, mariscos, farinha e frutas, e de acordo com Maximiliano em outros lugares da Bahia e do Brasil a caça era um dos principais passatempos dos indígenas. Ao utilizar o termo passatempo, percebemos que para o ilustre europeu caçar é simplesmente um divertimento, entretenimento.

Há quem diga atualmente, mal informado ou mal intencionadamente, que caçar, pescar, coletar não é trabalho, é esporte. Compreendemos que, “o significado da palavra trabalho, como ele é entendido em nossa sociedade, não é inteiramente aplicável a essas sociedades” (RAMOS, 1995: 26). A alimentação dos moradores de Olivença era bastante rica de nutrientes e diversificada. Talvez devido a abundância de alimentos que ali existia não fosse preciso haver a prática tão excessiva da caça.

A Sua Alteza o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied ao descrever as habitações dos índios da Vila Nova de Olivença as definem como:

Muito simples, e que não diferem das que se encontram ao longo de toda a costa. Todas as suas coberturas são de folhas de uricanas, que substitui a palha. Em vez das folhas inteiras de coqueiro como que se cobre o alto das choupanas, para impedir a penetração da água, empregam-se aqui as longas fibras da piaçaba (WIED-NEUWIED, 1989: 336).

Podemos compreender através do relato do ilustre visitante, que a maneira como as moradias estavam edificadas remetem a uma característica ainda presente do antigo aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Olivença, imposta pelos portugueses. A praça em forma de quadrado, com a igreja em destaque, e as casas enfileiradas, constituem um conjunto arquitetônico semelhante com os antigos aldeamentos criados no Brasil durante o período colonial. “Essas cabanas acham-se expostas em fila ao longo da encosta de um morro e estão em aprazível situação, descortinando-se uma vista larga do Oceano” (WIED-NEUWIED, 1989: 336). Segundo Luiz Mott,

Os índios quando aldeados pelos inacianos e pelos missionários são tradicionalmente obrigados a constituírem suas choupanas em retângulo ao redor da Igreja, segundo a mesma morfologia das antigas vilas luso-brasileiras (MOTT, 2010: 227).

Um visitante ilustre nas terras da Ilhéus oitocentista

As terras da antiga Vila de São Jorge dos Ilhéus sempre foram descritas pelos cronistas, jesuítas e viajantes que por ali passaram como um verdadeiro paraíso terrestre. O príncipe de Wied-Neuwied, ao chegar a Ilhéus em dezembro de 1815, primeiramente fica maravilhado com o pequeno e lindo porto que ali encontrou. E concluiu que a vila de Ilhéus, pela sua situação geográfica, e pelo seu porto bem abrigado, embora pequeno, tinha as maiores facilidades para fazer um ativo comércio com outros portos. Ao relatar a paisagem do lugar, escreveu que do alto da igreja de Nossa Senhora da Vitória, “avista-se um dos mais belos panoramas imagináveis” (WIED-NEUWIED, 1989: 337). De maneira sucinta o viajante narra à história do lugar dizendo que:

Vila dos Ilhéus é um dos mais antigos estabelecimentos do litoral do Brasil. Depois que Cabral mandou dizer a primeira missa em Santa Cruz e desembarcou em Porto Seguro, foi fundada a colônia de São Jorge. Francisco Romeiro lançou em 1540 as fundações da vila dos Ilhéus, depois de concluir um acordo amigável com os Tupiniquins, que habitavam o lugar. (WIED-NEUWIED, 1989: 337 -338).

247

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi doada por Dom João III em 1534 ao fidalgo Jorge de Figueiredo Corrêa, escrivão da Casa Real. Em decorrência das atividades que desenvolvia na Corte, o donatário não se deslocou da metrópole - Portugal para povoar ou muito menos conhecer as terras então recebidas, preferindo entregar a sua administração a Francisco Romero. No ano de 1536, Romero fundou o primeiro núcleo de povoamento no alto do morro de São Sebastião.

Deste relato, extraído da obra do Maximiliano podemos perceber a tendência de se construir a ideia de que a Vila de São Jorge só conseguiu certo sucesso, no início de sua criação, devido à boa relação do colonizador com os índios Tupiniquins que ali habitavam. E acrescenta “a colônia cresceu e tornou-se florescente; mais tarde, porém, sofreu muitas incursões dos tapuias chamados

outrora Aimorés, e hoje conhecidos pelo nome de Botocudos”⁵.

Ainda segundo Wied-Neuwied, em 1602, na capitania da Bahia foi feita a paz com esse gentio “mas o tratado só foi cumprido em Ilhéus no ano de 1603, construindo-se de acordo com ele dois aldeamentos para os selvagens. A colônia em seguida foi decaindo cada vez mais, de sorte que já em 1685 estava em extrema decadência” (WIED-NEUWIED,1989: 338). Com essas palavras, o ilustre visitante tenta demonstrar que a situação de atraso econômico e social que a vila de Ilhéus vivia, era em decorrência dos ataques indígenas que ali aconteceram desde o início do processo de ocupação daquelas terras pelos colonizadores. A autora Maria Hilda. B. Paraíso aponta alguns fatores que na sua interpretação podem ser responsáveis pelo insucesso da administração das Capitânicas:

A habilidade dos donatários de atrair colonos para suas terras e sua maior ou menor disponibilidade de capital para investimentos. Recursos para investimento tiveram um papel importante, embora não determinante no sucesso ou insucesso do empreendimento, como se pode observar no caso do donatário de Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correia, que foi financiado por uma família de banqueiros italianos – os Giraldes. Na verdade, há, ainda, que considerar dois outros fatores como responsáveis pelo sucesso do empreendimento: a adaptação ou inadaptação dos colonos às novas condições de vida e de trabalho e o grau de hostilidade dos índios litorâneos e dos que habitavam os sertões (PARAÍSO, 2001: 15).

248

De acordo com Marcelo Henrique Dias, se criou na historiografia regional e brasileira o mito da “devastação” da capitania de São Jorge pelos índios aimorés e pataxós, conclui o autor:

De modo geral, a historiografia que direta ou indiretamente trata da capitania de Ilhéus tem colocado suas populações indígenas, sobretudo aimorés e pataxós, na qualidade de principais obstáculos ao desenvolvimento de sua colonização. Já no final do primeiro século da colonização, os aimorés teriam arrasado os engenhos da vila de

5 De acordo com Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “[...] Aimoré, *Ambaré*, *Guaimuré* ou *Embaré* era a denominação que lhes era atribuída pelos *Tupi* e que foi amplamente utilizada no século XVI. Essa denominação seria uma corruptela de *aib-poré* (os moradores das matas), ou de *aiboré* (malfeitor), ou de *aimburé* (os que usam botoques de emburé), ou ainda de *guimuré* (gente de nação diferente). A partir do século XVII, são referidos como *Guerén*, *Grên* ou *Kren* (cabeça), que seria a autodenominação do grupo. Essa denominação foi substituída pela de Botocudos no século XIX, numa alusão aos botoques labiais e auriculares que usavam como adorno. Já a partir da segunda metade desse século passam a ser referidos pelos nomes dos seus vários subgrupos, que, ao que tudo indica, eram derivados dos nomes dos seus líderes ou das características geográficas dos locais em que viviam” (PARAÍSO ,2001: 13).

São Jorge e condenado a mesma a uma decadência que se estenderia até o século XIX. Diante de tamanha resistência, os colonos que se instalaram na capitania não teriam tido forças para expandir suas povoações, vencer as matas e ocupar efetivamente este território, sempre tido como fértil e rico em recursos naturais. Um paraíso povoado por demônios, era assim frequentemente descrita a capitania pelos cronistas contemporâneos da colonização e assim foi repetido por grande parte dos historiadores que a ela se referiram. Quanto ao papel supostamente devastador que os aimorés imprimiram na capitania, uma investigação mais atenta nos testemunhos de época revela um certo grau de alarmismo nos discursos de então, os quais, muitas vezes, não correspondiam à real dimensão das ocorrências. (DIAS, 2007: 188- 190).

Precisamos ressaltar que, outros fatores podem ser apontados como responsáveis pelo insucesso da administração das Capitânicas, a exemplo da falta de um bom governo, ataque de corsários, atentar para os ritmos da natureza, e não meramente encarar as populações indígenas locais como o empecilho.

Quando se refere às construções que havia na Vila de Ilhéus, Maximiliano diz que o Convento dos Jesuítas que foi edificado em 1723, era a construção mais importante. Todavia, estava vazio e em ruínas, boa parte do telhado não existia mais. Prossegue a descrição com o seguinte comentário:

Entre os monumentos dos Jesuítas, pode-se ainda contar um belo paço solidamente construído à sombra de grandes árvores e coberto por um alpendre. Apesar de todo o mal que os Jesuítas fizeram, deve-se confessar que a maior parte das instituições cultas e beneficentes da América Meridional lhes são devidas. (WIED-NEUWIED, 1989: 338).

As casas da Vila são descritas como pequenas e cobertas de telhas, em parte maltratadas, em decadência ou abandonadas; as ruas são relatadas como mais ou menos regulares, e cobertas de capim, vista também como de pouco ou quase nenhum movimento de pessoas pelas ruas durante a semana. “Somente aos domingos e dias de festa é que nelas se observam movimento e vida; vêem-se então algumas pessoas reunidas, pois os habitantes das redondezas acorrem à vila, para a missa” (WIED-NEUWIED, 1989: 338). De acordo com Maximiliano, havia três igrejas na vila, uma das quais a de Nossa Senhora da Vitória.

Remetendo aos fatores econômicos do lugar, o visitante diz que o comércio de Ilhéus com outros portos do Brasil era de pouca importância. Algumas lanchas ou barcos faziam um pequeno e limitado comércio de produtos das lavouras e das florestas vizinhas com a cidade da Bahia (Salvador). “Cultiva-se apenas a mandioca bastante para o consumo dos habitantes. Exporta-se de Ilhéus um pouco

de arroz e certa quantidade de madeiras, sobretudo o belo jacarandá e o vinhático” (WIED-NEUWIED, 1989: 339).

Estudos recentes têm revelado que, a Ilhéus Colonial teve uma participação ativa na comercialização da farinha de mandioca, madeiras de lei para outras praças além de Salvador. Há ainda evidências da existência de plantações e engenhos de açúcar em Ilhéus durante todo o período colonial, a exemplo do Engenho de Santana de Ilhéus, que produziu açúcar ininterruptamente por quase três séculos. De acordo com João da Silva Campos, “já em 1624 Ilhéus fabricava farinha de mandioca, que exportava para a Costa d’ África” (SILVA CAMPOS, 2006: 174).⁶

Segundo o viajante, eram poucos os engenhos de açúcar em Ilhéus, tendo como o ponto forte a fabricação de melado e aguardente, os engenhos maiores estavam localizados nas antigas terras dos Jesuítas. Destacando-se o de Santa Maria com 20 léguas de extensão e que possuía no momento 270 escravos negros. Precisamos destacar que se trata de uma quantidade expressiva de escravos, o que denota a riqueza do proprietário. Talvez por isso chamasse a atenção do visitante.

Curioso por conhecer as populações indígenas existentes nas proximidades da vila de Ilhéus, o naturalista visitou o Rio Itaípe, a vila de Almada, que foi o local do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Guerens criado para reunir os índios da nação Gren da Capitania de Ilhéus⁷. Afirma que ali havia um engenho de açúcar e varias engenhocas, além disso, nas fazendas do Taípe, os moradores plantavam arroz, cana – de açúcar, café e mandioca, mas não era o suficiente para suprir as necessidades da vila de Ilhéus. Maximiliano com o seu olhar europeu responsabiliza os habitantes por esta carência de alimentos,

Prova manifesta da indolência e da falta de indústria dos habitantes. Contentam-se em ter um pouco de farinha, peixe e carne seca, e, às vezes, caranguejos, que obtêm nos mangues ao redor. Muito poucos são aqueles que pensam em melhorar a sua condição, ou em cultivar melhor a terra. A sua indolência vai ao ponto de lhes ser indiferente ganhar dinheiro. O café dá muito bem nas margens do rio, e, mesmo assim, plantam muito pouco. O comércio desse produto é insignificante, e o café, tão estimado e procurado entre nós, tem um preço insignificante na vila de Ilhéus. (WIED-NEUWIED, 1989: 340-41).

6 A esse respeito ver entre outros os trabalhos de (DIAS, 2007).

7 Almada, agora, apenas indica o local onde, há uns sessenta anos, se tentou fundar uma aldeia de índios. Uma tribo de descendentes dos Aimorés ou Botocudos, conhecida os rios Itaípe e Ilhéus pelo nome de Guerens, consentiu que se fundasse um estabelecimento, com a condição de que lhes dessem terrenos e habitações. (WIED-NEUWIED, 1989: 344).

Dos antigos moradores ali aldeados, Maximiliano só encontrou um velho chamado Capitão Manuel que ainda preservava suas características de um índio Botocudo, e duas ou três velhas. Os demais morreram ou foram transferidos para outras localidades. O alemão Peter Weyl era o proprietário das terras e pretendia construir uma bela casa para si e sua família e uma igreja, além de fundar uma grande fazenda que produziria café, algodão em decorrência do solo e do clima que são favoráveis para tais espécies. “passei em Almada um dia muito agradável em companhia do Sr. Weyl e sua família” (WIED-NEUWIED, 1989: 345).

O Príncipe de Wied-Neuwied chegou a Ilhéus no fim da semana do Natal de 1815 e teve a oportunidade de acompanhar de perto os preparativos para os festejos religiosos e populares dos habitantes da vila. Pôde perceber que a movimentação de pessoas nas ruas era maior do que quando no momento da sua chegada, no início do mês de dezembro. Como se comprova no relato:

Cheguei a Ilhéus no fim da semana do Natal, quando muita gente se tinha reunido para a festa. Já estavam em preparativos para celebrar a de São Sebastião. Tinha-se erguido um alto mastro, enfeitado de bandeiras e, no dia da festa, homens mascarados percorriam a pequena vila, ao som de tambores e fazendo toda sorte de brincadeiras. Durante o dia chegaram mesmo a dar muitos tiros de espingarda nas ruas, ao passo que, durante a noite, o som do violão e das mãos, batendo em acompanhamento dos batuques, ressoava por toda parte. (WIED-NEUWIED, 1989: 359).

251

Maximiliano presenciou que durante os festejos do Natal e no dia do Padroeiro São Sebastião acontecia apresentações de combates de mouros e cristãos “havia dois partidos que se guerreavam, os portugueses e os mouros; cada qual tinha seus capitães, seus tenentes, suas insígnias” (WIED-NEUWIED, 1989: 359). Erguiam junto à igreja, uma fortaleza de galhos de árvores. Os mouros roubavam a imagem do Santo no primeiro dia do espetáculo e levavam para a fortaleza, até que na última noite os portugueses tomavam a imagem e a conduziam para a igreja – com todo o respeito. Durante os festejos, os moradores da vila de Ilhéus e redondezas viviam em constante movimento e não saíam da igreja e só se preocupavam em se divertir, entregando-se à ociosidade e a desordem. É preciso destacar a participação dos índios em tais comemorações,

Os índios, não demonstram a menor disposição para os dogmas e preceitos da religião, tomam às vezes parte muito ativa nessas pantomimas e nas cerimônias externas. *Vê-se os missionários aproveitarem muitos dos costumes dos selvagens para conseguir a aceitação de sua doutrina por essas gentes [grifo nosso].* (WIED-

NEUWIED, 1989: 360).

De acordo com Edilece Souza Couto, essas representações de disputas entre mouros e cristãos - de origem ibérica- também conhecidas como Cavalhadas, eram um dos mais importantes espetáculos das festas religiosas brasileiras do século passado. A luta equestre era muito esperada e divertia os espectadores durante três ou mais dias (COUTO, 2001: 826). Precisamos ressaltar que nos dias atuais, já não é mais presente os espetáculos das Cavalhadas entre os moradores da cidade de Ilhéus no sul da Bahia. Tais festejos ainda estão vivos em algumas cidades do Brasil, como por exemplo, em Pirenópolis, no estado de Goiás realizada desde o ano de 1826, que acontece após os festejos da Festa do Divino Espírito Santo. Até o momento não há estudos históricos específicos sobre a existência das Cavalhadas nas terras Ilheenses.

Considerações finais

252

Este artigo procurou analisar como um botânico, naturalista acostumado com as mordomias que encontrava no seu país de origem, vivendo em uma sociedade marcada pela ideologia da superioridade racial vigente no século XIX, descreve a dinâmica social de duas vilas no sul da Bahia no ano de 1815. Compreendemos que, dificilmente por mais criterioso que ele fosse, conseguiria livrar suas observações da influência europeia.

As descrições das populações indígenas e as duas vilas que o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied apresenta, são eficientes no que diz respeito aos critérios de descrição e classificação da época, mas ficam distantes das experiências históricas dos índios de Ilhéus e Olivença e da trajetória das duas Vilas retratadas. Com isso, se atêm a uma ideia europeia de civilidade, que ganha representividade no Brasil, principalmente, com a transplantação da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e conseqüentemente com a vinda dos próprios viajantes a América, ou seja, atenta a aspectos conjunturais externos e não a historicidade da sociedade descrita (índios e Vilas).

Procuramos confrontar o relato de Maximiliano com o que diz respeito à noção de trabalho nas sociedades indígenas com as considerações da Antropóloga brasileira Alcida Rita Ramos, ou seja, dialogando (e ao mesmo tempo desconstruindo) com as representações de Weid-Neuwied. Vale ressaltar que a todo o momento percebemos algumas contradições nos relatos do viajante como

pode ser visto no transcorrer do trabalho.

As fontes obtidas para entender a dinâmica das próprias vilas são provenientes de relatos orais, além daquilo que via e sentia, todavia a passagem do naturalista foi curta e ele acabou não tendo tempo suficiente para uma maior observação de toda a complexidade do lugar. Entendemos, portanto, que a interpretação construída por Maximiliano é uma representação do que ele pode observar a partir não só do que ele viveu enquanto experiência nas vilas de Olivença e Ilhéus, mas do indivíduo que ele era e do contexto de transculturação e concepção de sociedade e ciência de que ele provinha.

Referência Bibliográfica

- ALMEIDA, Manoel Carlos Amorim de. *Os Maximilianos e outras histórias*. Ilhéus – Bahia: Editus, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix/NL/MEC, 1980.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônica de São Jorge dos Ilhéus*. 3. Ed. Ilhéus – Bahia: Editus, 2006.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades Régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763 – 1808)*. 2012. Tese - Doutorado em História Social. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, São Paulo, 2012.
- COSTA, Christina Rostworowski da. *O Príncipe Maximiliano de Wied – Neuwied e sua viagem ao Brasil (1815 – 1817)*. 2008. Dissertação-Mestrado em História Social. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- COSTA, Wilma Peres. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In: PAMPLONA, Marco A. DOYLE, Don H. (Org.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 299 – 327.
- COUTO, Edilece Souza. Olhares estrangeiros. Ilhéus e Olivença nas crônicas dos viajantes (1815 – 1859). In: IV Congresso de História da Bahia, Salvador. *Anais do IV Congresso de História da Bahia, v.II*. IHGB/Fundação Gregório

de Matos, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.) *Um lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus – Bahia: Editus, 2007.

DUARTE, Regina Horta. “Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rui Mucuri”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, nº 44, p. 267-288. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882002000200002&lang=pt. Acesso em: 10/02/2014.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 -1940*. Ilhéus – Bahia: Editus, 2001.

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (Org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências afins, 2008.

254

MARCIS, Teresinha. *A “Hecatombe de Olivença”*: construção e reconstrução da identidade étnica. 2004. Dissertação-Mestrado em História Social. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MOTT, Luís. *Os índios no Sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740 – 1854)*. In: MOTT, Luís. *Bahia e Sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010.

PIJNING, Ernest. O ambiente científico da época e a viagem ao Brasil do príncipe alemão Maximiliano de Wied – Neuwied. In: *O teatro da natureza: Maximiliano no Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. nº 24, out/nov. 1995, p. 26 – 32.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. GUTIERRE, Jézio Hernani Bonfim (Trad). MACHADO, Maria Helena; VALERO, Carlos. Revisão técnica. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. Uma história de “diferenças e desigualdades”: as doutrinas raciais do século XIX. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras,

1993.

SILVA, Kaliana Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SLENES, Robert W. “Lares negros. Olhares brancos: história da família escrava no século XIX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, nº 16, p. 189 – 203, 1988. Disponível:http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25. Acesso em: 18/03/ 2014.

WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

Entre a Astúcia e a Vingança: a Inquisição e os colonos na América Portuguesa

Enviado em:
23/04/2014

Aprovado em:
01/06/2014

Diogo Tomaz Pereira

ufjf.diogo@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

Com a falta de recursos da época, mentir para se livrar de uma condenação ou mentir para prejudicar uma pessoa, não constituiriam atos simples de serem realizados? Através da consulta de documentos digitalizados no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a análise do processo de Antônio de Melo Lobo, busco responder a essa pergunta. Retratando o quão complexo era todo o trâmite de um processo da alçada inquisitorial, mostro através do exame desses, como o Santo Ofício poderia ser usado como ferramenta de vingança. Nesse trabalho também veremos que nem todo processo era tratado da mesma maneira; ao analisar os crimes de blasfêmia e proposições heréticas, constato que a condição social do réu, as palavras proferidas e o arrependimento eram fundamentais para estabelecer se um processo seria demorado e complexo ou com um desfecho rápido e simples.

256

Palavras-Chave

Blasfêmia; Falso-Testemunho; Inquisição Portuguesa

Abstract

With the lack of resources of time, lie to get rid of a conviction or lie to harm a person, would not constitute simple acts being performed? Through consultation of scanned documents in the National Archives of Torre do Tombo site and analysis of Antonio de Melo Lobo process, I seek to answer this question. Portraying how complex the whole proceeding was a process of inquisitorial jurisdiction, try to show through the analysis of a process, as the Holy Office could be used as a tool of revenge. In this work also show that not every case was treated in the same way; to analyze the crimes of blasphemy and heretical propositions, note that the social condition of the accused, the words spoken and repentance were instrumental in establishing a process would be lengthy and complex or with a quick and simple outcome.

Keywords

Blasphemy; False Testimony; Portuguese Inquisition

Introdução

Em 2012, quando iniciei a leitura dos processos inquisitoriais - especificamente dos crimes de blasfêmia e proposições heréticas, no acervo *on-line* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, uma interrogação não saía da minha cabeça. Seria fácil enganar os inquisidores? Com a falta de recursos da época, mentir para se livrar de uma condenação ou mentir para prejudicar uma pessoa, não constituiriam atos simples de serem realizados?

Mas hoje, após inúmeros processos lidos e transcritos, posteriormente a diversos livros analisados, chego a conclusão de que estava errado. Não podemos “ver” os séculos XVI, XVII ou XVIII (períodos nos quais os “tentáculos” da Inquisição portuguesa agiram no Brasil) com a mentalidade e principalmente, com a malícia que nós temos hoje. Através desse trabalho, pretendo mostrar o quão complexo era todo o trâmite de um processo da alçada inquisitorial. Isto porque que nem todo processo era tratado da mesma maneira; ao analisar os crimes de blasfêmia e proposições heréticas, constatei que a condição social do réu, as palavras proferidas e o arrependimento eram fundamentais para estabelecer se um processo seria demorado e complexo ou com um desfecho rápido e simples.

Esse trabalho foi dividido em 4 partes, onde mostro até concluir, a primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, o significado e os crimes de blasfêmia e o processo de Antônio de Melo Lobo, o cirurgião acusado de blasfemar. Darei um enfoque maior para Portugal, pois apesar do Brasil não contar com um Tribunal próprio, estava subordinado ao Tribunal de Lisboa. Aprofundo também nos crimes de blasfêmia e proposições heréticas. Esses dois crimes, que podem ser tratados como um por estarem diretamente ligados à fala, faziam parte do rol de crimes combatidos pelo Tribunal da Santa Inquisição. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, a blasfêmia é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos, podendo ser expressa através de palavras ou por uma ação. Enquanto fazia minhas pesquisas nos processos dos condenados por blasfêmia, tive a grata surpresa de encontrar um caso de falso-testemunho (crime gravíssimo, pois, testemunhar falsamente significa ir contra a Lei de Deus) em que o condenado – Antônio de Melo Lobo – havia proferido palavras duríssimas contra Deus e tudo mais que ele significava. Foi nesse processo que pude ver o quanto errado estava sob a interrogação que tinha em minha mente.

O método que usei para poder produzir este trabalho foi a leitura e transcrição de vários documentos encontrados digitalizados no site do Arquivo

Nacional da Torre do Tombo e a leitura de obras consideradas essenciais para o tema.

Santa Visita

Existiram em Portugal seis Tribunais, cada um em uma cidade específica. Foram eles: Lisboa, Coimbra, Évora, Lamego, Tomar e Porto. Os três últimos foram suprimidos devido ao grande número de abusos e corrupção por parte de seus administradores. Apesar da Inquisição portuguesa nunca ter oficialmente implantado no Brasil um Tribunal, estávamos diretamente ligados ao de Lisboa. Alguns acusados da colônia eram enviados para serem julgados lá fora, e se condenados, por lá mesmo permaneceriam. “Em relação aos condenados, considerando as proporções do território português, podemos dizer que a Inquisição lusitana superou, em termos de violência e ferocidade, a Inquisição espanhola, contrariando muito do que se tem na historiografia sobre o tema”. (NOVINSKY, 1983: 36).

258

Os delitos religiosos e morais que estavam sob o cargo inquisitorial eram praticamente os mesmo em todos os tribunais, salvo exceções, como o caso da sodomia perseguida pelo Santo Ofício em Aragão, Portugal, e nos Estados italianos, mas não em Castela, Espanha, onde a jurisdição para tal crime foi conservada aos tribunais civis. Era comum crimes iguais terem pesos diferentes nos diversos Tribunais espalhados por toda Europa. “Além disso, os delitos de jurisdição mista, como a feitiçaria e a bigamia, não podiam ser julgados pela Inquisição sem fortes presunções de heresia”. (BETHENCOURT, 2000: 30).

Francisco Bethencourt nos dá outro exemplo:

Em outros domínios, a definição de heterodoxia revelava-se difícil, como no caso da distinção entre a blasfêmia provocada pela cólera momentânea (em situações de jogo, por exemplo) e as proposições heréticas que contestavam a virgindade de Maria, a divindade de Cristo ou a capacidade de intervenção dos santos. Finalmente, verificou-se um alargamento da jurisdição inquisitorial a novos delitos, como a solicitação dos fiéis pelo padre no ato da confissão (final do século XVI) ou o molinismo (final do século XVII). (BETHENCOURT, 2000: 31)

Sem sombras de dúvida, o Tribunal de Lisboa foi a peça mais importante da máquina inquisitorial. Para uma melhor administração, o Brasil foi incluído na jurisdição inquisitorial da metrópole lisboeta. “Com o objetivo de zelar pela

pureza da fé católica, refreando comportamentos considerados heréticos, o Santo Ofício português agiu como uma liana de mil ramificações, prendeu primeiro as províncias de seu litoral. Em seguida tratou de cuidar de suas colônias. Primeiro suas conquistas até o Cabo da Boa Esperança, em seguida tratou de amarrar o Brasil”. (SIQUEIRA, 1978: 125).

Outra colônia também amarrada pelas forças do Santo Ofício foi Goa. Localizada na Índia, o Tribunal inquisitorial goês foi uma das tentativas de Portugal de reafirmar sua presença em terras orientais. Conquistada pelo governador Afonso de Albuquerque em 1510, Goa, agora a Goa portuguesa, acabou por ser a capital do domínio português no Oriente - primeira cidade asiática sujeita à soberania portuguesa-, tornando-se a capital administrativa e comercial. Nos primeiros anos de presença portuguesa na Índia, o ideal religioso da expansão portuguesa ficaria em segundo plano. “Porém após algum tempo, o que se observa é que os interesses religiosos acabaram por suplantar os interesses comerciais. O Tribunal do Santo Ofício estabeleceu-se em Goa em 1560, durando até 1812”. (TAVARES, 2002: 166).

Em 1591 ocorre a primeira Visitação do Santo Ofício em terras brasileiras. Agentes inquisitoriais foram enviados para investigar e prender os suspeitos de heresias. Até hoje, especula-se os motivos que levaram Portugal a ordenar uma visitação à Colônia. Anita Novinsky defende que as visitas ocorreram devido às notícias de prosperidade dos que aqui viviam o que pode ter despertado a cobiça do rei de Portugal. Também levando em consideração que muitos dos senhores de engenho e comerciantes bem sucedidos eram de origem judaica. Sônia Siqueira vincula o envio da Visitação ao interesse de Portugal e da Igreja em integrar o Brasil ao mundo cristão. O historiador Ronaldo Vainfas defende que a Visitação ao Brasil teve por meta a inclusão da nova Colônia “no vasto programa expansionista executado pelo Santo Ofício na última década dos quinhentos” (VAINFAS, 1995: 166).

Foi enviado ao Brasil o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, de aproximadamente trinta e cinco anos. Além de licenciado, Heitor Furtado tinha ainda em seu currículo o título de desembargador real e capelão fidalgo do Rei. Era homem de foro nobre, que passara por dezesseis investigações de limpeza de sangue para habilitar-se ao cargo inquisitorial.

Desembarcou na Bahia em 9 de Junho de 1591, após fazer escala em Pernambuco. Em sua comitiva vieram também D. Francisco de Sousa, recém nomeado para a Governança Geral. E Manoel Francisco, notário, escrivão que

aproveito para elogiar por ter se empenhado em ter uma ótima caligrafia, o que facilitou muito minha pesquisa. Também estava presente o meirinho Francisco Gouvêa, ajudante de ordens do visitador.

Em 28 de Julho de 1591 tem inicio a Visitação do Santo Oficio ao Brasil.

[...] não sem grande pompa e cerimonia laudatório ao Santo Oficio e à pessoa de Heitor Furtado, presentes o bispo com seu cabido, os funcionários da Governança e Justiça, vigários, clérigos e membros das confrarias, sem falar do povo que se acotovelou nas ruas da cidade para acompanhar o cortejo inquisitorial. Heitor Furtado veio debaixo de um pálio (sobrecéu portátil) de tela de ouro e, estando na Sé, recebeu um sem número de homenagens e discursos de louvor, inclusive de Marçal Beliarte, provincial dos jesuítas. (VAINFAS, 1995: 197).

Após toda essa apresentação, Heitor Furtado começou os trabalhos. Publicou o Edital da Fé e Monitório da Inquisição, onde se encontravam a definição e caracterização dos crimes sob jurisdição inquisitorial. Após a divulgação do Edital, o licenciado anunciou o “*Tempo da Graça*”, um período de até trinta dias onde as pessoas poderiam confessar suas culpas com isenção de serem presas, sofrerem algum tipo de penas corporais ou sequestro de bens.

260

Pelo estilo da colonização, Heitor Furtado acabou se vendo obrigado a julgar também o que não conhecia. Ronaldo Vainfas, em seu livro *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial* mostra que o licenciado foi jogado em um território que possuía pouco conhecimento: “Heitor Furtado veio, pois, investigar as heresias a que o Santo Oficio estava afeiçoado, quero dizer, habituado a julgar, mormente o judaísmo. Jamais as ‘gentilidades’ e ‘santidades do gentio’, de cuja existência nem sequer desconfiava” (VAINFAS, 1995: 168)

Heitor Furtado desobedeceu, não poucas vezes, as ordens vindas de Portugal. “Mandou prender suspeitos sem licença do Conselho Geral; processou em ultima instancia réus cujos crimes deveriam ser julgados na Metrópole; absolveu indivíduos que, no entender do inquisidor geral, mereceriam penas rigorosas; sentenciou outros que o Conselho julgava inocentes; realizou enfim, verdadeiros autos de fé públicos, embora não tenha mandado ninguém à fogueira”. (VAINFAS, 1995: 168). Além desta Visitação, houve outras: em 1618, à Bahia; e de 1627-1628, das capitanias do Sul; e, em 1763-1769, num contexto distinto das anteriores, ao Grão-Pará.

Levando em consideração todas as Visitações e a documentação encontrada, o principal crime de que foram acusados os colonos e estrangeiros residentes no

Brasil, foi o de praticarem a religião judaica. Em um total de 322 homens e 222 mulheres presas. O mais frequente após o judaísmo, foi o crime de proposições heréticas que, segundo Stuart Schwartz, “estava intimamente relacionado com a blasfêmia por abrangerem um grande leque de atos de fala, tinham os dois um total de 125 condenados presos, entre homens e mulheres”. (SCHWARTZ,2009: 39). Analisemos esses crimes.

Blasfêmias e proposições heréticas

“A fera abriu a boca em blasfêmia contra Deus, para insultar o seu nome”¹.

A blasfêmia assim como a proposição herética, era, mais um dos vários crimes combatidos pelo Tribunal da Santa Inquisição. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos podendo ser manifestada através de palavras ou por uma ação. “A blasfêmia rompe, quebra, anula tudo o que é ensinado pela religião. É um pecado de irreligião, oposto ao louvor que o homem, criatura de Deus, por sua palavra, deve a Deus”. (PIERONI, 2006: 204).

261

Em sua etimologia podemos identificar que a blasfêmia fere, ultraja ou difama uma reputação. A origem vem de duas palavras gregas: *blaptein*, que tem o significado de estragar, danificar, perturbar; e *phème*, reputação.

Em 1312, governado por D. Dinis, o Lavrador, sexto rei de Portugal, é implantada uma lei que considera crime gravíssimo, qualquer ato de blasfêmia contra Deus e sua Santa Mãe Maria. Aqueles que desobedecessem tal lei teriam a língua arrancada pelo pescoço e seriam queimados. Muito antes disso, no século IV, Santo Agostinho em suas pregações, afirmava que aqueles que blasfemam contra Jesus Cristo não pecam menos que aqueles que O crucificaram quando Ele estava na Terra. Para o bispo, nada era mais importante do que a fé em Jesus e em Deus. No século XIII, o padre dominicano Tomás de Aquino (declarado santo pelo Papa João XXII em 1323), reafirma e defende que a blasfêmia é um pecado grave, salienta também ser uma falta contra fé, pertencente à ordem da infidelidade. Para o dominicano, a blasfêmia é um sinal de perdição da alma e do corpo, tornando-a o mais grave pecado de sua espécie, um pecado não digno de perdão, pois “quando a

¹ Ap. 13, 6-7, A Bíblia Sagrada.

vontade se volta para uma coisa contrária à caridade pela qual estamos ordenados ao fim ultimo, há no pecado, por seu próprio objeto, matéria para ser mortal [...] como contra o amor a Deus, como a blasfêmia” (AQUINO, 1992: 354).

A bíblia também confirma tal gravidade de blasfemar. Relatada por Mateus aos discípulos: “se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem no presente, nem no século futuro”.² O *Guia de Pecadores*, obra do frei Luís de Granada, publicada pela primeira vez em 1570, e que na época, foi mais vendido do que a Bíblia, escreve: “dos pecados mortais, o mais grave é a blasfêmia, muito próximo dos três pecados mais graves do mundo que são a infidelidade, a desesperança e a ira contra Deus, no absoluto e mais grave de todos”. (GRANADA, 2008: 201).

No geral, como acabei de mostrar, algumas legislações se mostravam rigorosas contra os blasfemadores, mas, línguas arrancadas e lábios rachados, foram raramente aplicados pela Inquisição portuguesa, menos ainda nos condenados do Brasil. O máximo encontrado nos processos ocorridos em terras brasílicas, foi, além de serem presos nos cárceres e cumprirem penitências espirituais, alguns blasfemadores eram obrigados a saírem no auto público da fé descalços, com uma vela acesa na mão e uma vara atravessada na boca. Foi o caso de Baltasar Dias, um cuteleiro de 30 anos, morador da cidade do Porto, que, de passagem pelo Brasil em um navio que para cá trazia mercadorias, teve um pedaço de sabão roubado, e colérico esbravejou para todos no convés: “que os diabos levassem seu corpo e sua alma e que renegava do óleo e da crisma se não matasse a quem zombava dele e lhe tomara o seu sabão”. Leonor Pires, conhecida também como “Marquesa”, natural da Vila do Conde em Olinda, foi sentenciada a ir ao auto público da fé com uma vela acesa na mão e uma vara atravessada na boca por dizer que renegava do óleo e da crisma que recebera.

A vara servia como um acessório pejorativo e humilhante, o símbolo do silêncio atribuído, que tragicamente expressava a proibição verbal. Geraldo Pieroni em seu livro “*Boca Maldita: Blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*” faz uma pergunta pertinente: “Por que esse martírio sempre relacionado com a boca?” (PIERONI, 2012: 32).

A boca personifica o poder do espírito e da inspiração da alma. Sua associação com o ato de comer ou mastigar, está ligada à destruição, semelhante à boca de um monstro. Na iconografia cristã, a entrada para o inferno é a boca do

² Mt. 12, 32. A Bíblia Sagrada.

demônio cheia de dentes.

Em “*O Grande Livro dos Signos e Símbolos*” organizado por Mark O’Connell e Raje Airey, “a boca aberta é associada ao poder do espírito de falar, à inspiração da alma; como alternativa, pode ser o símbolo de forças destrutivas, coisas que estão sendo ‘comidas’ e ‘devoradas’” (O’CONNELL; AIREY, 2010: 213).

Geraldo Pieroni pensa semelhante:

[...] o homem foi criado à imagem de Deus. E Jesus, seu Filho, é a Palavra encarnada, o Verbo. A boca é a porta por que passa o sopro, a palavra. Ela é o símbolo da potencia criadora e, particularmente, da insuflação da alma. Pensando dessa maneira, o mundo é o efeito da Palavra divina: ‘No principio era o Verbo...’ (PIERONI, 2006: 218)

Em seu livro “*Boca Maldita*”, ainda acrescenta:

A boca ‘é representada na iconografia universal tanto pela gorja do monstro quanto pelos lábios dos anjos’, ela pode ser a porta do paraíso ou a do inferno. Para o Santo Ofício, o blasfemador era um pecador destinado ao inferno. A única possibilidade de salvar-se era a total submissão aos inquisidores, os emissários do perdão. (PIERONI, 2012: 32)

263

Outro fato que não podemos deixar de mencionar é que existiam dois tipos de blasfemadores, facilmente confundidos entre si. O primeiro tipo é aquele que não é contra qualquer artigo da fé, mas quando insuflado pela ingratidão, blasfema. No Brasil, muitos blasfemadores desse primeiro tipo se arrependiam e se apresentavam diante da Mesa Inquisitorial pedindo perdão. Stuart B. Schwartz explica esse blasfemador em seu livro:

Um azar na hora de lançar os dados, uma mão ruim de cartas, uma seca prolongada, um namoro desmanchado, muitas vezes bastavam para a pessoa soltar uma blasfêmia. Às vezes era de gozação, em piadas sobre os pecadilhos sexuais da Virgem Maria, dos santos ou até de Cristo. Era um humor que não mostrava necessariamente uma descrença, mas apenas uma certa intimidade. (SCHWARTZ, 2009: 41)

Álvaro Velho Barreto, 47 anos, fazendeiro morador da Várzea do Capibaribe, freguesia de Nossa Senhora do Rosário é um bom exemplo desse primeiro tipo. Aos 19 dias do mês de novembro de 1593, se apresentou diante da Mesa Inquisitorial no Tempo da Graça, pedindo perdão por ter blasfemado há quinze anos. Confessou que em 1578, com muita raiva de um caldeireiro que, atrasando o conserto de sua

caldeira e o impossibilitando de trabalhar, esbravejou que “descria de Deus e da Virgem Maria se logo um certo caldeireiro não lhe consertasse uma caldeira, o havia de enforçar”.

Em compensação, a Inquisição é ávida pelo segundo tipo:

[...] mas há um tipo de blasfemadores que preferem ataques diretos contra os artigos da fé. Atacam de frente a onipotência divina dizendo, por exemplo, que Deus não pode fazer o tempo clarear, ou outras coisas do gênero. Por meio disso, negam o primeiro artigo da fé. Ou dizem que a Virgem Maria, mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, não era casta, e sim uma puta (ou qualquer outra palavra desse estilo), o que equivale a negar um outro artigo, aquele da concepção virginal de Maria, mãe do Filho, por obra do Espírito Santo. (PIERONI, 2006: 206)

Antônio Dias, 25 anos, mulato forro de Pernambuco, preso em 6 de julho de 1595, estando em frente a uma igreja no momento da comunhão, se negou a ajoelhar diante da hóstia e, além disso, perguntou para os que estavam próximo: “porque adoram a hóstia? Aquilo é um pouco de farinha de Portugal”. Sua sentença foi ir descalço ao auto de fé público, com uma vela e que confessasse e comungasse de conselho do seu confessor nas quatro festas principais, Natal, Páscoa, Espírito Santo e Nossa Senhora de Agosto. Além de pagar às custas do processo na mesa da visitação do Santo Ofício.

264

Uma vez preso nos cárceres, os blasfemadores tinham duas possibilidades: manter suas blasfêmias e não se arrependem, e assim, entregues à Santa Inquisição para serem condenados; ou podiam se arrepender do que haviam dito e aceitar a penitencia que lhe seria imposta pelo inquisidor. Mas como os blasfemadores eram descobertos? De duas maneiras: se entregando ao Tribunal do Santo Ofício ao buscar o perdão; como é o caso do índio Alberto Monteiro, casado, morador do Pará, 28 anos. Estando ele na feira, viu passar diante de seus olhos “a morena mais linda que já havia visto” e disse: “Diabo, se tu fizeres a minha vontade, permitindo-me que durma com esta mulher, eu te prometo fazer-te o que tu quiseres, e me podes levar contigo”. Após dizer estas palavras, sentiu uma forte dor no peito, na região do coração. Repetiu a dita frase mais uma vez, e após dizer, mais uma vez sentiu a dor no peito. Deduziu então que era Deus quem estava tocando seu coração, por isso, no outro dia, estava diante da Mesa da Inquisição para se confessar.

Outro modo de serem descobertos, eram as denúncias feitas por uma ou várias testemunhas que estavam presentes no momento em que o réu blasfemou.

No século XVIII, o Tribunal Inquisitorial dispunha somente de testemunhos para se poder comprovar o crime. É evidente que o falso testemunho era uma

pena gravíssima, pois poderia arruinar a vida do denunciado e também, se fosse descoberto, a vida da testemunha. A grande maioria dos processos sustentavam-se no relato de testemunhas cuja confissão era feita sob juramento dos Santos Evangelhos.

Em *Os Excluídos do Reino*, Geraldo Pieroni nos mostra tal importância do testemunho: “A função desses depoimentos era de acusar ou a de inocentar, a de garantir ou não o bom comportamento religioso e moral dos culpados. Os juízes inquisitoriais tinham necessidade deles para a conclusão de um processo”. O falso testemunho ia direto contra o nono mandamento da lei de Deus. “Não testemunharás contra o teu próximo”. Testemunhar falsamente significa ir contra a lei de Deus e profanar o juramento feito diante da justiça eclesiástica.

Eram vários os motivos que levavam as pessoas a testemunhar falsamente. Inveja e vingança não eram raros de ser ver. Fato esse ocorrido com o cirurgião Antônio de Melo Lobo, morador do Rio de Janeiro, que por causa de falsos testemunhos, viu sua carreira e vida serem arruinadas.

Ad processum³

265

No dia 22 de Novembro de 1786, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, formou-se uma fila diante da capela de Nossa Senhora da Lapa com o objetivo de testemunhar contra o cirurgião Antônio de Melo Lobo. O primeiro foi o jovem Paulo Rodriguez Pinheiro, de 20 anos, morador da Rua São Pedro. Diante do Comissário Bartolomeu da Silva Borges e após receber o juramento onde prometeu dizer de tudo a verdade, denunciou que ouvira da própria boca de um certo cirurgião chamado Antônio de Melo Lobo, “que no céu moram quatro diabos, e que no inferno é que viviam todos os homens de bem, e onde haviam todas as delicias que se podiam aproveitar”. Garantiu que o cirurgião não estava bêbado ou fora de seu juízo. Também dissera que o ouviu dizer que o diabo tinha uma mulher e ela possuía um nome, mas, esse nome a testemunha não lembrava. O jovem afirmou ter repreendido Antônio de Mello Lobo, dizendo que tais blasfêmias apenas um judeu poderia proferir. Após o sucedido, viu o acusado acenar afirmativamente com a cabeça e dar as costas para ele. E mais não tinha para confessar.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII aqui no Brasil, os cirurgiões (ou barbeiros-

³ Ao processo.

cirurgiões) eram normalmente portugueses ou espanhóis e deveriam ter o “sangue limpo”, ou seja, ser cristão velho. “Praticavam pequenas cirurgias, além de sangrar, sarjar, lancetar, aplicar bichas e ventosas (sanguessugas) e arrancar dentes, além de cortar o cabelo e a barba. Suas atividades duraram até o século XIX”. (SANTOS FILHO, 1977: 215).

Em seguida foi a vez de Manoel Luís Gonçalves Chaves, também cirurgião, solteiro de 50 anos de idade, morador dos Auxiliares do Iguaçú, recôncavo do Rio de Janeiro. Natural da freguesia de São Nicolau dos Vales, Arcebispado de Braga, Portugal. E denunciando, disse que ouviu Antônio de Melo Lobo dizer para Félix José de Araújo, Maria Rosa e a Luiza, mãe dos dois, “que havia no céu quatro demônios e meio, que só no inferno é que haviam coisas boas e deliciosas. E que para lá, desejava ir”. Sob juramento afirmou que Antônio de Melo não estava bêbado nem fora de seu juízo. E que ainda afirmou ser judeu. E nada mais confessou.

Félix José de Araújo fora o terceiro a testemunhar. Solteiro, soldado granadeiro do Regimento de Extremos, natural da Vila de São João Del Rey, bispado de Mariana, morador nesta cidade em seu quartel, dizendo ser da idade de 24 anos. E sob juramento disse que ouviu da própria boca do cirurgião Antônio de Melo Lobo que “no céu haviam quatro diabos e uma cascalhada de gente, e que só no inferno é que haviam coisas boas e maravilhosas. Que lá havia muito ouro, não havia fogo, era tudo uma delícia. E que quando morresse para lá queria ir, e não para o céu”. Disse também que uma mulher, que não lembrava quem, avisou ao cirurgião “que Deus poderia lhe castigar”, o que foi prontamente respondido de forma sarcástica: “Que Deus?”. Félix também afirmou que ouviu Antônio de Melo dizer ser judeu, e que, tudo o que ele ouviu, Maria Rosa, Luiza Barreto e Paulo Rodrigues Pinheiro também ouviram.

A quarta testemunha a denunciar foi a viúva Ana Joaquina de Santa Clara, de 36 anos. Moradora do Rio de Janeiro, na Rua da Vala. Após jurar dizer apenas a verdade, disse que o cirurgião Antônio de Melo Lobo ao ir em sua casa para medicá-la, teria dito as mesmas blasfêmias que as testemunhas anteriores depuseram. E no fim teria dito que não teme a Deus nem à Santa Maria. Após o testemunho de Ana Joaquina, foi a vez de seu filho José da Silva Costa, de apenas 16 anos, que ainda reside com sua mãe. E disse que tudo o que sua mãe havia relatado, era o mesmo que ele sabia.

Maria Rosa de Santa Ana, 24 anos e Luiza Barreta da Piedade, 45 anos, testemunharam exatamente igual às outras testemunhas. Após isso, o processo é

arquivado.

Quatro anos depois, no dia 7 de maio de 1789, o Senhor Comissário Bartolomeu da Silva Borges estava presente para dar continuação ao processo. No mesmo dia, mandou todas as pessoas que haviam testemunhado contra Antônio de Melo Lobo, virem diante de sua pessoa para um novo interrogatório, onde seriam perguntadas se sabiam o motivo de serem chamadas novamente, se sabiam de alguma pessoa que fizesse ou dissesse algo contra a Fé Católica, se conheciam Antônio de Melo Lobo, e por fim, se o que haviam testemunhado era verdade. Manoel Luís Gonçalves Chaves, Liza Barreta da Piedade, Maria Rosa de Santa Ana, Félix José de Araújo, Ana Joaquina de Santa Clara, José da Silva Costa e Maria Tereza da Silva, essa última, filha de Ana Joaquina, que fora incluída no processo devido a morte de Paulo Rodriguez Pinheiro, depuseram as mesmas coisas: que não sabiam o motivo de serem chamados novamente diante da Mesa; que o cirurgião Antônio de Melo Lobo havia pronunciado várias blasfêmias na casa de Ana Joaquina; que não o conheciam bem, mas que sabiam que ele era uma pessoa de mau caráter; e que tudo o que tinham declarado era verdade. Mais uma vez o processo é arquivado e encaminhado para ser averiguado em Lisboa.

Até que no dia 14 de julho de 1790 em Lisboa, o Comissário do Santo Ofício, Gregório Ribeiro, definiu que estava legitimamente provado que o cirurgião Antônio de Melo Lobo havia proferido várias proposições errôneas e escandalosas. E por isso, que seja preso e remetido para os cárceres da custódia desta Inquisição, mas antes, perguntem a respeito da opinião do dito cirurgião, se entre ele e as mesmas testemunhas tem havido alguma inimizade, visto que essas são parentes umas das outras. Podemos dizer que o Comissário Gregório Ribeiro foi o primeiro a desconfiar do parentesco das testemunhas.

Rio de Janeiro, três meses depois, no dia 8 de outubro, chega na residência do Comissário do Santo Ofício, João Pinto Rodriguez, vinda de Portugal, uma Comissão de Justiça dos Inquisidores Apostólicos da Inquisição de Lisboa, para fazerem pessoalmente o interrogatório das testemunhas do caso de Antônio de Melo Lobo. Esta nova Comissão de Justiça promove um novo inquérito a fim de saber mais sobre os costumes do réu preso. Os novos interrogadores queriam saber se o acusado era uma pessoa bem quista por todos ou escandalosa e mal procedida. A Comissão ordena então que outras pessoas que conheçam o réu sejam chamadas para depor.

O primeiro a ser chamado foi José Fernandez de Carvalho, professor “de ler, escrever e contar”, 40 anos de idade. O depoimento dessa testemunha era

importante visto que ele detinha também a função de Familiar do Santo Ofício. Os “Familiares” eram leigos que exerciam variadas funções sob as ordens do Tribunal do Santo Ofício como espionar, delatar e até prenderem. Detinham essas pessoas inúmeros privilégios, como afirma Daniela Buono Calainho em seu excelente livro *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*, sobre a importância do cargo:

O cargo de Familiar, devido a todas as vantagens e prerrogativas que concedia, era, pois, um dos mais cobiçados no aparelho inquisitorial português. Símbolo de status sócio, de honra, de poder e de conduta irreprovável, o Familiar foi um dos ‘braços’ mais fortes do Santo Ofício no Brasil. (CALAINHO, 2006: 45)

No entanto, José Fernandez não acrescentou muito em seu depoimento. Disse que conhecia Antônio de Melo Lobo, cirurgião nesta cidade do Rio de Janeiro e morador de frente para a Igreja do Senhor Bom Jesus na Rua da Vala. Disse que sabia que o dito cirurgião fazia vários remédios e pílulas, e os vendia para o povo. Disse também que já comprou seus remédios.

268

Perguntado da conduta do réu, respondeu que não sabe se tem inimizade com alguém. O que sabe de sua conduta era tão somente ter visto na janela de sua casa uma mulher e uma menina, dizendo ser sua filha e sendo ele solteiro. Disse também, que soube das blasfêmias ditas por ele através de Félix José de Araújo. E mais não confessou.

José Manoel Pinto, de 73 anos de idade, disse que já se tratou com Antônio de Melo, há pouco mais de um ano, e foi curado por ele de uma unha preta. Disse não ter nada a reclamar dele, mas que suspeitava de ver em sua casa uma mulher e uma menina, sabendo que o cirurgião era solteiro. Por ser vizinho dele, também disse que nunca o viu entrar na Igreja do Senhor Bom Jesus.

Os Interrogatórios caminhavam tranquilamente favoráveis a Antônio de Melo Lobo; até que surge José Pereira da Fonseca, presbítero secular, 44 anos, morador desta cidade. Disse que conhecia o cirurgião há seis anos, e que nesse tempo, sabia que havia morado na Rua dos Ferradores com Mariana Gomes. Essa jovem teria lhe dito que Antonio de Melo Lobo era viciado em sexo e que era judeu. Dois dias depois, no dia 10 de Outubro, Ana Maria de Jesus, moradora da Rua dos Ferradores, disse que a dita Mariana havia confessado a ela que Antônio de Melo Lobo era judeu e que andava nu pela casa. Ao fim da transcrição dos depoimentos, redigidos pelo Padre Agostinho Pacheco Gago, os autos são enviados para Lisboa. Mariana Gomes não é chamada para depor, pois descobrem ser uma prostituta e

além de não darem crédito ao que disse, descobrem que esta nunca esteve morando com o cirurgião.

Quanto à menina que fora vista em sua casa e dizia ser sua filha, não temos informações de sua idade ou nome, mas, depois que Antônio de Melo foi preso, ela ficou na casa do familiar Antônio Pereira Ferreira. Quanto à mulher vista dentro da casa do réu, não saberemos quem era. Em todo o processo, nenhuma vez é perguntado sobre essa mulher a Antônio de Melo Lobo.

Aos 25 dias do mês de Agosto de 1791, em Lisboa, nas casas da Santa Inquisição, o Inquisidor Antônio Verissimo de Torres mandou vir perante a sua pessoa um homem que no dia 5 do presente mês havia chegado preso do Brasil para os cárceres. Antônio de Melo Lobo teria a oportunidade de se defender de todas as acusações. Disse ser natural da cidade do Porto e ter 40 anos de idade. Disse também que não possuía culpas para confessar ao Tribunal.

Perguntado pelo inquisidor se sabia o porquê de estar ali, respondeu que suspeitava ter sido denunciado por Félix José de Araújo, soldado do Regimento, morador da mesma cidade que ele. Juntamente com sua mãe Maria Rosa, sua irmã Ana Joaquina de Santa Clara e o filho desta última. Disse que havia inimizade com Félix e sua família, pois foi testamenteiro⁴ do marido de Ana Joaquina de Santa Clara, e, além disso, havia emprestado dinheiro para Maria Rosa tratar de suas moléstias. Como não tinham condições de pagar esse empréstimo que perdurava há meses, Antônio de Melo resolveu quitar a quantia do empréstimo, do testamento deixado pelo viúvo de Ana Joaquina, o que revoltou Félix e toda a sua família profundamente. O processo é arquivado mais uma vez, e o réu continua preso em Portugal.

Em 1793, no dia 24 de Janeiro, Álvaro Xavier Botelho, após ter lido o depoimento de Antônio de Melo, e visto todas as suspeitas que envolviam as testemunhas, concedeu ao réu a soltura da prisão em que se achava, mas, não poderia se afastar da casa de José dos Santos Pereira, alcaide dos cárceres. Uma espécie de prisão domiciliar. Em Maio do mesmo ano, o mesmo inquisidor chamou para depor Camilo Maria Toneles, tenente coronel do Regimento de Extremos, que está destacado no Rio de Janeiro. E perguntado se o dito cirurgião possuía inimigos que pudessem lhe prejudicar, respondeu que, há alguns anos o cirurgião Antônio de Melo Lobo se queixou com ele que Félix José de Araújo o andava seguindo, até que em uma certa noite, Félix o atacou violentamente com socos e pontapés. O

4 Aquele que é encarregado pelo testador de fazer cumprir o testamento no todo ou em parte.

motivo? Ciúmes por causa de uma mulher, que ele não lembra o nome. Chegando os novos testemunhos ao Tribunal e legalizado com as mais solenes provas, foi proferida uma Ordem que mandava Félix em degredo para Santa Catarina, ficando por este modo em sossego o dito cirurgião.

Outras testemunhas deram outros depoimentos sobre o caso. Eustáquio Mauricio Teixeira Coelho, carcereiro da cidade do Rio de Janeiro, afirmou que Maria Rosa de Santa Ana era prostituta, e que, Félix José de Araújo não saía de sua casa.

Uma ordem de prisão é lançada para os mentirosos. Todos os setes deveriam ser presos, em celas separadas para que se tornassem incomunicáveis entre si, a fim de deporem no Tribunal de Lisboa. Félix José de Araújo estava com o Regimento em Minas Gerais, e assim que soube das prisões de sua mãe e irmã, deu baixa no exército e desapareceu sem deixar vestígios. Notícias dele nunca mais se teve. A ordem de prisão de Manoel Luiz Gonçalves não pode ser cumprida pois este já havia falecido. No dia 28 de Maio de 1793, em Lisboa, Ana Joaquina de Santa Clara, Maria Teresa da Silva, José da Silva Costa, Maria Rosa de Santa Ana e Luísa Barreto da Piedade depõem o mesmo testemunho que haviam dito antes.

270

Ficou concluído então, pelos inquisidores, que todos os denunciantes haviam mancomunado de propósito para que pudessem prejudicar Antônio de Melo Lobo. E que era moralmente impossível sete pessoas em um mesmo dia denunciarem de outra sobre culpas cometidas três ou quatro anos atrás. E o fato de serem Félix José de Araújo, José da Silva Costa, Ana Joaquina de Santa Clara, Maria Tereza da Silva, Maria Rosa e Luiza Barreto, parentes muito próximos, ficava evidente, aos olhos dos inquisidores, que haviam tramado por vingança. No parecer do Tribunal, os réus haviam dado testemunhos mentirosos, ainda que sob juramento. Mesmo o falecido cirurgião Manoel Luiz Gonçalves Chaves também recebeu um parecer desfavorável, pois deu um testemunho falso em razão do ofício, por ser inimigo de Antônio de Melo Lobo. Conclusão: as testemunhas ficaram detidas em Portugal.

Finalmente no dia 2 de Setembro de 1794, em Lisboa, o inquisidor Álvaro Xavier Botelho mandou vir diante si Antônio de Melo Lobo, e lhe noticiou que estava absolvido de todo crime que constava. Mas antes que pudesse voltar ao Brasil e rever sua filha, deveria jurar manter segredo de tudo o que passou e viu nos cárceres da Inquisição. O que prontamente jurou.

Conclusão

Apesar de todo o aparato religioso e da auréola divina com que o tribunal da inquisição se revestiu, apesar das funções “santas” que alegou, foi uma instituição vinculada ao estado. Respondeu aos interesses da coroa, nobreza e clero. Transmitia à massa dos fieis, aos leigos, uma mensagem de medo e terror, que tornava a maioria da sociedade submissa e obediente. (NOVINSKY, 1983: 37)

Dessa forma, posso afirmar a grande importância do processo de Antônio de Melo Lobo, onde, através dele, pude desmistificar uma interrogativa que me perseguia. Houve aqueles que enganaram o Tribunal do Santo Ofício? Houve, mas a mensagem de medo e terror que ela transmitia aos fiéis tornava a grande maioria da sociedade, independente de sua classe, submissa e obediente. No início desse trabalho, escrevo que não podemos olhar o passado com os olhos do presente, e isso serve também para os inquisidores. Os inquisidores do século XVII, ou do início do século XVIII, não tinham a mesma mentalidade do final de Setecentos. As ideias e pensamentos mudam, tanto que no final do século XVIII, período em que se passa o processo de Antônio de Melo Lobo, os inquisidores possuíam uma posição de desconfiança muito maior frente aos acusadores.

Devido aos vários casos de blasfêmia que tenho pesquisado, levam-me a concluir que tantos os portugueses quanto os colonos nascidos na América Portuguesa, mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade, e até de familiaridade, tratando-os, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza.

Muitos acusados de blasfêmia defendiam-se dizendo que foram denunciados por má fé: alegavam que o acusador pretendia tão somente colocá-los em dificuldades perante o Tribunal. É normal que eles assim o tenham feito como forma de astúcia e tentativa de sobrevivência frente a um poder que lhes suplantava. É possível que, em muitos casos, isso de fato tenha acontecido. Mas, devemos também lembrar que a blasfêmia era uma prática corrente e cotidiana; uma simples praguejada contra Deus por ter topado com uma pedra já era motivo suficiente para ser denunciado aos inquisidores. Eram coisas tão “simples” e corriqueiras que muitas vezes o denunciado nem se lembrava do que havia proferido. A Inquisição portuguesa foi abolida em 1821; desaparecia assim uma instituição que procurou controlar durante séculos as culturas das populações e manter a ortodoxia da Igreja, com o apoio do Estado. Porém, prosseguiu existindo centralizada em Roma, com jurisdição sobre o conjunto universal da cristandade e cujas decisões

só produzem efeitos *interna corporis*. Em 1908, a mesma foi reorganizada sob o nome de “Sagrada Congregação do Santo Ofício”, com o encargo, entre outros, de examinar amplamente todas as manifestações que pudessem ameaçar a pureza da fé. Em 1965, após o Concílio Vaticano II, o órgão foi novamente reformado durante o pontificado de Paulo VI sendo substituído pela “Congregação para a Doutrina da Fé”, que existe até os dias atuais, com a função de difundir a doutrina católica e defender aqueles pontos de tradição que possam estar em perigo, com consequência de doutrinas novas não aceitáveis pela Igreja Católica. “A tarefa da Congregação para a Doutrina da Fé é promover e salvaguardar a doutrina sobre a fé e a moral católica em todo o mundo: Por esta razão, tudo aquilo que, de alguma maneira, tocar este tema cai sob a sua competência”.⁵ Assim, ao relacionar as tarefas realizadas pela Congregação com os Regimentos⁶ do Santo Ofício português, pode-se dizer que se a Inquisição não existe mais nos moldes que vigoraram no Antigo Regime, sobrevive, contudo, como órgão normativo que procura salvaguardar a doutrina da fé.

Referência bibliográfica

272

AQUINO, Tomás de. *Suma Theologica*, I-II, 88, 2. In: João PAULO II. *Catecismo da Igreja Católica: Edição Típica Vaticana*, 497 p.

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. *A Inquisição*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - séculos XV-XIX*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAETANO, Marcelo. *História do direito português (1140 – 1495)*, pp. 360 e 556.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusc, 2006.

EYMERICH, Nicolau. *Manual dos Inquisidores*. Comentários de Francisco de La Peña. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF. 2ª ed. Edunb, 1993.

FILHO, Licurgo de Castro Santos. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: HUCITEC; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

5 Artigo 48 da Constituição Apostólica sobre a Cúria Romana, promulgada pelo Papa João Paulo II, em 28 de Junho de 1988.

6 Anos de publicação: 1552, 1613, 1640 e 1774.

- GRANADA, Luís de. (1570) *Guia de Pecadores*. Ap. DIDIEU, Jean-Pierre. Le modèle religieux... 2008.
- NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. 2ª edição São Paulo: Brasiliense, 1983.
- NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil: Séculos XVI a XIX*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- O'CONNELL, Mark; AIREY, Raje. *O Grande Livro dos Signos e Símbolos: Marcas que remontam a história do homem, suas crenças, descobertas e a relação com o universo e seus mistérios*. São Paulo: Escala, 2010.
- PIERONI, Geraldo (Org.); MARTINS, Alexandre; SABEH, Luiz. *Boca Maldita: Blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.
- PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006.
- SCHWARTZ, Stuart. *Cada uma na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A Cristandade Insular: Jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. 2002. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Mulheres, Gênero e Patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica

Enviado em:

26/05/2014

Aprovado em:

06/07/2014

Mirela Marin Morgante

mirela_marin_@hotmail.com

Mestrado de História Social das Relações Políticas

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A partir de 1960 surgiu e se desenvolveu um novo campo de pesquisa no interior do conhecimento histórico: a História das Mulheres. O advento desta área de estudo trouxe a discussão e a utilização de categorias específicas para analisar as particularidades históricas da condição das mulheres nas mais diversas sociedades e em períodos históricos variados. Categorias como *mulher*, *mulheres*, *papéis sociais*, *gênero* e *patriarcado* passaram a ser discutidas, analisadas, interpretadas e aplicadas nos estudos de História das Mulheres e nas ciências humanas de maneira geral. O presente artigo irá abordar mais especificamente do conceito de *gênero* e *patriarcado*, traçando algumas considerações históricas sobre sua utilização na História das Mulheres e demonstrando a hermenêutica comum das categorias nas pesquisas acadêmicas.

274

Palavras-Chave

História das Mulheres; Gênero; Patriarcado

Abstract

In 1960 emerged and developed a new field of research within the historical knowledge: the History of Women. The advent of this area of study has brought the discussion and use of specific categories to analyze the historical particularities of the condition of women in various societies and in different historical periods. Categories such as women, social roles, gender and patriarchy began to be discussed, analyzed, interpreted and applied in studies of women's history and the humanities in general. This article will address more specifically the concept of gender and patriarchy, tracing some historical considerations on its use in women's history and demonstrating the common hermeneutical category in academic research.

Keywords

Women's History; Gender; Patriarchy

Nas décadas de 1960 e 1970 surgiu e se desenvolveu um novo campo de pesquisa no interior do conhecimento histórico: a História das Mulheres. O advento desta área de estudo trouxe a discussão e a utilização de categorias específicas para analisar as particularidades históricas da condição das mulheres nas mais diversas sociedades e em períodos históricos variados. Categorias como *mulher*, *mulheres*, *papéis sociais*, *gênero* e *patriarcado* passaram a ser discutidas, analisadas, interpretadas e aplicadas nos estudos de História das Mulheres e nas ciências humanas de maneira geral. O presente artigo irá abordar mais especificamente do conceito de *gênero* e *patriarcado*, traçando algumas considerações históricas sobre sua utilização na História das Mulheres e demonstrando a hermenêutica comum das categorias nas pesquisas acadêmicas.

Diversos elementos convergiram para o advento da História das Mulheres, enquanto um campo específico do saber. Michelle Perrot aponta para três fatores concomitantes no aparecimento do objeto de estudo *mulher*, tanto nas ciências humanas de maneira mais ampla quanto na historiografia mais especificamente: fatores políticos, sociológicos e científicos (PERROT, 2007: 20). Quanto aos primeiros elementos, de caráter político, pode-se destacar o movimento feminista como um fator político significativo que influenciou no saber. Para Perrot, isso foi possível devido à sua busca por ancestrais e por legitimidade que teve como consequência o início de um ‘trabalho de memória’. Soma-se aí, a crítica perpetrada pelo movimento aos saberes constituídos como universais e verdadeiros – masculinos –, que provocou um questionamento de caráter mais teórico em um momento posterior (PERROT, 2007: 20).

No concernente ao advento do movimento feminista em finais do século XX, é importante considerar que nas décadas de 1960 e 1970, a Europa e os Estados Unidos vivenciavam grande efervescência política e cultural. Os movimentos beatnik e hippie entre os norte-americanos e as rebeliões de maio de 1968 em Paris evocavam uma modificação dos costumes e dos valores conservadores que mantinham a ordem social. Para Céli Regina Pinto, estes movimentos propiciaram a formação de um ‘caldo de cultura’ – questionador da ordem estabelecida – que favorecia o surgimento de movimentos sociais de maneira geral e, especificamente, favoreceu a emergência do movimento feminista nestes países (PINTO, 2003). No Brasil, foi a partir da década de 1970 que surgiu e se desenvolveu a segunda onda do movimento feminista, em um cenário de repressão e morte provocado pela ditadura militar (PINTO, 2003).

O movimento feminista nascente no final do século XX não foi a primeira manifestação da luta das mulheres por direitos sociais e políticos específicos de seu sexo. Em fins do século XIX e início do século XX desenvolveu-se a primeira onda do feminismo, que ficou caracterizada por uma luta política focada no direito à educação, ao trabalho remunerado e nos direitos judiciais e políticos das mulheres – como o direito de ter propriedade e herança e de votar e ser votada (PEDRO, 2005). A segunda onda do movimento feminista emergiu depois da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de Guerra Fria e polarização ideológica. As reivindicações focavam no direito ao prazer e ao corpo femininos, além da luta pelo fim da ordem patriarcal, vista como a base da dominação e do poder dos homens sobre as mulheres (PEDRO, 2005).

A segunda onda do movimento feminista contribuiu sobremaneira para o debate acadêmico acerca da condição feminina na sociedade, na medida em que suas reivindicações criaram uma demanda por informações concernentes às questões femininas que estavam sendo discutidas (SOIHET, 1997). Conforme Joan Scott, o movimento feminista dos anos de 1960 exigia que a historiografia ampliasse seus estudos e evidenciasse o papel das mulheres na história, assim como desvendasse a opressão patriarcal de que elas eram alvos (SCOTT, 1992). Andrée Michel evidencia com clareza a relação do movimento feminista com o surgimento de uma história das mulheres: “[...] a história das mulheres só começa a emergir do silêncio depois que feministas dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Europa continental tentam rompê-lo e explorar um passado que não cessa de nos espantar” (MICHEL, 1982: 97).

Quanto aos fatores sociológicos que contribuíram para a emergência de uma História das Mulheres, Michelle Perrot coloca a presença cada vez maior das mulheres na universidade. Nos anos de 1970 elas compunham aproximadamente um terço da quantidade total de estudantes e no final do século XX e início do XXI quase um terço dos docentes efetivos. Conforme a autora, “essa feminização podia ser o fermento de uma demanda renovada, ou pelo menos uma escuta favorável” (PERROT, 2007: 21).

Margareth Rago afirma que a partir da década de 1970 a presença das mulheres na universidade foi crescente, acarretando em uma relativa feminização da academia e das maneiras como os saberes eram produzidos. Como afirma Rago,

Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e

problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores (RAGO, 1998: 90).

As novas pesquisas feitas no meio acadêmico se inseriam na tendência historiográfica de estudar as pessoas comuns e os grupos sociais até então excluídos da história tradicional, numa influência da tradição dos *Annales*. É nesta perspectiva que se insere o terceiro fator que influenciou na emergência dos estudos sobre as mulheres: o fator científico. Conforme Perrot, por volta dos anos de 1970 houve uma crise nos sistemas de pensamento que eram tidos como bases para as pesquisas nas ciências humanas – o marxismo e o estruturalismo –, acarretando em alterações nas alianças entre as disciplinas e em um novo destaque dado aos estudos que trabalhavam com a subjetividade (PERROT, 2007).

A historiografia se aliou à antropologia e passou a estudar a família, desvendando, a partir daí personagens ignorados pela história positivista, como as crianças, os jovens e as mulheres. Os estudos sobre as idades da vida e sobre a vida privada evidenciavam a presença das mulheres na história e geravam um questionamento acerca de suas questões específicas (PERROT, 2007). A terceira geração dos *Annales*, chamada de ‘Nova História’, trouxe à tona uma diversidade de objetos e de fontes a serem pesquisadas. O avanço da história das mentalidades, assim como da história cultural auxiliaram ainda mais o estudo do feminino (SOIHET, 1997). Para Soihet e Pedro, com a pluralização dos objetos de investigação da história, as mulheres passaram a adquirir a condição de sujeito e objeto da história (SOIHET; PEDRO, 2007). Os incipientes estudos sobre as mulheres eram realizados por meio de um diálogo com diversas disciplinas, como a literatura, a linguística, a psicanálise e a antropologia, ou seja, para a compreensão desse novo objeto de estudo era imprescindível a interdisciplinaridade (SOIHET, 1997).

Inúmeras pesquisas sobre os mais variados temas relacionados às mulheres

passaram então a ser publicados no Brasil.¹ De acordo com Soihet, elas analisaram as mulheres no trabalho, na política, na educação, na família, seus direitos civis, sua sexualidade e seu corpo, além de seus gestos, sentimentos e a maternidade (SOIHET, 1997). Nos primeiros estudos com a temática feminina, a categoria *gênero* não era utilizada, apenas fazia-se referência à *mulher*, em uma contraposição ao termo *homem*, considerado universal. O objetivo era unificar nas reivindicações as questões específicas das mulheres – como a contracepção, a violência familiar e as tarefas domésticas – que não estavam inclusas nos direitos do *homem universal* (PEDRO, 2005). Diferenciar a *mulher* do que se considerava como o universal, isto é, o homem, era a ordem do momento. Possuir o sexo feminino era a base de uma identidade comum, que permitia ser incluído na categoria *mulher* e, assim, “[...] passavam a ser pensadas como submetidas ao sexo masculino – sendo, portanto, alvos da mesma forma de opressão” (PEDRO, 2005: 81).

Logo surgiram críticas ao uso da categoria *mulher* – no singular –, que pressupunha uma generalização de um grupo social que é, em verdade, muito diversificado. Conforme Joana Maria Pedro, foi entre as norte-americanas que emergiram as críticas mais eficazes contra uma padronização das reivindicações feministas que a categoria *mulher* dava a entender. Como a autora evidencia,

278

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. [...] Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam. Não consideravam, como fez Betty Friedan na *‘Mística Feminina’*, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma “libertação”. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais (PEDRO, 2005: 82).

As discussões em torno da categoria *mulher* fizeram ver que a identidade sexual não era suficiente para reunir um conjunto diversificado de mulheres, que não viviam a mesma espécie de opressão e tampouco pensavam da mesma maneira

¹ Para citar algumas: Mariza Corrêa publicou a obra *Crimes da Paixão* em 1981 e *Morte em família*, dois anos depois; Rose Marie Muraro publicou *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*, em 1983; Maria Odila Leite da Silva Dias apresentou a obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, em 1984; Luzia Margareth Rago publicou *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930* em 1985; Martha de Abreu Esteves publicou *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, no ano de 1989; Rachel Soihet compôs o livro *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*, publicado em 1989; Eni de Mesquita Samara publicou *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*, em 1989; e, Magali Engel apresentou a obra *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*, também em 1989.

sua condição na sociedade. Era imperativo considerar a diferença no interior da diferença e, nesse sentido, os estudos acadêmicos e diversas lutas do movimento feminista no Brasil, passaram a utilizar-se da categoria *mulheres* – no plural – para dar conta das especificidades existentes entre as próprias mulheres.

No concernente à categoria *gênero*, foi com a publicação do artigo traduzido da historiadora norte-americana Joan Scott, intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, em 1990, que se iniciou a discussão no Brasil acerca da utilização do conceito para especificar o caráter social e cultural das distinções entre os sexos feminino e masculino, numa recusa à naturalização dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens. A partir de então, grande parte dos estudos acadêmicos sobre a questão feminina passaram a utilizar a categoria *gênero* no sentido de uma construção social do feminino e do masculino, que dita os comportamentos específicos para cada um dos sexos.

O uso da categoria gênero: uma necessidade epistemológica

Foi grande a influência dos textos escritos por Joan Scott na historiografia brasileira. As pesquisas sobre a história das mulheres continuaram a ser feitas, e a categoria *gênero* passou a ser incluída em grande parte delas. Raros são os trabalhos que não fazem qualquer referência à Scott, seja para concordar com seu posicionamento ou não. Para Pedro, a utilização da categoria *gênero* nas pesquisas históricas possibilitou abordar não somente “[...] as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero” (PEDRO, 2005: 88).

Para Scott, *gênero* pode ser considerado um modo primeiro de significar as relações de poder. A tal ponto é estreita a ligação entre gênero e poder que a autora afirma que as significações de ambos se constroem reciprocamente. “As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher” (SCOTT, 1995: 91). Isto é, o poder político foi constituído e legitimado tendo como base as características e as funções sociais de gênero. A própria organização da igualdade e da desigualdade tem no gênero sua dimensão decisiva (SCOTT, 1995).

Scott exemplifica afirmando que os burgueses franceses do século XIX se referiam aos operários – majoritariamente homens – atribuindo-lhes características pretensamente femininas, como fracos, subordinados e explorados. Os operários,

por sua vez, afirmavam sua posição masculina, de produtores fortes e protetores das mulheres e crianças. Da mesma forma, “as relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais foram tomados compreensíveis (e, portanto legítimos) em termos das relações entre homem e mulher” (SCOTT, 1995: 92). Também a guerra foi legitimada amiúde pela função masculina viril de proteger as mulheres e as crianças que supostamente seriam fracas e vulneráveis. A autora acrescenta ainda a alta política, que é por si própria um “conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento” (SCOTT, 1995: 92).

Assim, conforme Scott, o *gênero*, tendo como base as diferenças sexuais, constituiu-se por meio de relações sociais, que são, por seu turno, relações de poder. Como ela mesma salienta, “gênero é a organização social da diferença sexual” (PEDRO, 2005: 86). A autora acrescenta aos elementos complexos que compõem a organização social e constroem o masculino e o feminino, o saber. Ela fala do saber, no sentido de Foucault, enquanto a interpretação de determinada sociedade e cultura acerca das relações entre os sexos. Para Scott, “tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase)” (SCOTT, 1994: 12).

280

O saber é uma forma de ordenar o mundo, abrange não somente abstrações mentais, mas instituições, estruturas, práticas sociais e certos rituais. Sua relação com a organização social é intrínseca, e, assim como as relações sociais se constituem por meio de disputas de poder, os usos e os significados do saber também. Além disso, de acordo com Scott, o saber é o próprio meio pelo qual as relações de dominação e subordinação – poder – se estabelecem (SCOTT, 1994). Dessa maneira, assim como “gênero é a organização social da diferença sexual”, “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1994: 12).

Enquanto um saber a respeito das diferenças biológicas entre homens e mulheres, *gênero* não implementa e tampouco reflete as diferenças corporais fixas e naturais, mas é o próprio saber, a própria organização social, que dá significado às diferenças sexuais (SCOTT, 1994). Amílcar Torrão Filho afirma que para Scott “[...] o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social” (FILHO, 2005: 129). A categoria demonstra como as diferenças biológicas entre fêmeas e machos se transformam em diferenças sociais entre mulheres e homens,

como seres sociais, ou seja, construídos pela cultura (FILHO, 2005).

Em consonância com Scott, Joana Maria Pedro afirma que o uso da categoria *gênero*, durante a segunda onda do movimento feminista, objetivava reforçar o distanciamento em relação ao determinismo biológico que justificava as diferenças de comportamentos entre as mulheres e os homens pelo *sexo* (PEDRO, 2005). Segundo a interpretação biologizante, mulheres e homens tinham funções sociais, representações simbólicas e comportamentos diferentes por serem anatomicamente diferentes (PEDRO, 2005). O uso do conceito de *gênero* colocava em evidência os aspectos cultural e social das diferenças entre mulheres e homens. Heleieth Saffioti ratifica este posicionamento quando esclarece que, “uma das razões, porém, do recurso do termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’, assunto cadente naquele momento histórico” (SAFFIOTI, 2011: 110).

Hardy e Jiménez explicam que o termo *sexo* diz respeito à biologia da fêmea e do macho, “[...] tanto aquellas específicas de la anatomia y funcionamiento del aparato reproductivo feminino y masculino, como los caracteres sexuales secundarios determinados por la acción hormonal específica de cada sexo” (HARDY; JIMÉNEZ, 2001: 2)². Para as autoras, os corpos femininos e masculinos são as bases por meio dos quais se projetam os comportamentos sociais, de forma que indivíduo nasce com determinada conformação biológica que irá definir como ele será tratado socialmente pela família, pelos pais e pela comunidade em que vive, para virem a ser homens e mulheres com características aceitas socialmente (HARDY; JIMÉNEZ, 2001).

A masculinidade e a feminilidade, portanto, devem ser consideradas como construções sociais dos sexos. Contudo, Heleieth Saffioti salienta que não se deve opor *sexo* e *gênero*, situando o primeiro na natureza biológica e segundo na cultura social, mas sim, considerando as duas categorias como uma unidade, tendo em vista que não “[...] existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2011: 108-109). A autora esclarece, assim, que ambos, *sexo* e *gênero*, são definidos pela cultura. Ela se baseia no conceito de *situação* de Simone de Beauvoir para explicar que “[...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e interpretadas” (SAFFIOTI, 1992: 190). Nesta perspectiva, o

2 “[...] tanto aquelas específicas da anatomía e funcionamento do aparato reproductivo feminino e masculino, como as características sexuais secundárias determinadas pela ação hormonal específica de cada sexo”. Tradução nossa.

sexo biológico feminino, o corpo da mulher, é fundamental para estabelecer qual será sua *situação* no mundo, mas não é somente isto que garantirá que ela será uma *mulher*. “Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais” (SAFFIOTI, 1992: 190).

Dessa maneira, como afirma Scott, *gênero* não é uma essência, fixa e imutável, mas dá significado às diferenças corporais, em conformidade com as normas sociais e as relações de poder das diversas sociedades. As diferenças percebidas entre mulheres e homens, conforme Amílcar Torrão Filho, são construídas pelos símbolos culturais que carregam consigo representações simbólicas e mitos (FILHO, 2005). Maria Beatriz Nader afirma que “o conceito de gênero implica a ideia de pluralidade, ou seja, cada sociedade, cada grupo étnico, cada classe social e cada geração tem sua concepção de homem e de mulher” (NADER, 2002: 468). Isto é, os comportamentos e as representações simbólicas de mulheres e de homens são construídos por culturas e sociedades situadas historicamente, em um período temporal, um espaço social e em uma determinada cultura, abrangendo *lôcus* sociais ainda de menores proporções, como as classes, as gerações e as etnias.

282

Vale acrescentar que, para Scott, os conceitos normativos que cada grupo social dispõe evidenciam sua interpretação dos símbolos, que, por sua vez, tenta limitar as alternativas metafóricas, cujas expressões mais significativas são as religiões e o sistema educacional, político e jurídico que fazem uma oposição binária do que se entende por *homens e mulheres* (FILHO, 2005). Maria Izilda S. Matos afirma que o uso da categoria *gênero* implica em,

[...] evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas (MATOS, 1997: 97-98).

Matos salienta ainda que *gênero* é uma categoria relacional, ou seja, o feminino e o masculino são construídos um em função do outro (MATOS, 1997). As representações sociais das mulheres e dos homens, ou por assim dizer, as imagens que determinada sociedade faz do feminino e do masculino são estreitamente relacionadas (SAFFIOTI, 2011). Somente a partir do ser masculino que se pode representar em que se constitui como sendo o ser feminino e vice-versa.

Com base em Sócrates Nolasco, Amílcar Filho afirma que a cultura de nossa sociedade definiu comportamentos específicos para cada sexo – um em relação ao outro –, de maneira que mulheres e homens devem se adequar a eles para serem reconhecidos enquanto tais pelo corpo social (FILHO, 2005). Assim, são aspectos da personalidade e do comportamento masculino o trabalho, a produção científica, os esportes e a competição, enquanto a personalidade e o comportamento femininos seriam seu oposto, como o afeto, a responsabilidade maternal e os cuidados com a casa e com a beleza (FILHO, 2005).

Neste sentido, pode-se utilizar o conceito de *papel social* para evidenciar os comportamentos que as mulheres e os homens ocupam – ou deveriam ocupar, conforme as normas culturais – na sociedade para adquirir uma posição social (NADER, 2002). Maria Beatriz Nader explica que todos os seres humanos representam um papel social e acrescenta que “[...] pode-se definir papel social como um conjunto de direitos e deveres, definindo da mesma forma a palavra ‘papel’ como a viabilização desses direitos e deveres” (NADER, 2002: 463). Nesta perspectiva, o papel social da mulher na atual sociedade falocrática brasileira está diretamente relacionada ao exercício dos papéis de mãe, dona-de-casa e esposa, enquanto o papel social do homem se relaciona à função de provedor econômico da família e chefe do lar.

Apoiando-se em Chodorow, Heleieth Saffioti evidencia que a capacidade e a orientação femininas para o exercício da maternidade são construídas na estrutura profunda da personalidade. Mas não somente as capacidades para serem mães são internalizadas e reforçadas psicologicamente, como também o prazer, a gratificação do exercício da maternidade o são. A capacidade, a orientação e a gratificação da maternidade “[...] são construídas ao longo do desenvolvimento, no interior da estrutura psíquica feminina” (SAFFIOTI, 1992: 190-191). E a autora conclui: “a organização social do gênero afeta, por conseguinte, os processos e as estruturas psíquicas inconscientes” (SAFFIOTI, 1992: 191).

É importante considerar que a categoria *gênero* não pressupõe uma relação de desigualdade e hierarquia entre os sexos, ao contrário, as relações de gênero podem ser relações igualitárias, haja vista que o termo se refere às representações e as imagens atribuídas aos sexos masculinos e femininos, construídas, por sua vez, pela vida gregária do grupo, ou seja, em que é uma significação social dos sexos (SAFFIOTI, 2011).

Nesse sentido, a origem do *gênero* se deu a partir do momento em que a consciência humana, num ato intencional, teleológico e finalista, se projetou

sobre a natureza e estabeleceu uma cadeia de nexos causais objetivos (SAFFIOTI, 2011). Assim, *gênero* existiu em todas as sociedades, mesmo diante da inexistência do conceito em si, ele sempre esteve presente nos conjuntos sociais (SAFFIOTI, 2011). A própria Scott afirma que *gênero* “[...] pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder” (SCOTT, 1994: 20).

Portanto, o conceito abrange desde o início da humanidade e está presente em todos os grupos sociais. É passível de constante reconstrução conforme a dinâmica sociopolítica e as articulações nas relações de poder, ou seja, “[...] varia de uma sociedade para a outra e também de acordo com o tempo histórico em que as pessoas estão inseridas” (HARDY; JIMÉNEZ, 2001: 2). Diferentemente do termo *patriarcalismo*, que pressupõe relações desiguais entre mulheres e homens, o conceito de gênero é utilizado como uma categoria geral que possibilita a relação igualitária entre os sexos, não pressupondo, necessariamente, a subjugação feminina. *Gênero* está inscrito, assim, num plano histórico em que o período patriarcal evidencia-se como um momento específico, com características próprias – desiguais –, das relações de gênero.

284

Outro conceito muito comum entre as intelectuais feministas, que é imprescindível para analisar as questões relativas às mulheres na sociedade contemporânea, é *patriarcado*. O movimento feminista denunciou a ordem patriarcal, que permite aos homens o domínio sobre as mulheres e a submissão desta no corpo social. Sobre o advento do conceito, Christine Delphy afirma que,

[...] l’Université n’a joué *aucun* rôle dans la création de ce concept, ou d’ailleurs d’aucun autre concept politique, de même qu’elle n’a joué aucun rôle dans l’émergence du mouvement social, le féminisme, qui a élaboré les analyses et les concepts dont nous parlons. Cependant elle en joue un, de toute évidence, en accueillant ce débat [...] (DELPHY, 1981: 66).³

Para a autora, o conceito foi criado pelo movimento feminista e posteriormente a universidade passou a utilizá-lo. Pode-se dizer, contudo, que de maneira bastante heterogênea. O presente artigo tratará das divergências político-

3 “[...] a universidade não desempenhou nenhum papel na criação deste conceito, ou mesmo de qualquer outro conceito político, da mesma forma que não desempenhou nenhum papel na emergência do movimento social, o feminismo, que elaborou as análises e os conceitos de que falamos. Contudo ela desempenha um papel, de toda evidência, acolhendo esse debate [...]”. Tradução nossa.

teóricas existentes em torno de *patriarcado* a fim de elucidar a forma como amiúde é utilizado nas pesquisas acadêmicas e como pode contribuir para compreender a condição das mulheres no corpo social.

Patriarcado: uma categoria útil para a análise feminista?

No campo dos estudos feministas, o termo *patriarcalismo* foi comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina. As abordagens, contudo, se mostraram bastante heterogêneas e controversas, a ponto de algumas intelectuais optarem por não fazerem uso do conceito. Diante deste quadro conflituoso e carente de coerência teórica, realizar-se-á um esclarecimento do conceito concomitantemente à elucidação das maneiras como ele vem sendo utilizado – ou não – nas pesquisas acadêmicas. Para tanto, procurar-se-á demonstrar os argumentos daqueles que propugnam e dos que não advogam pelo uso de *patriarcado* nas pesquisas feministas, evidenciando algumas das linhas interpretativas do conceito.

Mary G. Castro e Lena Lavinias fazem parte do rol das intelectuais que refutam a necessidade teórica do uso do termo *patriarcado*. Para as autoras, o conceito é usado nos textos e obras na sua forma adjetiva – como família patriarcal ou ideologia proletária e patriarcal – em detrimento da referência ao *patriarcado* na sua forma substantiva – como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal. Segundo elas, a forma adjetiva como amiúde é usado, remete ao conceito weberiano de patriarcalismo, ou seja, “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 237). O *patriarcado* em Weber se refere a um período anterior ao advento do Estado, sendo, portanto, inadequado falar em *patriarcalismo* nas sociedades capitalistas.

Quando se considera o *patriarcado* sob o prisma weberiano, é patente a ineficácia do conceito para problematizar as relações de gênero na sociedade contemporânea. Como aponta Heleieth Saffioti, as feministas da segunda onda, radicais ou marxistas, ao denunciar a dominação patriarcal, faziam-no negligenciando o termo conforme a definição de Weber (SAFFIOTI, 2011). Ou seja, pode-se falar em *patriarcado* sem remeter a Weber, em uma formulação mais abrangente e mais adaptada à complexidade das relações e instituições na

contemporaneidade.

Castro e Lavinias alegam ainda, que as feministas se utilizam do termo *patriarcado* de maneira heterogênea e sem concordância conceitual, exceto no que tange à referência de *patriarcado* enquanto o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres. Elas acrescentam, “para algumas, ele se dá ao nível da família, para outras, num plano mais geral, na relação com o Estado” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 237). E as autoras concluem: “[...] parece-nos correto afirmar que ele perde seu estatuto de conceito para firmar-se como uma referência implícita e sistemática da dominação sexual” (CASTRO; LAVINAS, 1992: 238).

Segundo Christine Delphy, há mesmo uma falta de unanimidade quanto à utilização do conceito de *patriarcado* entre as feministas, e as dessemelhanças nas funções atribuídas ao termo nas diversas análises são reveladoras das clivagens mais elementares existentes no interior do movimento feminista. Para as feministas socialistas a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, e seus beneficiários são os capitalistas, enquanto para as feministas radicais a opressão feminina deve-se a um sistema diferente e original – o sistema patriarcal – e seus beneficiários são os homens como uma categoria social (DELPHY, 1981). Para Heleieth Saffioti há ainda uma clivagem no interior do feminismo marxista, entre aqueles que acreditam ser o *patriarcado* uma “[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais” (SAFFIOTI, 1992: 194) – exatamente como as feministas socialistas apontadas por Delphy – e os que consideram o *patriarcado* somente uma ideologia, de forma adjetivada. Mas a desconformidade na maneira como se faz referência ao conceito nos estudos feministas não é um problema para o uso do termo, desde que ele seja devidamente precisado.

Mary Castro e Lena Lavinias criticam o uso do termo *patriarcado* conforme Weber, de domínio de um patriarca sobre toda a comunidade doméstica ou econômica, em um sentido adjetivo do conceito. Nesta perspectiva, realmente o termo é ineficaz para tratar das famílias contemporâneas, muito diferentes das famílias consideradas por Weber, e ainda mais ineficaz quando o *patriarcado* weberiano é utilizado para abordar os outros níveis do corpo social. Além disso, as autoras apelam para a heterogeneidade no uso do conceito pelas feministas, para justificar sua opção por não fazer referência a ele nos seus estudos de gênero. Mas a falta de concordância conceitual não diminui a eficácia do uso de *patriarcado* para analisar as questões referentes às mulheres, desde que o conceito seja bem precisado.

Elisabeth Souza Lobo, por sua vez, também prefere não utilizar o conceito *patriarcalismo* em suas pesquisas. Discorrendo sobre algumas abordagens do trabalho feminino na Sociologia do Trabalho e na História Social, ela esclarece que uma parcela da produção acadêmica brasileira que abordou a divisão sexual do trabalho, relacionou esta questão com o *patriarcado* (LOBO, 1992). Nestas perspectivas, a ordem patriarcal seria uma estrutura determinante da divisão sexual do trabalho, levando-se em conta as diferenças históricas dessa divisão. O *patriarcalismo* estaria, assim, na base da divisão sexual do trabalho, dando início a ela, e surge, por sua vez, dos fundamentos materiais da sociedade. “Ou, o que me parece seguir um raciocínio semelhante: as relações sociais organizam as divisões da sociedade, e a divisão sexual do trabalho é um *locus* fundamental das relações entre os sexos” (LOBO, 1992: 259).

Para a autora, o conceito *patriarcado* como é utilizado pressupõe ligações de determinação estrutural, negligenciando as relações históricas e as construções culturais da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, o uso do conceito acarreta em um padrão de percepção feminista de base-superestrutura, de estruturas definitivas e imutáveis, em detrimento da concepção das relações entre os sexos como relações mutáveis e historicamente definidas, isto é, inseridas em culturas e sociedades específicas que estabelecem ligações recíprocas e antagônicas entre mulheres e homens (LOBO, 1992). Assim, Lobo afirma não concordar com a utilização do conceito de *patriarcado*, preferindo o termo *gênero* para tratar da divisão do trabalho entre os que são vividos e pensados como sendo mulheres e homens, em uma relação social e simbólica sem qualquer dinâmica determinante. Como ela coloca: “neste sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero” (LOBO, 1992: 260).

A perspectiva na qual a divisão sexual do trabalho é consequência de uma estrutura patriarcal determinante, isto é, a percepção teórica de base e superestrutura, evidencia uma das possíveis interpretações do conceito de *patriarcado*, provavelmente uma interpretação de filiação marxista. Como já foi observado, para Saffioti, o feminismo marxista pode ser dividido entre aqueles que admitem a subordinação do patriarcado ao sistema capitalista – as socialistas de Delphy – e aqueles que se utilizam do conceito *patriarcado* unicamente na forma de ideologia – que parece ser o caso da visão de base e superestrutura (SAFFIOTI, 1992).

A postura teórica do *patriarcado* como uma ideologia se insere do grupo dos estudos feministas que utilizam o termo no sentido adjetivo – ideologia patriarcal.

Para Christine Delphy, a forma adjetiva do conceito de *patriarcado* é um uso clássico do termo, pode-se dizer que é um uso pré-feminista de *patriarcado*, muito presente na literatura do século XIX, que dava ao conceito “[...] connotations psychologisantes et biologisantes” (DELPHY, 1981: 62-63).⁴ Para a autora, tanto Marx quanto Victor Hugo utilizavam o termo na forma adjetiva e, por consequência, com um sentido positivo (DELPHY, 1981). Como ela aponta, “le patriarcat est, dans cet usage, une espèce de noyau à la fois inexplicable et irréductible de la «nature humaine»” (DELPHY, 1981: 63).⁵ Assim, no sentido adjetivo, o conceito adquire o caráter de *natureza humana* e, enquanto tal, sua existência é inevitável e sem explicação precisa. E Delphy acrescenta, “[...] il est vu comme une structure mentale a-historique, produite non par une ou des sociétés concrètes, mais par la Société. En effet, il est presente comme étant la base même de la constitution de toute société” (DELPHY, 1981: 63).⁶ Isto é, a referência clássica ao *patriarcado*, evidencia-o como uma estrutura mental natural de constituição da sociedade como um todo.

288

Carole Pateman explica que essa concepção de *patriarcado*, segundo a qual ele é a gênese de constituição de toda a vida social, um atributo universal da sociedade humana, é uma concepção literal – de governo do pai, paterno – e genérica de *patriarcado*, estritamente relacionada com o pressuposto de que as relações sociais patriarcais se referem à família (PATEMAN, 1993). Como afirma a autora, para as interpretações literais do conceito de *patriarcado*, “a gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo o mesmo processo” (PATEMAN, 1993: 43).

Nesta perspectiva, como já explicitado por Delphy, o *patriarcado* assume um caráter natural e positivo, na medida em que foi necessário – e natural – o seu advento para o paralelo nascimento da sociedade civil organizada. Para Pateman, segundo as primeiras histórias, no início da história da humanidade – em uma época primitiva – imperava o direito materno, a prática livre de relações sexuais impedia a visualização da linhagem paterna e a descendência era então reconhecida

4 “[...] conotações psicologizantes e biologizantes”. Tradução nossa.

5 “O patriarcado é, nesse uso, uma espécie de núcleo tanto inexplicável quanto irredutível da natureza humana”. Tradução nossa.

6 “Ele é visto como uma estrutura mental a-histórica, produzida não por uma ou mais sociedades concretas, mas pela Sociedade. Com efeito, ele é apresentado como estando na base mesma da constituição de toda sociedade”. Tradução nossa.

por meio das mães (PATEMAN, 1993). A gênese da civilização se deu com a *vitória do pai*, com o surgimento da família patriarcal. Assim, “o patriarcado foi um triunfo social e cultural. O reconhecimento da paternidade foi interpretado como um exercício da razão, um avanço necessário que forneceu as bases para a emergência da civilização – todas elas realizações dos homens” (PATEMAN, 1993: 50). Daí o caráter positivo que o *patriarcado* adquire quando é interpretado de forma literal, genérica e adjetivada.

É exatamente essa visão de *patriarcado*, enquanto uma estrutura definitiva, imutável, a-histórica, universal e com conotações biológicas, que Elisabeth Lobo critica nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho. Mas o conceito neste sentido está em sua forma adjetiva e, como tal, apresenta-se realmente como uma estrutura determinante de todas as sociedades humanas, cujo fundamento é *natural* e, por isso, muito difícil de mudar. O conceito de *patriarcado* deve ser utilizado na forma substantiva, como um sistema de dominação e exploração das mulheres, muito bem situado historicamente e geograficamente.

Lia Zanotta Machado critica o uso do termo *patriarcado* em seu sentido fixo, universal e totalizante, mas afirma que não advoga pela sua não utilização. Para ela, é possível falar em um *patriarcado contemporâneo*, na perspectiva de um não essencialismo, considerando as mutações ocorridas ao longo do tempo e nos mais variados grupos sociais. Ou seja, para Machado, existem relações patriarcais na contemporaneidade, mas estas devem ser muito bem definidas “[...] em suas novas formas e na sua diversidade [...]” (MACHADO, 2000: 3). Portanto, para a autora, diante das modificações nas relações de gênero, das contradições e das transformações sociais que as sociedades ocidentais modernas vêm passando, pode-se falar apenas em um *patriarcado contemporâneo*.

Contudo, apesar de não considerar inapropriado o uso do termo *patriarcado contemporâneo*, a autora adverte que utilizá-lo significa empobrecer “[...] os sentidos contraditórios das transformações [...]”, na medida em que ele tem um sentido totalizador que não dá conta das mutações das relações de gênero do mundo moderno (MACHADO, 2000: 3). Isto porque, para Machado, *patriarcado* diz respeito a uma forma de organização ou de dominação sociais, cujo significado remete à matriz conceitual weberiana. Ela expõe a definição de *patriarcalismo* em Weber, no qual o conceito se refere à dominação exercida por um indivíduo – na maioria dos casos – em uma comunidade econômica ou familiar, conforme as normas hereditárias próprias destes agrupamentos sociais (MACHADO, 2000: 3).

O *patriarcalismo* para Weber é um tipo ideal, ou seja, é um conceito que

pode ser utilizado para fazer alusão a qualquer organização social historicamente definida que tenha no patriarca a autoridade central do grupo doméstico. Conforme Machado, “a autoridade familiar e doméstica é que funda o patriarcado e implica uma determinada divisão sexual que Weber denominava ‘normal’ [...]” (MACHADO, 2000: 3). Como um tipo ideal, o *patriarcado* weberiano tem um sentido a-histórico, haja vista sua possibilidade de ser usado em diversos momentos históricos para fazer referência à dominação exercida por um patriarca em uma comunidade familiar ou econômica (MACHADO, 2000: 3).

Nesta perspectiva, Lia Zanotta Machado salienta que na sociedade contemporânea os direitos paternais e sexuais não são naturalizados e legitimados da mesma maneira como o caso típico-ideal weberiano, o que torna muito pouco adequado referir-se ao conceito de *patriarcado* nas sociedades de princípios do século XXI. Para a autora, as relações sociais contemporâneas são muito mais complexas e dinâmicas do que as comunidades familiares weberianas, daí ser impróprio aplicar um conceito historicamente datado – que remete a uma forma de organização social mais simples – às relações de gênero da contemporaneidade. Como aponta Heleieth Saffioti, “[...] é grande o peso da esfera doméstica no conceito típico-ideal. Rigorosamente, também a dimensão econômica tem a marca familiar, pois o poder patriarcal se organiza na economia de *oikos*” (SAFFIOTI, 1992: 194). Segundo Saffioti, o *patriarcado* enquanto um tipo-ideal weberiano não pode ser utilizado para fazer um exame totalizante das relações de gênero contemporâneas.

290

Já foi apontada acima a impossibilidade do uso do *patriarcado* de Weber para analisar a situação das mulheres na modernidade. Tanto é assim que a segunda onda do movimento feminista fez referência ao termo sem nenhuma conotação weberiana, o que evidencia que ele pode ser utilizado sem necessariamente referir-se ao tipo-ideal de Weber. Como salienta Heleieth Saffioti, “a teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana” (SAFFIOTI, 1992: 194). A autora esclarece que o *patriarcado* pode ser concebido como um esquema de dominação e exploração das mulheres, o que, por si só, significa um total distanciamento em relação ao tipo-ideal weberiano (SAFFIOTI, 1992: 194). Ou seja, o conceito pode sim ser utilizado na contemporaneidade, desde que ele seja redefinido e bem precisado.

Carole Pateman, por seu turno, se utiliza do conceito *patriarcado moderno* contrapondo-o ao argumento *patriarcal tradicional* e à premissa *patriarcal*

clássica. Para a autora, a história do contrato social colocou em silêncio profundo o contrato *sexual*, na medida em que “o contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada” (PATEMAN, 1993: 15). Pateman explica que o *patriarcado moderno* surgiu com o advento da sociedade civil contratual, ou seja, com o estabelecimento do contrato original. A autora evidencia como os teóricos do contrato social negligenciaram o contrato *sexual* e implementaram o *patriarcado moderno*.

Por enquanto, contudo, importa salientar que continua sendo muito frutífero analisar as relações de gênero da sociedade contemporânea com a base conceitual de *patriarcado*, particularmente referindo-se ao *patriarcado moderno*. Deve-se, contudo, realizar um distanciamento das definições patriarcais de *patriarcado*, como a que interpreta o conceito “[...] no seu sentido literal de governo do pai ou de direito paterno” (PATEMAN, 1993: 43). Assim como é imperativo o afastamento em relação ao uso de *patriarcado* na sua forma adjetiva e como tipo-ideal weberiano.

Portanto, vê-se que com o surgimento do campo de estudo em História das Mulheres emergiram novas interpretações do conceito de *patriarcado* que deram ensejo a outra forma de trabalhar o termo, em um sentido sistêmico. Da mesma maneira, emergiram novas categorias de análise histórica, como *gênero*, *papéis sociais* e *mulheres*. Os debates em torno desses conceitos não cessaram e continuam com grande vapor no meio acadêmico, auxiliando, inclusive, na análise da própria forma como se faz História e nos estudos das Ciências Humanas como um todo.

291

Referência Bibliográfica

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

DELPHY, Christine. “Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles”. *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, n 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino

se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y Género. V Congreso Latinoamericano de Ciencias Sociales y Medicina. Isla de Margarita, Venezuela, 7-11 jun. 1999; *Rev Cubana Salud Pública*, Ciudad de la Habana, v. 27, n. 2, jul./dez. 2001.

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo*, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. Outras histórias: as mulheres e estudos. In: MATOS, Maria Izilda S. e SOLER, Maria Angélica (orgs). *Gênero em debate, trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

292

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. MOREIRA, V. M. L. (Org.). *Dimensões Revista de História da Ufes*, Vitória, v. 14, p. 461-480, 2002. p. 468.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. *Descobrendo historicamente o gênero*. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007, p. 285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

_____. *Prefácio a gender and politics of history*. Cadernos Pagu, v. 3, p. 11-27, 1994.

RESENHA



Judith, Holofernes, a Velha Serva e Carlo Ginzburg: diálogos sobre a escrita da história

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

Enviado em:

01/01/2014

Aprovado em:

20/06/2014

Silvano Fidelis de Lira

silvanohistoria@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

Na narrativa bíblica, contida no Antigo Testamento, Judith aproveita o momento que Holofernes, embriagado, repousa em seus aposentos para traçar seu plano. Tudo está orquestrado, ela inicia ordenando que sua criada ficasse em guarda na parte de fora do quarto, desconfiada e receosa a velha obedece a sua senhora. Na penumbra do quarto, enquanto tecia preces a Deus, Judith pega a espada e com dois golpes na nuca, decepa a cabeça do grande rei assírio, a velha entra contempla aquela cena. Consolida-se, assim, a vitória sobre o inimigo opressor de seu povo. Após ter feito o grande ato de sua vida, ela canta louvores em agradecimento por ter conseguido derrotar o grande guerreiro.

295

Mas o que tem o episódio bíblico e a obra de Caravaggio com a obra a ser apresentada aqui?

Os detalhes, os pormenores negligenciados, sempre foram um tema muito caro às análises históricas de Carlo Ginzburg. Suas pesquisas sempre buscam uma interpretação do passado a partir de detalhes, geralmente ignorados por outros estudiosos, não raramente ele remete a estudos anteriores que deixaram escapar detalhes, sinais que lhe possibilitaram um novo estudo. A decapitação de Holofernes, pintada por Caravaggio, serve para convidar o leitor a adentrar em uma de suas mais importantes e polêmicas produções. Comecei a ler o livro pela imagem. A capa de “o fio e os rastros”, traz uma pequena parte da pintura de Caravaggio, na verdade um detalhe, precisamente os rostos assustados e desconfiados de Judith e de sua criada. Olhares que se dirigem para o vazio, para a morte, olhares que parecem temer e estranhar o acontecimento que desenrolava na alcova do grande rei. Estaria aquilo acontecendo? Teria Judith com sua esperteza dominado a força?

O olhar de Judith transmite certo medo, ela franze a tez enquanto afasta-se de seu ato, parece não querer se sujar com o sangue que jorra. A velha e curvada criada, aguarda o momento em que receberá a cabeça e a colocará dentro do saco que segura, ela terá posse da prova.

Talvez, e posso usar a incerteza de um *talvez* sem culpa alguma, a probabilidade e a suposição no texto histórico é um tema de destaque nessa obra, Carlo Ginzburg ao reunir os textos tenha olhado para a historiografia com certo estranhamento, possivelmente olhou com certo espanto para o que os historiadores estavam escrevendo e lendo, assumindo, muitas vezes posições céticas quando ao conhecimento do passado. Não queria ele vencer o inimigo com fez Judith? (Cf. PALHARES-BURKE, 2000: 287) Não estaria ele aguardando o momento oportuno para derrotar aqueles que vinham minando o campo da história?

Carlo Ginzburg é, sem dúvida, um dos personagens mais importantes do cenário historiográfico atual, dono de uma imensa lista bibliográfica, tornou-se autor consagrado e reconhecido mundialmente com a publicação de *O queijo e os vermes*, em 1976, obra em que conta a história de um moleiro do Friuli, região camponesa da Itália no início da era moderna, com este texto Ginzburg tornou-se leitura obrigatória nos cursos de graduação e pós-graduação em história, o formato do texto permite que seja lido por especialistas ou leigos, essa é uma característica de seus livros, sobretudo, daqueles que se dedicam a uma investigação, digamos, temática (GINZBURG, 1989; 1991). No que se refere a seus textos de pesquisas sobre casos específicos, percebe-se uma linguagem leve, acessível e bem próxima dos domínios da literatura, talvez advenha daí o sucesso editorial de Menocchio, tido como um herói e mártir da palavra (RIBEIRO, 2006), já seus textos teóricos, nota-se uma grande erudição, aliada a uma capacidade de diálogo com outros autores, alguns já clássicos, que lhe é peculiar.

A biografia de Carlo Ginzburg certamente foi decidida a partir do ambiente intelectual em que nasceu e passou a infância, teve contato indireto com pensadores que se destacavam no mundo acadêmico, seu avô paterno era amigo e frequentador da casa de Norberto Bobbio. Nascido em 1939, em Turim, no seio de uma família judia, o menino Ginzburg conviveu com um pai, professor de literatura russa, morto pelos nazistas em Roma, no ano de 1944, sua mãe, Natalia Ginzburg, uma renomada escritora, de quem ouvir muitos contos de fadas, de bruxas voadoras e de animais que transformam em humanos durante as cerimônias do Sabah, talvez tenha tido um papel decisivo em sua formação e mesmo em seu estilo de escrita, foi nela que ele se inspirava e que deseja seguir em carreira profissional, contudo,

os ventos de Roma o fizeram se interessar pela história, segundo ele mesmo a leitura de Marc Bloch, fundador da revista dos *Annales*, foi decisivo em seu início de vida intelectual. Carlo Ginzburg também teve “paixonites” pela pintura, o que o levou mais tarde a dar uma pequena parcela de seus estudos à história da arte, temática com que dialogou em muitos de seus textos.

Esses são apenas alguns aspectos de sua biografia, talvez, muitos os considerem sem relevância. Mas quem é esse senhor de cabelos inquietos, que incomoda tantos historiadores modernos, ou pós-modernos?

“*Sou um judeu, um ateuista, um historiador*”¹ com essas palavras o historiador italiano se identifica ao escrever uma carta ao Papa João Paulo II, solicitando acesso aos arquivos inquisitoriais preservados nos arquivos do Vaticano, e que até o momento estavam sob a salvaguarda do então Cardeal Ratzinger, que mais tarde se tornaria o conservador papa Bento XVI, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, instituição que tinha objetivos semelhantes à Inquisição, sendo responsável por proteger a Igreja Católica das doutrinas heréticas que poderiam surgir, até mesmo dentro dela, é evidente que a resposta não foi imediata, passaram-se vários anos até que o próprio Ginzburg esquecesse aquela correspondência. Quase vinte mais tarde, em 1998, Karol Wojtyła resolve abrir os documentos do Santo Ofício, o que abriria um conjunto de possibilidades para pesquisas históricas. Ginzburg acredita que o “ser judeu”, teve grande importância para a decisão do papa, acreditando que ali se encontrava implicitamente um apelo político, a Igreja teria que dar uma resposta favorável aos judeus, que, após a Segunda Guerra Mundial, teriam que recontar a história de sua gente.

Seu trajeto intelectual inicia-se em 1966, com “*Andarilhos do bem*”, onde, através de uma vasta documentação, conta a história dos *benadanti*, camponeses friulanos que em cerimônias pagãs reunia-se para cultos em defesa das colheitas, dançando, untando-se com unguentos e gorduras de crianças mortas em sacrifícios pagãos, os *benadanti*, foram vistos pelos inquisidores como feiticeiros, adeptos de seitas que se caracterizavam como bruxaria. Se pensarmos o conjunto de sua obra, perceberemos que se trata de uma trajetória múltipla, deslocando-se entre os processos inquisitoriais até os liames mais tênues da teoria da historiografia.

Para Henrique Espada Lima (2007: 101), a principal contribuição de Carlo Ginzburg tem dado à historiografia tem sido propor uma nova abordagem das fontes e uma nova exposição dos fatos, aliadas essas duas características

1 Trecho de uma entrevista concedida a Rodrigo Bonaldo da Revista **O Norte**, publicada em 2010.

culminariam com uma escrita da história que prima pela narrativa. Para outros autores, a exemplo de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2009: 45-64), quando se remete à análise historiográfica Carlo Ginzburg é mais um inquisidor do que um historiador, causando suspeitas, questionamentos vagos e sem sentidos, limitando-se a acusar sem problematizar, a exemplo do que faz com o filósofo Michel Foucault, segundo Albuquerque Jr. (ALBUQUERQUE JR, 2009: 48), Ginzburg, se limita em homogeneizar, reduzir o outro a traços simplificadores, torna-se, dessa forma, semelhante aos ferozes inquisidores que tanto pesquisou o que Albuquerque Jr., quer dizer é que a crítica feita por Ginzburg a Michel Foucault é superficial e sem fundamentos, em outro texto (ALBUQUERQUE JR, 2007: 101-132), ele dirá que, utilizando a obra dos dois autores que se trata de propostas teórico-metodológicas diferentes.²

Palavras como *fios*, *rastros*, *sinais*, *indícios*, são marcantes nos textos de Carlo Ginzburg, e tornaram-se ainda mais frequentes após a publicação de seu famoso ensaio (GINZBURG, 2007: 143-179), em que comentaria a sua prática e suas escolhas teórico-metodológicas, comentando o modelo ou paradigma indiciário, surgido no fim do século XIX, nesse mesmo texto ele deixará, de forma mais clara, quais as propostas de micro análise, ou micro história italiana, Ginzburg, vai mostrando que o historiador deve procurar pensar a história a partir daquilo que tem sido deixados de lado, buscando os indícios, sinais que muitas vezes escapam às análises generalizantes, a proposta dessa análise micro da história, não deve ser entendida, estritamente como essa busca de micro elementos, mas também como uma maneira de trabalhar as fontes, a micro história propõe um nova forma de leitura das fontes históricas.

“*O fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*”, foi publicado originalmente na Itália em 2006, com o título “*Il filo e le tracce: vero falso finto*”. Foi traduzido um ano depois no Brasil, pela Editora Companhia das Letras, que tem publicado grande maioria de suas obras, ganhou logo o público acadêmico. Neste livro, a condução se dá por meio de um fio; o relato histórico. O autor italiano dedicar-se-á a temas que tem habitado a historiografia pós anos setenta. Os ensaios reunidos fazem parte de uma “obra-manifesto”, contra o ataque cético, que Ginzburg considera nocivo à historiografia. Para ele este ataque viria, sobretudo, dos pós-modernos, que dariam à história um caráter ficcional, reduzindo-a a um discurso sobre o passado, segundo

2 O texto de Durval Muniz faz um confronto entre o “*Queijo e os vermes*”, de Carlo Ginzburg e “*Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã*”, de Michel Foucault. Cf. ALBUQUERQUE JR, 2007: 101-132.

ele, esses debates pós-modernos, “não falariam da realidade, mas, sim de quem as construiu” (p, 9), tudo passaria a ser fruto de práticas discursivas, construídas por sujeitos que pretendiam desconstruir sem nada construir, portanto ignorariam as provas, as evidências, os sinais e reduziriam o conhecimento histórico, a um discurso.

Cabe ressaltar que os quinze ensaios que compõem o livro foram escritos entre 1984 e 2005. Os ensaios que compõem a obra não forma um conjunto sequencial de temas, como próprio autor deixa claro na introdução, trata-se de “temas muito heterogêneos” (p, 7), seu objetivo é mostrar, através de textos com temas diversos, como ele faz história, quais os diálogos que estabelece durante a produção do conhecimento histórico.

Trata-se de uma obra densa fruto de pesquisas e reflexões sobre o cenário historiográfico peculiar que surge após os anos setenta,³ momento que pensadores como Michel Foucault, Roland Barthes e Hayden White, passaram a exercer uma grande influência no pensamento dos historiadores, que para Ginzburg fariam parte de um grupo de “céticos”, “narrativistas”, seus textos vão, então, tentar combatê-los. Com o intuito de facilitar a leitura de seus textos todas as notas e referências ficam no final do livro, e, pasmem, há 949 delas, de fato, essa forma de escrita, que coloca as notas no fim do texto pode facilitar a leitura do leitor comum, contudo, dificulta a leitura e a consulta do pesquisador, que tem a todo o momento deslocar-se para o fim do livro. Em todo o texto o autor quer mostrar como se faz história e como ela dialoga com o ficcional e mesmo com não-verdadeiro, o fio condutor das reflexões é contar, narrar histórias.

A curta e incisiva introdução, escrita em 2005, já mostra quais as intenções na reunião dos textos, nela, Ginzburg aponta o seu projeto de combater o “ataque cético” e inicia uma problematização que ganhará corpo nos capítulos do livro; a relação entre ficção e realidade, ou melhor, a relação entre ficção e história, contudo, retomando a máxima aristotélica, conclui que o historiador tem um compromisso de falar daquilo que foi, embora não haja um conflito tão grave entre a história e a ficção, que é a própria existência.

O primeiro capítulo, dedicado a Arnaldo Momigliano, um dos principais nomes da historiografia antiga e do povo judeu, inicia-se por questionar a noção de verdade e suas implicações para o conhecimento histórico, ora, a verdade deve ser

3 Sobre a historiografia que se desenvolveu a partir da década de setenta, cf. MAINENTE; GAGLIARDO, 2010: 68-79.

o princípio da narrativa, contudo, isso não quer dizer que o autor, dose seu texto com certa carga de imaginação. Em história, a imaginação não deve ser combatida, ela deve ser ponderada, e utilizada na medida em que dialogue com as fontes e os indícios do passado. Ginzburg é claro quando diz que o historiador não inventa o passado, ele explica-o a partir das ações humanas, a escrita da história deve ter uma inteligência política e uma capacidade expressiva que a torne inteligível, a narrativa é o fio que deve conduzir o texto histórico. Mas, para fornecer a esse texto um lugar de verdade, uma legitimidade o autor lança mão de técnicas próprias de seu grupo, como nos recorda Michel de Certeau (CERTEAU, 2011), como citações e notas, mecanismos que podem ser considerados como “procedimentos destinados a comunicar um efeito de verdade” (CERTEAU, 2011: 37). A narrativa histórica para Ginzburg deve deleitar os leitores.

Mas o texto que o historiador tece é também arbitrário, é fruto de pré-conceitos e de juízos de valor. É fruto de um olhar e de um lugar. Ao recorrer aos *ensaios* de Montaigne, Carlo Ginzburg, mostrará, no terceiro capítulo que escrever sobre o outro, interpretá-lo, é escrever a partir de filtros e implicações cognitivas, estéticas e culturais, são através desses pontos que construímos representações o outro. Escrever o outro é dizê-lo, julgá-lo e montar imagens nossas do outro. O exótico, o estranho, nada mais é do que uma construção a partir dos estranhamentos. Estranhar é classificar, é dar ao outro um lugar marginal, fora das normas as quais estamos habituados.

Quais as fronteiras entre ficção e história? Ou melhor. Existe essa fronteira? Não haveria um diálogo entre a história e a ficção? Eis o diálogo travado no capítulo quarto. A partir da leitura de Jean Chapelain (1595-1674), e de seus textos sobre antigos romances, Ginzburg chegará a entender que os historiadores tendem a escrever exorcizando o mito, separam da história, assim como se separa o joio do trigo. Medo? Desconfiança? Insegurança? A história pode muito bem ser escrita e manter diálogo com aquilo que é mito e ficção (GINZBURG, 2008: 90), Carlo Ginzburg nos faz entender que é possível ao historiador fazer usos e abusos da literatura.

O ensaio “*Unus testis – O extermínio dos judeus e o princípio da realidade*”, já é um velho conhecido da historiografia brasileira, tornou-se popular a partir de sua publicação na coletânea organizada por Jurandir Malerba (GINZBURG, 2008: 211-232, o texto começa por questionar o poder das provas para a escrita da história. Seria possível escrever a história a partir de um documento ou de um único depoimento? Para seguir o fio da discussão, Carlo Ginzburg, utiliza o

exemplo do extermínio dos judeus acontecido em 1348 em uma pequena aldeia típica da Europa medieval, em que apenas um sobrevivente seria responsável por testemunhar o acontecimento. Mas seria um testemunho digno de credibilidade? Para ele sim. Nesse ensaio ele tece uma crítica ao relativismo e ao ceticismo epistemológico, que a seu ver, estavam contagiando a história. “A partir dos anos 60, as atitudes céticas de que estou falando tornaram-se cada vez mais influentes nas ciências humanas” (GINZBURG, 2008: 227). Carlo Ginzburg acusa Hayden White de relativizar as ciências humanas, a partir do tema do holocausto, Ginzburg vai mostrando que a história pode, e deve ser escrita a partir, das evidências que foram destruídas, ele afirma que a memória e a destruição da memória são elementos que compõem a história, o extermínio, em seu sentido estrito do termo, pode sugerir a ausência de testemunhos, mas não quer dizer uma anulação ou esquecimento do acontecimento.

Merece destaque o capítulo treze, dedicado em fazer um exercício de historicização da micro-história italiana. De maneira honesta, Ginzburg começa por dizer que não se trata de metodologia inventada por ele, mas faz parte de seu aprendizado como historiador, ele atribui o conhecimento do termo a Giovanni Levi, que associa o termo, a uma metodologia que parte da redução de escala de observação para, a partir daí construir o conhecimento histórico. A micro análise,⁴ não implica um estudo isolado, ao contrário, uma das principais prerrogativas de um estudo micro analítico é a contextualização, assim foi feito com Menocchio, para entender como foi possível aquele moleiro elaborar sua cosmogonia, Carlo Ginzburg, recorreu ao cotidiano do Friuli, as relações sociais, aos livros que Menocchio leu. O moleiro é um fio por qual, é possível perceber inúmeros rastros, que compõem um enredo que articula uma personagem das classes subalternas com o arcabouço da Inquisição.

Em um pequeno ensaio, intitulado “*O inquisidor e o antropólogo*”, o autor propõe uma analogia entre a atividade do antropólogo e do inquisidor, assim direciona sua reflexão sobre sua própria atuação como historiador, Ginzburg discute a prática historiográfica a partir de um tema recorrente na antropologia que é a produção de uma documentação. Reconhecendo a importância e a fecundidade da pesquisa antropológica, ele mostra como esse olhar antropológico tem ajudado a entender os sujeitos que habitaram sua pesquisa, por exemplo, ao investigar

4 Compreendo que “Micro-história”, “Micro análise” são sinônimos, pois partem do princípio da redução da escala de observação proposta por Giovanni Levi.

Menocchio, Ginzburg fez um exercício de perceber não só a fala, mas os momentos de silêncio, as dúvidas, os sentimentos daquele personagem inquirido pela alta corte da Igreja Católica.

Digno de atenção é o apêndice do livro. Texto dedicado a historiadora Natalie Zemon Davis, e mais precisamente a sua obra, “O retorno de Martin Guerre” (DAVIS, 1987). Para Ginzburg, Natalie Davis ao narrar a história e as aventuras desse personagem permite ao leitor visualizar, por meio de processos sociais, a vida de homens e mulheres de uma classe não privilegiada (DAVIS, 1983: 313), para ele, a narrativa permite perceber a trajetória de Martin Guerre como uma peça teatral, cheia de golpes e dramas, talvez, esteja fazendo um elogio ao modo de escrita de sua colega, escrita que muito se aproxima de “O queijo e os vermes”, pois, a partir de um sujeito comum, refere-se a toda uma coletividade. Assim como Ginzburg, ela também preza pela narrativa e pela contextualização de seu personagem.

A história, pela escrita de Carlo Ginzburg, torna-se uma narrativa que não supõe, não especula, mas por meio de indícios, sinais, vestígios, fios, constrói uma narrativa que concilia a pesquisa e a imaginação histórica. Ao historiador é possível imaginar, porém, a partir de Ginzburg, lhe é vedado inventar. Trata-se de uma obra fecunda, de indispensável leitura para se entender a dimensão da história nos dias atuais. Não é um livro de uma ou duas leituras, tem uma linguagem densa e de uma erudição que é características desse autor, todavia, é um desafio, é um convite ao debate.

A meu ver, um parágrafo parece fornecer pistas importantes sobre a historiografia contemporânea, em poucas palavras Carlo Ginzburg sintetiza seu projeto.

Hoje, a insistência na dimensão narrativa da historiografia (de qualquer historiografia, ainda que em diferente medida) se faz acompanhar, como se viu, de atitudes relativistas que tendem a anular de *fato* qualquer distinção entre *ficção* e *história*, entre narrações fantásticas e narrações com pretensões de verdade. Contra essas tendências, ressalte-se, ao contrário, que uma maior consciência da dimensão narrativa não implica uma acentuação das possibilidades cognitivas da historiografia, mas, ao contrário, sua intensificação. É precisamente a partir daqui, portanto, que deverá começar uma crítica radical da linguagem historiográfica de que, por ora, só temos algumas referências (GINZBURG, 2008: 329).

Olhemos novamente para a obra de Caravaggio. Judith ainda contempla o

corpo de Holofernes, o corpo ainda em vida se debate, talvez seja esse o motivo que faz ela se afastar, seu olhar espera que tudo aquilo chegue ao fim, a velha, espera a cabeça do grande rei, e aquilo logo terá fim, será um novo tempo para aquele povo. Ginzburg, também olha para seu projeto, talvez olhe com medo, talvez contemple a historiografia atual como algo que vive em movimento, ou melhor, em movimentos. Ele sabe que o tal “ataque cético”, não chegou ao fim, e se quiser combatê-lo precisará escrever muitos mais, precisará de outros fios.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. O Caçador de Bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, ano 15, n. 21, jul./dez. 2009, p. 45 – 64.

_____. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. IN; _____. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GINZBURG, Carlo. Andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 1989; GINZBURG, Carlo. *História noturna*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

_____. O massacre dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A escrita da história: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2008 p. 211-232.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais*. 2. ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

LIMA, Henrique Espada. Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 101.

MAINENTE, Renato Aurélio; GAGLIARDO, Vinicius Cranek. O estatuto da história e seu papel social: um resgate do debate epistemológico a partir da década de 1970. *Ars Histórica*, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2010, p. 68-79.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: UNESP, 2000, p, 287.

RIBEIRO, Renato Janine. Posfácio “O queijo e os vermes”. In: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PARECERISTAS

.....

Contribuíram neste número como pareceristas Ad hoc

Adelmir Fiabani
Adriana Barreto de Souza
Aldair Carlos Rodrigues
Alex Silva Monteiro
Álvaro de Araújo Antunes
Ana Maria Rufino Gillies
André Luis Mitidier
Ângelo A. F. Assis
Artur H. F. Barcelos
Beatriz de Moraes Vieira
Célia C. S. Tavares
Celia Maria M. Azevedo
Claudia C. A. Atallah
Cláudia E. P. M. Martinez
Cláudia M. G. Chaves
Diogo da Silva Roiz
Edilene Teresinha Toledo
Eduardo G. Quadros
Elizeu C. Souza
Estefania K. C. Fraga
Fernanda N. Thomaz
Gilfranco L. Santos
Giselda Brito Silva
Giulle A. V. Mata
Henrique E. R. L. Filho
Ilana Waingort Novinsky
Ivanaldo O. S. Filho
Jose Carlos Barreiro
José Newton C. Meneses
Jose Rivair Macedo
Julio Cesar Bentivoglio
Karen Macknow Lisboa
Karla Denise Martins
Lana L. G. Lima
Letícia Julião
Luiz R. B. Mott
Marcelo de Mello Rangel

Marco A. M. Oliveira
Maria da Glória de Oliveira
Maria Elisa N. Sá
Maria Esther A. Valente
Murilo S. B. Meihy
Patrícia V. L. Araújo
Rachel Soihet
Renata Torres Schittino
Renato da Silva Dias
Ricardo Ismael
Rodrigo Turin
Ronaldo Pereira de Jesus
Teresa Maria Malatian
Vanessa R. S. Cavalcanti
Vinicius D. Rezende
Virgínia A.C. Buarque
Walkiria Oliveira Silva
Wellington T. Silva

